

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. 31



HOMENAGEM A
ERNESTO VEIGA
DE OLIVEIRA

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1991



SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Fundada em 1918. Instituição colectiva de utilidade pública (D.R. nº 89, 2ª série, de 16/04/1987). Inscrita na Conservatória do Registo C. do Porto sob o nº 49. Contribuinte nº 501663614.

Sede: Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 Porto (Portugal)

Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral: *Presidente* — Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge; *Secretários* — João Pedro Paiva Gomes Cunha Ribeiro e Mário Jorge Lopes Neto Barroca.

Direcção: *Presidente* — Vítor Manuel de Oliveira Jorge; *Vice-Presidente* — José João Mateus Rigaud de Sousa; *Secretária* — Maria das Dores Girão da Cruz; *Tesoureira* — Maria de Jesus Sanches; *Vogais* — Ana Maria Cameirão Leite da Cunha; Paula Júlia da Mota Santos; Margarida Maria Oliveira dos Santos Silva; Maria Ester Dionísio Varzim de Miranda; Iva João Teles Morais Botelho.

Conselho Fiscal: *Presidente* — Eduardo Jorge Lopes da Silva; *Secretários* — Carla Cristina Stokler Nunes; José Manuel Pinto Varela.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

Capa: Dr. Ernesto Veiga de Oliveira. Fotografia de Fernando Peres Rodrigues (publicada no jornal «Expresso» – Revista, de 20.01.90)



TRABALHOS DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. XXXI

H O M E N A G E M A
E R N E S T O V E I G A
D E O L I V E I R A

Vol. II

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1991

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

(Registada na D. G. da Comunicação Social sob o nº 112408)

Ano 73º vol. XXXI fasc. 1-4 1991

Coordenação deste volume

Vítor Oliveira Jorge

Redacção

Direcção da S.P.A.E.

Edição e Propriedade

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Faculdade de Ciências do Porto

Praça Gomes Teixeira

4000 PORTO (Portugal)

(Inscrita na D.-G. da Comunicação Social sob o nº 212407).

Composição, Impressão e Acabamento

Litografia A.C., de Pedro Jorge Tavares Candeias

R. Conselheiro Lobato, 179 — 4700 BRAGA.

Telefone 72967

Distribuição:

Afons'eiro, CRL/V.N. de Gaia

Apartado 354 — 4403 Vila Nova de Gaia Codex

Março de 1991.

Tiragem: 1.000 exs.

Depósito legal nº 27405/89

ISSN: 0304 — 243 X

Edição subsidiada pela Fundação Eng.º António de Almeida, Fundação Calouste Gulbenkian, Câmara Municipal do Porto e J.N.I.C.T.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.
We wish to establish exchange with other publications.
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

SUMÁRIO

<i>Roçadas e tradições comunitárias no planalto da Lombada — Bragança</i> , por Belarmino Afonso	9
<i>A caça em Portugal — breve perspectiva antropológica</i> , por Francisco Martins Ramos	33
<i>Etnografia, aldeia e montes: formas de povoamento no Nordeste Algarvio</i> , por Cristiana Bastos	41
<i>Vindicta oral no conto popular galego</i> , por Brian Juan O'Neill	67
<i>Aspectos antropológicos y etnológicos de la Semana Santa en España</i> , por Juan-José Andrés Matías	89
<i>Ao vencedor, as batatas. Plantas ameríndias oferendadas à humanidade</i> , por Berta G. Ribeiro	99
<i>Explorando povos primitivos e civilizações extintas: elementos sobre uma experiência museológica</i> , por Jorge F. Branco, Manuela Cantinho, Carlos Ladeira, Fernando Santos.	113
<i>Dois tempos, dois olhares. Acerca de alguns jugos do Museu Nacional de Arqueologia</i> , por Olinda Sardinha	135
<i>A Mamoá 2 de Chã de Carvalhal (Serra da Aboboreira, Baião)</i> , por Domingos J. da Cruz	151
<i>Escavação da Mamoá 3 da Abogalheira (Serra da Aboboreira — Amarante)</i> , por Vítor Oliveira Jorge e Eduardo Jorge Lopes da Silva	163
VÁRIA	
<i>Novos dados sobre a Fraga d'Aia (Paredes da Beira — S. João da Pesqueira)</i> , por Vítor Oliveira Jorge	181

<i>Tipologia e análise metalográfica de um machado de bronze atlântico, proveniente da capinha, Fundão, Castelo Branco</i> , por Luís Coelho, João Ludgero Gonçalves, F. Bragança Gil, Gaspar P. Barreira e Rogério Palmeiro	187
<i>Intervenção de emergência efectuada no lugar de Fontela de Figueirido, Sardoura, Castelo de Paiva (relatório de 1988/89)</i> , por Ana Leite da Cunha	199
<i>Adenda ao vol. XXX</i>	217

ESTUDOS E ENSAIOS

ROÇADAS E TRADIÇÕES COMUNITÁRIAS NO PLANALTO DA LOMBADA — BRAGANÇA

por

Belarmino Afonso *

SUMMARY

In certain countries of the Northeast of Bragança communitarianism took deep roots. It is still the village bell that goes on announcing the meeting of the council.

This essay is an attempt of study and an anthropological, social and economical interpretation of those cleared lands (roçadas) that subsisted in Lombada till some forty years ago.

These were agricultural tasks made in a communitarian way by all the neighbours, in order to cultivate the cereals necessary to support their family, or to give an answer to the achievement of some festivity or any task that is necessary for the community. The waste lands (baldios) were cultivated. These were cleared lands (roçadas) belonging to the patron Saint, to the church, to the Boys according to whom the final product would belong.

The waste lands were cultivated rotatively by the members of the council composed by the chief of every family. It worked as a democratic assembly presided by two major-domos (mordomos) chosen among the eldest and most esteemed neighbours. They called the people together, they determined the works to be made, they set up fines when some one broke the communitarian rules.

The cleared lands (roçadas) began with cutting of brushwood almost always on the day of, St. Sebastian (the twentieth of January), and ended in the middle of August.

It seems that this use has its roots mediaeval practices, and settles a kind of ceremony in the way because the young people had in it an occasion for apprenticeship.

Fines paid with wine, games and bets, made a feast surrounding propitious.

The forestry of the area, the usage of chemical manure and emigration decided the end of the cleared lands.

SOMMAIRE

Le communautarisme a encore des racines très profondes dans quelques contrées de la région de Bragança. La cloche annonce encore la réunion du conseil. Ce travail est un essai d'étude et d'interprétation anthropologique et socio-économique des roçadas (défrichage) qui existaient à Lombada (Bragança), et ont disparu depuis quarante ans. C'étaient des travaux agricoles, effectués communautairement par tous les voisins, afin de cultiver le pain (seigle), nécessaire à la famille,

* Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança.

ou a fin de répondre à la réalisation de quelque fête ou oeuvre indispensable au village. Il y avait des roçadas du Saint, de l'église, des garçons, d'après l'application du produit final. Les terrains en friche étaient cultivés rotativement par le conseil, constitué par l'ensemble des chefs-de-famille. Il fonctionnait comme une vraie assemblée démocratique, à laquelle présidaient deux majordomes, choisis parmi les voisins les plus âgés et prestigieux. Ils convoquaient la communauté, marquaient les tâches, flanquaient des contraventions, quand quelqu'un transgressait les normes. Les roçadas commençaient le jour de S. Sebastien, et se terminaient la moitié, à peu près, du mois d'Août.

Elles se rapportent, à notre avis, avec des rites de passage, parce que les jeunes y avaient une occasion d'apprentissage totale. Des amendes payés en vin, des jeux et gages, propiciaient une ambiance de fête. Le développement de la forêt, l'usage de l'assaisonnement chimique, et l'emigration, ont déterminé la fin des roçadas.

INTRODUÇÃO

As roçadas constituem uma forma de trabalho comunitário. Situavam-se na zona fronteiriça dos concelhos de Bragança e Vinhais. Devido à florestação e à introdução do adubo, as roçadas terminaram há cerca de quarenta anos. Hábito igual existia nas vizinhas terras espanholas de Aliste (Alcanhices-Zamora).

Esta forma de serviços apresenta raízes muito remotas, e não se pode compreender sem o estudo dos povos pré-romanos que se fixaram nestas zonas de planalto. Para eles, a terra constituía um uso e não uma posse, que pertencia aos deuses¹. As colheitas havidas por cada um eram depois divididas pela comunidade. Quem não cumprisse este princípio de justiça distributiva comunitária, pagava com a morte a transgressão (vaceus)².

Devemos encarar as roçadas como um meio de granjear alimentos. O indigente, possuidor apenas da força dos seus braços, encontrava nas roçadas uma situação sócio-económica que o igualava aos vizinhos de melhor estatuto económico. Embora transitoriamente, possuía também a terra e fabricava-a. Veremos também o papel da mulher. Viúva ou não, acompanhava o homem nos trabalhos do conselho, com excepção no conserto do açude do rio. Porque os homens tinham de se despir, as mulheres, por recato, não eram convocadas. As roçadas constituíam autêntica escola pedagógica de gerações, na maioria anal-fabetas.

A roçada, instituição cultural que abordamos com certo pormenor no planalto da Alta Lombada, apresenta pequenas variantes que apenas reforçam a existência de uma tradição comum, a findar no primeiro quartel deste século.

¹ Jorge Dias, *Ria de Onor*, p. 20.

² Joaquim Costa, *Colectivismo agrário*, tomo 2, p. 175.

Havia *roçadas do conselho, roçadas da igreja, do Santo, dos rapazes*. Descrevemos com pormenor apenas as primeiras. Nas seguintes, o nome indica o objectivo com que se faziam. Se havia necessidade de compor a igreja, fazer a festa do Santo, ou abrilhantar a Festa dos Rapazes, o fundo económico estava numa roçada que se fazia para esse efeito. Babe, aldeia de melhor estatuto económico, onde os vizinhos tinham todos algumas leiras de seu, só havia a roçada da igreja³. Porque havia baldios suficientes, temos também as roçadas particulares. Neste caso, qualquer vizinho podia ir a um baldio e delimitar a área de roçada com montículos de terra e mato, colocados de onde em onde. Se outro quisesse também fazer roçada particular, tinha de escolher outro local baldio.

Que comunidades são as que vão referidas no trabalho subsequente? Os referidos apodos que uma tradição centenar nos carreu, revelam ao menos o bom humor que nunca falta em sociedades agrárias. Ei-los: Blarinho (Vilarinho, aldeia fronteiriça espanhola) nem comem pão nem vinho; Petisqueira, da mesma maneira. Cabecinhotos, os de Deilão; Violeiros, os de Palácios. Moças lindas, os de Caravela; Calouros, os de Babe; Escalda-Gatos, os de Vila-Meã.

Para caracterizar a pouca fartura dos de Guadramil, conta-se nas aldeias vizinhas a história de um sujeito que foi visitar um amigo em dia de festa:

Tiu? — C' mede pan. — Cochilo num tenemus. Calagouço 'stá no roço, o pdão 'stá na poda, e... scutrumelá-lo parece mal.

Tiu? Se bus querieis ir, quedáde-bus; se bus quereis ficar, ede-bus. Daqui ò Santo é ã salto d'ũa pulga. Do Santo à Lagonota é ã domlinairo. Dali a Deilão brebe lhégais.

1. AS ROÇADAS

De alforges⁴ e calagouço ao ombro, iam saindo de manhã cedo. O ruído dos socos brochados de aba larga propagava-se de todos os becos para fora da aldeia. O sino dera já o sinal, e à roçada não se podia chegar atrasado. Os mordomos apressavam o passo. Alguns puxavam do tabaco de onça e da mortalha, e enrolavam um cigarro mal feito. Gotícolas de geada prendiam-se à barba de oito dias. Essas manhãs de Janeiro, frias que nem focinho de cão, obrigavam a meter as mãos nos bolsos das calças de burel.

³ Em Babe só existia a roçada da igreja. O dinheiro feito com a venda do cereal da última roçada, serviu para dourar o altar-mor da igreja, pelos anos 1950.

⁴ Como sacco da merenda, a gente da Lombada usa ainda hoje uma saqueta de riscado, de boca larga, com uma alça para pendurar ao ombro. Dão-lhe o nome de alforges.

Todos os anos era assim, quando o conselho se reunia para «*impeçar a roçada*», à volta de 20 de Janeiro. O S. Sebastião, além de outras festas, ritmava geralmente mais esta festa de trabalho. Assim aconteceu até há cerca de quarenta anos, mais ou menos, nas aldeias de Laviados, Vila Meã, S. Julião, Deilão, Petisqueira, Guadramil. Todas elas se formaram no planalto da Lombada. É uma zona agro-pastoril, varrida de ventos, e limitada em círculo irregular por algumas linhas de água.

As roçadas constituíam um trabalho duro, mas motivador de festas e proezas que os ditos habitantes ainda descrevem até ao pormenor.

Este proémio abre-nos a porta a um aspecto indispensável para bem conhecer o dia a dia das comunidades que se instalaram a leste de Bragança, na região fronteiriça. Com o final de verão todas as colheitas estavam arrecadadas. Já em Dezembro, as matanças reforçavam a despensa, e forneciam conduto para o naco de pão que se levava de merenda para os trabalhos do conselho. Ninguém era obrigado a tomar parte na roçada, mas como o nível económico dos vizinhos era menos que mediano, poucos faltavam ao aviso que o sino estendia ao espaço organizado da aldeia. Tão importante como o pão centeio que as roçadas produziam, era o convívio que se gerava nesses momentos. Na descrição deste trabalho tentaremos seguir por ordem lógica e cronológica as suas diferentes etapas.

As roçadas «*impeçavam no mês de Novembro e Dezembro*», informam os de Laviados. Nas restantes aldeias (Vila Meã, Deilão, Petisqueira) apontam mais para o S. Sebastião (20 de Janeiro)⁵. A diferença temporal resultaria não só das condições climáticas, como também da área a roçar. Regra geral, para a roçada só ia um de cada casa, embora na Petisqueira, uma senhora idosa, a Ti Violante, me dissesse que «*todas tbamus c'os filhos às costas*». Nesta zona da Lombada, por observação directa, concluo que o homem, ainda hoje, não sabe ir para o campo sem a mulher atrás.

A comunidade supõe uma hierarquia. Os mordomos, sempre dois, são os delegados escolhidos pelo conselho para orientarem os trabalhos. «*No primeiro dia do roço metiam dois encarregados*». Tanto em Guadramil como na Petisqueira, recolhi a informação de que os mordomos eram escolhidos por um acordo dos mais velhos, pelo sistema de votação. «*Os mais antigos*» escolhiam dois ou três homens. O chapéu de cada um era a urna do voto, onde a pedrinha de cada um dos presentes servia de boletim. Em tempos menos remotos, em Guadramil, o cabo d'ordens tinha na mão um papel onde estava escrito o nome

⁵ Em Babe cortavam o roço só em Maio. «*A giesta florida tem mais alma*», quer dizer, aduba melhor a terra.

de cada vizinho. Os votantes aproximavam-se e diziam-lhe à puridade em quem desejavam votar. Um tracinho feito com um lápis, à frente do nome de cada votante, indicava os votos que tinha. Diversas vezes ouvi repetir o nome *acordar*, *fazer acordo*. Parece que estávamos perante uma assembleia democrática. A democraticidade verifica-se ainda no exercício do poder pelos dois magistrados. Em Guadramil «*os mordomos d' zium: hai que fazer isto*». Fiscalizavam a chegada de cada um à roçada. «*Tocabum à roçada à promanhã, às 7 horas da manhã. Almoçaba-se à luze da candeia, e antes de o sol se pôr num binhum p'ra casa*» (Laviados). Noutras aldeias não eram tão madrugadores. Se algum chegava atrasado «*pagaba a tardança*» (Deilão), e ficava com a multa marcada no cabo do calagouço, com um traço feito pelo mordomo. Na Petisqueira «*marcabum as multas na tala*»⁶. Multas pagas em vinho e bebido por todos na roçada ou noutra festa qualquer.

Como instrumento de trabalho principal na roçada, havia o calagouço. Ferramenta cortante, com o gume de 0,45 m de cabo de madeira, de 0,80 m. Bem aguçado, desferido sobre qualquer tronco de carrasco, era como alfange em pescoço de mouro. O número de vizinhos presentes dependia da densidade demográfica da aldeia. Referem-se números que vão de 20 a 70 pessoas. Cada um levava a sua merenda. Os mordomos também trabalhavam. Isso não os impedia de dar volta para verificar o andamento. É que o roço tinha de ficar bem coalhado. Ao meio dia almoçava cada um a sua merenda. Tanto em Laviados como em Vila Meã e Deilão, era hábito rezar depois de cada refeição. Eram os mais novos que tinham de rezar. Quem não soubesse, pagava de multa um cântaro de vinho. Para evitar o precalço e desprimor, a mãe de cada um tinha o cuidado de à noite, em casa, ir treinando os filhos na reza em comum⁷.

Seria a entrada na roçada uma espécie de rito de passagem ou rito de iniciação? Assim o concluímos pela seguinte razão. Quando um jovem ia à roça pela primeira vez, pagava também um cântaro de vinho. Só admitiam jovens com mais ou menos de 16 anos para cima. Falaremos adiante de apostas feitas. As que se realizavam entre casados e solteiros, levavam estes últimos a adquirir prestígio perante a comunidade.

⁶ Em Rio de Onor ainda usam a *tala*. Na Pestisqueira caiu em desuso, mas o senhor Carlos Cura, de 81 anos, ainda a sabe fazer. Servia para inscrever os alqueires de centeio que cada vizinho levantava da tulha do conselho. Autêntico livro de madeira, consistia num galho de castanho ou choupo, com um metro de comprimento, onde o «mordomo» gravava, em numeração romana, os ditos alqueires. Um traço vertical separava cada vizinho. Guardavam as talas no lagar, uma espécie de casa do povo. Quando este lagar foi desfeito, há poucos anos, ainda lá existem diversas talas, disseram. — Ver a tala, a *Ilustração Transmontana*, 1910, p. 139.

⁷ Na Petisqueira e Vila Meã, quando à noite regressavam da roçada, «*rezabum a c'roa*» (terço).

Cada aldeia tinha número diferente de baldios ou campos para a roçada. Em Laviados tinham «*p' ràl 17 roçadas*». Em Guadramil, talvez 10; em S. Julião, 12 cabeços; em Vila Meã, 14. Isto significava que cada aldeia tinha roçada para tantos anos, quantos os baldios que possuía. Esta rotatividade permitia que os terrenos descansassem durante um período longo⁸. As terras recuperavam e davam geralmente bom ceiteio. Do tamanho da roçada dependia o tempo que o conselho levava a roçar. Na Petisqueira e S. Julião levava cerca de um mês. Em Guadramil, todo o inverno. Sem monotonia, aquele exército, armado de calagouço e boa disposição, enfrentava cada manhã a mesma faina. Para que a monotonia não arrefecesse o entusiasmo, havia sempre uma história a contar, ou uma aposta a criar emulação.

O roço ficava bem cortado, em caminheiras. No fim desta função, o terreno ficava coutado. «*Fiaba-se fino! Ficaba couto!*». Ninguém podia ir buscar lenha ou meter animais no roço, para evitar que o pisar sacudisse a folhagem seca, o que impediria uma queima perfeita. O roço fazia-se sempre antes dos trabalhos dos vizinhos. Durante os anos em que a roçada estava a descansar, qualquer vizinho podia nela cortar lenha para fazer a bárdea ou sequeiro, mas não podia fazer brasas (carvão).

«*Quem num queria ir à roçada num ia. Alguns bzinhos num precisabum, num ibam. Mas se quijessem fazer um catcho noutra parte, num o deixabum*» (Laviados).

Em Laviados, no dia em que terminavam o roço, «*faziam a p' leira*» Era uma refeição melhorada que levava um bom número, no fim da festa a *imp' leirar-se* (embebedar-se).

2. A QUEIMA

«*No dia de S. Lourenço (10 de Agosto) cumbinaba-se a queima. Andabum quinze dias. Lebabum ãa espalhadeira cum dois gantchos*» (Laviados). Tal como no roço, a ferramenta era simples, mas a exigência rigorosa. Para evitar a fácil propagação do fogo, queimavam contra o vento. Tinha de ficar tudo bem ardido. A morosidade dependia do número maior de jeiras a queimar e da exigência dos mordomos na boa execução do trabalho. O calor de Agosto e o brasido escaldante tornavam a tarefa um verdadeiro inferno. Todo o cuidado era pouco, não fossem as chamas passar para terrenos vizinhos, ou para lado de lá da fronteira. Em S. Julião levava uma semana a queimar, e «*começaba-se do lado que ca-*

⁸O descanso da terra até à próxima roçada, respeitava-se rigorosamente. — Ver o artigo do Abade de Baçal, in *Ilustr. Transmontana*, 1910, p. 137.

lhava. Em Guadramil «*queimaba-se im dois dias cunforme binha o bentu*».

3. A SEMENTEIRA

As primeiras águas de Setembro introduziam a cinza na terra requeimada. Aqui e além o rosto tisonado da encosta cobria-se de rebentos e junquinhos. A terra estava a parir. Setembro, Outubro era o tempo das sementeiras. Os mordomos da roçada tocavam a conselho. «*Dabum ã bolcu ò sinu*». A mesma animação. «*Ibum os animais diante labrando, e depois iba o pobo c'ũ as gantchas*» (S. Julião). «*Fazia-se cum quintchas, porque as bacas num ibum lá*» (Guadramil). «*Uns labrabum, outros ibum c'oa inichada. Esse cabeça era todo a satchar. À noite binhum p'ra sua casa*» (S. Julião).

Os campos da roçada ficavam longe da aldeia. Os melhores, situados no aro da aldeia, pertenciam a particulares. Essa diferença de posse e de qualidade de terreno, confirma-se ainda hoje. Numa simples vista de olhos ao horizonte, divisamos os campos que foram das roçadas, totalmente incultos, cobertos de monte. As terras chãs e vizinhas da aldeia, denotam uma textura muito parcelar, reduzida, por vezes, a autênticas tiras.

Quando hoje o Presidente da Junta convoca algum conselho para trabalhos comunitários, tem o cuidado de evitar que eles coincidam com a força dos trabalhos particulares. Também há quarenta anos atrás havia essa preocupação. Se a sementeira da roçada consumia uma quinzena ou mais de dias, preocupavam-se que ela, assim como a queima se fizessem depois de cada um fazer as suas lavours particulares. Assim acontecia em S. Julião.

À medida que nos embrenhamos no âmago destas sociedades primitivas, descobrimos um equilíbrio. As instituições funcionam graças aos órgãos que os povos, dotados de uma certa intuição democrática, criaram.

Na manhã de sair para a sementeira, um dos mordomos avisava os vizinhos que nesse dia deviam levar a semente. Uma vez que já conheciam a área a semear, fácil se tornava atribuir a cada um o número de alqueires que lhe cabia em parte. Quando a qualidade do centeio a semear não agradava ao mordomo, recusava-a.

O campo da roçada nunca apresentava o relevo uniforme. Pequenas encostas que as vacas podiam lavar, salteavam-se com zonas mais íngremes, que a relha do arado não mordida. Só o sacho ou a guincha podia completar a sementeira. Assim, a tarefa exigia mais braços. Em vez de uma pessoa de cada casa, como acontecia nas tarefas anteriores, a sementeira ocupa duas pessoas. Se a mulher viúva não tivesse filho capaz de a ajudar, tinha de pedir a outrem que a auxiliasse. O conselho não aceitava qualquer mão de aranha. Se não fosse desem-

baraçado, não era aceite no conselho.

As pequenas diferenças que vimos encontrando nas tarefas descritas, reforçam a unidade comum. Em Laviados, no último dia da sementeira, os alqueires de centeio que sobrassem, arrematavam-se. Com esse dinheiro compravam «sardinhas e pão e c' miam todos». Às vezes também compravam uma cabra. «C' mia-se a cabra» na aldeia. Ainda se diz: «então já c'meste a cabra?» — para significar que qualquer serviço já findou.

4. SEGADA

O ciclo do pão e preparação da terra, embora constituindo uma unidade, distribuía-se pelo decorrer das quatro estações. Nestas zonas mais frias, a ceifa vinha mais tarde que nas terras da Vilariça. Mas, «Junho, seitoura no punho». Preparavam-se os dedais, afiavam-se ou compravam-se em Bragança seitouras novas. No 29 de Junho, festa de S. Pedro, padroeiro de Babe, juntavam-se camaradas de segadores e criados de servir. Em toda a Lombada, quem os desejasse justar, ali se dirigia⁹.

Também a segada exigia o concurso de uma parelha de cada casa, homem e mulher. Cada vizinho tinha de fornecer um atador e uma mulher. Iam de cada casa dois, acima de 18 anos. Se numa casa havia só um homem e noutra uma mulher, faziam uma sorte. Depois, na colheita, dividiam a meio (S. Julião). Quer dizer que na eira, essas duas famílias, recebia cada uma a metade dos alqueires dos outros vizinhos». «Iba de cada duas pessoas, e fazia-se lá de c'mer. Se um estivesse doente, tinha de tchamar outro».

Para a ceifa ia-se de manhã cedo. A refeição principal era o jantar, aquilo que nós hoje chamamos almoço. Cada par levava de sua casa o pote e o que tinha para comer: presunto, cascanho, orelha de porco, butelo, batatas, grão-de-bico ou feijões. «Toda a gente tinha prazer p'ra apresentar o melhor que tinha» (Petisqueira). Os mordomos escolhiam o local, à sombra de uma árvore, bem como duas mulheres de idade que fossem boas cozinheiras. Cada par de trabalhadores já «deixava os potes guiados», e as cozinheiras acompanhavam o andamento e bom funcionamento daquele batalhão pacífico, à volta do lume. Cada um trazia também o vinho de casa, a não ser que houvesse vinho de multas a beber. Refrescavam-no com sacas molhadas, ou então colocavam os

⁹ Os criados traziam como distintivo uma aguilhada; os segadores, uma seitoura, e os pastores, uns chocalhos

barris de vime ou botas, num lugar fresco, cobertos com folhas de castanheiro¹⁰.

Quando se começava a segar, ia-se d'afeito. Se algum queria avançar mais depressa e deixar os outros para trás, o mordomo ordenava: — «*Num bamus a andar c'um rabus, bamus a correre a stalha!*» (Babe).

Embora o trabalho apertasse, não se afastava a vontade de cantar e beber. O que tivesse melhor voz, entoava lá do extremo do eito: — «*Ai! Minha mãe mandou-me à fonte*», enquanto os outros respondiam, «*Ai! À fonte da salgueirinha...*». À tardinha, as gabelas de centeio coalhavam o chão, numa atitude humilde de prostração e ofertório. Quando o sol ia fechando os olhos faiscantes, alguns mais desembaraçados e de braços mais compridos e musculosos, começavam a atada. «*Na ceifa os homes ibam a atar de roda*» (S. Julião). Se não sabia atar, pedia a outro. Os molhos, ao lusco-fusco, pareciam soldados de elmo na cabeça à espera de qualquer investida. Assim permaneciam até de manhã. Os homens dormiam na roçada, e as mulheres vinham para casa. No dia seguinte, quando o alvinho sombreava ainda os montes, as mulheres vinham de novo com o mordico e mais mantimentos para os familiares. Tinham ainda como tarefa sua juntar o pão. Conforme a boa ou má produção que o ano dava, assim os mornais rareavam ou enchiam o campo. Eram figuras geométricas com o feitio de casas rectangulares de telhados de duas águas. Podiam ter um carro de pão, cerca de 20 pousadas, quando estavam num lugar bom para carregar o carro, caso contrário só levava 10 pousadas. Quando, por qualquer motivo, o pão estava húmido, então faziam-se morenas ou mornaleiras, que em Guadramil têm o nome de raposeiras. Esta forma de juntar o pão proporcionava uma melhor secagem.

5. O ACARREJO

Os lavradores saíam de manhã cedo, em direcção à roçada. Os mordomos tinham já numerado e sorteado os mornais. Assim se evitava que o mornal situado em bom lugar, tivesse mais do que um pretendente. Filas de vinte ou mais carros chiavam que se derretiam, a caminho da eira. Ali se construía em «*forma de pêra*» a «*meda da roçada*», que podia ser maior ou menor. Certo ano, alguém chegou fogo, em S. Julião, à meda da roçada. «*Foi a desgraça dos probes. A meda debia ter nesse ano 200 carros de pão*».

¹⁰ Já fizemos referência (Vide *Brigantia*, Vol. 1, nº 1, p. 31-35, Abril/Junho 1981) ao barril. Recipiente tecido com vime para transporte de líquidos, era usado para levar vinho também nas roçadas. A impermeabilização fazia-se com pezo.

6. A MALHA

É a última etapa do longo ciclo que ao lavrador causa tantas canseiras. Esta faina era antes da malha particular de cada um. A razão de tal prioridade é-me fornecida pelos informantes de Guadramil. Com o centeio obtido por cada um na malha do conselho, já se abasteciam para cada um fazer depois a sua malha.

Às 7,30 horas da manhã, gritava-se: — «*Vamos à à...à as... trar! Toca à à... à astrar!* (S. Julião). Este gritos eram variados, conforme a aldeia. Em Vila Meã, depois de darem «*uma sina no sino*», gritavam: — «*Gente à e-e-eiral!*». Quando chegavam, o mordomo fazia a chamada. Em Deilão, o que subia à meda, apregoava: — «*Quem quijer carneiro que banha a ma-a-lhar!*; ou ainda: — «*Quem quijer que banha p'ra e-e-ei-ra!*».

Homens e mulheres, em jejum, dirigiam-se à eira. As mulheres acarravam os molhos da meda, e os homens astravam. Com os braços cheios de centeio, andando de costas para trás, iam estendendo o pão em fiadas, ficando sempre as espigas de uma fiada sobre os troncos da outra fiada. Enquanto vinham a almoçar (pequeno almoço), o pão ficava a aquecer, até cerca de 9 ou 10 horas. Duas filas de malhadores, frente a frente, alternavam com o malho pancadas impiedosas sobre o eirado. Conforme as aldeias, havia formas diferentes de avançar na malhada. Podiam «*malhar à bêta*» ou «*ò lombo*». Se malhavam a eito, uns avançando e outros recuando, designavam isto por «*malha à bêta*». Quando avançavam na horizontal, pela beira do eirado, até ao fim, e vinham depois pela terceira fiada de pão estendido, e a seguir malhavam a segunda fiada, chamavam a esta manobra «*malhar ò lombo*».

Para que os malhos fizessem mais ruído, quando o pértigo batia no eirado, um dizia: — «*Bamus ò stouro*», e então puxavam a valer pelo malho, de modo que alguns pértigos do centro batessem mais atrás, e os dos malhadores do lado, mais à frente¹¹. Também chamavam em Vila Meã a este modo de malhar, «*traçar a malhada*», «*E p'ra stourar mais, um malhava mais à frente e outro mais atrás*». Alguns malhavam à mão direita, e outros à esquerda. No entanto, um malhador que malhava às duas mãos, tinha mais vantagem.

Quando a primeira face do eirado estava bem fustigada pelo malho, e enquanto os malhadores descansavam, era a vez das mulheres¹². Com a perna

¹¹ O malho constava de duas partes principais: *mangueira*, feita de choupo, e o *pértigo*, de carvalho, mais curto que a mangueira. Esta tinha na extremidade a *focineira* ou *nariseira*, argola de ferro a que se prendia o *cidouro*, correia de cabedal, feita de um subeio velho, para ligar a manteiga ao pértigo.

¹² Durante a malha, e por causa do calor excessivo, os malhadores andavam às vezes em ceroulas, e com um lenço tabaqueiro na cabeça.

direita davam uma levantadela ao centeio, e viravam-no depois ao contrário. De novo as pancadas dos pértigos. De vez em quando, os homens descansavam à espera de uma pinga fresca que compensasse a desideração pelo esforço despendido. E cantavam:

*Venha vinho, venha vinho!
Venha mais meia canada.
Eu, sem beber vinho não canto
Cantigas à minha amada — Bis*

*Hei-de subir ò loureiro,
Ò mais alto ramallete.
Se cair, apegarei-me
Às asas do seu colete. (S. Julião)*

As espigas túrgidas deitavam fora os grão morenos, causa de tanta canseira. Com o cabo dos malhos e algumas espalhaduras, os malhadores retiram a palha. Atrás, as mulheres vão baleando os coanhos. As mulheres, nesta altura, também cantavam:

*Já te cortaram as tuas asinhas,
Melrinho, meu com (sic),
Como cantarás?
E mais o meu melro,
E mais o vosso ai!
Melrinho, meu com,
Como cantarás? (Laviados, S. Julião, Deilão)*

Da palha melhor retirava-se o colmo. Servia não só para fazer os bancelhos com que se atava o trigo, mas também para encher a albarda dos animais, o charagão onde se deitavam, e cobria o palheiro onde guardavam o feno. Com a palha restante faziam tantos balgos quantos os vizinhos. «*Até òs fetchos da noite*» (S. Julião) malhava-se outro eirado. A mesma operação inicial de astrar, malhar, balear. Se a malha durasse três dias, o lastro coberto de cereal ia crescendo. Para que não saltasse do eirado para fora, erguiam em volta dele um *cordão* feito de molhos de centeio, colocados com as espigas para baixo e os caules para o ar. No fim, todo o cereal se juntava com o auxílio de uma tábua, a cujas extremidades se atava uma corda, puxada por grupos de homens. Quando a malhada era grande, o mó chegava a ter mais de 50 metros de comprido.

Se o vento soprava de feição, o mó do centeio, em breve ficava limpo de espigas e de outras impurezas. Enquanto os homens atiravam ao ar o centeio com pás de madeira, as mulheres, agitando ao de leve vassouras de baleias, retiravam para fora toda a impureza que restava. A canção era o condimento indispensável de todo o trabalho rural. A vassoura tornava-se mais ágil, quando as mulheres contavam:

*Varre, varre, minha vassourinha,
Abana, abana, meu abanador!
Vassourinha, varre, varre,
Abana, abana, que faz calor! (Quadramil)*

Quando a colheita ultrapassava as canseiras de todo o ano, o conselho rodeava o mó do pão numa alegria incontida. Solidários na abundância e na carência, homens e mulheres esperavam, numa atitude de guarda d'honra, que chegasse o momento de arrecadar a sua quantia. «*A partilha fazia-se à roda, dando a cada vizinho cinco alqueires arrasados*» (S. Julião). Em Laviados mediam seis alqueires, de cada vez, a seu vizinho. Quem devesse multas em dinheiro ou em vinho, era-lhe descontado a dívida antes de levar o seu cereal. A mulher viúva, em Quadramil, só tinha direito a metade da quantia que os outros vizinhos levavam, porque nas restantes tarefas só dera «*meia jeira*».

Na descrição das fainas anteriores, encontrei em todas elas o sabor da festa. Não fosse o excesso prejudicar o bom andamento e rendimento dos trabalhos, os mordomos tinham a mão pesada para aplicar multas e desmotivar os mais atrevidos e brincalhões. Como atrás afirmámos, «*o que num iba à hora pagaba a tardança, e o que faltaba ò respeito, descuntabum-le no mó*». Justiça igual para todos se praticava na «*roda das condananças*», porque «*no dia do mó, descuntabum-le, conforme o acordo*». Se nalgumas aldeias, as multas se reduziam a um cântaro de vinho, na Petisqueira eram de pão. «*Quatro ou cinco homes ibum a um acordo*». Sempre a preocupação de salvaguardar a justiça com a opinião e acordo dos mais velhos.

7. A FESTA

Além da festa anual, tempo de paragem do trabalho, o momento de confluência dos amigos que quisessem comparecer, havia as festas ocasionais, sem grande estrondo. Constavam estas de missa cantada e procissão. Em casa, a refeição era melhorada. Em Babe, essas festas são conhecidas por «*festas de badalo*». De facto é o sino que anuncia e dá o tom à festa.

Nesta zona do planalto da Lombada ainda hoje se encontra o sentido dionisíaco da vida. Se havia amuos, eles passavam depressa. A festa no trabalho tornava apetecidos aqueles convívios laborais. Podia faltar noutros dias, mas no jantar (almoço) da segada, *«toda a gente tinha prazer p'rá apresentar o melhor que tinha: presunto, cordeiro, cascanho, ovelha, butelo»* (Petisqueira). A merenda era mais leve, mas sobrava sempre um troço de *«lungaça»* do jantar (almoço). A noite chegava com um desejo insofrido de descansar, especialmente os mais velhos. A ceia era leve, e o apetite para *«c' mer um caldico de coubes, feijão, e um bocadico de barbada ou queixada»*, ainda se arranjava¹³.

Bailes faziam-se em qualquer local, principalmente à noite, e com gente nova. Em todas as aldeias encontrámos o uso de celebrar com festa mais ou menos rija o trabalho da roçada. Vale a pena referir a *«festa do rio»* que os habitantes da Petisqueira faziam no domingo a seguir à partilha do pão e término da roçada. Festa do rio, porque se fazia ali perto, junto do rio Maçãs. Mas, o nome mais original dava por *«convidada da roçada»*. *«O padre binha, rezaba a missa na capela, e depois ibum p'ró rio. Cantaba-se, bailaba-se. Era um dia inteiro de festa, só p'ros da aldeia!»*

Já dissemos atrás, que cada um levava, regra geral, o vinho que bebia, a não ser que houvesse vinho de multas, porque então, todos bebiam dele. Mas, em S. Julião e Laviados, no princípio na malha, *«compraba-se ãa pipa de binho p'ra todos»*

Quando tento reconstituir o trabalho sazonal destas aldeias, em dias de conselho, noto que o convívio e a multa estão sempre numa relação muito directa. O dinheiro quase não aparece. Trata-se de sociedades de subsistência, onde a liquidez monetária era nula. Pagava-se em géneros, mesmo em Bragança. *«Quem fornecia em Bragança, era o Senhor Américo (tinha uma taberna na estacada) e a Senhora Camila, que vivia nos Batocos e tinha lá taberna e fornecia pão. À vezes que o ano era rõi, nem daba p'ra pagar... Eles binhum a fazer a cobrança...»*.

Era assim, *«pobretes, mas alegretes»* !. Quando o ano não queria, nem o suor, nem o vinho ingerido faziam germinar o pão. Nalguns anos não dava para a despesa, confirmavam. *«Num daba a motcha p'rá cornuda»*. Num desses anos miseráveis, um segador ia atando, como irrisão trágica, as manadas de centeio que ceifava, debaixo do cinto. Não precisava de mais espaço, para guardar as minguidas palhas. Ao chegar ao fim do dia, em tom de escritura solene, dizia o pobre vizinho: — *«Quero deixar escrito aos meus herdeiros que nunca na*

¹³O sentido do encontro e da festa também existia, embora noutro contexto, quando a comunidade se juntava para fazer gratuitamente a segada, o recolher do feno à viúva do vizinho que morrera, ou se encontrava doente.

vida venham a trabalhar para esta roçada» (S. Julião). A mesma atitude teve outro, com alguma sobranceria no olhar, na manhã da segada, para o centeio raquítico: — «*O diabo que te pôs assim, que te segue»*, e virou costas, sem querer saber da ceifa (Babe).

8. APOSTAS E ARMADILHAS

Os trabalhos agrícolas fornecem momentos privilegiados para conhecer o comportamento e personalidade de uma comunidade rural. Alimentação, relacionamento, ferramentas, economia, eis alguns aspectos que podemos analisar, ao verificar a página da vida de um povo.

Também nos apercebemos do aspecto lúdico que o trabalho sempre inclui. As roçadas revelaram-nos que elas eram ocasião para que os mais novos pudessem ser aceites, de pleno direito, no grupo dos mais velhos. Como vamos ver, a destreza, a força, a resposta pronta, a agilidade, são aspectos que a pedagogia inata de comunidades iam inculcando nos mais novos. A roçada foi uma escola moderna de aprendizagem.

«*No escaitcho, a tapar o pão, os rapazes tirabum ãa tarroada às raparigas. Se o mordomo bia, pagaba ua quarta de pão»* (Deilão e S. Julião). *S' habia um xardão na roço, e se o cortasse c'ũa calagouçada, d'ũa beze, ganhava a aposta d'um cântaro de binho»*. Em Janeiro, quando andavam no roço, apanhavam coelhos. Arrematavam-nos e o dinheiro era para vinho (S. Julião). Para os agarrar, faziam um *reduto* (Laviados e Vila Meã). Constava de uma espécie de caminho feito de mato cortado, que se ia afunilando na extremidade da saída. Os coelhos eram espantados pelos roçadores, e outros apanhavam-nos nesta saída estreita. Outra armadilha consistia num pequeno outeiro coberto de mato por roçar, para onde previamente espantavam os coelhos. Roçavam mato à volta. Com o chão coberto de mato roçado, facilmente se apanhavam os coelhos, porque não podiam correr.

Uma aposta que demonstrava a valentia do roçador e o corte afiado do calagouço, relacionava-se com o corte de um tronco de sardão, de um só golpe. A este desafio designavam-no por «*fazer uma buxa»*. A moeda que avaliava o feito continuava a ser o vinho. Desafiavam-se os rapazes novos da roçada para ver se eram capazes de apanhar um coelho, sem usar espingarda ou fisga. Para aferir a precisão da mão, habilidade muito vulgar e necessária em pastores,

apostavam no atirar de um «lapada a ãa árbore».

9. GUARDAR A ROÇADA

A propriedade comunitária era de todos . Os mordomos sentiam a obrigação transmitida de zelar pelo cereal, desde que estava nascido. Havia pastores vizinhos que podiam abusar.

«Ao nascer o pão punham um caiato à bolta do pobo» (Petisqueira). Havia dois caiatos. Os mordomos designavam dois homens do conselho. Um «saía à promanhã c'o caiato e ò regressar entregaba-o ò mordomo». Esta guarda e controlo mútuo durava até ao fim da segada. Na Petisqueira, os caiatos eram dois pequenos paus em forma de tronco de cilindro. Um tinha um pequeno corte, feito à navalha, e o outro tinha dois. Em S. Julião o número de caiatos dependia da área da roçada. Chegava a haver quatro ou cinco caiatos. Se a área a guardar era pequena, então chegavam dois caiatos, Nesta aldeia, eram de pau de amoreira, em forma de gancho para se pendurar na árvore combinada¹⁴.

Quando apanhavam algum transgressor, era denunciado pelo guardador do caiato, ao mordomo. Este ia a «acordo com os belhos que multa habiam de aplicar». Se o transgressor fosse de aldeia estranha, pagava a dinheiro. Como afirmámos atrás, estas multas, se sofridas por vizinhos da aldeia, eram pagas no último dia do mó. Em Guadramil estes e outros hábitos comunitários estavam exarados no Tombo do Conselho, livro que desapareceu há mais de trinta anos.

Informadores:

Manuel Sousa, 45 anos	Babe
José António Nogal, 65 anos	Deilão
Manuel António Morais, 70 anos	Deilão
Caetano Preto, 82 anos	Guadramil
Evaristo Marrão, 76 anos	Laviados
Evaristo Vara, 75 anos	S. Julião
Francisco Fernandes (Bernardo)	Vila Meã.

¹⁴ Em Rio de Onor, para o mesmo efeito, usavam o termo *cambito*. — Ver Jorge Dias, Rio de Onor, p. 100.

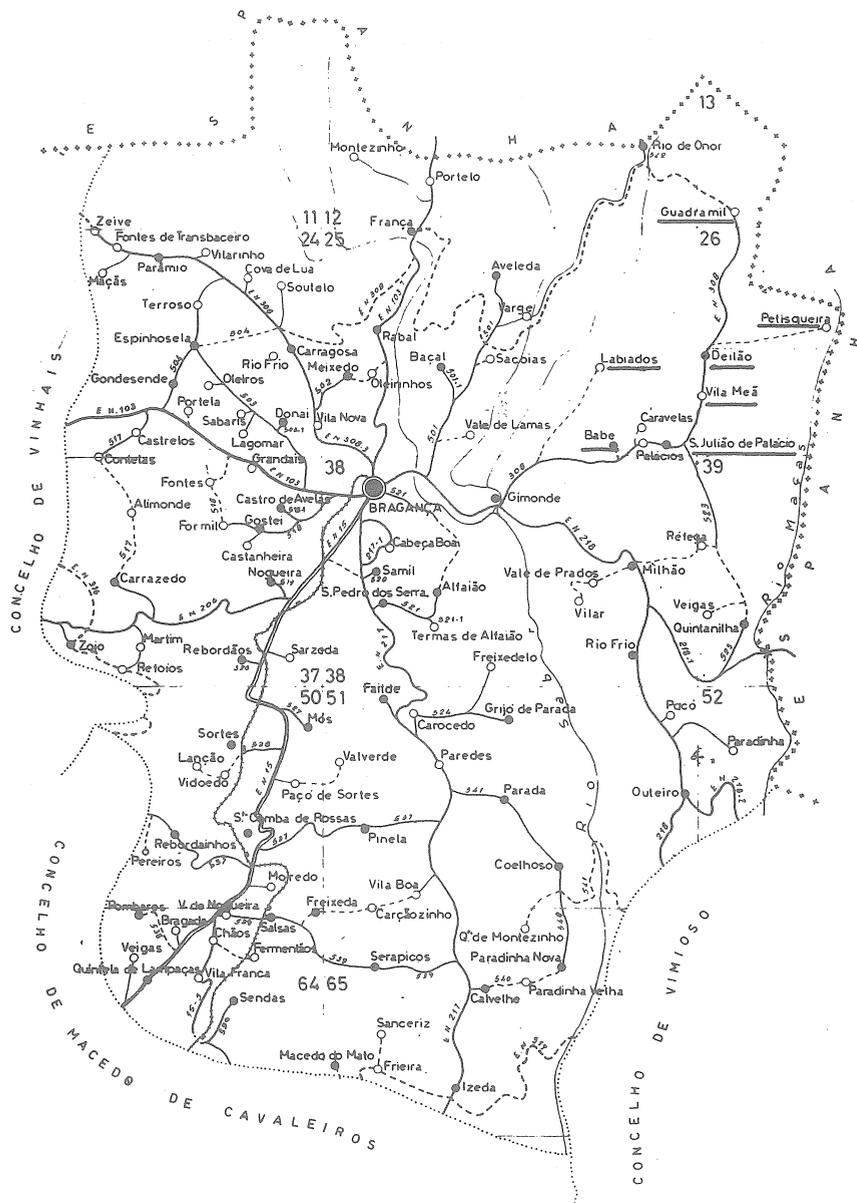
GLOSSÁRIO

- Astrar** — Espalhar o centeio no eirado. — Os malhadores *astravam* o centeio na eira.
- Bárdea** — Rima de lenha; sequeiro. — *A nossa bárdea* tem mais lenha que a vossa. A maior parte da lenha do sequeiro é de freixo.
- Bancelho** — Vencilho; vincelho. — Os atadores fazem os bancelhos com a grainheira do pão.
- Balgo** — Montão de palha centeia. — No fim de malhar o eirado, as mulheres faziam um *balgo* para cada vizinho.
- Caiato** — Pau curto, de cerca de dez centímetros de comprimento, ou em forma de gancho, usado como sinal de guarda. — Os mordomos mandaram levar o *caiato* à outra extremidade do termo.
- Calagouço** — Calagouça de lâmina mais comprida, usada no corte do mato.
- Cascanho** — Pé de porco. — Durante as segadas, as cozinheiras coziam *cascanho* com feijões.
- Charagão** — Enxergão. — No fim do verão, as donas de casa enchiam os *charagões* com palha de colmo.
- Cidouro** — Correia feita de subeio velho para ligar a mangueira ao pértigo.
- Cordão** — Fila — Os Malhadores colocavam um cordão de molhos, com as espigas para baixo, em volta do eirado.
- Empeleirar** — Embebedar-se. — No fim da malha, os malhadores *empeleiraram-se*.
- Escutrumelar** — Escodear o pão; parti-lo com a mão. — Ó Maria não deixes estrumelar o pão aos rapazes.
- Estalha-Elto** — Os ceifeiros corriam a estalha; ceifavam a oito.
- Focinheira** — Argola de ferro a que se atava uma correia para ligar a mangueira ao pértigo.
- Lungaíça**. — Linguíça.
- Mordico**. — Mata - bicho. — Pela manhã, os ceifeiros comiam o *mordico*.
- Mordomo, mardomo, merdomo**. — Além da primeira grafia, é frequente a pronúncia das outras duas formas. — Os mordomos tiram a esmola para o S. Sebastião.
- Morena**. — O mesmo que mornaleira.
- Mornal**. — Monte de molhos de cereal, — Este mornal tem vinte pousadas.
- Mornaleira**. — Conjunto de molhos devidamente acamados. No fim do dia, as mulheres juntaram o pão em mornaleiras, para enxugar melhor.
- Nariseira** — Ver focinheira.
- Pértigo**. — Pírtilgo, parte do malho que serve para fustigar o pão. — Os malhadores batiam com o *pértigo sobre as espigas*.
- Pousada**. — Conjunto de quatro molhos de cereal. Este carro leva vinte *pousadas*.
- Raposeira**. — Conjunto de molhos de cereal, pouco seco, espalhados no chão. Os segadores juntavam o pão em *raposeiras* para secar melhor.
- Reduto**. — Refúgio, armadilha. — Os rapazes construíram um *reduto* para agarrarem os coelhos.

BIBLIOGRAFIA

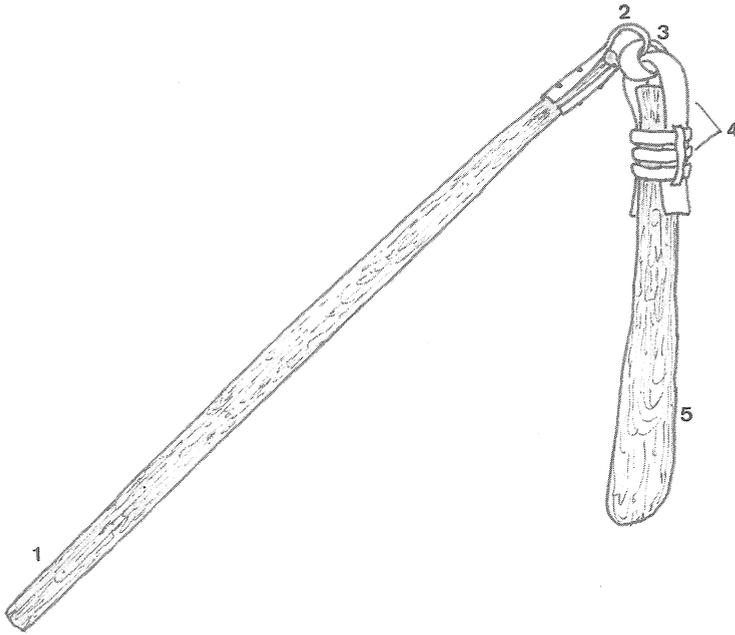
- CARO BAROJA, Julio. — Los pueblos de España. — Madrid, Edit. Istmo, 1976, 352 p.
- COSTA, Joaquim. — Colectivismo agrario en España, 2º ed. — Zaragoza, Guara Edit., 1983, tomo 2º, 427 p.
- DIAS, Jorge. — Rio de Onor: Comunitarismo agro-pastoril, 2ª ed. — Lisboa, Edit. Presença, (1981), 352 p.
- ILUSTRAÇÃO TRANSMONTANA. — Porto, 1910, 3º ano.

CONCELHO DE BRAGANÇA

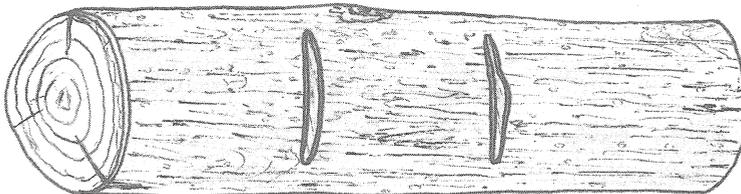
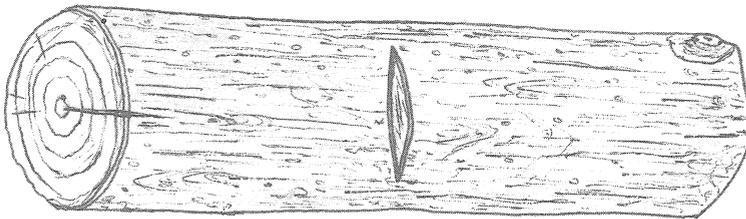


Escala 1:200.000

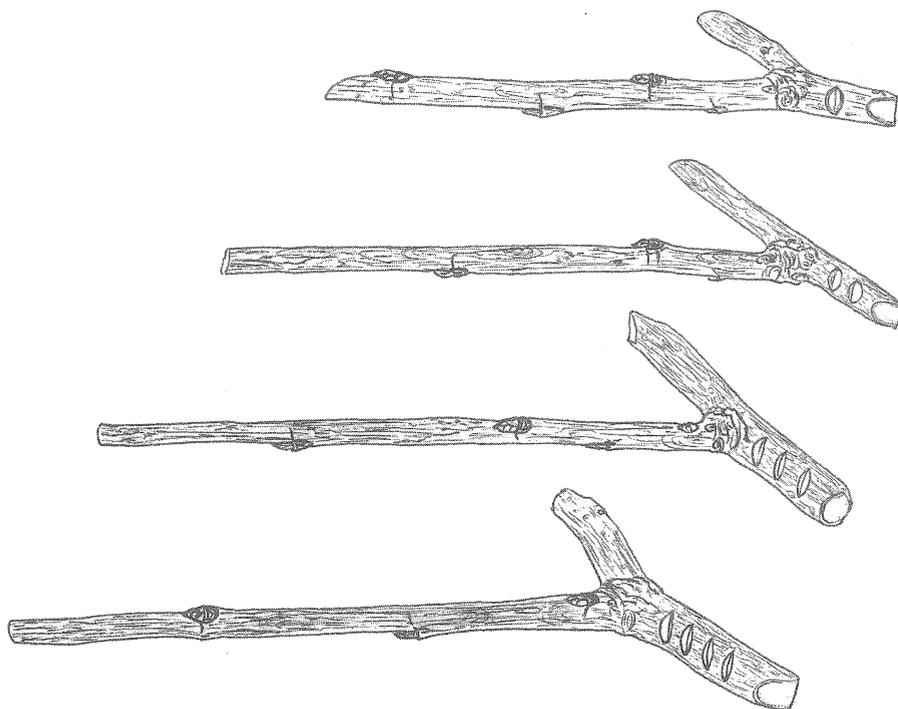
Aldeias da Alta Lombada (sublinhadas) que se referem neste trabalho.



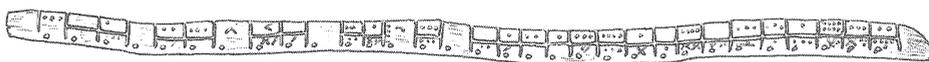
1 — Malho da Lombada (Bragança) e elementos de que se compõe: 1 — mangueira; 2 — focinheira ou narizeira; 3 — cidouro; 4 — correias; 5 — pértigo. Comp^o da mangueira: c. 1,60 m.



2 — Caiatos de Vila Meã (Bragança). Comp^o orig. do superior: c. 13 cm.



1 — Caiatos de S. Julião (Bragança). Comp^o do superior: c. 12,5 m.

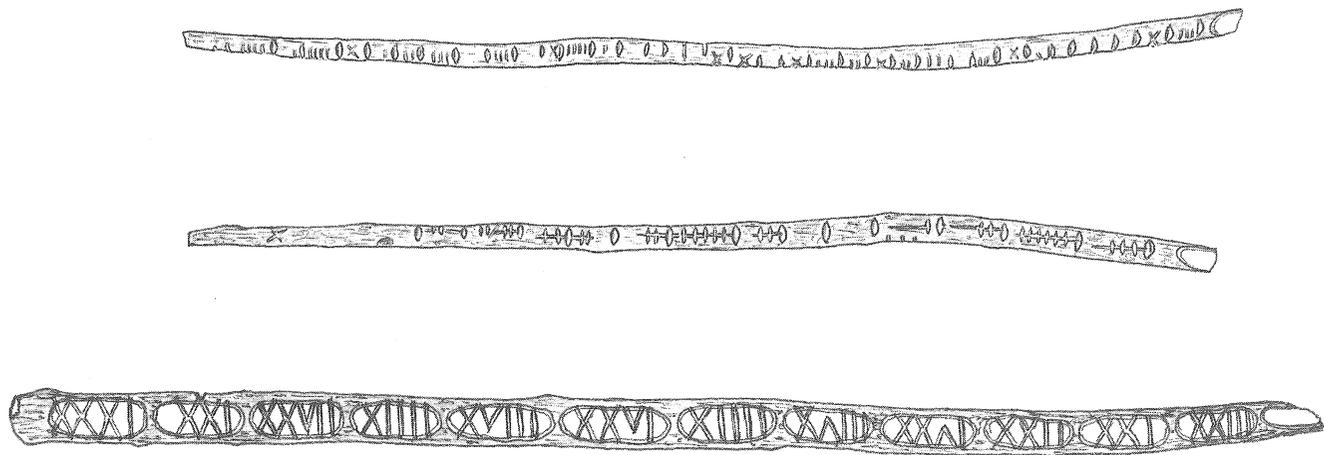


1



2

2 — Tala do foro de Calabor. 1 — Frente; 2 — Reverso. Reprodução da revista *Ilustração Transmontana*, 1910. Comp^o: c. 1,01 m.

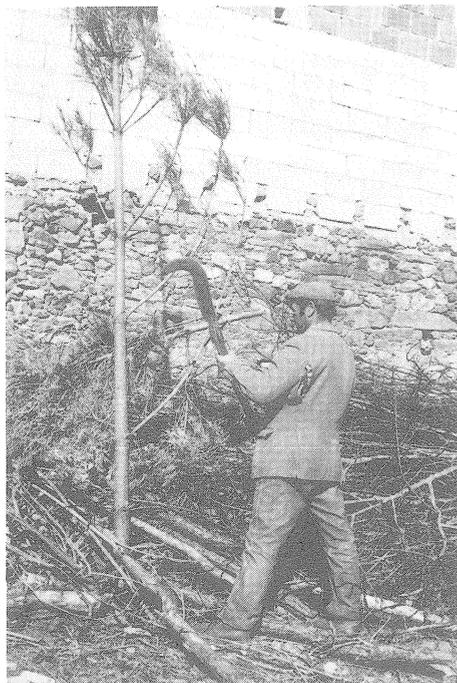


Em cima: tala da roçada (Rio de Onor — Bragança). Compº: c. 1,06 m.

Ao centro: tala do gado (ibidem). Compº: 1,03 m.

(Reproduções da *Ilustração Transmontana*, 1910).

Em baixo: tala do pão da Petisqueira (Bragança). Compº: c. 79 cm.



1 — O calagouço é capaz de cortar um carrasco de uma só vez.



2 — Malhava-se «até òs fetchos da noite».



1 — Medas.



2 — «Varre, varre minha vassourinha».

A CAÇA EM PORTUGAL BREVE PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA

por

Francisco Martins Ramos *

«Éramos andarilhos e vagabundos impenitentes. Entre uns e outros, palmilhámos o país todo, desde regiões fronteiriças no Norte, desde o rio Douro, das serras transmontanas, desde o Alto-Minho, desde a Ínsua de Caminha até Lisboa e até à serra algarvia.»

Assim falou Ernesto Veiga de Oliveira. Este texto é dedicado à sua memória e o tema escolhido não o é por acaso. Peregrino de montes e vales, qual caçador, ele foi um dos grandes colectores da cultura portuguesa, sabendo-se como se sabe que o museu que ele mais fruiu foi o museu do campo...

A actividade cinegética é tão antiga como a espécie humana. É sabido que a passagem da Natureza à Cultura, ou do mundo animal para o da organização social foi um processo moroso de milhares de anos, que se concretizou através de três tipos de trocas: a troca de mulheres, a troca de palavras e a troca de bens económicos. Que bens económicos? Naturalmente aqueles que a Natureza, pródiga e rica, colocou à disposição dos nossos antepassados. As presas da caça tiveram justamente a primazia nesse «processo de produção natural.»

O que interessa realçar é que nessa dicotomia Natureza/Cultura, o Homem, para se afirmar culturalmente, fá-lo através da Natureza. A caça representa, pois, o elo e o vínculo de uma relação que se vai eternizar e perseguir o destino do Homem. Teoriza-se e especula-se afirmando-se que a caça é a alternativa à guerra. Pois que seja; só temos a lucrar com isso.

Entretanto o Homem aprendeu que a Natureza não é inesgotável. Observando o voo das aves, coabitando com o ciclo da Natureza, descobrindo as casas dos animais, estudando os seus hábitos e instintos, o Homem concluiu

* Universidade de Évora.

que era preciso manter o equilíbrio, proteger certas espécies, ajudar os animais indefesos, servir-se da Natureza sem a destruir. Isto o Homem fez sem legislação.

A complexidade da organização social, as invenções, o progresso tecnológico, a delimitação das fronteiras, o domínio cultural ou militar, tudo isso e a ambição humana enredaram o Homem e a sua relação com os sistemas ecológicos com que se tratava por tu.

A evolução das sociedades, sem esquecer o ambiente biológico que as enquadra, gerou pois, processos de caça compatíveis com os instrumentos tecnológicos disponíveis e massificou o mecanismo de procura das espécies cinegéticas. A popularização da caça como instrumento fácil de sobrevivência, ou como factor de lazer, não afectaram porém, o equilíbrio das populações animais a não ser quando a tecnologia se sofisticou e a espingarda se afirmou.

Note-se que «a caça, além de uma necessidade da vida nómada, desenvolveu-se como uma forma de guerra defensiva e tornou-se um passatempo aristocrático quando as classes guerreiras se acharam sem destino na concorrência social». (Braga 1985: 75).

O arco e a flecha, a armadilha artesanal, o varapau, as redes e os dardos, apesar da ajuda de animais especializados (cães, furões, cavalos ou falcões), foram ultrapassados pela «caçadeira».

Em Portugal, país de matos e florestas, a prática cinegética acompanha as investidas cristãs para a formação do território pátrio nascente. Segundo Oliveira Marques o Portugal medievo era um país de coutadas e baldios. «A caça incluía-se entre as principais distrações do nobre e representava para o vilão fonte importante de subsistência.» (Marques 1974: 8).

Por um período de largas centenas de anos, que se prolongou até aos nossos dias, ser caçador era ser privilegiado e nobre; não era qualquer um que tinha posses para adquirir os instrumentos tecnológicos da caça. Naturalmente que não nos esquecemos de uma mão cheia de homens do povo que em cada aldeia ou vila tinham o engenho para completarem as suas tarefas de assalariados sem terra ou de pequenos agricultores, com a actividade artesanal de caçadores.

Para ficarmos com uma ideia da diversidade de animais que eram produto da actividade venatória note-se que nos mercados medievais portugueses se tabelavam «as carnes de gamo, zebro, cervo, corço, lebre e até urso, entre as gordas; ao lado de uma variedade assombrosa de aves: perdiz, abetarda, gru, pato bravo, cerceta, garça, maçarico, fuselo, sisão, galeirão, calhandra e muitas outras.» (Marques 1974: 8).

Os safões, tão peculiares e tão caros aos Alentejanos de extracção genuinamente rural, eram recomendados para a caça por D. João I. Nesses tempos «as luvas tinham particular utilidade na caça e vendiam-se para a arte de cetraria,

consoante se quisesse caçar com açor ou com gavião. (Marques 1974: 34).

A cetraria era uma das duas modalidades de caça durante a Idade Média; consistia em caçar com a ajuda de aves de rapina previamente domesticadas.

A outra modalidade era a montaria que consistia em caçar perseguindo violentamente os animais.

As grandes áreas de reserva venatória localizavam-se, tal como hoje, no sul do País, «riba d'Odiana». Aqui se caçavam animais extremamente corpulentos tais como javali, o lobo, o gamo e o urso. Este animal ainda abundava em meados do século XIV, quer no Alentejo, quer na Beira Interior. Oliveira Marques dá-nos conta que os infantes D. Duarte e D. Henrique caçaram um corpulento urso, em 1414, junto a Portel. Todavia, em finais do século XV a espécie estava extinta em Portugal.

Apesar da actividade venatória ser privilégio de nobres e do clero, alargava-se naturalmente a burgueses e vilões, mas com objectivos essencialmente económicos e não como «desporto». De facto, o autor que temos citado refere que «a importância económica que a caça devia ter na vida quotidiana levava a tolerâncias por parte dos defensores da arte venatória.» (Marques 1974: 189). Assim, os moradores de Évora e seu termo foram autorizados, em 1435, a caçar perdizes, perdigões e lebres. O facto é digno de nota porque a região era oficialmente coutada. Tal tolerância verificou-se também, em diversas épocas, no que diz respeito aos lobos e águias. Nobres e plebeus foram convidados a realizar batidas sistemáticas.

A proliferação de toda a espécie de caça em vastas florestas e matagais fomentou a prática venatória, principalmente na Idade Média, a ponto de se elaborarem tratados sobre a arte. Tal é o caso do Livro da Montaria.

Os excessos da actividade cinegética e a extensão das coutadas foram, por outro lado, motivo de preocupação e queixas por parte das populações menos favorecidas. Tais queixas caíam normalmente em saco roto. Houve efectivamente, a partir do século XVI, uma diminuição das reservas da caça, mas tal facto deveu-se à necessidade de agricultar novas courelas e ao aumento demográfico.

Cunha Rivara refere o facto de as coutadas reais em Portugal terem perdido a sua importância e uso partir do domínio filipino, uma vez que os monarcas espanhóis não tinham ocasião de caçar nas coutadas portuguesas. Por isso mandaram descoutar muitas coutadas entre as quais se incluiu a da vila alentejana de Arraiolos. (Rivara 1979: 159).

Até ao último quartel do século XVIII vigora em Portugal a tradição romanista no que diz respeito à caça, ou seja, ela é susceptível de ocupação independentemente da propriedade. «Mas no Alvará de 1 de Julho de 1776, expedido pelo Marquês de Pombal, o direito de propriedade afirma-se com

nitidez. Não se proíbe apenas que se entre nos terrenos murados e valados: rotula-se de invasor o que, contra a vontade do dono ou dos seus propositos, penetre na fazenda alheia, e para o qual se instituem pesadas penas. «Garcez 1962: 7)

Teófilo Braga alude a formas populares de caça em diversas regiões portuguesas, em recolha etnográfica que peca, infelizmente, por breve. No que diz respeito ao Minho refira-se a existência de engenhosas armadilhas com que os jovens apanhavam pássaros: armelos com visco, alçapões, caniços ou naças. Dos Açores refere as cestilhas e da Sortelha (Beira Baixa) indica as costelas. O político-etnógrafo comenta: «Assim como a caça serviu para as populações sedentárias como um exercício de guerra, também se tornou um desenvolvimento do ardil. (Braga 1985: 79). As descrições das caçadas de cabras-montesas no Soajo, no final do século XVII, feitas pelo Padre Torquato de Azevedo, concluem com outras informações úteis: «... o gosto da carne é semelhante à do veado, o couro é mui útil para o calçado da gente do campo. (Braga 1985: 79).

Foi a revolução industrial que popularizou a caçadeira e criou hordas de caçadores ávidos de matar espécies prejudiciais às lavouras. Apesar disso, ser caçador não perdeu estatuto face à «democratização» da espingarda. Com o devido respeito pelos amantes das cinegética não é caçador quem quer. É preciso ter qualidade físicas, atributos intelectuais e predicados morais. O caçador, no verdadeiro sentido do termo, é um sabedor das coisas da Natureza: da fauna e da flora, dos montes e vales, dos cursos de água, da chuva e do bom tempo. O caçador é um profundo conhecedor de animais; mais do que isso: ele deve conhecer os outros homens.

No mundo rural que nos cerca existem três ambições que sempre povoaram o universo e o imaginário dos alentejanos pobres:

- ter trabalho permanente;
- ter um porco para a matança;
- possuir uma espingarda para caçar.

Nos caminhos tortuosos da masculinidade, para não falar do machismo, o homem afirma-se socialmente pelas suas qualidades de perspicácia cinegética e prova-o com o número maior ou menor de peças abatidas. Apanhar um «chibato» é uma quasi-humilhação que precisa de ser reparada quanto mais depressa melhor.

Se a caça é para os habitantes do mundo rural «um vou ali já volto» que culmina na agradável surpresa da presa abatida, para o homem urbano a caça é uma aventura e um regresso às origens. A massificação da caça e a invasão nortenha dos montados alentejanos cria naturalmente nos agricultores e nos caçadores do Alentejo ressentimentos culturais antigos (e modernos), sentimentos territoriais hibernados e quesílias que importará reduzir.

Nalguns é a caça a única oportunidade para o cidadão tomar contacto com o campo, para o urbano regressar às origens, para se poderem contemplar montes e vales, sentir-se o peso dos elementos naturais ou a força dos deuses. Será que o homem da cidade tem tempo para contemplar a Lua, sofrer o Sol e sentir o equilíbrio de um mundo sem pressas e fruir o silêncio? Mas a caça é também o momento do escape selvagem que possibilita destruição, violência sanguínea e morte.

Efectivamente, não é necessário argumentar com as modernas teorias psicológicas e psiquiátricas da compensação do «stress» urbano para encontrarmos a justificação da prática venatória; torna-se mais simples fazer o apelo à teoria da sublimação dos instintos do homem-fera. Duma forma ou doutra, todavia, a caça aí está como fenómeno social total e, mais do que isso, como geradora de problemas sociais.

Teria sido um caçador ou foi o Senhor de La Palice quem afirmou que um bom governador é aquele que consegue fazer uma boa lei da caça? De facto, desde sempre que a legislação venatória é matéria delicada dada a diversidade e complexibilidade dos interesses envolvidos; principalmente quando os interesses individuais brigam com o bem comum, a protecção da Natureza e a defesa das espécies.

Em 1958 emitiram-se em Portugal 142400 licenças de caça, em finais da década de setenta esse número subiu para 270000 e, nos dias que correm somos confrontados com um «exército» de cerca de 380000 caçadores: aqui está representada, na frieza dos números, a perspectiva que anteriormente já tínhamos aflorado — metade desses Portugueses pretende subir na escala social. Ou então já subiram e, nessas circunstâncias não precisariam de ser caçadores... Logicamente que a ironia deste comentário precisaria de ser demonstrada factualmente e não engloba os caçadores conscientes que afirmam: «eu sou caçador, não sou matador».

Relatos de caçadas utópicas, descrições de feitos heróicos, «estórias» para ouvir à lareira nas longas noites invernosas, povoam o imaginário e alimentam os sonhos e a mística dos caçadores, eles próprios alvo de chacota, gozo e motivo de saudável humor. Na pobreza e ingenuidade decorativas das tabernas alentejanas, (outra espécie em vias de extinção), há sempre um dístico discreto que reza: «Neste sítio se reúnem pescadores, caçadores e outros mentirosos...».

A caça está intimamente associada ao património gastronómico do país. Nos momentos altos da vida social, justamente consubstanciados nas manifestações festivas, um prato de caça é um desejo nem sempre realizado e uma ambição a que a bolsa ou as artimanhas do pobre raramente conseguem chegar. Um ensopado de lebre com nabos, uma favada de caça, o coelho à caçador e as perdizes estufadas, apenas para referir os que me ocorrem à ideia, são alguns dos manjares que fazem crescer água na boca a caçadores e a consumidores

sempre atentos às actividades venatórias.

A descrição literária e etnográfica da caça e da figura do caçador permitem o aparecimento de páginas brilhantes da nossa literatura, em quadros coloridos em que à mistura com sentimentos e posturas, habilidades e esforços, se descrevem os hábitos e defesas dos animais, quer se localizem nas penedias de Riba-Côa, nos matagais do Gerês, nas fragas do Guadiana, ou nos penhascos beirões tão caros à pena de Aquilino.

Um dia de caça representa um percurso humano e social inigualável. Participar numa caçada é reviver a aventura humana da sobrevivência e é retratar a necessidade ancestral da organização social do homem pela via da descoberta cultural em oposição ao mundo da natureza. Na caçada repete-se o acto primeiro da gestação da economia de partilha, caminha-se para os mecanismos económicos da troca que desembocam natural e progressivamente na actual orientação mercantil. A caça sintetiza os mais nobres sentimentos de entreaajuda, solidariedade e fraternidade. Ao mesmo tempo, o homem reafirma-se como o animal predador por excelência, é bom que o não esqueçamos.

Com este breve apontamento pretendeu-se realçar a riqueza, diversidade e complexibilidade de um tema e de um fenómeno intrincado que acaba por concentrar o interesse e atenção de vastas camadas da população portuguesa, num tempo em que, pela via dos mecanismos e dos caminhos da democracia, todos devem ter o direito de caçar.

Numa sociedade aberta, os privilégios e benesses não devem separar os homens e estes só se devem distinguir uns dos outros pelas suas capacidades e inteligência. Numa sociedade e numa época que conseguiu, apesar do tempo perdido, reconsiderar o diálogo com o equilíbrio da Natureza e com a noção da precaridade e da não exauribilidade dos recursos existentes, caçar é, acima de tudo, um acto de inteligência.

Está por fazer a verdadeira história da caça em Portugal. Essa tarefa incomensurável não deverá deixar de ser um projecto interdisciplinar e participativo, onde as componentes sócio-culturais terão justamente um peso e um significado relevante.

Que estas considerações possam contribuir para uma perspectiva alargada da temática da caça foi a preocupação fundamental gerada pela lembrança de Veiga de Oliveira.

Vila Velha, 1990

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGA, Teófilo (1985) «O Povo Português», vol. I, Lisboa: Dom Quixote.
- GARCEZ, António (1962) «A caça em Portugal», Lisboa: Imprensa Nacional.
- MARQUES, A.H. Oliveira (1974) «A Sociedade Medieval Portuguesa», Lisboa: Sá da Costa.
- RAMOS, Francisco M. (1980) «Introdução à Antropologia Alentejana do Quotidiano», Lisboa: Diário Popular (Artes e Letras).
- RIVARA, Cunha (1979) «Memórias da Villa de Arrayollos», Parte I, Arraiolos: Câmara Municipal.

ETNOGRAFIA, ALDEIA E MONTES: FORMAS DE POVOAMENTO NO NORDESTE ALGARVIO

por

Cristiana Bastos *

AS ALDEIAS DA ANTROPOLOGIA RURAL

A sistemática referência à *aldeia* enquanto o local de acção, imaginação e teoria da antropologia rural condicionou não só os leitores de etnografias, que têm um espaço mental único para a díade antropólogo/aldeia (onde antes estava antropólogo/tribo), mas condicionou também muitos de nós, antropólogos-ou-quase, a procurar aldeias para situar a pesquisa de ambientes rurais de forma a ter dados passíveis de comparação com a investigação preexistente. Naturalmente, enquanto continuamos a procurar aldeias o público continua a associar etnografia rural a aldeias e nós continuamos a pensá-las como o melhor, senão único, lugar viável para etnografar.

Acontece, porém, que muita da vida rural — para não mencionar a menos aldeã vida urbana — não se desenrola no quadro definido da pequena comunidade. Há muitas e diversas maneiras para fisicamente acontecer a ruralidade, desde o isolamento de uma casa entre os campos, ao espalhamento regular ou irregular de empreendimentos familiares agrícolas pela paisagem, à exploração mecanizada da grande propriedade, e à existência de segmentos da vida urbana dedicados à agricultura em tempos parcial.

Enquanto os geógrafos rurais se têm esforçado para conceptualizar e sistematizar esta diversidade, cabe aos antropólogos ousar explorar a dinâmica da vida social nestes quadros menos habituais que o tradicional e repetido quadro aldeão. Como começar, porém, a romper com os hábitos arreigados do trabalho de campo em «comunidades fechadas», e com a facilidade que advém da coincidência entre o universo social e a unidade empiricamente delimitada?

* ISCTE/ICS

O projecto de «ultrapassar a aldeia» deve iniciar-se com duas estratégias: por um lado, estudar terrenos cujo povoamento seja distinto da clareza recortada das aldeias; por outro, experimentar modelos teóricos para formalizar a sociabilidade nesses terrenos. O presente artigo pretende contribuir para esse projecto apresentando dados relativos a uma região onde o povoamento se caracteriza pela existência de pequenos aglomerados que, apesar de claramente delimitados, não oferecem a ilusão de autarcia.

OS MONTES DO NORDESTE ALGARVIO

No nordeste algarvio, um ondulado de baixas montanhas de xisto que constituem a secção leste da serra algarvia e o acabar do enrugado da peneplanície alentejana, a vida rural desenrola-se primordialmente no quadro dos «montes». Os montes são pequenos aglomerados que reúnem geralmente vários grupos domésticos com habitações separadas, cuja actividade é quase exclusivamente agrícola.

Apesar da identidade do termo, os montes do nordeste algarvio não designam o mesmo que os mais conhecidos montes alentejanos. Enquanto estes são centros de herdades, consequentemente estratificados e hierarquizados, em função das necessidades de organizar a produção em grande escala, os montes do nordeste algarvio são conjuntos de várias, pequenas e geralmente pobres, explorações domésticas, onde não se distinguem notáveis elementos de diferenciação e hierarquia. A agricultura dá-se num nível próximo da subsistência; o pastoreio na maioria dos casos destina-se ao consumo doméstico, embora existam também alguns casos de largos rebanhos de ovelhas e cabras orientados para a produção de queijo em grande escala ou para a venda do leite; complementando estas actividades e para equilibrar o orçamento familiar, os habitantes dos montes do nordeste algarvio recorrem à emigração temporária quer para centros urbanos e costeiros próximos, quer para explorações agrárias ou industriais mais distantes (cintura de Lisboa, França, Alemanha).

Nesta região, cada grupo doméstico reporta-se a um conjunto de parcelas de terreno que se tornaram repartidas até às mínimas dimensões no jogo das heranças, atendendo ao ideal de dividir igualitariamente — e não apenas equitativamente — todas as qualidades e atributos de cada terreno: características do solo, inclinação, exposição ao sol, humidade, proximidade de água, proximidade da casa, etc. O monte é o ponto de encontro daqueles que se repartem por esse emaranhado de terrenos; e nas casas do monte se reflectem os mesmos princípios que estão subjacentes à repartição dos terrenos: também os muros se podem dividir, as portas fechar a criar separações, as paredes dar lugar a portas

e abrir comunicações, e de geração para geração se re-organizam os espaços interiores e exteriores ao monte.

No jogo da fragmentação de terrenos e da repartição das actividades por diversos espaços que existem no nordeste algarvio, os montes representam unidades físicas de relativa estabilidade onde se habita e de que se reporta a origem. Apesar da fluidez dos movimentos de população, estes montes são hoje, no final do século XX, praticamente os mesmos que estão referenciados nos documentos paroquiais dos séculos XIX e XX. Alguns dos montes antigos desapareceram e tornaram-se ruínas semelhantes às dos lugares medievais que existiram na região, enquanto outros montes surgiram de novo; muitos declinaram de população, mas não desapareceram. Embora as vagas migratórias dos anos sessenta e setenta tenham apontado para um hipotético despovoamento global da área, esta manteve-se habitada e os montes de hoje e de ontem são em geral os mesmos. Assim, para experimentar neste terreno a construção de modelos de sociabilidade, vai-se aqui recorrer a dados do século XIX.

A ANTROPOLOGIA E OS MONTES

O tipo de povoamento rural do nordeste algarvio oferece um caso exemplar para romper com o hábito de situar a etnografia em aldeias. Porque os montes são na sua maioria bem mais pequenos que as aldeias tratadas na literatura, não se pode com segurança usar os dados obtidos no estudo social de um monte para fins de comparação e generalização orientada para a teoria.

Uma das formas possíveis de resolver este problema seria a de escolher algum dos montes maiores, de dimensões comparáveis às das aldeias da literatura, e tomá-lo como representativo da vida social rural do nordeste algarvio. Essa solução, porém, deixaria de fora o que há de mais interessante e potencialmente enriquecedor para a antropologia: a especialidade do povoamento por montes.

A possibilidade de estudar a especificidade dos montes e ao mesmo tempo apresentar dados que possam contribuir para desenvolvimentos teóricos depara-se todavia com o problema de não radicar em nenhuma tradição, e de por conseguinte passar pelas lentas fases de experimentação. Sendo uma dessas fases, este artigo reúne dados a ser tomados em conta para a teorização de formas de povoamento e sociabilidade, bem como para a discussão metodológica em torno das unidade de análise.

Os dados são relativos à freguesia de Martinlongo, a mais povoada das freguesias do concelho de Alcoutim. As restantes são Giões, Pereiro, Vaqueiros e Alcoutim. Compõem ainda o chamado nordeste algarvio as freguesias de

Cachopo (concelho de Tavira), Odeleite (concelho de Castro Marim). Todas estas freguesias têm uma aldeia do mesmo nome (ou vila, no caso da sede de concelho) e um conjunto de montes de tamanho variável. Nas tabelas incluídas, os montes estão agrupados em três grupos de acordo com a sua proximidade.

O fenómeno isolado para medir a interação entre os montes foi o do casamento, uma vez que reúne dois conjugues referenciados pelo lugar de origem. O período seleccionado foi o de 1860 a 1883, e serviram de fonte os registos paroquiais existente no Arquivo Distrital de Faro. As variáveis estudadas foram a origem dos noivos nos casamentos das mulheres da freguesia de Martinlongo, para cada um dos lugares de origem da noiva, e a origem das noivas nos casamentos dos homens da freguesia de Martinlongo, para cada um dos lugares de origem do noivo.

As tabelas e mapas revelam maior mobilidade masculina: tendência para a uxorilocalidade (maior frequência na deslocação do noivo para o local da noiva que o inverso), e maiores distâncias entre os lugares de proveniência dos noivos deslocados e os das suas noivas do que entre os lugares de proveniência das noivas deslocadas e os dos seus noivos.

Os mapas mostram ainda esboços de áreas de acção privilegiadas entre certos montes. As estruturas que aparecem sugerem «constelações» de montes, que não se fecham em si mesmas mas todavia são passíveis de ser lidas com nexos e alguma consistência interior. Relacionar a forma desta constelação com outras variáveis sociais torna-se o passo seguinte desta pesquisa.

ORIGEM DOS NOIVOS NOS CASAMENTOS DAS MULHERES DE MARTINLONGO, 1860-1883

Residência da noiva	N. cas.	Residência do noivo % do			n. espec.	TOTAL FREGUE.
		do monte	out. monte	aldeia		
Martinlongo	95		10.53	74.74	0.00	85.27
Castelhanos	17	47.06	29.41	0.00	5.88	82.35
Laborato	20	40.00	30.00	5.00	0.00	75.00
Gagos	2	0.00	50.00	50.00	0.00	100.00
Lotão	24	37.50	37.50	8.33	0.00	83.33
Penteadeiros	9	11.11	55.56	22.22	0.00	88.89
Santa Justa	43	41.86	30.23	4.65	0.00	76.74
Fincarrodilha	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Pero Dias	9	0.00	55.56	0.00	0.00	55.56
Barrada	16	31.25	50.00	0.00	0.00	81.25
Azinhal	8	0.00	87.50	0.00	0.00	87.50

Silgado	4	50.00	50.00	0.00	0.00	100.00
Diogo Dias	14	35.71	50.00	7.14	0.00	92.86
Tremelgo	11	9.09	63.64	0.00	9.09	81.82
Pessegueiro	47	35.32	21.28	2.13	6.38	85.11
Zorrinhos	2	0.00	50.00	0.00	0.00	50.00
Casa Nova	1	100.00	0.00	0.00	0.00	100.00
Pereirão	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Estrada	2	0.00	50.00	0.00	0.00	50.00
Relvais	1	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Mestras	5	20.00	40.00	20.00	0.00	80.00
Barranco	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Barroso	13	7.69	46.15	0.00	0.00	53.84
Corte Serranos	11	36.36	36.36	0.00	0.00	72.73
Montinho	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Arrizada	7	0.00	57.14	0.00	0.00	57.14
Montargil	20	5.00	50.00	5.00	0.00	60.00

**ORIGEM DOS NOIVOS NOS CASAMENTOS DAS MULHERES DE
MARTINLONGO, 1860-1883**

Residência da noiva	N. cas.	TOTAL Freguesia	out. freg.	Total CONC.	out. Algarve	out. Alentejo	Total
Martinlongo	95	85.27	9.47	94.74	0.00	5.26	100.00
Castelhanos	17	82.35	5.88	88.24	0.00	11.76	100.00
Laborato	20	75.00	20.00	95.00	0.00	5.00	100.00
Gagos	2	100.00	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Lotão	24	83.33	12.50	95.83	4.17	0.00	100.00
Penteadeiros	9	88.89	11.11	100.00	0.00	0.00	100.00
Santa Justa	43	76.74	23.26	100.00	0.00	0.00	100.00
Fincarrodilha	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00
Pero Dias	9	55.56	44.44	100.00	0.00	0.00	100.00
Barrada	16	81.25	6.25	87.50	6.25	6.25	100.00
Azinhai	8	87.50	12.50	100.00	0.00	0.00	100.00
Silgado	4	100.00	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Diogo Dias	14	92.86	7.14	100.00	0.00	0.00	100.00
Tremelgo	11	81.82	0.00	81.82	9.09	9.09	100.00
Pessegueiro	47	85.11	2.13	87.21	6.38	6.38	100.00
Zorrinhos	2	50.00	0.00	50.00	0.00	50.00	100.00

Casa Nova	1	100.00	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Pereirão	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Estrada	2	50.00	50.00	100.00	0.00	0.00	0.00
Relvais	1	100.00	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Mestras	5	80.00	0.00	90.00	20.00	0.00	100.00
Barranco	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00
Barroso	13	53.84	0.00	53.84	23.08	23.08	100.00
Corte Serranos	11	72.73	0.00	72.73	27.27	0.00	100.00
Montinho	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00
Arrizada	7	57.14	14.29	71.43	28.57	0.00	100.00
Montargil	20	60.00	30.00	90.00	5.00	5.00	100.00

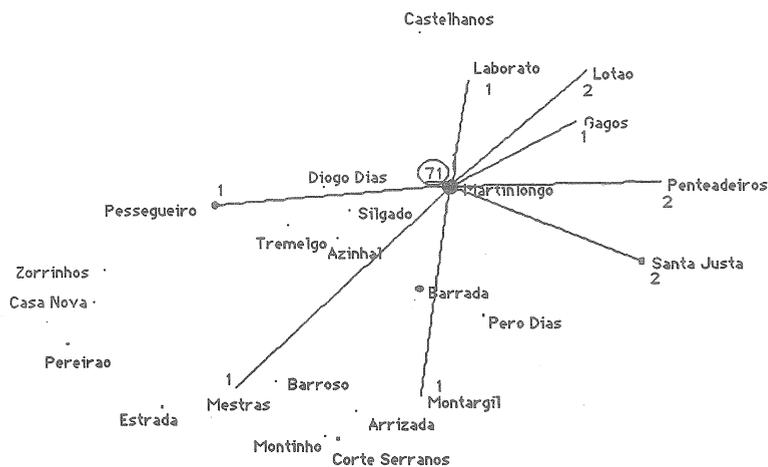
ORIGEM DAS NOIVAS NOS CASAMENTOS DE HOMENS DE MARTINLONGO, 1860-1883

Residência do noivo	N. cas.	Residência da noiva % do		aldeia	n. espec.	TOTAL Freguesia
		do monte	out. monte			
Martinlongo	87		13.79	81.69	1.15	96.55
Castelhanos	18	44.44	44.44	5.56	0.00	94.44
Laborato	24	33.33	58.33	8.33	0.00	100.00
Gagos	4	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Lotão	20	45.00	40.00	10.00	5.00	100.00
Penteadeiros	5	20.00	80.00	0.00	0.00	100.00
Santa Justa	33	54.55	36.36	3.03	0.00	93.94
Fincarrodilha	1	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Pero Dias	14	0.00	85.71	14.29	0.00	100.00
Barrada	13	38.46	46.15	0.00	0.00	84.62
Azinhal	10	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Silgado	4	50.00	25.00	25.00	0.00	100.00
Diogo Dias	12	41.67	58.33	0.00	0.00	100.00
Tremelgo	7	14.29	71.42	14.29	0.00	100.00
Pessegueiro	29	89.66	10.34	0.00	0.00	100.00
Zorrinhos	2	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Casa Nova	2	50.00	50.00	0.00	0.00	100.00
Pereirão	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Estrada	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Relvais	2	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Mestras	4	25.00	75.00	0.00	0.00	100.00

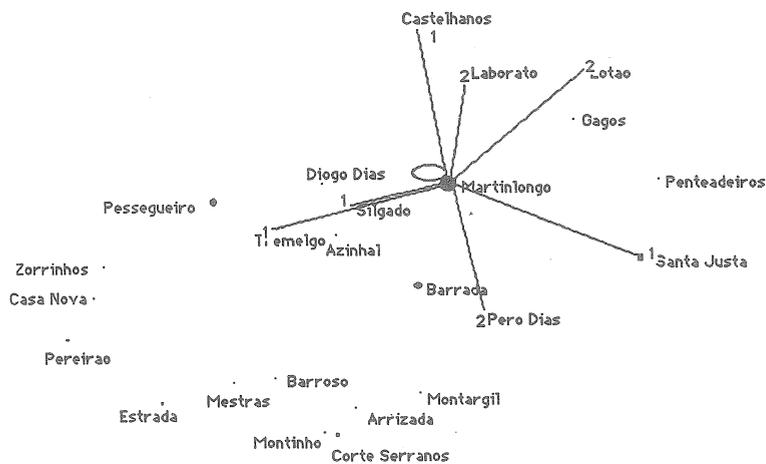
Barranco	1	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Barroso	5	20.00	60.00	0.00	0.00	80.00
Corte Serranos	8	50.00	50.00	0.00	0.00	100.00
Montinho	2	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Arrizada	3	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Montargil	4	25.00	75.00	0.00	0.00	10.00

ORIGEM DAS NOIVAS NOS CASAMENTOS DE HOMENS DE MARTINLONGO, 1860-1883

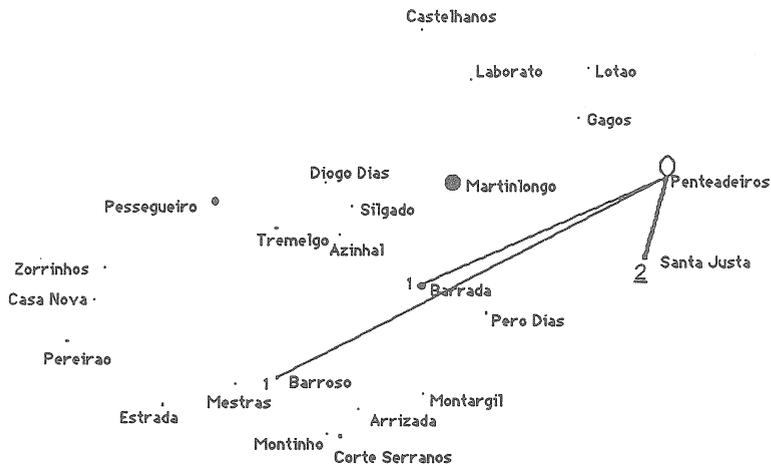
Residência do noivo	N. cas.	TOTAL Freguesia	out. freg.	Total CONC.	out. Algarve	Total
Martinlongo	87	96.55	2.30	98.85	1.15	100.00
Castelhanos	18	94.44	0.00	94.44	5.56	100.00
Laborato	24	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Gagos	4	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Lotão	20	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Penteadeiros	5	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Santa Justa	33	93.94	3.03	96.97	3.03	100.00
Fincarrodilha	1	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Pero Dias	14	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Barrada	13	84.62	7.69	92.31	7.69	100.00
Azinhal	10	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Silgado	4	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Diogo Dias	12	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Tremelgo	7	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Pessegueiro	29	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Zorrinhos	2	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Casa Nova	2	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Pereirão	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Estrada	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Relvais	2	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00
Mestras	4	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Barranco	1	0.00	0.00	0.00	100.00	100.00
Barroso	5	80.00	0.00	80.00	20.00	100.00
Corte Serranos	8	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Montinho	2	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Arrizada	3	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Montargil	4	100.00	0.00	100.00	0.00	100.00



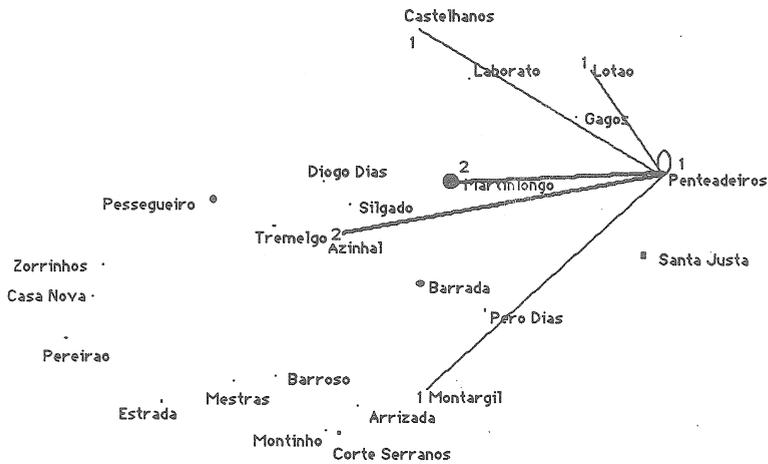
Origem das noivas nos casamentos dos homens de Martinlongo (aldeia), 1860-1883.



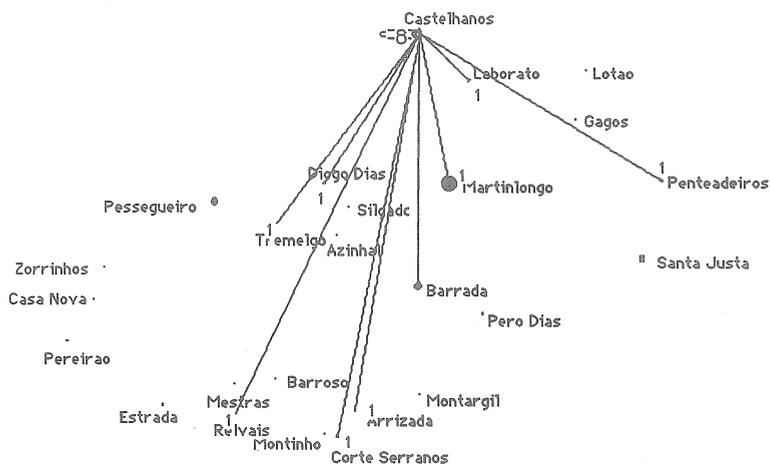
Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Martinlongo (aldeia), 1860-1883.



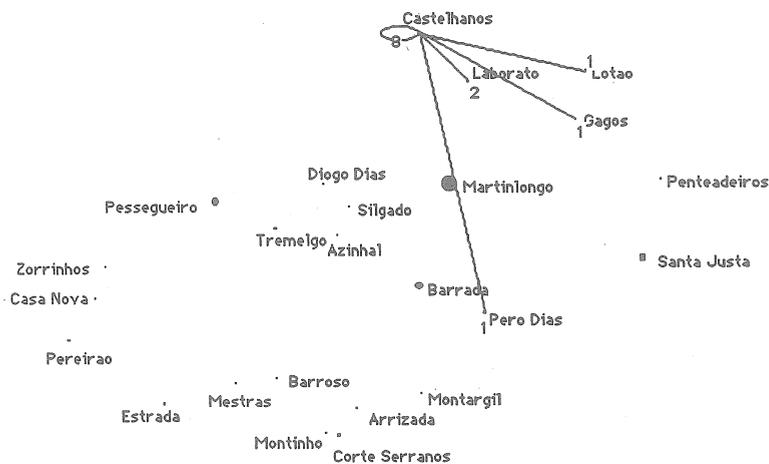
Origem das noivas nos casamentos de homens de Penteadeiros, 1860-1883.



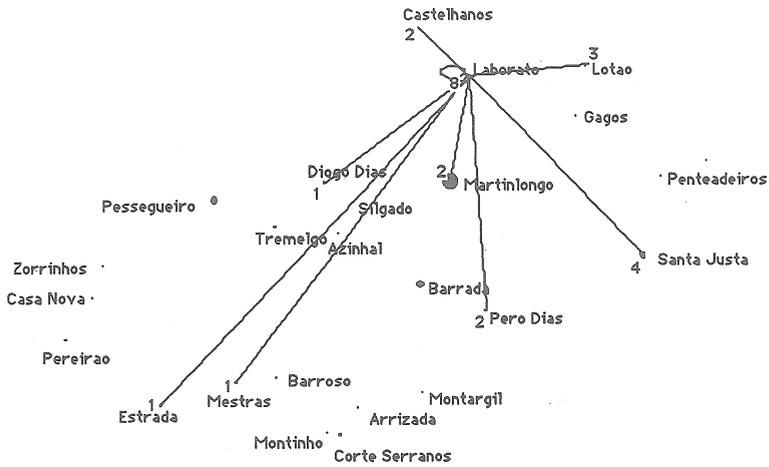
Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Penteadeiros, 1860-1883.



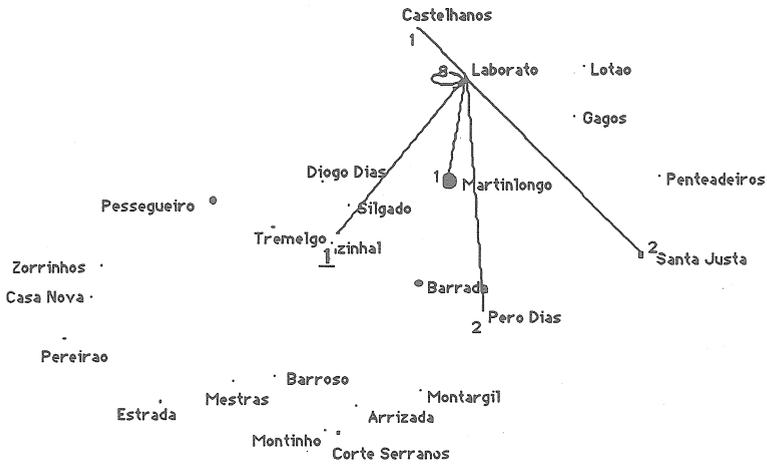
Origem das noivas nos casamentos dos homens de Castelhanos, 1860-1883.



Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Castelhanos, 1860-1883.

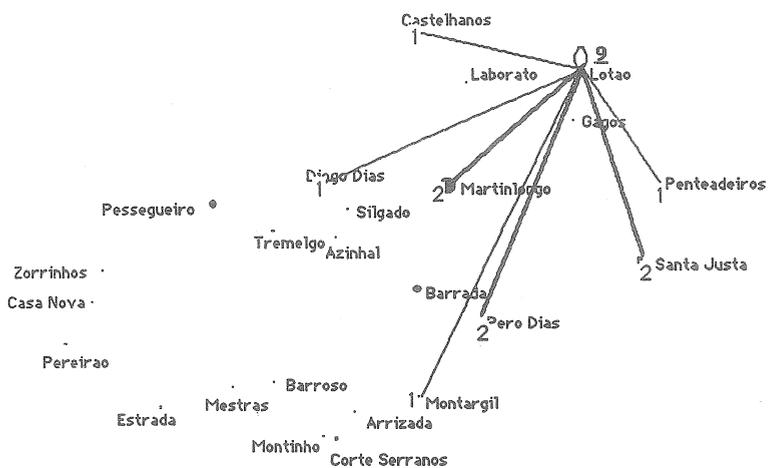


Origem das noivas nos casamentos dos homens de Laborato, 1860-1883.

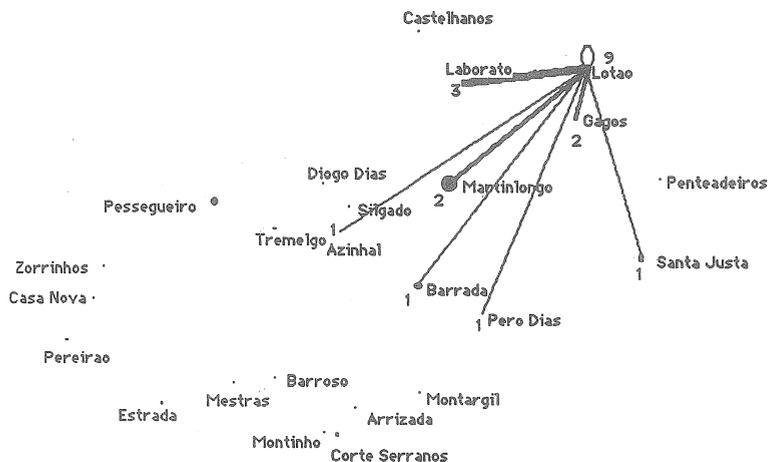


Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Laborato, 1860-1883.

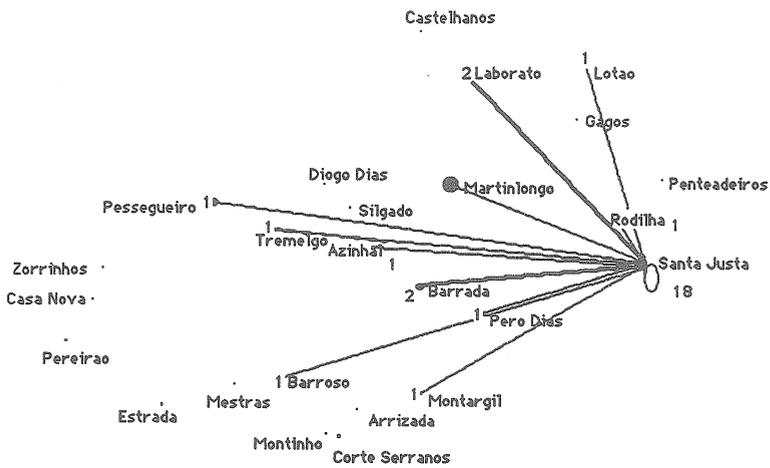
Est. V



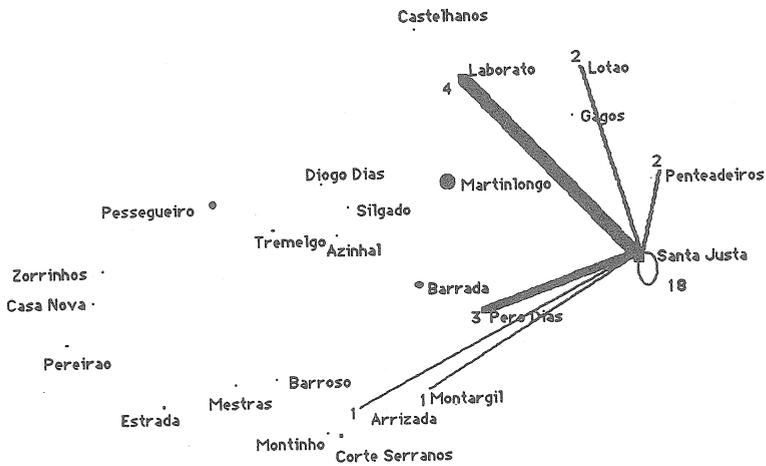
Origem das noivas nos casamentos dos homens de Lotão, 1860-1883.



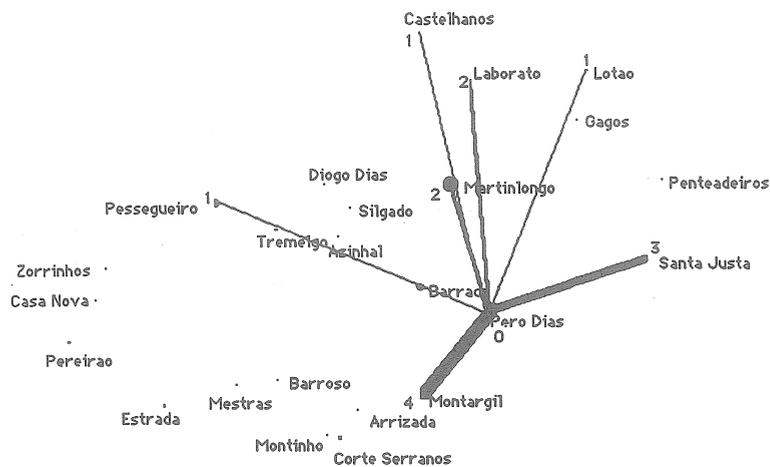
Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Lotão, 1860-1883.



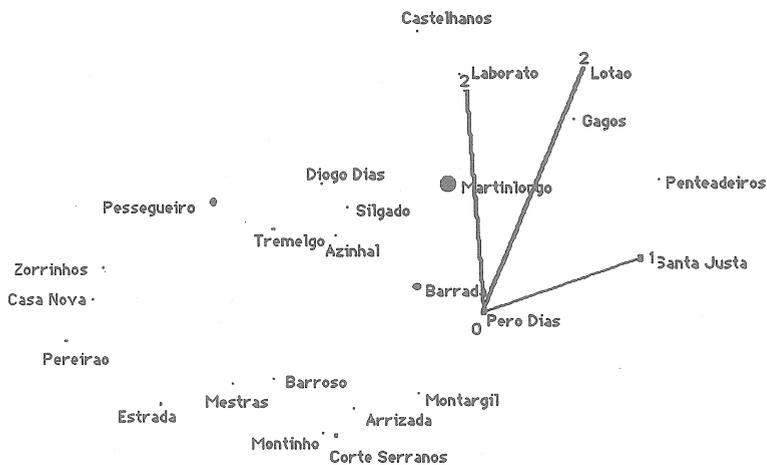
Origem das noivas nos casamentos dos homens de Santa Justa, 1860-1883.



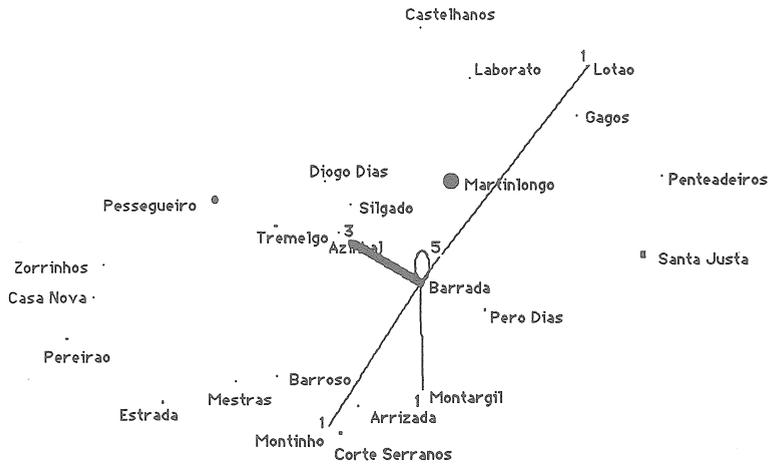
Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Santa Justa, 1860-1883.



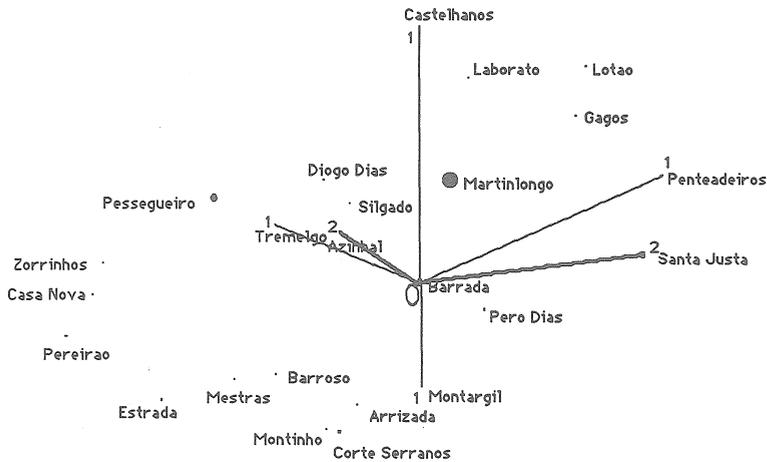
Origem das noivas nos casamentos dos homens de Pero Dias, 1860-1883.



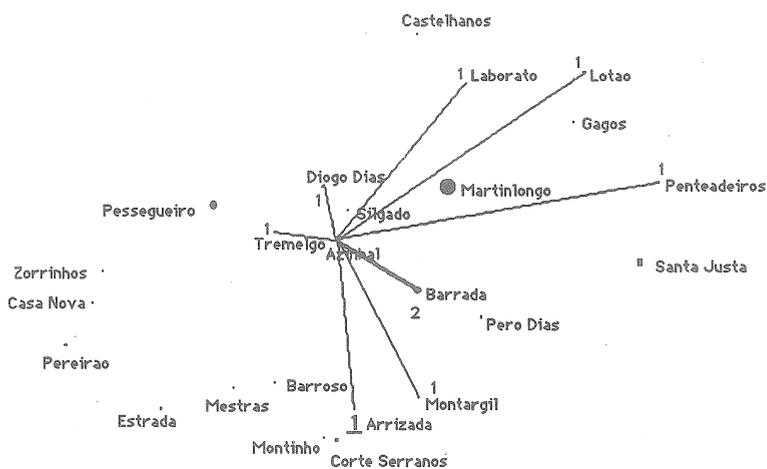
Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Pero Dias, 1860-1883.



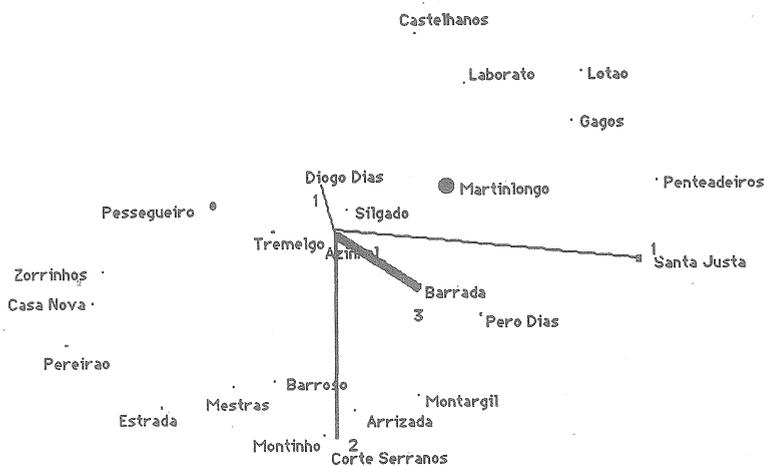
Origem das noivas nos casamentos dos homens de Barrada, 1860-1883.



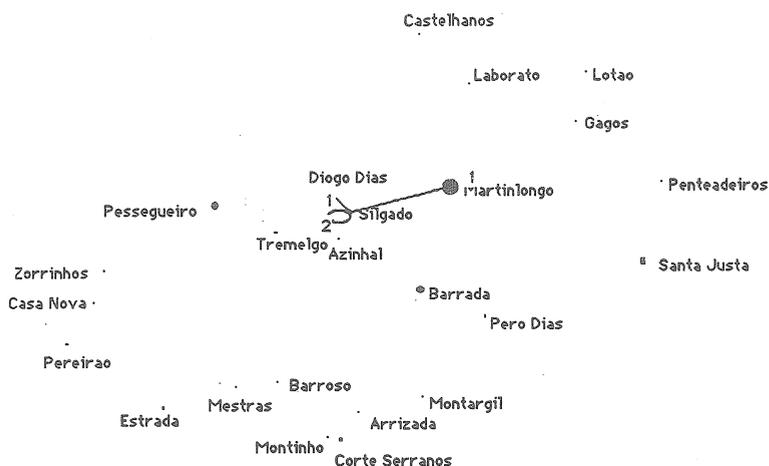
Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Barrada, 1860-1883.



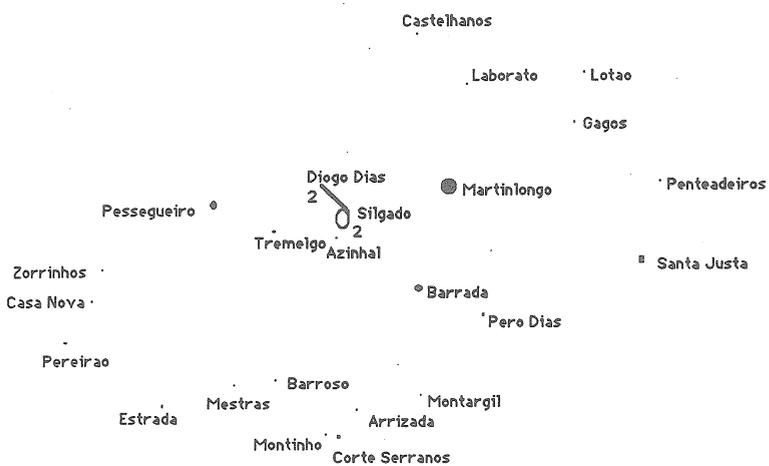
Origem das noivas nos casamentos dos homens de Azinhal, 1860-1883.



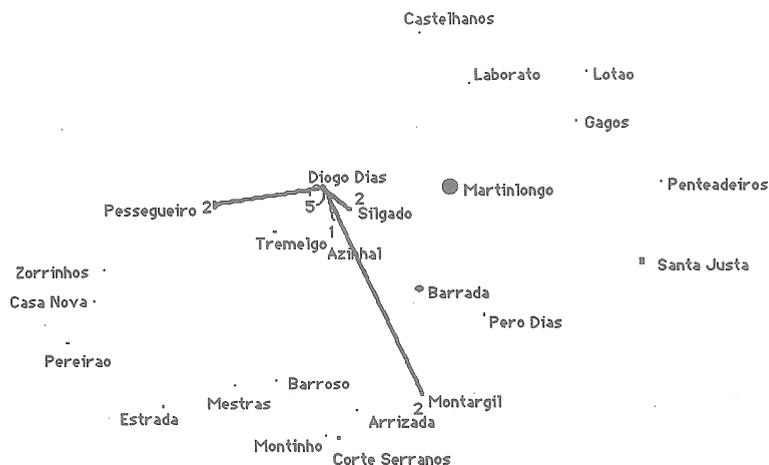
Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Azinhal, 1860-1883.



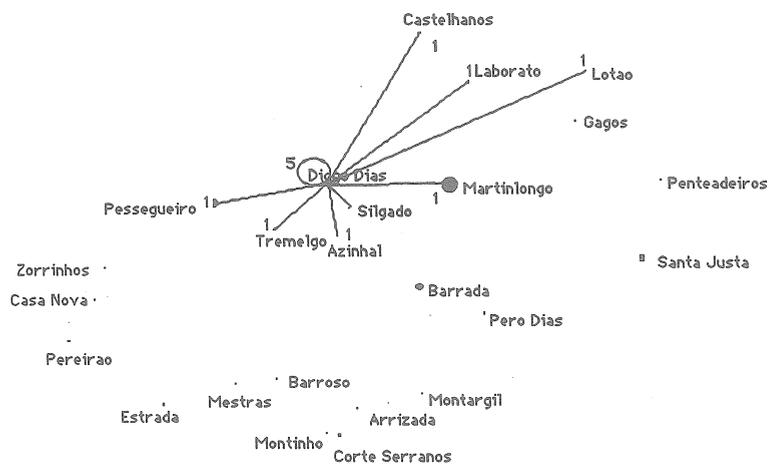
Origem das noivas nos casamentos dos homens de Silgado, 1860-1883.



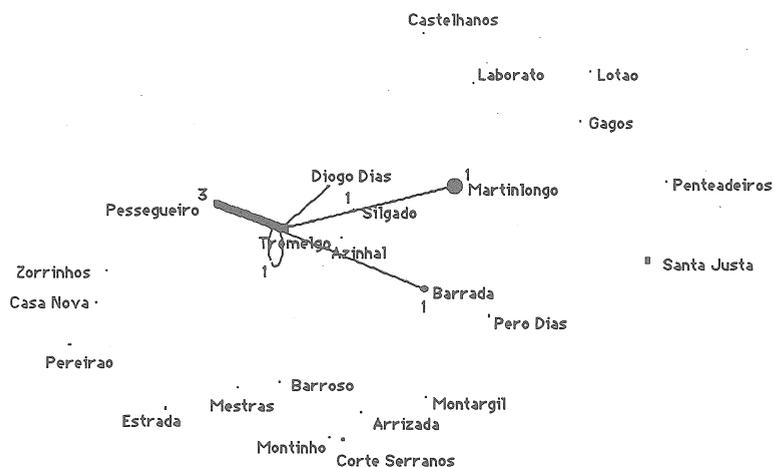
Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Silgado, 1860-1883.



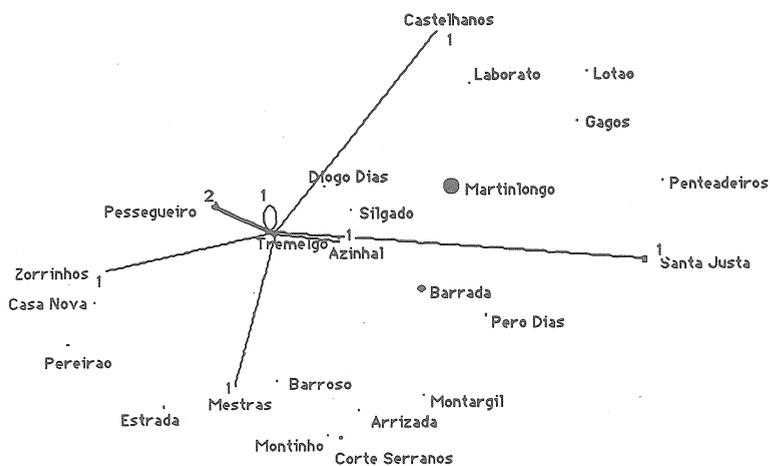
Origem das noivas nos casamentos dos homens de Diogo Dias, 1860-1883.



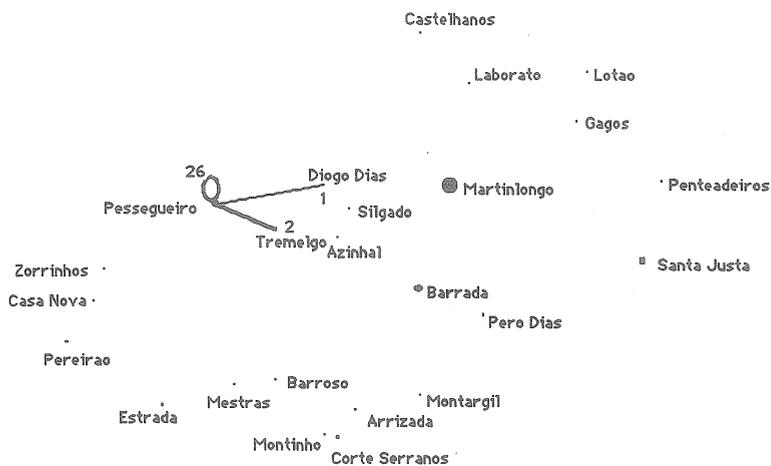
Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Diogo Dias, 1860-1883.



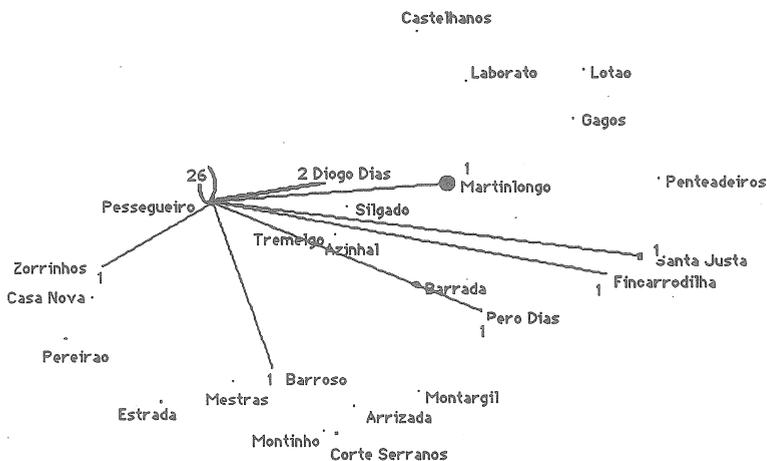
Origem das noivas nos casamentos dos homens de Tremelgo, 1860-1883.



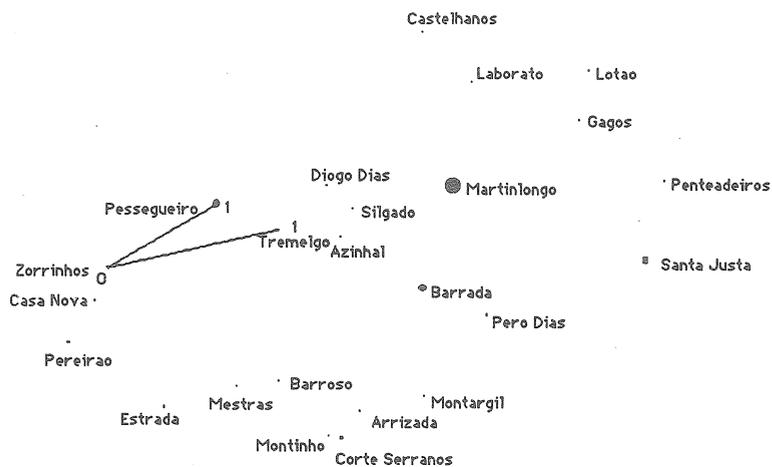
Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Tremelgo, 1860-1883.



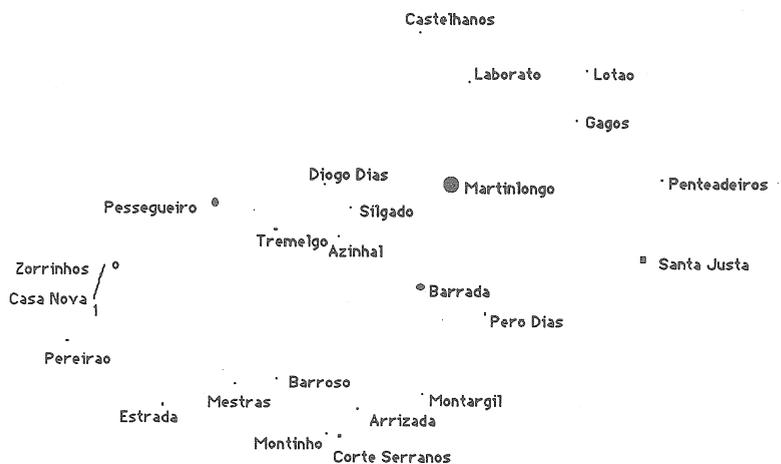
Origem das noivas nos casamentos dos homens de Pessegueiro, 1860-1883.



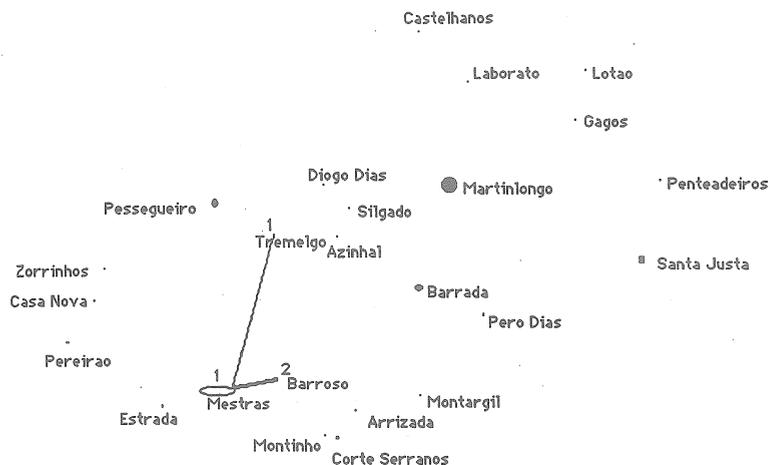
Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Pessegueiro, 1860-1883.



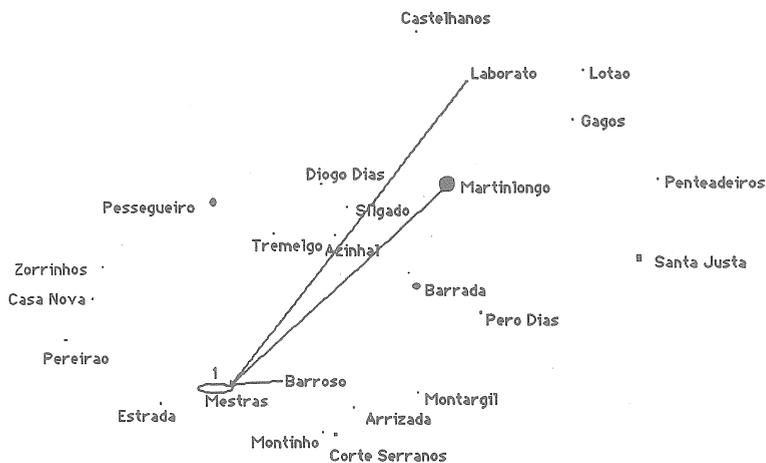
Origem das noivas nos casamentos dos homens de Zorrinhos, 1860-1883.



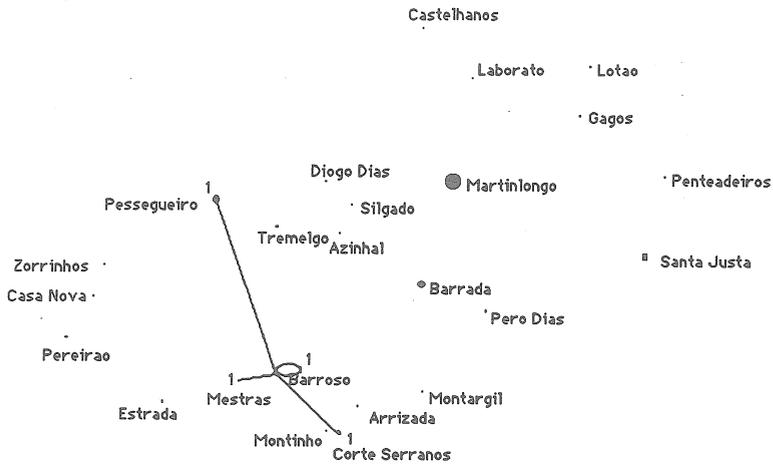
Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Zorrinhos, 1860-1883.



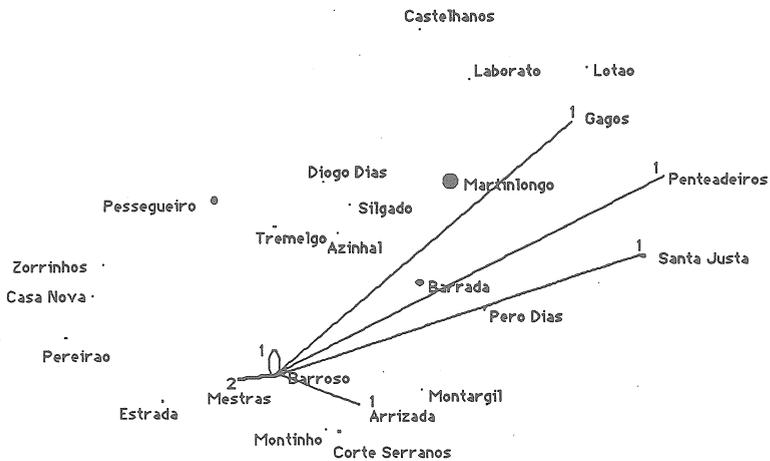
Origem das noivas nos casamentos dos homens de Mestras, 1860-1883.



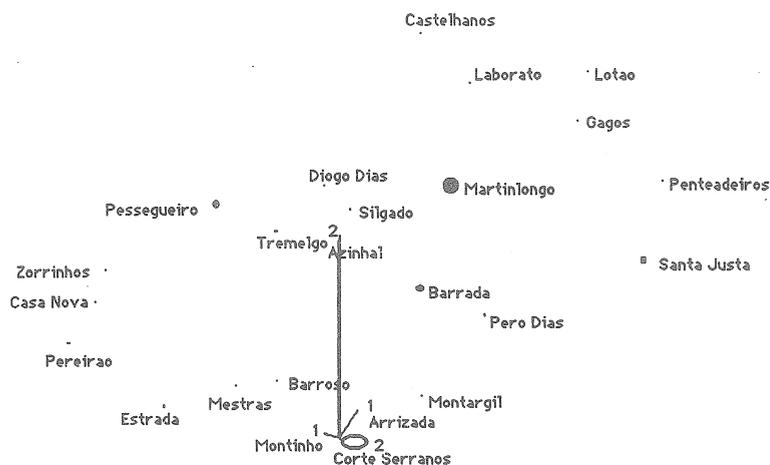
Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Mestras, 1860-1883.



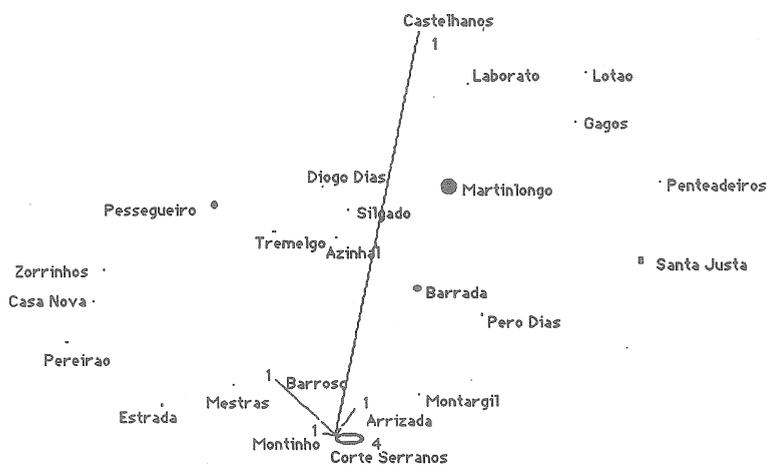
Origem das noivas nos casamentos dos homens de Barroso, 1860-1883.



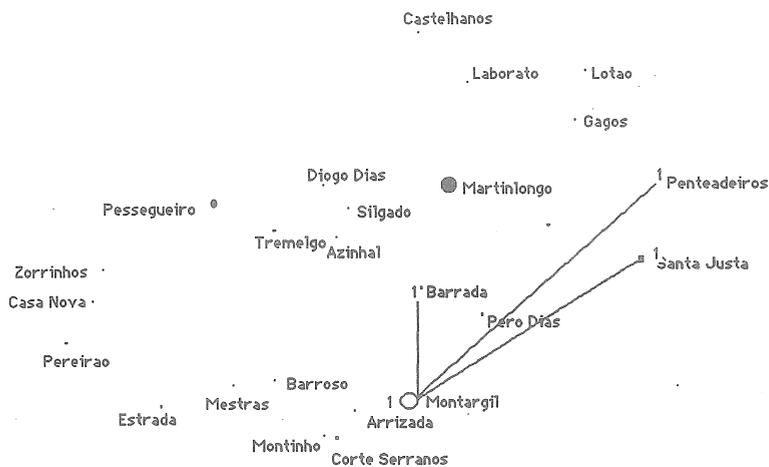
Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Barroso, 1860-1883.



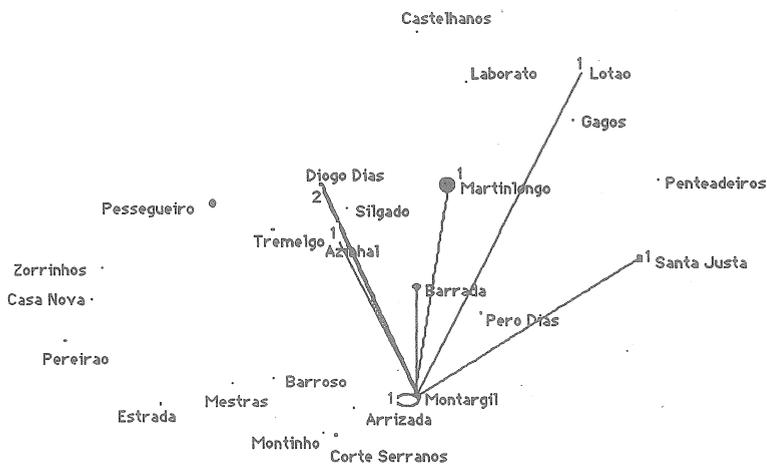
Origem das noivas nos casamentos dos homens de Corte Serranos, 1860-1883.



Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Corte Serranos, 1860-1883.



Origem das noivas nos casamentos dos homens de Montargil, 1860-1883.



Origem dos noivos nos casamentos das mulheres de Montargil, 1860-1883.

VINDICTA ORAL NO CONTO POPULAR GALEGO

por

Brian Juan O'Neill*

I. O PADRE DERROTADO

Numa aldeia montanhosa de alguns 120 habitantes na província de Lugo na Galiza¹, foram-nos narrados os dois seguintes contos orais:

CHÚSCURUS-CHUS MEU CURA

Era nun pueblo que había unha rapaza mui guapa, e tiña que pasar por cerca da casa do cura pra ir á auga á fonte. E o cura, desde un balcón, todos os días lle decía cuando ela pasaba:

«Chúscurus-chus miña dama!»

A rapaza iba pasando, día tras día, e él todos os días:

«Chúscurus-chus miña dama!»

* Departamento de Antropologia Social. I.S.C.T.E. (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa). Lisboa.

¹ Este artigo retoma temas abordados em dois estudos nossos anteriores (1974, 1984) e baseados num trabalho de campo de cunho literário e sociolinguístico numa aldeia galega entre Junho e Agosto de 1973. Uma estadia posterior permitiu recolhas suplementares entre Novembro de 1975 e Março de 1976. Agradecemos, durante o primeiro período, a colaboração de Alberto Meixide e Xosé Manuel González Reboledo em Santiago de Compostela e a orientação de Stanley Mitchell e Gordon Brotherston da Universidade de Essex e, pelo segundo período, os comentários críticos de Julian Pitt-Rivers e Maurice Bloch da London School of Economics. Tivemos oportunidade de regressar à Galiza por curtas visitas em 1984, 1986 e 1990 e, naturalmente, aguardamos a concretização duma futura permanência longa na comunidade por efeitos de traçar as suas mudanças e continuidades desde meados dos anos 70.

E un día contoulle ó padre e a un irmau que tiña, que o cura, todos os días que pasaba por eilí, lle decía aquilo. E díxolle o padre e o irmau:

«Pois mira, mañá cuando volves pasar e che diga "Chúscurus-chus miña dama", tu díceslle:

«Chúscurus-chus meu cura! Se quer vir á miña casa mañá de madrugada, gozará da miña hermosura!» (pausa)

Claro, o cura foi... o outro día á casa dela. E o padre e o irmau escondéronse.

Mais cuando o cura chegou, saliron e lle agarrárono e desnudárono de todo. Deixárono en cueros. Levárono a unha corte do ganado.

Tiñan un becerro mui mamón e botáronlle a mamarlle ó teto do cura (risos: narrador), hasta que o dezumbóu ben o becerro. Así que o tiña ben mamado, abríronlle a porta ó cura e botárono prá casa, pero desnudo de todo (risos: narrador). O cura marchóu avergonzado prá casa.

E pró outro día o cura estaba no balcón, pero ela pasóu á auga e non lle dixo nada. A non lle decir nada, dícelle ela:

«Chúscurus-chus meu cura!»

Empézalle o cura:

«Chúscurus-chus meu cuerno! Dílle a teu pai e a teu irmau se queren criar xatos que vaian polas vacas ao inferno!» (risos: narrador e audiéncia).

Recolhido com gravador em 21 de Junho de 1973 dum narrador masculino de 50 anos, à noite na casa deste, na presenza de sua mulher, mãe viúva, filho e filha.

A CABRA E OS SETE CABRETIÑOS

Era unha cabra e tiña sete cabretiños e marchóulles buscar de comer.

E díxolles: (pausa)

«Non abriáila porta a naide que pode ser o lobo».

Depois chegou o lobo trá-la porta.

«ABRIDME LA PUERTA PORQUE SOY VUESTRA MADRE!»* (risos: narrador)

Dixéronlle:

«NUESTRA MADRE non eres, que NUESTRA MADRE é BLANCA e TUBRES MUY NEGRO».

E despóis o lobo marchouse ó muín e enfariñouse ben e volvéu chegar.

«ABRIDME LA PUERTA QUE SOY VUESTRA MADRE!»

E dixéronlle os cabretiños:

* Letra maiúsculas indicam frases em castelhano.

«NUESTRA MADRE NO ERES, QUE NUESTRA MADRE ten a ... VOZ MUY FINA e TU LA TIENES MUY RONCA».

E... e despóis foi e... foi e batéu sete huevos e tomóuos. E chegou trá-la porta:

«ABRIDME LA PUERTA QUE SOY VUESTRA MADRE!»

E os cabreñños foron buscálo lobo e estaba durmindo. E foron cunha tixeira e cun fio e cunha agulha e abríronlle a barriga e soltaron os cabreñños brincando. E despóis enchéronlle a barriga de pedras e... e coséronlla. E despóis o lobo iba a beber a un pozo e caíu ó pozo e afogouse.

Recolhido com gravador em 21 de Junho de 1973 dum narrador masculino de 9 anos, junto à escola, na presença de alguns quinze outros alunos de entre 6 e 14 anos.

No primeiro conto assistimos a uma inversão dramática do estatuto da figura dum padre rural na qual, ostensivamente encaminhado para uma aventura de sedução, acaba por ser «mamado» por um bezerro e lançado à esfera pública. Além das conotações de sexualidade e das comparações animais contidas no texto (a frase *mamarlle ó teto do cura* sugere o hipotético acto da rapariga de «secar-lhe o sêmen») o que destaca é a natureza agressiva e até violenta da descida comportamental do sacerdote dum papel social conceituado até ao nível quase ignóbil de um pícaro.

O conto pode ser interpretado como uma espécie de insulto oral directo. Nos 15 textos que recolhemos em que aparecem padres, em 12 deles este personagem aparece sistematicamente enganado, criticado, difamado, caluniado ou descoberto numa cena de engodo amoroso. O intuito é sempre rebaixar, ridicularizar e humilhar a figura do cura². Nos relatos, o padre sofre comparação a animais como o porco; num deles, particularmente gráfico, é metaforicamente representado como o macho dum par de papagaios a copular. É óbvio que nestes últimos a posição sacramental do sacerdote é reduzida a um nível sub-humano, atingindo o insulto simbólico oral o seu ponto mais extremo. Saliente-se que, nestes casos, o vestuário eclasiástico é quase sempre tirado, assim reforçando a descida do padre em termos físicos e corporais: é afastado da sua roupa religiosa.

Evidentemente, haverá variadas modalidades de explicação ou interpre-

² É óbvio que não estamos a estabelecer ligações aqui entre as atitudes expressas nos contos e o contexto geral antropológico e sociológico ao redor (e exterior) dos contos quanto à presença ou ausência nesta parte da Galiza de uma forte ou fraca «religiosidade popular». Também, nada do que é dito aqui se aplica exclusivamente ao conto galego: haverá paralelos e variantes em muitos outros lados (Portugal, outras regiões de Espanha, França, Itália, etc.). Seguindo o sistema de classificação de Anti-Aarne e Stith Thompson, os números de referência dos dois contos analisados são Aath 1730 e Aath 123.

tação (falando em termos estritos de *hermenêutica*) dos processos postos em jogo neste tipo de conto afrontoso. Uma é proposta por J. Fischer (1963), que vê tais contos como piadas ou chistes subversivos (*subversive jokes*) que, em última instância, servem fins integrativos, ao fornecerem uma via possível para emoções anti-sociais; o conto é uma reacção a uma situação social onerosa e originária de críticas, e por isso um produto cultural secundário que providencia, embora só temporariamente, uma sensação de alívio verbal. Numa linha semelhante, mas não coincidente, M. Douglas concede um papel positivo ao conto jocoso, dando assim uma maior margem de censura oral activa às pessoas e aos próprios narradores. Tais tipos de conto são, por assim dizer, precisamente o contrário de ritos, que normalmente impõem harmonia e ordem; o chiste burlesco não afirma mas antes denigre os valores da sociedade — acaba por ser um «anti-rito» (Douglas 1968: 369). Poderíamos facilmente aceitar ambos estes pontos de vista no caso em foco: nestes textos anti-clericais, os camponeses conseguem denegrir um representante local de alto prestígio através de ataques simbólicos, destruição imaginária e maledicência directa.

Duas outras formas de interpretação invocam modelos de análise de oposições entre mensagens aparentes ou conscientes e significados escondidos ou inconscientes — a primeira seria estruturalista (Lévi-Strauss 1979a, 1979b; Leach 1973) e a segunda deriva a sua inspiração da antropologia do Mediterrâneo, especificamente do modelo de valores sociais codificados em sistemas de *honra e vergonha* (Peristiany 1971; Pitt-Rivers 1979). Ambas estas perspectivas pretendem penetrar atrás das realidades ou discursos observáveis, no sentido de encontrar explicações para contradições aparentes em sistemas ideológicos inconscientes. Assim, de modo algo parecido aos objectivos dos mitos, que «fornecem modelos lógicos capazes de superar uma contradição» (Lévi-Strauss 1979a), o conto popular também procura resolver parcialmente uma oposição simbólica no foro social (camponês/sacerdote). As narrativas serão uma de muitas formas de expressão artística de contradições reais e perdurantes no seio da sociedade rural galega: momentaneamente, o conto resolve a contradição através da inversão da escala dos estatutos sociais³.

No segundo caso, uma perspectiva na linha das análises de Pitt-Rivers (1971; 1979) complementa certos traços de enquadramentos estruturalistas por tentar frisar as interacções entre indivíduos ocupando posições sociais desiguais dentro duma hierarquia socioeconómica global. Desta forma, a honra e a

³ Estamos conscientes que este recurso drasticamente resumido às teorias estruturalistas poderá parecer flagrantemente insuficiente, senão mesmo herético. Limitações de espaço, no entanto, não nos impedem de pelo menos indicar a sua pertinência, mesmo que não as aprofundamos aqui.

reputação social do cura — quer sagrado (seu celibato eclesiástico) quer profano (sua suposta proeza sexual donjuanesca) — são duplamente desmascaradas no interior do conto: o padre perde ambas ao ser comparado a um homem normal e a uma vaca. Propositadamente, ele «*marchóu avergonzado prá casa*» sugerindo a aplicação da grelha honra/vergonha e esta perda flagrante de insígnios honoríficos (vestimentos) e de bravura masculina (acto de chupar do bezerro/falhanço da conquista sexual)⁴. Assim, o conto apresenta-nos um processo de redistribuição dos papéis sociais, de modo a equilibrar simbolicamente diferenças reais na hierarquia económica e profissional. A estrutura linguística do relato resolve temporariamente esse desnível, desonrando o pabre clamorosamente.

A figura intrusiva do pároco é fácil de compreender dadas as características geográficas e sociais destas aldeias da Sierra do Caurel no Sudeste da província de Lugo. Nem todos os lugares desta área têm padres residentes, nem próximos em termos espaciais; no caso aqui descrito, o pároco chegava para administrar as suas missas esporádicas só após uma viagem (em cavalo) de mais de uma hora. Outra figura local (esta, residente) olhada como externa era a professora primária — falante do castelhano mas totalmente inepta na sua falta de domínio de galego, facto continuamente referido pelos aldeãos em tom fortemente irónico. A povoação situa-se num vale da serra, sem qualquer telefone e televisão à altura, embora a maior parte das famílias possuía um rádio. O terreno não permite o uso de tractores, sendo o cultivo à base do arado e de outras alfaias manuais como a *gadaña* e o *fouciño*. Havia duas pequenas *cantinas* (bares), uma escola e uma igreja minúscula, e os seis bairros compondo o lugar tinham entre uma e dez famílias residentes. Além dos dois «cantineiros» havia um *pedáneo* (cargo algo comparável, mas não igual, ao Presidente de Junta de Freguesia em Portugal); os outros habitantes auto-denominavam-se *campesinos* ou *labregos*. Estes visualizam a sua localização como sumamente isolada («vivimos no fin do mundo»), e vigoravam, por força das circunstâncias ecológicas locais, formas ubíquas de cooperação mútua na agricultura, denominadas *axudas*. Só a vários quilómetros de distância em qualquer direcção, através de encostas e declives dramáticos de prados inclinados ou de vastos campos de centeio, se chega às povoações próximas, e o mercado mais perto onde se vende gado bovino encontra-se na pequena vila de Seone do Caurel (entre três e quatro horas a pé). De certa forma, assim, a

⁴ Embora — não sem alguma curiosidade e perplexidade — consentimos que esta forma de aplicação do modelo honra/vergonha possa ser invocada em referências a estes contos, em termos geográficos e antropológicos, a Galiza parece-nos cair bem fora da zona mediterrânica em termos histórico-culturais. Isto parece algo paradoxal.

aldeia constitui um povoamento quase exclusivamente agrícola e gadeiro, com escassos membros forasteiros não-camponeses.

Claramente, estamos apenas a isolar um conjunto de possíveis versões de análise dos contos, quase saltando directamente de uma série de tradições interpretativas ao texto oral, deixando de lado toda uma gama de obras essenciais para qualquer operação aplicada a narracões desta natureza. Pensamos, por exemplo, nalguns dos estudos no domínio do folclore que frisaram o contexto social ao redor do narrador de *folktales* (Dégh 1969; Ortutay 1972; Sokolov 1966; e até Propp 1973 e Metetinski 1972), e também nas colecções clássicas de contos populares da Galiza (Alvarellos 1968a, 1968b; Centro de Estudos Fingoy 1972; Prieto 1958) e os seus paralelos em Portugal (Coelho 1985; Braga 1987; Consiglieri Pedroso 1988)⁵. É óbvio que não queremos argumentar num vazio total, extraindo sentidos abstractos e teóricos directamente dos contos sem tê-los devidamente contextualizados primeiro, dentro destas tradições bibliográficas apropriadas. Incorreríamos o desacordo profundo do nosso referente imediato e fonte de inspiração aqui — Ernesto Veiga de Oliveira — se fizéssemos tais saltos. Mas abreviaremos com o objectivo de isolar estrategicamente o nosso tema de vindicta oral, derivado da ideia de Veiga de Oliveira das práticas de vindicta popular em Portugal.

Delineamos, então, o nosso segundo campo de análise.

II. O LOBO VENCIDO

O segundo conto que incluímos acima demonstra outras feições. Reparemos, por exemplo, na estrutura exacta do uso das duas línguas galega e castelhana nos curtos diálogos do texto. Poderão ser esquematizados do seguinte modo, conforme o locutor e receptor das frases em cada caso:

<i>Locutor</i>		<i>Receptor</i>	<i>Língua utilizada</i>
cabra (mãe)	————→	cabritos	galego
lobo	————→	cabritos	castelhano
cabritos	————→	lobo	mistura (?)
lobo	————→	cabritos	castelhano

⁵ Com destaque particular para os prefácios de João Leal aos referidos volumes de contos reeditados de Teófilo Braga e Consiglieri Pedroso (1987, 1988). Ver também outra linha de investigação pertinente, sobre a circulação de contos dentro do contexto mais amplo da oralidade aldeã, no caso da povoação comunitária transmontana de Rio de Onor (Pais de Brito 1988).

cabritos	————→	lobo	mistura (?)
lobo	————→	cabritos	castelhano
cabrito	————→	cabra	castelhano (?)

Outro variante do mesmo conto (cujo texto original não é reproduzido aqui) mostra um padrão semelhante, embora com subtis diferenças dialogais:

cabra	————→	cabritos	galego
lobo	————→	cabritos	castelhano
cabritos	————→	lobo	castelhano
lobo	————→	cabritos	castelhano
cabritos	————→	lobo	galego (?)

Em nosso entender, algo de muito complexo transparece nestas oscilações linguísticas. Em ambos os contos a figura do lobo sempre emprega o castelhano ao falar aos cabritos; paralelamente, a cabra sempre fala aos seus cabritos em galego. Mas os cabritos falam — conforme as circunstâncias, mas nem sempre da mesma forma — ora em galego, ora em castelhano e, às vezes (o que nos interessa sobremaneira), numa mistura destas duas línguas. Seria de esperar que, entre eles, a cabra e os cabritos sempre usassem galego, e que o lobo e os cabritos/cabra sempre se dirigissem em castelhano. Mas como interpretar o uso de castelhano entre os cabritos e a mãe no primeiro conto, e o do galego entre os cabritos e o lobo na variante? Ambos os contos contêm mudanças de registo linguístico, mas ambos também introduzem deslizes e hesitações inesperadas. Como explicar isto?

Em primeiro lugar, quem são os narradores? A maior destes contos de animais foi recitada por rapazes e raparigas entre as idades de 7 e 14 anos. No total de 84 contos gravados ou anotados, embora alguns animais aparecem em quase todos, foram 26 os textos em que um ou outro animal (ou mais) jogava um papel de destaque. A explicação imediata dada pelos contadores para as mudanças de registo foi inconclusiva, até perplexa: «é a forma em que se conta» ou «falan en cualquier lengua — non importa cual; as veces en galego e as veces en castelán». Os aparentes lapsos parecem ser nitidamente inconscientes, formando partes integrantes dos contos, e preservados na narração de pessoa para pessoa. Transmitidos através de via oral — pelos avôs, outros vizinhos e pais aos filhos e aos netos — o uso específico do castelhano em certos momentos parece não ser um simples erro (o que não é o caso nos diálogos em línguas misturadas).

Desloquemos a atenção momentaneamente para fora dos próprios contos, para focar o contexto global em que se inserem estes curtos textos bilíngues. Temos analisado (1984) a situação sociolinguística desta comunidade como

exemplo nítido de *diglossia* — designação originalmente cunhada por Charles A. Ferguson em 1959 referente a áreas geográficas e culturais em que duas línguas distintas, ou dois dialectos da mesma língua, coexistem numa relação de dominação/subordinação e de formalidade/intimidade (Ferguson 1972). Uma língua é usada em ocasiões formais ou solenes, para fins burocráticos e nos meios de comunicação social, enquanto que a outra é empregue nos discursos informais, na literatura folclórica e em conversação doméstica. A primeira tende a ser designada a língua de poder e proeminência social, sendo a outra depreciada como a fala de «campónios analfabetos». Em relação à língua superior (H, significando *High*), em algumas comunidades a língua inferior (L, significando *Low*) é até afirmado não existir. Quatro características-chave definem os contornos duma situação tipicamente diglósica (Ferguson 1972: 237-9):

- a) a crença que a Língua Alta (H) é «mais linda» e mais «lógica» que a Língua Baixa (L);
- b) a presença de livros de gramática, dicionários e estudos escolástico-académicos na Língua Alta mas não na Baixa;
- c) uma variação extensa na gramática, nos dialectos e nos acentos da Língua Baixa em contraste com a standardização da Língua Alta;
- d) a aparência de formas de mistura intermédia através do empréstimo de palavras do vocabulário da Língua Alta à Língua Baixa.

Sem dúvida, estamos, no caso desta aldeia, perante uma situação diglósica clássica, que poderá ser estendida largamente a toda a região galega. Nos finais dos anos 70, em muitas das vilas das províncias do Lugo e da La Coruña, ouvimos inúmeras afirmações no sentido de que a língua galega «non existe mais» ou que estava encaminhada à morte («o galego xá morréu»). Muito significativamente, os habitantes da aldeia em questão descreveram a sua fala como um *chapurreado*: uma mescla ou bastardização de ambas as línguas galega e castelhana. Ainda hoje, esta interiorização de uma identidade linguística esquizofrénica e duplamente auto-denegrante espalha-se ao longo de toda a margem oriental da Galiza, nos limites das províncias de Zamora, Leão e o Principado de Astúrias (Fernández de Rota e Monter 1990). Na Sierra do Caurel, ouve-se com frequência a frase «nosotros non falamos eiquí o galego própio», seguida por outra — «ni falamos tampouco o castelán correctamente». Existem muitas palavras emprestadas do castelhanho tanto na língua quotidiana como nos contos orais, e uma percepção generalizada que o castelhanho «é a lengua mais bonita do mundo». Tanto o uso do castelhanho, como o do francês, o alemão ou o inglês (devido à emigração), pode demarcar ostentadamente papéis de prestígio social: nunca é o caso do galego. Neste canto oriental da Galiza, a escassos quilómetros da fronteira provincial com Leão e com o dialecto leonês, os aldeãos projectam ao extremo Oeste da Galiza — às províncias de Pontevedra e La Coruña — uma imagem duma versão pura da

língua galega⁶. Apenas aí é que «se fala o galego próprio».

As mudanças de registo nos contos de animais, por conseguinte, deveriam ser encaradas como uma forma de resposta verbal e simbólica a esta situação diglósica. Tais alterações, designadas em terminologia sociolinguística como *code-switching* (Appel & Muysken 1987:117-28; Bell 1976:116-44; Wardhaugh 1986: 99-112), normalmente surgem nos contos em momentos de conflito, agressão ou perigo; um lobo ataca animais domésticos ou aproxima-se com ameaças de os comer. Nestes contextos de luta para dominação, o lobo é retratado como o intruso que vem dum mundo exterior natural, em incursão no mundo interior cultural dos cabritos e ovelhas. Não é por razões aleatórias que o padre, o lobo e a raposa são sistematicamente enganados e vencidos pelos representantes (humanos ou animais) da vida aldeã local. Os atacantes são forasteiros à comunidade que retêm os atributos da língua castelhana — a língua de poder e aprumo⁷. As mudanças seguem uma ordem lógica que, embora algo confusa e misturada pelos narradores jovens, retratam consistentemente o animal ameaçado como sendo portador de uma voz «rouca» em oposição à voz «fina» da cabra. O castelhana enrouquecido opõe-se ao galego nativo mais suave.

Uma explicação possível para estes mecanismos nos textos poderia ver os contos como expressões do conflito mais amplo entre duas línguas e duas sociedades. As situações-chave desta tensão mais global isolam contextos dialogais nos quais as pessoas (como os animais falantes) hesitam no uso de uma ou outra língua. Em contextos urbanos, o aldeão poderá optar pelo uso de um castelhana mal aprendido ou uma mistura. Em geral, nas aldeias, as formas de comunicação a forasteiros e estranhos, ou a indivíduos de estatuto superior, favorecem o castelhana, não o galego. Entre familiares, vizinhos e em contextos de intimidade, funciona o galego. A emigração, a difusão dos meios de comunicação social e o maior contacto entre aldeias e vilas tenderá a alterar esta relação linguística, embora os efeitos a nível da literatura oral poderão tornar-se muito mais lentos. Porém, num estudo bem documentado com dezenas de contos contendo semelhantes diálogos, interligando e misturando dois registos em galego e em castelhana, Clodio González Pérez demonstra inquestionavelmente que o fenómeno se estende generalizadamente a toda a Galiza. Não estamos, assim confrontados com um exemplo único ou isolado no caso da Sierra do Caurel. Ainda outro contexto em que é documentada a mistura diglósica dos registos do galego e castelhana encontra-se nos textos chamados *atranques* contados durante o Carnaval nas Zonas da Ulla e Oza (González

⁶ Ironicamente, as nossas visitas a aldeias em Pontevedra e La Coruña revelaram precisamente a mesma *méconnaissance* acerca do galego puro: foi-nos repetidamente dito aí que o *galego próprio* só era falado «por eilí, no interior Leste de Galicia, na província de Lugo». Tais comentários sistematicamente contraditórios confirmavam que o galego próprio era uma construção imaginária.

⁷ Complexificado, como é óbvio, em termos tri-linguísticos no caso do padre galego anterior à alteração da linguagem usada nas missas correntes: galego/castelhana/latim.

Reboredo e Mariño Ferro 1987: 153-169).

Nesta linha, atestámos ao longo dos anos 80 a uma série de modificações notáveis, que incluem a aparência de canais de televisão transmitidos exclusivamente em língua galega, o uso legalizado do galego nas escolas primárias e secundárias, a publicação de gramáticas mais completas e sofisticadas da língua galega, e a elaboração e difusão de estudos e manuais de normalização do galego (Aracil *et. al.* 1989). Afinal, desenrolou-se uma alteração global «desde cima», propulsionada por entidades académicas e públicas, da relação historicamente estigmatizada entre as (anteriores) Língua Alta e Língua Baixa. Até chegaram a ser criados movimentos e correntes de *galeguización, desgaleguización e regaleguización* (Fernández Rei 1990:64). É claro que estas alterações não poderão ser desligadas (antes acompanham) das transformações pós-franquistas na Espanha e a reorganização das regiões autónomas, particularmente após a promulgação em 13 de Junho de 1983 da Lei de Normalización Lingüística pelo Parlamento Galego⁸.

No entanto, na altura em que foram recolhidos os contos, proliferava a confusão e o conflito linguístico. Na narração de textos orais, os rapazes, tal como os adultos, perdiam o fio constante: qual língua a atribuir a qual animal em que contexto? É nossa inclinação que este processo não se trate do mero esquecimento dos contos, mas antes se deva ao processo mais amplo a vigorar nas aldeias, nas escolas e na esfera doméstica. Dominados por indivíduos, classes e uma língua e cultura estranhas aos seus lugares e casas, os moços — como os cabritos — respondem a essas forças maiores e mais poderosas numa sequência confusa do galego, castelhano ou ambos. O único sucesso possível em combater estas potências exteriores ocorre, nos contos, quando os lobos são vencidos e caem, falando castelhano: a língua dominante é batida.

Os contos, então, *invertem as escalas do poder da vida real* e combatem temporariamente essas forças animais e humanas que são perigosas e ameaçadoras à comunidade aldeã. Sendo, tal como os contos-insultos de padres derrotados, «modelos lógicos que procuram superar uma contradição» inerente na estrutura social⁹, os contos de animais também derrubam o *statu quo* dominante através da inversão simbólica das relações de poder.

⁸ Relembramos a rica tradição medieval da literatura trovadoresca na língua galaico-portuguesa, e o papel defensor do galego tanto através de estudos folclóricos e linguísticos como de obras literárias cultas por escritores e intelectuais nas principais cidades da Galiza, particularmente Santiago de Compostela. Os casos de bilinguismo no País Basco, Cataluña (Vallverdu 1972) e da pronúncia regional da Andaluzia divergem do exemplo galego, embora alguns paralelos básicos poderão sempre ser estabelecidas quanto à relação entre estas quatro zonas periféricas e o Estado central.

⁹ O que não singulariza de todo esta forma de conto: o tema da derrota de animais selvagens por animais domésticos é algo universal, mas no caso tratado aqui o que chama a atenção é a associação sistemática entre Língua Alta e animais atacantes por um lado, e Língua Baixa e animais caseiros, por outro. Esperaríamos encontrar paralelos noutras zonas europeias caracterizadas por bilinguismo e diglossia (cf. os mapas de regiões linguísticas na Europa reunidos em Stephens 1976).

III. LÍNGUA, PODER E VINDICTA

Ao fim da sua obra *Festividades Cíclicas em Portugal* (1984), Ernesto Veiga de Oliveira dedica uma secção ao tópico da «vindicta popular». Após um maior número de ensaios agrupados nas três primeiras secções em torno dos temas de festividades cíclicas, romarias e festas, e jogos, ele remata o livro com um ensaio publicado originalmente em 1959, «Formas Fundamentais da Vindicta Popular em Portugal». Nesse texto isolado, Veiga de Oliveira refere de abertura que:

«São muito variadas as formas que pode revestir a vindicta popular em Portugal, como manifestação de censura, protesto, crítica ou represália, sob o aspecto de troças ou sátiras colectivas, em actos ou palavras, contra atitudes que traduzem forças ou princípios de desagregação moral ou social do grupo, ou como maneiras de sublinhar determinados acontecimentos que constituem inovações mais ou menos frustradas ou excepções à rotina do seu viver típico... Em si mesmas inofensivas, livres de elementos de agressão efectiva e as mais das vezes apenas verbais, revestindo em alguns casos aspectos parodiais característicos, eles acarretam contudo frequentemente consequências graves, que podem ir até ao derramamento de sangue, devido tanto à violência incisiva do policiamento que exercem e da carga de provocação que encerram, como à da reacção que desencadeiam e importância dos sentimentos em causa, eles próprios não raro modelados por determinados outros padrões, também muito arraigados» (Veiga de Oliveira 1984:339).

As formas mais frequentes desta vindicta popular em Portugal são apontadas — as *assuadas*, as *pulhas* e os *testamentos* — havendo uma quarta categoria composta por «casos avulsos e especiais», que serão os casamentos carnavalescos¹⁰, os «Pasquins» de Afife (panfletos anónimos críticos, quase sempre em verso), as celebrações do dia do Cuco (ou de S. José) em Fafe e, ainda, os apitos ou assobios de barro («rouxinóis») em Lisboa por altura das festas de Junho (1984: 354-7).

Aquilo que Veiga de Oliveira veria como elemento unificador em todas estas formas de expressão verbais, gestuais e dramáticas¹¹ seria sobretudo *o espírito de sátira e crítica ruidosa, teatralizado num espaço público*. No caso das *assuadas*, verifica-se assim «uma intenção de troça agressiva, protesto ou censura burlescos, perseguição, por vezes vingança, e até, indirectamente, provocação» (1984:340).

¹⁰ Tivemos oportunidade de ouvir descrições destes casamentos nocturnos e cacofónicos numa aldeia da zona fronteira do Norte do concelho de Vinhais, em Trás-os-Montes (O'Neill 1987:302).

¹¹ De notar que ao longo do artigo são referidos também variadíssimas práticas semelhantes às três principais — os charivaris franceses, as troças académicas coimbrãs e as «latadas», a «Serração da Velha», os cortejos quaresmais das vias-sacras no Minho e as *cantigas d'escárneo e mal-dizer*. Não é definido suficientemente, em termos teóricos e analíticos, o conceito de «vindicta», que acaba por ser uma categoria genérica definida pela súmula dos exemplos especificados.

Estas expressões seriam, na óptica do autor, preservadas teimosamente como formas de protecção colectiva contra práticas que «ofendem uma regra social implícita»; assim funcionam como defensoras de instituições basilares e da «unidade e coesão» do grupo (1984:345, 339)¹². Outros elementos importantes incluem características humorísticas, tons cáusticos e jocosos, licenciosidades, referências a excessos culinários e sexuais, exageros de pequenas fraquezas de personalidade e julgamentos simbólicos de castigos e censura. *As pulhas* — sátiras acusatórias que enumeram faltas, fraquezas ou pecados (ocultos ou manifestos) feitos por uma pessoa ou grupo, mas disfarçando o seu aspecto ou a sua voz (1984: 347) — são particularmente pertinentes para a nossa discussão dos contos populares galegos, devido à sua junção de componentes verbais e dramáticos de crítica social.

A nossa sugestão seria a de alargar o tema tratado por Ernesto Veiga de Oliveira a incluir *certos tipos específicos* de conto oral dentro de sua categoria de vindicta popular. O sentido desta proposta reside principalmente em dois aspectos — primeiro, o do componente propriamente verbal¹³ normalmente incorporado nas expressões vindictivas e, segundo, a ideia de *vingança social* subjacente à frase «vindicta popular» mas apenas timidamente desenvolvida pelo autor. Para exprimir a nossa pista, será preciso um breve excurso num domínio que entrelaça os campos de língua, poder e vindicta.

Apenas pretendemos esclarecer duas linhas possíveis: na primeira, isolamos um elemento problemático na ligação entre o linguístico e o social. Um sub-tema desta área diz respeito a aspectos de «língua e classe social» ou, noutras palavras, dum enfoque sobre o efeito da estratificação social nas formas de expressão linguística (vocabulário, acento, sintaxe, dialecto)¹⁴.

Numa obra de cunho sociolinguístico e teórico, é-nos proposto por P. Bourdieu a impossibilidade de extrair qualquer afirmação verbal do seu contexto social imediato:

«... on doit se garder d'oublier que les rapports de communication par excellence que sont les échanges linguistiques sont aussi des rapports de pouvoir symbolique où s'actualisent les rapports de force entre les locuteurs ou leurs groupes respectifs» (1982:14).

«Le rapport de forces linguistiques n'est jamais défini par la seule relation entre les compétences linguistiques en présence...» (1982: 68).

¹² Notamos aqui um eco directo das teorias referidas acerca dos chistes e contos-chiste de Fischer de Douglas.

¹³ Ver a citação inicial, nas partes em que se refere a «...sátiras colectivas, *em actos ou palavras...*» e as formas de vindicta «...*as mais vezes apenas verbais...*» (sublinhados nossos).

¹⁴ Ver, em primeiro lugar, Trudgill (1974) e Pride & Holmes (1979) e, mais recentemente, Wardhaugh (1986) e Gumperz & Hymes (1986), com atenção especial nas duas últimas obras para as discussões dos trabalhos de Basil Bernstein e William Labov.

Parece-nos que estas afirmações¹⁵ poderão ser ligadas à conceptualização de vindicta de Veiga de Oliveira, através precisamente duma discriminação que explica a natureza da interligação quase total entre o componente verbal-oral e o elemento sociodramático das sátiras públicas. Ou seja, por uma via diferente da de Ernesto Veiga de Oliveira — que vê as formas de vindicta como, por assim dizer, teatros sociais imbuídos por um elemento verbal e linguístico —, Bourdieu aproximaria tais críticas verbais como expressões derivando duma situação ou tensão social mais profunda e antecedente. Para cada autor, o linguístico e o social estão *embedded* (embutidos, incrustados, inerentes) um no outro¹⁶.

Os actos linguísticos, nesta formulação, terão de ser situados cuidadosamente dentro dum leque muito mais amplo de factores que compõem a distinção social: a língua, o acento, o dialecto e as formas de tratamento, todos interligados entre si numa esfera sociolinguística. Ao isolar aqui aquilo que se nos apresenta como o «puramente linguístico», faríamos uma violência à situação ou contexto social englobante. Embora se possa colocar reservas relativamente às formulações de Bourdieu de grupos sociais binariamente (e algo simplisticamente?) divididos em dominantes e dominados¹⁷ e ao modelo dum «mercado de trocas linguísticas», o seu argumento central parece ser aplicável a processos de vingança oral. Nestes casos, tanto a mensagem estritamente semântica, como o grupo social que a emite, seriam imprescindíveis de abordar em conjunto. A teoria proposta por Bourdieu em *Ce Que Parler Veut Dire* complementa duas formulações teóricas anteriores: o conceito da *interacção socialmente estruturada* e por isso fortemente condicionante sobre as elocuições linguísticas (1972:162-74), e o da *violência simbólica* como pedra basilar dos modos de dominação interpessoais e intergrupais (1980:216-21). Estas formas suaves, doces, sinuosas e escondidas de violência — sejam ideológicas, mentais ou semânticas — tendem a reforçar com extrema eficácia (senão mesmo

¹⁵ E ainda, sobre o linguístico e o social, afirma o mesmo autor que «...il existe, dans l'ordre de la prononciation, du lexique et même de la grammaire, tout en ensemble de différences significativement associées à des différences sociales qui, négligeables aux yeux du linguiste, sont pertinentes du point de vue du sociologue parce qu'elles entrent dans un système d'oppositions linguistiques qui est la *retraduction* d'un système de différences sociales» (1982: 41).

¹⁶ Daí o exemplo invocado por Bourdieu: «... d'un point de vue strictement linguistique, n'importe qui peut dire n'importe quoi et le simple soldat peut ordonner à son capitaine de "balayer les latrines" ...», que seria obviamente uma impraticabilidade *social* ou uma ordem apenas concebível numa situação extrema ou teatral. O exemplo é esclarecido: «Seul un soldat impossible (ou un linguiste "pur") peut concevoir comme possible de donner un ordre à son capitaine» (1982:71-2). Como é óbvio, abundam os contextos teatrais e humorísticos em que acontecem estas inversões de hierarquias.

¹⁷ Outro conto que recolhemos retrata uma situação de confronto social e má percepção linguística entre dois camponeses galegos e um médico castelhano-falante: os dois primeiros entenderam mal a frase (em castelhano) do médico «agitalo jarabe», convertendo-a em «agitar o vello». Com os empurrões que deram ao idoso, os dois filhos quase o mataram. A par do mau entendimento linguístico no conto, é explícita a mensagem depreciativa sobre os dois agricultores.

substituir) outros processos materiais, económicos ou políticos de subordinação e controlo. O que vemos como salutar nesta complexa rede conceptual é a hipótese de podermos visualizar uma enorme encadeação de maneiras de executar esta violência simbólica *por via oral directa*.

Se bem que permaneça só parcialmente explícita dentro do artigo de Ernesto Veiga de Oliveira, as sátiras e as críticas no cerne das *assuadas, pulhas e testamentos* poderão constituir em alguns casos um tipo de vingança retributiva exprimida por via oral e/ou dramática. Não quer isto dizer que a «voz colectiva» em acção nessas formas de vindicta tenha necessariamente como objectivo vingar qualquer acção anterior, mas antes que *em certos casos* a mensagem oral total pode tornar a constituir não uma crítica indirecta mas um ataque insultuoso profundamente denegrante.

No caso dos contos de animais e dos padres galegos, esta vingança não precisa ser atribuída na mesma língua ou no sentido de «na mesma moeda»; basta existir um *corpus* extenso de contos e chistes para solidificar uma tal imagem vindicativa. Nesses contos pelo menos, a língua galega vinga o seu estatuto subalterno. O campo linguístico retém então uma qualidade de semi-autonomia em relação a outros campos sociais — o económico, o político, o religioso, o escolar, o familiar —, e o seu isolamento a um falso estado puro aparece precipitado. Desenvolvendo noutra linha um tema que vários sociolinguistas circunscreveram ao tópico de língua e classe social, Bourdieu avança com uma teoria mais elaborada sobre o elo complexo entre o poder social¹⁸ e as trocas linguísticas.

Uma segunda linha que apontamos tem a ver com a ligação de vindicta com formas de jogo. Podíamos colocar a situação de diglossia na Galiza numa perspectiva comparativa, utilizando para tal fim um exemplo contrastante e geograficamente remoto. Trata-se do «patois» ou crioulo português falado noutros tempos em Macau. Este dialecto macaense ou língua macaísta (também referido como *lingu maquista e patoá*) teria tido influências do português oriental dos séculos XVI e XVII mas uma provável origem em Malaca (Tomás 1988:38), e exhibe um processo diametralmente oposto ao do galego. Em vez do renascimento sócio-político evidente no caso da evolução recente da língua galega dentro da nova Espanha dos finais dos anos 70 e da década dos 80, encontramos um caso de *language death* por descrioulização. O dialecto de Macau teria já há muitas décadas definitivamente entrado em fase de desaparecimento (Batalha 1974, 1988), mas persistem algumas áreas de comportamento linguístico e dramaturgia popular, embora cada vez mais reduzidas, em que o crioulo subsiste. Por exemplo, numa análise pormenorizada sob a rubrica de «*patois e jogo*», Isabel Tomás discrimina toda uma série de contextos em que se preserva o crioulo activamente: canções, adivinhas, provérbios, ementas, peças de

¹⁸ Ver outra obra do mesmo autor (1989), embora (curiosamente) a vertente linguística seja aí relativamente muda.

teatro, sátiras, chistes e «graças», festas como o Carnaval, representações, música e outras situações de jogo social (1988:39). Desde logo, o processo de morte linguística¹⁹ seria menos linear do que aparece à primeira vista: um desvanecer do crioulo no domínio da fala quotidiana não implica o seu eclipse em todas estas outras esferas paralelas do jogo e drama sociais.

Numa discussão particularmente fascinante, a autora penetra nas complexidades dos *pasquins* macaenses, escritos em crioulo, e reunidos ou recolhidos no século XIX e começos do século XX (com destaque para uma coleção publicada em 1944 por Danilo Barreiros). São cartas anónimas, com características que remetem para uma tradição de sátira social com raízes medievais, escritas na forma de diálogos ou poemas dirigidos a indivíduos particulares «metidos debaixo das portas dos mascaístas» (Tomás 1988:39). Pelo nosso tema, suscitam paralelos com os pasquins referidos por Ernesto Veiga de Oliveira como uma forma específica de vindicta popular. Em Macau, Tomás afirma que:

«No pasquim encontramos, não apenas o uso de um crioulo "obsoleto" e socialmente marcado, mas também o enquadramento elaborado de uma máscara como fonte de jogo ou manipulação verbal, suavizando uma forma de sátira e crítica social que de outro modo seria vista como controversa e ameaçadora» (1988:44)²⁰.

Altamente estruturadas do ponto de vista estilístico, estas cartas oferecem excelentes exemplos do modelo de vindicta desenvolvido por Veiga de Oliveira, acima de tudo porque eles constituíam, no século passado, uma espécie de *enclave* literário na qual a sátira social se canalizava especialmente bem. Seria um campo escrito (cartas anónimas) em que a vindicta se exprime, independentemente dos outros, variadíssimos, domínios em que o crioulo parece ainda

¹⁹ De notar a utilização do conceito de diglossia de Ferguson, para o caso do crioulo macaense, pela mesma autora noutro texto (Tomás 1990), a quem agradecemos uma leitura crítica deste artigo com esclarecimentos específicos sobre o crioulo macaense. Estaríamos perante um caso, em séculos anteriores em Macau, de múltiplas diglossias entrelaçadas num mundo quadri-lingue? Poderíamos dizer que, tentativamente, coexistiam três línguas e um dialecto, com diversas populações de falantes não necessariamente coincidentes: o chinês (cantonense), o português, o crioulo e o inglês (nos séculos XIX e XX). Contudo, não nos devemos precipitar na aplicação prematura de qualquer modelo de língua dominante/língua dominada: como adverte Graciete Nogueira Batalha, o crioulo «... tinha sido durante tanto tempo a linguagem corrente quer das camadas populares quer das socialmente elevadas... Conhecemos aqui descendentes de famílias distintas de Macau, que se recordam de ouvir o crioulo falado por seus pais e avós, pelo menos como linguagem familiar» (1988: 125).

²⁰ Cf. também: «O crioulo é a variedade escolhida para os pasquins — a divertida roupagem da sátira social, forma altamente valorizada na comunidade. O género escolhido — cartas de mulheres para mulheres — utiliza os estereótipos presentes na comunidade — as mulheres como a fonte, as dispenseiras da má-língua. A sátira social é assim disfarçada em má-língua, suavizada e desculpada pela irrelevância que a cultura masculina dominante tradicionalmente lhe atribui» (Tomás 1988: 40).

sobreviver. Daí a sua diferença perante o nosso exemplo oral do conto galego: sendo curtos textos circulados por via escrita e espacial (colocados por baixo das portas), os pasquins evocam comparação directa com certos tipos de contos orais em que a crítica e a sátira sobressaem com especial destaque.

O facto de se remeter o crioulo para contextos de jogo é indicativo duma *acção sociolinguística* viva e positiva²¹. Esse processo, ele mesmo, teria sido, e continua a ser, uma forma de resposta activa e calculada e uma situação de dominação simultaneamente linguística e social. Seguindo as sugestões de Bourdieu, seria exagerado desligar as formas referidas de criação literária e linguística em crioulo do seu contexto social geral e histórico — o linguístico está profundamente enraizado no social.

Também nesta linha, seria errado tentar interpretar as sistemáticas mudanças ou *code-switching* do galego ao castelhano e vice-versa nos contos de lobos e raposas unica e exclusivamente dum ponto de vista linguístico: terão de ser abordados contextos sociolinguísticos e políticos mais amplos. O padre rural, como representante duma estrutura de poder instituído, é objecto constante de feroz invectiva e mordacidades verbais²². Uma via de unificar exemplos tão diversos de multilinguismo e de vindicta popular seria através de novos modelos de análise e de interpretação dos campos de língua, poder e vindicta oral. David Gilmore (1987), por exemplo, constrói toda uma análise das formas verbais e não-verbais de agressividade numa vila andaluza em torno da bisbilhotice, de alcunhas, do Carnaval e do mau olhado; estas práticas seriam, em última instância, formas positivas de comportamento. Urge conceptualizar estas formas altamente ritualizadas de agressão verbal e vingança simbólica não como meras reacções ou respostas mecânicas ou secundárias a processos de dominação mais amplos, mas antes como verdadeiros palcos e foruns sociais de *acção oral directa e efectiva*. A palavra — ela mesma — acaba por ser uma

²¹ É significativo que existam obras literárias escritas em crioulo, conforme Tomás, «num esforço intencional de reviver o *patois*» (1988: 39). A autora refere algumas obras de José dos Santos Ferreira dos anos 70, e de quem encontramos uma mais recente (Ferreira 1985). Curiosamente, já nos anos 70 havia na Galiza um certo número de publicações literárias em galego, no género da obra de referência de Carballo Calero (1971). Nos anos 80, com as transformações globais da autonomização regional, esta produção literária recebeu novos e maiores impulsos, desmultiplicando as edições em língua galega de forma assombrosa.

²² Sem atenuar ou minimizar o problema central levantado por toda a nossa análise: se considerarmos *este* tipo de conto como vindicta popular, ou vindicta oral, então porque não outros tipos de conto também?

arma de defesa cultural²³.

Apesar da timidez do seu enquadramento teórico à altura da sua elaboração (1959), o ensaio de Ernesto Veiga de Oliveira em torno da vindicta popular abriu novos caminhos de investigação. Nomeadamente, aponta para possibilidades de junção dum registo etnográfico sólido e rigoroso a nível local com linhas de análise posteriores no foro da grande Teoria Social. Seria uma homenagem criativa e honrosa à sua obra aproveitar e desenvolver essas linhas prefiguradas nos ensaios sobre festividades e jogos. Os domínios da literatura oral e das práticas populares de vindicta oferecem um campo fértil de pesquisa, unindo múltiplas áreas afins do mundo tradicional galego-português.

²³ Daí a pertinência de certas reservas expressas sobre formas de interpretação textual estruturalistas: «This classical conception of thought and of language is unacceptable because it isolates thought and language from *the subjective and the social context* in which they exist, develop and are learned. Thus while Chomsky, Piaget and Lévi-Strauss all recognize the creative power of the subject, they all refuse to entrust this creative power to *an empirical, conscious, subject who thinks about the natural and social world around him or her*, and who communicates with others about their environment» (Clarke 1981: 170-1) (sublinhados nossos). Esta ênfase colocada na subjectividade consciente dos actores sociais, e nas suas interpretações verbalmente exprimidas sobre o mundo ao seu redor, assemelha-se às propostas sociolinguísticas de Bourdieu.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO MONTEIRO, X. 1973, *Informe Dramático sobre la Lengua Gallega*, Madrid Akal.
- ALVARELLOS, L.C. 1968a, *As Lendas Tradizionaes Galegas*, Porto, Museu de Etnografia e História.
- ALVARELLOS, L.C. 1968b, *Contos Populares da Galiza*, Porto, Museu de Etnografia e História.
- APPEL, R.; P. MUYSKEN 1987, *Language Contact and Bilingualism*, London, Edward Arnold.
- ARACIL, L.V.; et. al. 1989, *Problemática das Línguas sen Normalizar. Situación do Galego e Alternativas*, Ourense, Galiza Editora.
- BATALHA, G.N. 1974 (1958), *Língua de Macau: O Que Foi E O Que É*, Macau, Imprensa Nacional de Macau/Centro de Informação e Turismo.
- BATALHA, G.N. 1988 (1973), *Glossário do Dialecto Macaense: Notas Linguísticas, Etnográficas e Folclóricas*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- BELL, R.T. 1976, *Sociolinguistics: Goals, Approaches and Problems*, London, B.T. Batsford.
- BOURDIEU, P. 1972, *Esquisse d'une Théorie de la Pratique, Précédé de Trois Études d'Ethnologie Kabyle*, Genève, Librairie Droz.
- BOURDIEU, P. 1980, *Le Sens Pratique*, Paris, Minuit.
- BOURDIEU, P. 1982, *Ce Que Parler Veut Dire: L'Économie des Échanges Linguistiques*, Paris, Fayard.
- BOURDIEU, P. 1989, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- BRAGA, T. 1987 (1883), *Contos Tradicionais do Povo Português (II Vols.)*, Lisboa, Dom Quixote.
- CARBALLO CALERO, R. 1971, *Sobre Lingua e Literatura Galega*, Vigo, Galaxia.
- CENTRO DE ESTUDOS FINGOY (LUGO) 1972, *Contos Populares da Provincia de Lugo*, Vigo, Galaxia.
- CLARKE, S. 1985 1981, *The Foundations of Structuralism: a Critique of Lévi-Strauss and the Structuralist Movement*, Sussex, Harvester Press.
- COELHO, A. 1985 1879), *Contos Populares Portugueses*, Lisboa, Dom Quixote.
- CONSIGLIERI PEDROSO, Z. 1988 (1879-1881), *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e Outros Escritos Etnográficos*, Lisboa, Dom Quixote.
- DÉCH, L. 1969 (1949), *Folktales and Society: Storytelling in a Hungarian Peasant Community*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- DOUGLAS, M. 1968, «The Social Control of Cognition: Some Factors in Joke Perception» in *Man*, Vol. 3, pp. 361-376.
- FERGUSON, C.A. 1972 (1959), «Diglossia» in P. Giglioli (org.), *Language and Social Context*, London, Penguin, pp. 232-251.
- FERNÁNDEZ DE ROTA E MONTER, X., A. (org.) 1990, *Lindeiros da Galeguidade*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega/Comisión de Antropoloxía.

- FERNÁNDEZ REI, F. 1990, «Nacionalismo e Dignificación da Lingua Galega no Período 1972-1980» in *A Trabe de Ouro: Publicación Galega de Pensamento Crítico*, Tomo I (Xaneiro/Febreiro/Marzo), pp. 43-71.
- FERREIRA, J.S. 1985, *Macau di Tempo Antigo (Poesia e Prosa) — Dialecto Macaense*, Macau, Edição do Autor.
- FISCHER, J.L. 1963, «The Sociopsychological Analysis of Folktales» in *Current Anthropology*, vol. 4, No 3 (June), pp. 235-295.
- GILMORE, D. 1987, *Aggression and Community: Paradoxes of Andalusian Culture*, New Haven, Yale University Press.
- GONZÁLEZ PÉREZ, C. 1984, «Aproximación a Antropoloxía e Conflito de Linguas en Galicia» in Museo do Pobo Galego (org.), *I Coloquio de Antropoloxía de Galicia* (1982), Santiago de Compostela, pp. 137-158.
- GONZÁLEZ REBOREDO, X.M.; X.R. MARIÑO FERRO 1987, *Entroido en Galicia: Aproximación a la Fiesta del Carnaval*, La Coruña, Editorial Diputación Provincial.
- GUMPERZ, J.; D. HYMES (orgs.) 1986 (1972), *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*, Oxford, Basil Blackwell.
- LEACH, E. (org.) 1973, *The Structural Study of Myth and Totemism*, London rech., Tavistock.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1979a (1958), «The Structural Study of Myth» in C. Lévi-Strauss, *Structural Anthropology*, Harmondsworth, Penguin, pp. 206-231.
- LEVI-STRAUSS, C. 1979b (1973), «The Story of Asdiwal» in C. Lévi-Strauss, *Structural Anthropology — Volume 2*, Harmondsworth, Penguin, pp. 146-197.
- MELETINSKI, E. 1972 (1969), *Estudio Estructural y Tipológico del Cuento*, Buenos Aires, Rodolfo Alonso Editor.
- O'NEILL, B.J. 1974, *Oral Literature and Social Change in a Galician Peasant Village*, Tese de Mestrado em Sociologia da Literatura, Departamento de Literatura, Universidade de Essex, Inglaterra.
- O'NEILL, B.J. 1984, «Social Conflict in the Galician Folktale» in *Cahiers de Littérature Orale*, No. 14 (En Quête d'Identité), pp. 13-51.
- O'NEILL, B.J. 1987, *Social Inequality in a Portuguese Hamlet: Land, Late Marriage, and Bastardy 1970-1978*, Cambridge, Cambridge University Press (versão anterior em português — *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras: Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Dom Quixote, 1984).
- ORTUTAY, G. 1972, «Principles of Oral Transmission in Folk Culture» in G. Ortutay, *Hungarian Folklore*, Budapest, Akademiai Kiado, pp. 132-173.
- PAIS DE BRITO, J. 1988, «Histórias que se Sabem, Histórias que se Contam: Estratégias Sociais na Oralidade Aldeã» in *Ler História*, No. 12, pp. 111-124.
- PERISTIANY, J.G. (org.) 1971 (1966), *Honra e Vergonha: Valores das Sociedades Mediterrânicas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- PITT-RIVERS, J. 1971 (1966), «Honra e Posição Social» in J.G. Peristiany (org.) *Honra e Vergonha: Valores das Sociedades Mediterrânicas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 11-59.

- PITT-RIVERS, J. 1979 (1977), *Antropología del Honor o Política de los Sexos: Ensayos de Antropología Mediterránea*, Barcelona, Editorial Crítica.
- PRIDE, J.B.; J. HOLMES (orgs.) 1979 (1972), *Sociolinguistics: Selected Readings*, Harmondsworth, Penguin.
- PRIETO, L. 1958, *Contos Vianeses*, Vigo, Galaxia.
- PROPP, V. 1973 (1928), *Morphology of the Folktale*, Austin, University of Texas Press.
- SOKOLOV, Y.M. 1966 (1950), *Russian Folklore*, Hatboro, Pennsylvania, Folklore Associates.
- STEPHENS, M. 1976, *Linguistic Minorities in Western Europe*, Llandysul/Dyfed (Wales), Gomer Press.
- TOMÁS, I. 1988, «O Crioulo Macaense (Algumas Questões)» in *Revista de Cultura* (Instituto Cultural de Macau) No. 5 (Abril/Maio/Junho), pp. 36-48.
- TOMÁS, I. 1990, «Da Vida e Morte de um Crioulo» in *Revista de Cultura* (Instituto Cultural de Macau) No. 9 (Janeiro/Fevereiro/Março), pp. 68-79.
- TRUDGILL, P. 1974, *Sociolinguistics: An Introduction*, Harmondsworth, Penguin.
- VALLVERDU, F. 1972, *Ensayos Sobre Bilingüismo*, Barcelona, Ariel.
- VEIGA DE OLIVEIRA, E. 1984 (1959), «Formas Fundamentais da Vindicta Popular em Portugal» in E. Veiga de Oliveira, *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 330-357.
- VEIGA DE OLIVEIRA, E. 1985, «Prefácio» in A. Coelho, *Contos Populares Portugueses*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 13-39.
- WARDHAUGH, R. 1986, *An Introduction to Sociolinguistics*, Oxford, Basil Blackwell.



Paisagem que se estende por cima de um dos bairros da aldeia, na Sierra do Caurel (província de Lugo)



1. Narrador do conto intitulado «Chúscurus-chus meu cura».



2. Alguns dos alunos da escola residentes na povoação; o rapaz foi o narrador do conto intitulado «a cabra e os sete cabreiros».

ASPECTOS ANTROPOLOGICOS Y ETNOLOGICOS DE LA SEMANA SANTA EN ESPAÑA

por

Juan-José Andrés Matías

El interés para la Antropología y la Etnología que tiene la celebración de la Semana Santa se debe, fundamentalmente, a la secularización de lo que otrora fuera una conmemoración esencialmente de carácter sagrado y que se ha manifestado en diversas y múltiples fiestas del ciclo pascual coincidiendo con la llegada de la esplendorosa primavera y con el paso de penitencia-cueresmal a la alegría de la resurrección; manifestándose así un estallido de emoción popular al que hay que añadir los valores estéticos de todas esas celebraciones.

De este modo, comenzaré con una reseña sobre el origen de las procesiones, la escultura procesional, las cofradías penitenciales,¹...

Así, tendremos que remontarnos a la Baja Edad Media con la aparición de las gildas o guildas, cofradías o hermandades cuya misión principal era la ayuda mutua y protección de sus miembros, desarrollándose especialmente en el norte de Europa. Con el tiempo se diferenciaron tres tipos: sociales o de paz mercantiles y comerciales; prefigurando, en cierta medida, lo que serán las «zunft» del sur de Alemania, los «métiers» de Francia, las «arti» de Italia y los «gremios» de España, con su base religiosa.

En el caso de España, para intentar conocer el origen de las procesiones, parece que hemos de remontarnos a la primera procesión del Corpus celebrada en Valencia en 1355, a la que según el profesor Gállego le suceden numerosas/procesiones eucarísticas; aparte, abundaron otras con motivo de fundación de iglesias o conventos, fiestas de Santos, nombramientos de obispos, regias jornadas o beatificaciones y canonizaciones.

¹Vid. el capítulo correspondiente en mi obra *Semana Santa en Salamanca. Historia de una tradición*. Ed. Junta Permanente de Semana Santa Salamanca, 1986.

A su vez, el origen de todas ellas se ha de buscar tanto en los «triumfos» paganos, cuanto en el transporte del Arca de la Alianza en la Biblia (Cf. «Deuteronomio», 10; «Josué», G, etc.).

En España se van a difundir extraordinariamente por todo el territorio a partir del siglo XVII, especialmente en Semana Santa, con el desarrollo de los grupos escultóricos tallados en madera, conocidos como «pasos». En ello pudo influir la llegada a España de pinturas y grabados que representaban las pomposas procesiones que se hacían en Flandes, mezcla de lo sacro y lo profano, o bien la observación directa de quienes fueron allí².

Vital importancia para entender este tema tienen las consecuencias del Concilio de Trento, especialmente para España ya que como dijo Menéndez Pelayo, el concilio había sido tan ecuménico como español, dado el destacado papel de los teólogos y obispos españoles desde sus inicios en 1545; gracias también a que Carlos V convenció a su hijo Felipe II de que hiciese lo posible por terminarlo ya que se había suspendido y otros países querían convocar un nuevo concilio³.

De todo ello derivará la Contrarreforma, es decir, la reacción contra la heterodoxia y los ataques de la Reforma, valiéndose en parte de la creación de una nueva iconografía en el Barroco, toda vez que estaba en retroceso el lenguaje del arte religioso medieval respecto a la interpretación simbólica de temas religiosos, aunque no desapare por completo ya que la iconografía posttridentina, pese a sus innovaciones, incorporó bastantes elementos tradicionales.

Por todo esto, el historiador del Arte G.C. Argan habla del Barroco como «civilización de la imagen», y es que en este contexto histórico es en el que hay que entender las cofradías y los «pasos».

Por lo tanto, el Concilio de Trento, al estimular la piedad religiosa, hizo que incrementara de repente el número de cofradías, y por ende la producción artística⁴.

Muchas de estas cofradías tenían un carácter gremial y, aunque con fines similares, se dividían en penitenciales, sacramentales y de gloria, o de forma más sencilla en penitenciales y no penitenciales; a las primeras les viene el nombre por se ser más austeras en sus costumbres y por presentar mayor dureza en las disciplinas. Entre esos fines estaba el atender hospitales y centros

² Gállego, J., *Visión y símbolos en la pintura española del Siglo de Oro*. Ed. Cátedra. Madrid, 1984, pp. 146-7

³ Fernández Alvarez, M., *España y los españoles en los tiempos modernos*. Ed. Universidad de Salamanca. Salamanca, 1979, p.293.

⁴ Sobre este aspecto aporta abundante información: Martín González, J.J., *Escultura Barroca Castellana*. Fundación Lázaro Gadiano. Madrid, 1959, pp. 10-11 y 105 y ss. y en *Escultura Barroca en España 1600-1770*. Ed. Cátedra. Madrid, 1983, pp. 31-32.

de beneficencia o atender pobres y ajusticiados.

El hecho de la incorporación de la mujer a las cofradías lo consideramos como algo relativamente reciente, sin embargo, en aquellos tiempos ya había cofradías que admitían indistintamente hombres o mujeres («utriusque sexus», dice una bula de Bercannos de Aliste Zamora).

Otra costumbre que ha pervivido es la de ofrecer una misa por el cofrade fallecido, si bien antes, además de a esta misa, tenían derecho al entierro, al que iban el resto de cofrades previstos de velas e insignias.

Como tales hermandades o cofradías, los estatutos mandaban mantener espíritu de confraternidad, evitándose las disputas y las diferencias entre los miembros.

Una de las principales obligaciones de los hermanos, lógicamente, era acudir a las procesiones de Semana Santa, bien como «cofrades de luz», si sólo iban alumbrando; bien como «cofrades de cruz» si llevaban una cruz al hombro, para lo cual estaba prohibido llevar almohadillas; o bien como «cofrades de sangre o disciplina», es decir, los aspados, los que se flagelaban o los que cargaban las andas de los «pasos» (foto1), si bien para esta última función a veces se contrataban mozos, hecho que aún se da en nuestros días, sobre todo en Andalucía.

De este modo, el arte de las cofradías penitenciales constituye una variedad típicamente española, que se trasladará a América, ya que la tendencia a sacar imágenes en procesión durante festividades o a efectos de rogativa es común a todo el ámbito católico. Estrictamente, pues, la especialidad española de la escultura procesional se refiere a la costumbre de las cofradías de poseer imágenes con escenas de la Pasión de Cristo, que sacaban procesionalmente en la Semana Santa, es decir, los «pasos».

En su acepción artística, la palabra «paso» puede derivar del latín «passus», forma del verbo «patior, passus sum» (dep. 3, tr.) que significa padecer, sufrir o soportar esto es, «paso» sería equivalente a escena lacerante de la Pasión del Señor; en este sentido, y según diversos documentos, por «paso» no se entiende obligatoriamente figura o grupo procesional. Por otro lado, «paso» también significa escena religiosa de asunto dramático, y da lo mismo que se refiera a una pintura que a una escultura, como también figura en otros documentos. Y no falta quien ha querido relacionar esa palabra con la que se refiere a un representación dramática en pequeños quadros. Pese a todo esto, desde el siglo XVII por antonomasia, «paso» es imagen o grupo procesional normalmente de tema lacerante, pero no siempre.

Los primitivos «pasos» del siglo XVI y principios del siglo XVII se hacían de cartón y lino, como observara en Valladolid el portugués Tomé Pinheiro da Veiga (en la obra «Fastiginia» de 1605). Con ello se conseguía una

ligereza que permitía formar conjuntos de varias figuras, normalmente anchas y de pequeño tamaño, que para luciesen más se vestían con telas y brocados naturales, que en algún caso eran alquilados. Pero estas figuras se deterioraban con facilidad y además su valor artístico era escaso, por lo cual en el siglo XVII se imponen los «pasos» hechos en madera, que se solían ahuecar para aliviar su peso; no obstante, y con algún precedente aislado del siglo anterior, se hicieron algunos grupos escultóricos de muchas figuras sobre amplias plataformas, que necesitaban de muchos portadores, eran las «máquinas tan tremendas» que decía Ponz. A pesar de ello, aunque no sea lo habitual, se seguirán vistiendo imágenes talladas en madera.

El llevar los «pasos» a hombros también tenía su significación estética, ya que con el movimiento las figuras cobraban vida, a lo que contribuía también el desfile por calles empredadas y el destello de luz vacilante que proporcionaban los hachones; pero esto era hace siglos; hoy en día ese efecto se ha perdido al transcurrir las procesiones, en su mayoría, por calles pavimentadas con luz fija, a lo que hay que añadir el que muchos «pasos» vayan sobre ruedas, si bien dado el auge actual de las procesiones de Semana Santa varios de esos «pasos» se están volviendo a sacar a hombros.

Pero el bamboleo de las figuras en los «pasos» es peligroso en el sentido de que hace sufrir a las figuras y a lo que hay que añadir el montarlas y desmontarlas en los tableros, el almacenarlas en sitios inadecuados o expuestas a la humedad o las inclemencias del tiempo durante las procesiones. Así, no es raro que las reparaciones y los repintes fueran habituales, por lo que la mayoría de las figura no han podido llegar hasta nosotros sin cambios, e incluso hoy las restauraciones se hacen, a veces, necesarias. Todos estos hechos también han sido causa de que algunas iglesias no dejaran sacar sus imágenes.

Una vez terminada la procesión, en los «pasos» constituídos por varias figuras, se desmontaban las mismas y sólo recibían culto en la iglesia las imágenes principales pasando a los almacenes las que no lo eran, como los sayones.

Por tanto, en los «pasos» hay que distinguir entre los de una sola figura y los de varias. En el primer caso la composición no exige más que la escultura aparezca labrada por la parte posterior (a diferencia de las que se hacen para ser colocadas en una hornacina, por ejemplo), pues ha de resultar visible, como se especificaba en los contratos. El problema se presenta en la representación de escenas constituidas por varias imágenes; entonces, la lucha del escultor por lograr una composición en el espacio que se pueda valozar desde todos los puntos de vista, por lo cual no se hacen composiciones simétricas o frontales, aunque la presentación total de estas obras suele obtenerse girando en torno al «paso».

Los imagineros («imaginarios» en los documentos) se inspiraban en grabados, dibujos y pinturas de otros maestros⁵. Podemos decir que en muchos casos los escultores trasladan una obra expresada en dos dimensiones, a la tercera; ahí están los problemas que citamos antes relativos a la perspectiva y que su resolución será fruto del afán de situar espacios abiertos y perspectivas múltiples propios del espíritu barroco. Siempre existiendo una estrecha relación entre la escultura y el dibujo o la pintura, no sólo por el usar modelos de otros artistas sino en el proceso de la escultura precedido de bocetos pintados o dibujados.

Al margen de los problemas de perspectiva en los «pasos» de una figura o de varias, hay que señalar diferencias en la distribución geográfica. Así, los «pasos» de una sola figura son preferidos en Andalucía; los de varias figuras fueron habituales en Castilla, con Valladolid como centro, o Murcia; en Madrid alternaron las dos modalidades. También en el arte andaluz es habitual la imagen vestir con trajes suntuosos y joyas, al igual que profundamente decoradas están las mesas de las carrozas denominadas allí canastillas. Serán precisamente estas variantes andaluzas las que pasen a Canarias primero y al continente americano después.

Conviene recordar también que no todas las imágenes procesionales sujetas a la devoción de los fieles fueron hechas para cofradías; tal es el caso de las imágenes de Santos, que el día de su festividad son llevadas en procesión, fórmula de culto por otra parte muy frecuente, o el caso de imágenes que sacan cofradías de reciente creación. No obstante, la imagen de un gremio o la de un santuario son por naturaleza procesionales.

Por lo tanto, estamos ante religiosidad que trasciende a la calle. Como ya vimos, a partir del Concilio de Trento se fomentan las procesiones de penitencia en España con las veraces reproducciones de los episodios de la Pasión en los «pasos». Por eso los artistas se esfuerzan en acentuar el realismo de las figuras que tienen como fin primordial conmover a los fieles. Esta vena no sólo realista sino expresionista data del segundo tercio del siglo XVI, con artistas como Alonso de Berruguete o Juan de Juni, quienes esculpen no tanto para la contemplación estética de las obras cuanto para la remoción del espíritu de quienes las contemplan. De ahí que se comparen estas obras con los sermones. Canesi (autor de una historia de Valladolid, en el siglo XVIII) decía que las imágenes movían a veneración y lástima, y las de Cristo, concretamente, a pavor y miedo, porque como dice Fallani, en el Barroco el arte intentó no sólo representar lo sagrado sino predicar. Recordemos también que en Occidente el

⁵ Martín González, J. J., Los «pasos» de Semana Santa y sus relaciones con el dibujo y la pintura. *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología*. Valladolid, 1953, p. 141.

arte religioso prefiere lo narrativo. Ya en el siglo XVI se advierten estos aspectos; así en el libro de Jaime Prades «Historia de la adoración y uso de las Santas Imágenes, y de la Imagen de la fuente de la Salud», Valencia 1596, se dice: «Un gran defensor de la imágenes, nota: que acrescentó grandemente la idolatría, haber sido los ídolos por exelentes artífices perfectamente hechos, y de materia preciosísima labrados: las cuales cosas, con sólo la vista, suelen arrebatar los corazones» (recogido por el protestante español autor del texto satírico del «Carrascón», cintado a Prades)⁶.

Cabría preguntarse como dice mi admirado Julio Caro Baroja⁷, por qué este «arte doloroso» se da en una época más que en otras, en unos lugares más que en otros. En el siglo XVII los escultores castellanos y anadaluces, más aún que los pintores, dan a la imaginería — que es una faceta de la escultura — un aspecto material terrible, reproduciendo las manifestaciones físicas del dolor en heridas, llagas, lágrimas, rostros abatidos etc., de modo que pueden incluso producir repugnancia; en este aspecto sobresalió Gregorio Fernández.

La respuesta a esa pregunta sin duda está en todo lo analizado hasta ahora, y es que, como dice el profesor Fernández Alvarez, la imaginería nos habla mejor que mil tratados de la tensión religiosa de aquella época. También esto tuvo su correspondencia en la literatura con los autos sacramentales de Lope de Vega o de Calderón⁸.

Ahora bien, el culto popular a las imágenes siempre ha caído en excesos a lo largo de la historia excesos que han sido muy criticados por teólogos, filósofos o poetas de todas las épocas; de este modo, por ejemplo, tenemos desde el «Confessional», 1516, de Alonso de Madrigal, «El Tostado», hasta las opiniones de Goethe, Hegel, Heine, Feuerbach o Nietzsche, pasando por las arremetidas del Padre Bernardino de Villegas hacia 1635 o por «El pintor cristiano y erudito, o tratado de los errores que suelen cometerse frecuentemente en pintar imágenes sagradas» de 1730, obra de fray Juan Interián de Ayala⁹. Capítulo aparte merecerían las opiniones de Erasmo oponiéndose a las procesiones con «pasos» y otras tradiciones idolátricas.

En cualquier caso, conviene preguntares por qué esa preocupación por el arte, por las calidades estéticas; respuesta que de nuevo encontramos en la autorizada opinión de Caro Baroja: las religiones del sentimiento religioso con el estético y con las formas de culto público que adoptan las distintas religiones

⁶ Dentro de la obra de Julio Caro Baroja, *Las formas complejas de la vida religiosa (Siglos XVI y XVII)*. Ed. Sarpe. Madrid, 1985, p. 129.

⁷ *Ibid.*, p. 132.

⁸ Fernández, *op. cit.*, p. 199.

⁹ Caro Baroja, *op. cit.*, 132 y ss.

demuestran que hay un factor espontáneo en el acto de adorar, que hace que el que adora procure expresarlo de forma que resulte bella en algún modo. Así la fe católica se ha visto favorecida el desarrollo de las artes plásticas, de la poesía el drama y la música¹⁰.

Otro tema interesante es el relativo al aspecto sociológico, y concretamente al papel que, de modo relevante, desempeñaron las cofradías como comitentes. Los impulsores del arte en el Renacimiento — el Estado, la nobleza y el alto clero — se resitieron de la crisis económica del siglo XVII, por lo cual, tras el fervor religioso que, como hemos visto, desató el Concilio de Trento, las cofradías, parroquias y monasterios se convirtieron en importantes clientes de los artistas. Esto no quiere decir que las fuerzas sociales antes citadas desaparecieran como resortes de la producción artística, pero ahora las cofradías, que agrupaban a gente de diversa condición social, rivalizan entre sí por conseguir las mejores esculturas y que sus festejos y procesiones fueran los más celebrados; esta competencia beneficiaba de modo extraordinario a los intereses artísticos. La financiación de este boato, en su mayor parte, procedía y procede de las cuotas ordinarias de los cofrades y de limosnas especiales.

Tolo ello nos ha llegado hasta hoy. En este sentido hay que reseñar el impulso que reciben manifestaciones en la postguerra española cuando el nacionalcatolicismo franquista utiliza propagandísticamente a la Semana Santa, produciéndose así un aumento considerable de cofradías a la par que una «sevillanización» en el resto de la procesiones.

De este modo, los antropólogos han estudiado las diversas y múltiples formas de celebrar la Semana Santa en todo el territorio español.

Así podemos reseñar las esplendorosas y numerosísimas procesiones andaluzas, con esas variantes que citábamos al hablar de los «pasos» y esa distinta forma de llevarlos «a costal» y no a hombros como en el resto de la geografía lo que les imprime un movimiento especial, para pasar al ascetismo y severidad castellanos de las procesiones de León, Zamora, Salamanca y Valladolid, destacando actos como los de Agreda (Soria), el «Via-crucis» de Bercianos de Aliste (Zamora), el «Descendimiento» de Salamanca (foto 2), la «bajada del Angel» en Peñafiel (Valladolid),... o la secular ceremonia de los «picaos» en San Vicente de la Sonsierra (La Rioja), donde los disciplinantes flagelan durante horas su espalda con un «mazo» formado por hebras de algodón virgen, para después recibir doce cortes producidos con vidrio — símbolo de los doce Apóstoles, dicen — para hacer manar «la mala sangre» de su espalda.

¹⁰ *Ibid.*, p. 125.

En este contexto de representaciones dramáticas hay que aludir a las pasiones vivientes catalanas, es decir a la representación teatral de la «Passió» por parte de la gente del pueblo. La más antigua es la Cervera (Lérida) que data de 1481, pero destaca la representación de la «Danza de la mort» en Vergès (Gerona), auto sacramental en que se mezcla lo pagano y lo religioso, si bien las representaciones más conocidas son las Olessa de Montserrat y Esparraguera (Barcelona). En este ámbito catalán también hay que señalar las «caramelles», grupos corales de los pueblos ataviados con trajes regionales que a modo de aguinaldo navideño recibirán distintas viandas con las que posteriormente se organizará una fiesta campestre.

El Levante español presenta también sus peculiaridades en estas celebraciones, destacando su entronque popular; Blasco Ibañez en su novela «Flor de Mayo» dice que la celebración de Cabañal (Valencia) recuerda más un carnaval que un Viernes Santo. Y es que en Valencia los participantes lucen vestidos de las más variadas épocas, así encontramos desde romanos hasta soldados napoleónicos. Algo similar ocurre en Murcia y concretamente en Lorca donde vemos personajes que representan a Salomón, Nabuconodossor, Cleopatra, etc, destacando la riqueza de sus trajes. En otra localidad, Cartagena, es de significar la rivalidad entre dos cofradías: «marrajos» y «californios». En todo el ámbito murciano es habitual el reparto de caramelos que se ha interpretado como un recuerdo de los productos de la huerta que antaño se ofrecían en las procesiones.

Otra singular manifestación es la que se produce en el Bajo Aragón con las tamborradas. Es a partir de las doce de la noche del Jueves Santo cuando tiene lugar la «rompida» o el «romper la hora», momento en que tambores y bombos no dejarán de sonar hasta el Sábado Santo. Destacan en esa zona las localidades de Calanda e Híjar, pero las tamborradas también son protagonistas en Tobarra y Hellín (Albacete), donde se celebran unas «jornadas de exaltación del tambor». La localidad de Tobarra también es formosa por el acto de la «Bendición», en que un tobarreño bendice con el brazo de la imagen de Cristo desde un monte a los presentes.

En el ruido ensordecedor de esas tamborradas se ha querido ver una interpretación simbólica cual es el temblor de la tierra en el momento de la expiración de Cristo. En otros casos los protagonistas son clarines y trompetas, como en el caso de Murcia, donde intencionadamente se tocan desafinando, produciendo unas estridencias de sonido que se han interpretado bien como las riquezas burelonas de quines maltrataron a Cristo, bien como el grito desgarrado de Este en el dolor físico.

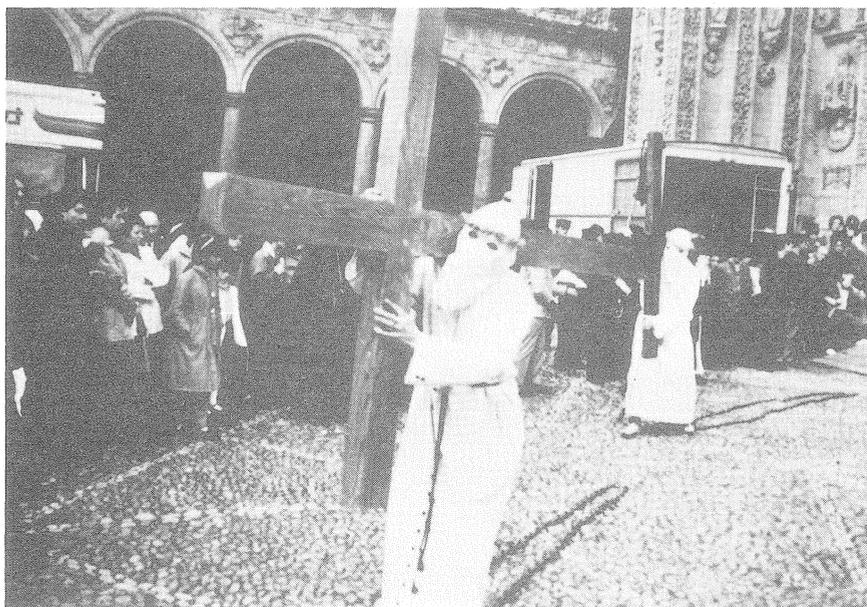
Otro elemento interesante es la figura del muñidor, criado que hacía de avisador en las cofradías y que cobraba por ello. En este contexto hay que entender la «Ronda» de León o las figuras del «Barandales» en Zamora o

«Lambrián Chupacandiles» en Ponferrada (León), donde también la madrugada del Viernes Santo se produce la llamada de cornetas y tambores para acudir a las procesión matinal.

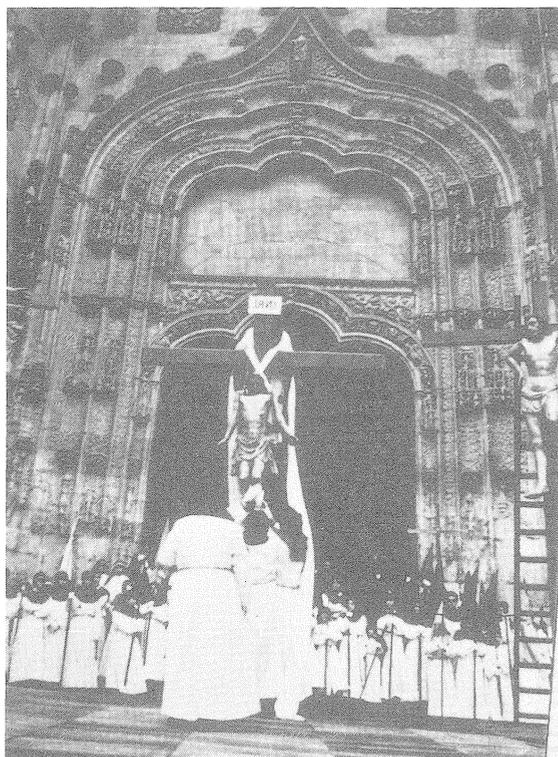
De interés etnográfico es la recuperación en diferentes celebraciones de instrumentos como chascas, carracas y matracas, utilizados antiguamente cuando durante la Semana Santa se prohibía el uso de las campanas.

Finalmente aludiré a otro elemento de tradición popular cual es la saeta. La saeta deriva de lo que iban diciendo los predicadores que en los siglos XVII y XVIII acompañaban las procesiones — principalmente dominicos — y que luego fue recogido por el «cante jondo».

Y es que así podríamos citar innumerables elementos de interés antropológico y etnológico en estas manifestaciones donde se mezcla lo pagano con lo religioso.



1 — Disciplinantes. Salamanca.



2 — Acto del descenso. Viernes Santo. Salamanca.

AO VENCEDOR, AS BATATAS. PLANTAS AMERÍNDIAS OFERENDADAS À HUMANIDADE

por

Berta G. Ribeiro*

INTRODUÇÃO

A frase anônima que intitula este artigo — dita não se sabe quando e a propósito do que — foi incorporada aos aforismos da língua portuguesa falada no Brasil. Traduzo-a metaforicamente: os invasores europeus que dominaram os povos nativos da América, no século XVI, levaram entre seus despojos, *batatas e grãos*. Esses tubérculos, gramíneas e outras espécies úteis produziram mais fortuna do que o ouro e a prata, objecto da conquista.

As culturas nativas da América do Sul Tropical, do Planalto Andino, da América Central e do México podem ser qualificadas como «civilizações vegetais». Isto por que, à semelhança da China, priorizaram a domesticação da flora ao invés da fauna. A historiografia do continente inventariou mais de 100 espécies vegetais originárias da América levadas e aclimatadas pelos europeus em todos os quadrantes da Terra. Elas atendem às necessidades biológicas e culturais básicas do homem, servindo-lhe de alimento e tratamento do corpo e do espírito. Tais são as plantas alimentícias, medicinais, artesanais, combustíveis, forrageiras, aromáticas, colorantes, saborizantes, ornamentais, emblemáticas, gumíferas e resinosas empregadas para os mais diversos fins.

O saber vegetal ameríndio lastreia-se sobre a experiência milenar de acertos e erros levada a cabo por gerações. Ele deu lugar a conhecimentos de manejo agrícola, que culminou na domesticação das plantas. Intervêm nele, como factores essenciais, a variação climática, a composição química dos

* Museu Nacional, Dept^o de Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

solos, sua textura e a presença ou a introdução de nutrientes necessários à vida das plantas. O cultivo e a proteção genética de inúmeras espécies foram presididos por práticas de interação harmônica com outras espécies da flora, com espécies da fauna e com o homem, deixando vingar, sem discriminações, todas as formas de seres vivos. Assim se explica a preservação de uma diversidade biológica, quase intacta e quase desconhecida, nas regiões tropicais habitadas por remanescentes indígenas no Novo Mundo. Essa biodiversidade é tida hoje como um dos tesouros patrimoniais mais importantes da humanidade, que cabe à atual geração preservar e estudar, evitando sua completa erradicação. Discute-se, inclusive, se as populações aborígenes teriam a reclamar direitos de propriedade sobre seu uso.

Nas páginas que se seguem, procurarei induzir o leitor à reflexão sobre: 1) a criatividade das culturas ameríndias que, não obstante sua singeleza, engendraram soluções próprias à satisfação de necessidades humanas comuns; 2) o manejo ecológico mediante o qual os povos nativos do continente americano desenvolveram estratégias adequadas à conservação do solo e das plantas. 3) o legado botânico indígena vivo porém ocultado a milhões de homens em todo o mundo, que ignoram a grandeza dessa contribuição. Os exemplos serão tomados de estudos recentes feitos entre tribos amazônicas do Brasil e de outros países da América Latina.

MANEJO E CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

O estudo do antropólogo Robert Carneiro entre os Kuikúro do alto Xingu, região caracterizada como de transição do planalto central do Brasil para a floresta amazônica, indica que eles classificam o solo segundo o revestimento florestal e a composição da matéria inorgânica. Denominam com termos específicos os solos com densa cobertura de árvores altas, que corresponderia ao que chamamos floresta primária; distinguem essas formações da floresta secundária, que se desenvolve nas *capoeiras*, isto é nos terrenos abertos previamente para os cultivos e também com denominações próprias, as áreas onde se encontram terrenos em estágio intermediário entre os anteriormente referidos. Um quarto tipo de solo, também denominado com um termo específico, é determinado segundo sua composição (arenosa) e a cor (vermelha). Um quinto tipo é caracterizado pelos Kuikúro por sua localização ao longo dos rios e lagos. Corresponde ao que se costuma chamar *floresta de galeria*. Como se vê, na classificação dos solos para a agricultura, os Kuikúro levam em conta o meio orgânico e o inorgânico.

É igualmente notável o conhecimento das espécies arborícolas que cres-

cem em seu habitat. Uma experiência feita pelo citado antropólogo demonstrou que, em meio hectare de terra coberta com mata virgem, os Kuikúro puderam identificar, por seus nomes e a utilidade, 172 árvores. Quanto ao uso, elas foram assim discriminadas: a) para fabricar artefatos; b) para untar ou decorar o corpo; c) frutos ou nozes usados como alimento; d) madeira usada para lenha; e) espécies cultivadas nas roças; f) plantas usadas para a construção de casas; g) plantas usadas para amarrados e por suas fibras; h) espécies úteis para ornamentos; i) plantas que fornecem veneno, látex ou resina para uso não-ornamental; j) folhas empregadas como lixas, para forros, higiene e cosméticos; k) plantas para fabricar embarcações e para calafetá-las; l) plantas para fabricar sabão; m) plantas para fazer sal.

Os índios Desâna, do alto rio Negro, fronteira com a Colômbia, com os quais trabalho, classificam igualmente segundo uma taxonomia própria, os solos de *terra firme* próprios para o cultivo, detalhando as espécies nativas nelas encontradas e as espécies que podem ser plantadas em cada nicho ecológico. Os tipos mais importantes de *terra firme* agriculturável encontrados em seu território são: o tipo argiloso (comum e preto) e o arenoso (comum e preto). As terras não aproveitadas para a agricultura são classificadas segundo o porte das árvores e o ambiente: aquático, periodicamente inundável, ou seco. Deste último tipo é a *caatinga*, cujas árvores não alcançam o porte das de *terra firme*. Outra divisão fitogeográfica distinguida pelos Desâna é o *igapó*, formação de beira rio periodicamente inundada, que, tal como a *caatinga*, não serve para a agricultura. E, finalmente, o *manguezal*, região pantanosa onde os índios encontram espécies úteis para fazer seus artesanatos e frutos comestíveis.

Uma pesquisa realizada por Darrell A. Posey entre os índios Kayapó demonstrou que eles reconhecem três zonas ecológicas em seu território subdivididas em oito subzonas e duas áreas de transição, a saber:

1. Savana (ou Cerrado)
 - 1.1 Campos com relva baixa
 - 1.2 Campos com árvores
 - 1.3 Cerrado
2. Serra
3. Floresta
 - 3.1 Floresta com aberturas alteradas
 - 3.2 Floresta alta
 - 3.3 Floresta de galeria
 - 3.4 Floresta fechada

Os estudos de Posey demonstraram que tanto a floresta como a savana são conhecidas e manipuladas ativamente pelos Kayapó. Criam artificialmente,

nesta última, capões de mata, incrementando sua diversidade biológica. Para isso, os Kayapó procuram pequenas depressões do terreno que retêm água da chuva, preenchem-nas com palha misturada com terra de cupinzeiros e pedaços esmagados de formigueiro. Formigas e cupins vivos são também aí depositados: lutam entre si e deixam os brotos dos cultivos em paz. Os referidos insetos decompõem-se e agregam nutrientes ao solo assim formando. Esses montículos de terra medem um a dois metros de diâmetro por 50 a 60 cm de profundidade e são plantados com espécies úteis. Com o tempo crescem, transformando-se em «ilhas de recursos» em plena savana. Essas «ilhas» compõem-se de:

- árvores frutíferas que atraem caça;
- árvores para sombra, lenha e até trepadeiras que produzem água potável. Todas elas são espécies «semidomesticadas» transplantadas do cerrado (savana) para formar nele novos nichos ecológicos.

Outras pesquisas têm demonstrado que as chamadas «*terras pretas dos índios*» — a exemplo daquelas onde se assenta a cidade de Santarém no Estado do Pará — não são naturais, senão construídas por gerações de ameríndios mediante a acumulação de material orgânico nos terrenos de suas aldeias. E que as concentrações de certas palmeiras e outras espécies úteis resultaram, igualmente do remanejo e manipulação de ecossistemas para a formação de nichos ecológicos favorecedores da vida humana. Trata-se da modificação intencional do habitat para estimular o crescimento de comunidades vegetais e da integração destas com comunidades animais e com o homem.

Em função disso, o antropólogo William Balée considera que a noção vigente de que as populações aborígenes da Amazônia estão adaptadas à floresta primária deve ser invertida: a referida adaptação é exercida em relação ao *agroflorestamento* devido ao manejo do meio ambiente por povos extintos. Em um trabalho intitulado «Florestas culturais da Amazônia» Balée afirma que nas «florestas de cipó», habitadas por dois grupos Tupí por ele estudados, foram identificadas espécies vegetais estranhas a esse biótopo. Tais são castanheiras (*Bertholletia excelsa*), babaçuais (*Orbygnia phalerata*), cacau «selvagem» (*Theobroma sp.*) e ingá (*Inga spp.*).

AGRICULTURA INDÍGENA

As práticas agrícolas das tribos da floresta tropical transmitidas aos caboclos, têm sido caracterizadas como agricultura itinerante (*shifting cultivation*) ou de derrubada, queima e *coivara* (*slash and burn, swidden, itinerant, transient, etc.*). Isso se explica pelo facto de que, na floresta tropical, sobretudo na Amazônia, o solo exaure-se rapidamente quando cultivado anos seguidos.

Assim sendo, uma família derruba geralmente um hectare a cada ano, área de terra que corresponde à sua capacidade de trabalho, e continua abastecendo-se de produtos plantados em duas roças abertas nos anos precedentes. Pratica a policultura, cultivando plantas de alturas diversas que «imitam» a vegetação natural. Além da mandioca (*Manihot esculenta*), as populações indígenas e rurais do trópico úmido plantam: batata-doce (*Ipomoea batatas*), milho (*Zea mays*), cará (*Dioscorea* sp.), feijões e favas como o amendoim (*Arachis hypogaea*), fruteiras como o abacaxi (*Ananas sativus*), o caju (*Anacardium occidentale*) e várias espécies de ingá, bananas e palmeiras. E, ainda, plantas manufatureiras e colorantes (algodão/*Gossipium* spp./urucu/*Bixa orellana*), bem como espécies medicinais.

Dessa forma, uma roça evolui de plantação de subsistência, sobretudo de mandioca, para roça mista, mandioca-frutas, para pomar frutífero residual, para capoeira e, finalmente, para floresta alta que, com o tempo, volta a ser abatida para novos cultivos. Esse intervalo pode levar, dependendo da região, entre 8 e 25 anos. Nas próprias aldeias, em áreas adjacentes às casa, são plantadas espécies alimentícias, sobretudo pimenta (*Capsicum* spp.), fruteiras e, igualmente, plantas medicinais.

Vejamos, no caso específico dos Kuikúro estudados por Carneiro, como se processa o trabalho agrícola. Depois de escolherem o trato de terra a ser plantado, segundo as características anteriormente apontadas, iniciam a limpeza da macega (*weeds*) que cresce sob as árvores. As roças são tradicionalmente circulares e medem, em média, cerca de um hectare. A limpeza do terreno tem lugar geralmente dois a três meses do início das chuvas, isto é, em junho, no alto Xingu. Derrubam inicialmente as árvores mais altas, localizadas no centro do terreno. Sua queda é orientada de forma a atingir outras menores, ou que estejam presas às maiores por cipó enroscado na copa. Derrubada a mata, é deixar secar por dois ou três meses.

Os Kuikúro sabem quando é chegada a hora da queima pela aparição da constelação do pato, no oriental do céu, antes do raiar do sol. E, ainda, pela posta de ovos de tracajá, um pequeno quelônio (*Podocnemis unifilis*), nas praias do rio Culuene. A queima é feita à tarde, quando a roça está bem seca, observando-se a direção do vento que ajuda a espalhar as chamas. Dura cerca de duas horas.

A operação seguinte é a *coivara*. Consiste em empilhar e tornar a queimar os paus e galhos não consumidos pelo fogo anterior. Ao mesmo tempo é recolhida a lenha para uso doméstico. Quando termina a operação, que dura de nove a doze horas, apenas 7 a 10% do terreno fica coberto de paus e galhos. Segundo os cálculos feitos por Robert Carneiro, as cinzas aumentam imediatamente a fertilidade do solo, em alguns casos dobrando a quantidade de sais

solúveis e triplicando ou quadruplicando seu teor de potássio, cálcio, magnésio, etc. carvão, que também aumenta a fertilidade do solo, leva meses para desfazer-se, química e mecanicamente. Constitui, por isso, uma reserva de nutrientes para a absorção mais lenta e gradual da planta em crescimento. A *coivara* e a segunda queima têm lugar, geralmente, um mês antes das primeiras chuvas, que ocorrem em Setembro, proporcionando aos Kuikúro tempo suficiente para proceder ao plantio. Este se faz através da abertura de pequenas covas. Ao ser escavada, a terra fica mais friável e solta; as raízes das árvores derrubadas são removidas e as cinzas e o carvão misturados ao solo.

As capoeiras — antigas roças deixadas de pousio depois de dois a três anos de cultivo tem outra função: oferecem brotos e folhagens viçosas para alimento da fauna. A par disso, os índios plantam iscas de caças em roças novas e velhas. As capoeiras são, por isso:

- bancos de germoplasma, ou seja, reservas de mudas e sementes;
- pomares (transplante de pupunha (*Bactris* sp.), cucura (*Porouma* sp.), ingá (*Inga* spp.) e outras;
- «fazendas de caça» onde é mais fácil encontrar pacas (*Cuniculus paca*) e outros mamíferos roedores, além de queixadas (*Tayassu pecari*) e caititus (*Tayassu tajacu*) do que na floresta virgem;

O crescimento de plantas invasoras é permitindo para propicias novas queimadas, uma vez que as cinzas fertilizam a terra e o fogo afasta as pragas, quando ateadado a pequenas glebas.

Comparados com os solos da regiões temperadas da Europa, e da América do Norte, os da Amazônia são muito mais antigos e mais pobres e, portanto, sujeitos à degradação. A camada de humus mede, geralmente, não mais que 10 cm, quando recoberta de manto vegetal. Desmatado, o solo é privado de nutrientes de matéria orgânica provindos da decomposição das folhas, excrementos de insetos e outros elementos da biomassa. O calor e a umidade contribuem para promover essa decomposição através da ação de microorganismos: bactérias e fungos. Ao mesmo tempo, as constantes e pesadas precipitações pluviométricas, carregam os nutrientes para os rios, causando a lixiviação e a erosão.

As vantagens das técnicas agrícolas do tipo extensivo (em contraposição com o intensivo feito mediante implementos mecânicos), policultor (em oposição ao monocultor destinado a produzir produtos agrícolas exportáveis) podem ser assim sumariados:

- mantém a fertilidade inorgânica do solo na medida em que não erradica a totalidade da vegetação que o cobre;
- o desmatamento de um pequeno lote de terra — cerca de um hectare por

família — e sua utilização temporária minimiza o tempo em que superfícies é exposta ao calor do sol e a fortes pancadas de chuva;

— o plantio de diversas espécies, de alturas diferentes, reduz o impacto das intempéries e a propagação de pragas;

— a dispersão geográfica dos cultivos faz com que espécies vegetais e animais sejam preservadas em «corredores naturais» que separam as roças, representando refúgios ecológicos;

— na queima em pequena escala, a cinza e o apodrecimento de galhos e troncos deixados sem queimar devolvem ao solo os nutrientes necessários para alimentar os brotos.

Contrastando com esse manejo agrícola, o que se verifica na ocupação «civilizada» da Amazônia, são desmatamentos de 10 mil hectares num só ano e numa só fazenda para a formação de pastagem. O pasto dura apenas dois anos e produz a qualidade irrisória de 30 Kg de carne bovina por hectare por ano. Isso significa que um boi «come» o equivalente em matéria orgânica a uma família indígena ou cabocla no mesmo período, com a agravante de depredar o solo e, em consequência, alterar o clima e o sistema hídrico, em virtude do desmatamento irracional de floresta virgem.

O SABER ETNOBOTÂNICO

A dívida que a humanidade contraiu com o primitivo habitante das Américas está longe de ser resgatada. As principais plantas de que se alimenta (ou que utiliza industrialmente) foram descobertas e domesticadas pelos ameríndios. Tais são, entre as alimentícias:

— a batata (*Solanum tuberosum*), originária do Peru, Bolívia e Chile, erroneamente chamada «batata inglesa»;

— a mandioca (*Manihot esculenta*), nativa na região amazônica;

— o milho (*Zea mays*), originário da América Central e México;

— a batata doce (*Ipomoea batatas*), levada por Colombo à Europa em 1492;

— o tomate (*Lycopersicon lycopersicum*), também mexicano;

— feijões e favas como o amendoim (*Arachis hypogaea*), originário do Brasil;

— fruteiras como o cacau (*Theobroma cacao*), o abacaxi (*Ananas sativus*), o caju (*Anacardium occidentale*), o mamão (*Carica papaya*), o abacateiro (*Persea americana*) e inúmeras outras.

Plantas com emprego industrial como:

— a borracha (*Hevea brasiliensis*), indispensável à indústria moderna;

— a palmeira carnaúba (*Copernicia cerifera*), de que se extrai cera (das folhas) e azeite (do fruto);

— plantas com propriedades inseticidas como várias espécies dos gêneros *Lonchocarpus* e *Tephrosia*;

Plantas oleaginosas para alimento humano e industrial como:

— a castanha do Pará (Brazil nuts) (*Bertholletia excelsa*);

— o girasol (*Helianthus annuus*) originário do México e sudoeste dos Estados Unidos, presente hoje em grandes plantações na Europa, principalmente na Romênia, Bulgária e URSS;

Uma das mais importantes plantas alimentícias legadas à humanidade pelo antigo habitante do neotrópico é a mandioca (*Manihot esculenta*) que, além de alimento, pode vir a ser empregada como combustível. É hoje cultivada fora da América do Sul, América Central, México, e Flórida (EUA), — como o fora em termos precolombianos — em extensas áreas tropicais da Ásia, África e Oceania. Além de ser uma planta que dá facilmente em terra pobre, como o podzol do alto rio Negro, de poder ficar estocada na própria terra por períodos muito grandes, a mandioca tem a vantagem de ser um alimento rico em amido e fornecer uma série de subprodutos: farinha, tapioca, beiju e bebidas fermentadas ou não.

O milho (*Zea mays*), da família das gramíneas, figura entre as três mais importantes plantas que alimentam a humanidade. As outras duas são o trigo (*Triticum* sp.) e o arroz (*Oryza sativa*). É cultivado atualmente em todas as regiões tropicais e subtropicais do mundo. Além de alimento humano, vem sendo utilizado nas rações de suínos, caprinos, galináceas e eqüinos. Apesar de conter mais aminoácidos do que a mandioca, o milho por ser, mais exigente em terras férteis e pluviosidade regular, é menos produtivo por unidade-área do que o referido tubérculo e tem que ser colhido assim que amadurece.

Nas áreas em que grãos, como o milho, não se adaptavam facilmente, como nos altos patamares do planalto andino, tubérculos ricos em amido foram domesticados. É o caso da batata doce (*Ipomoea batatas*) introduzida na Espanha em 1526 a partir de Cuba e que tem uma distribuição maior que a mandioca na América. Para o norte, pouco ultrapassou o trópico e para o oeste — avançando na zona temperada do altiplano — alcançou o Pacífico. Identificações botânicas admitem a existência de inúmeras espécies, sendo a *Ipomoea fastigiata* uma espécie silvestre da América tropical.

Dentre as plantas tuberosas que a América deu à humanidade, a mais difundida e a que mais contribui para a dieta de vários povos principalmente europeus, é a batata. Nativa do Peru, Bolívia e Chile possui várias espécies comestíveis do gênero *Solanum* fora da América, sendo a *Solanum tuberosum* a espécie mais importante. Chegou à Europa em 1570 e antes de 1600 já havia

se difundindo por todo o continente. No Peru são conhecidos milhares de cultivares (aproximadamente 10 mil) sendo muito utilizada para alimento humano e do gado.

Além de suas inextinguíveis propriedades alimentícias, do homem e de animais, os tubérculos acima citados oferecem amido para fins industriais: endurecer panos e confeccionar colas pegadas. Prestam-se também, a mandioca e a batata doce à produção de compostos energéticos semelhantes aos do petróleo: fenol, etanol, álcool metílico, etc., por armazenarem carboidratos fermentáveis em suas raízes.

Outro cultivo amplamente difundido em todo o mundo é o dos feijões do gênero *Phaseolus* de distintas espécies, Todas elas são ricas em proteínas, fáceis de armazenar e transportar em longas viagens, e oferecem múltiplos empregos culinários. No futuro, também, no campo dos compostos energéticos, tal como as plantas anteriormente citadas. A espécie mais difundida é a *Phaseolus vulgaris*. Dentre essas leguminosas, destaca-se o amendoim (*Arachis hypogaea*), provavelmente originário do Brasil, com alto conteúdo de proteína, azeite e excelente sabor. Outras plantas produtoras de azeites comestíveis são o caroço do algodão, o milho, a castanha-do-Pará, a castanha sapucaia, a noz do caju, as sementes de girasol, e os azeites de inúmeras palmeiras. Além do uso dietético, essas graxas são empregadas como lubrificantes e tintas para pinturas.

Fruto difundido em todo o mundo é o tomate (*Lycopersicon lycopersicum*), também de origem sulamericana. Levado do Peru à Itália, difundiu-se à Oceania e ao sudeste da Ásia. Em nossos dias, é um produto obrigatório nas tecnologias alimentares de todos os povos do mundo, servindo como condimento, colorante e saborizante. Da mesma natureza é a grande variedade de pimentas (*Capsicum spp.*) domesticadas pelos ameríndios que não só melhoraram o sabor como conservam os alimentos em climas quentes.

Inúmeras espécies vegetais, objecto de coleta por parte dos índios, foram depois adotadas pelos colonizadores europeus, passando a ser cultivadas, algumas em larga escala, desempenhando hoje relevante papel na economia mundial. Tal é o caso da borracha sem a qual nossa civilização não seria o que é.

Conhecida pelos índios da Amazônia e do México — que a utilizavam para fazer bolas, seringas e impermeabilizar objectos — a borracha (*Hevea brasiliensis*) só foi realmente «descoberta» pela civilização ocidental na segunda metade do século XIX. Nessa época, a Amazônia era a única região produtora em todo o mundo e imensas fortunas se produziram da noite para o dia, embora o boom da goma elástica tenha ceifado, pelas febres e avitaminoses e pela brutalidade da penetração, milhares de vidas de índios e caboclos.

Em 1876, foi iniciado o plantio da *Hevea brasiliensis* na Indonésia, produzindo-se a quebra do monopólio detido pelo Brasil durante quase meio século.

O cacau (*Theobroma cacao*) era cultivado no hemisfério norte, nas terras temperadas do Pacífico, antes de Colombo. Seu plantio era menos generalizado na costa atlântica. No Brasil, o cacau era objecto de coleta, passando logo a ser cultivado por inúmeras tribos amazônicas. O ciclo econômico do cacau iniciou-se na Bahia, no começo deste século, causando a devastação da pujante mata atlântica e a dizimação de inúmeras tribos, conhecidas como Botocudo, que viviam nos vales dos rios Doce e Jequitinhonha, naquele estado do Nordeste brasileiro.

Num estudo sobre frutas indígenas (cultivadas e silvestres) da Amazônia que o seu autor, Paulo Cavalcanti, considera incompleto, verifica-se que o conjunto inclui 168 espécies pertencentes a 40 famílias botânicas. Se consideramos que dessas 40 famílias apenas 3 — a Rutáceas (com 8 espécies do gênero *Citrus*, ou seja laranja e limão); a Cucurbitácea (melancia e melão) e a Flacourtiácea (ameixa-de-Madagascar) — são comprovadamente exógenas, podemos avaliar a quanto monta a herança indígena somente no que se refere a fruteiras de consumo humano e apenas as inventariadas na Amazônia. Muitas delas são desconhecidas até hoje da civilização ocidental. Inúmeras outras estão hoje integradas na dieta alimentar do povo brasileiro, sobretudo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Várias delas são aproveitadas industrialmente em forma de compotas, sucos e licores. É de se esperar que, no futuro, se imponham ao mercado mundial como dádiva da flora brasileira ao acervo universal de espécies nutritivas e saborosas.

Segue-se uma lista das árvores frutíferas mais conhecidas.

1. Guabiroba (*Myrtus mucronata*)
2. Guavira (*Compomanesia*)
3. Maracujá (*Passiflora* spp.)
4. Umbu (*Spondia Tuberosa*)
5. Mangaba (*Harnicornia speciosa*)
6. Jabuticaba (*Mouriria pusa*)
7. Piquiá (*Macoubea guaianensis*)
8. Pequi (*Caryocar* spp.)
9. Bacuri (*Piatonia insignis*)
10. Abio (*Lucuma caimito*)
11. Maçaranduba (*Mimusops excelsa*)
12. Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*)

13. Mucajá (*Acrocomia sclerocarpa*)
14. Jaracatiá (*Jaracatiá dodecaphylla*)
15. Guarajá (*Chrysophyllum excelsum*)
16. Pitomba (*Eugenia litescens*)
17. Pitanga (várias *Myrtaceae*)
18. Fruta-de-conde (diversas *Rollinia*)
19. Araticum (*Anona crassiflora*)
20. Murici (*Vrysonima sericea*)
21. Cajá (*Spondias lutea*)
22. Araçá (*Psidium sp.*)
23. Goiaba (*Psidium guayava*)
24. Jenipapo (*Genipa americana*)
25. Jatobá (*Hymenea courbaril*)
26. Ingá (*Ingá spp.*)
27. Marmelada (*Alibertia edulis*)
28. Murici (*Bysonima crassiflora*)
29. Jambo (*Eugenia jambus*)
30. Sapucaia (*Lecythis spp.*)
31. Tururubã (*Pouteria macrophylla*)
32. Banana brava (*Ravenala guyanensis*)
33. Biribá (*Rollinia mucosa*)
34. Jurubeba (*Solanum paniculatum*)
35. Taperebá (*Spondias sp.*)
36. Umari (*Poragueiba sp.*)
37. Uvilha (*Pourouma cecropiifolia*)

Diversas espécies de palmeiras representam substancial fonte alimentar para os aborígenes, seja o fruto, o palmito, a castanha — da qual se faz azeite para comer, para iluminação, para repelir insetos —; seja para a cobertura das casas, para trançar cestos, esteiras; seja a fibra mais fina para fio e tecido; ou, finalmente, a madeira para inúmeros fins.

Vejamos as mais importantes:

1. Bocaiuva ou Mucaia (*Acrocomia*). As castanhas encerram 70% de gordura.
2. Buriti (*Mauritia vinifera*; *M. flexuosa*)
3. Bacaba (*Oenocarpus bacaba*)
4. Açai (*Euterpe oleracea*). O vinho de açai contém maior teor de proteína que o leite de vaca.
5. Inajá (*Maximiliana regia*)

6. Tucum (*Astrocarym tucuma*)

7. Paxiuba (*Eriartea exhorrida*)

8. Babaçu (*Orbignia martiana*)

9. Pupunha (*Bactris gasipaes*)

Dentre as plantas estimulantes, destaca-se o tabaco (*Nicotiana tabacum*) de origem e domesticação ameríndia, usada principalmente para efeitos mágicos, como terapêutica medicinal e estimulante. Difundida a todo o mundo, a indústria do tabaco é, das mais prósperas existentes. São conhecidas inúmeras variedades de *Nicotiana* e se orienta, actualmente o aproveitamento das propriedades inseticidas e forrageiras dessa planta.

A erva-mate (*Ilex paraguariensis*) foi, ao que tudo indica, desenvolvida pelos Índios Guarani do sul Brasil, do Paraguai, Uruguai e norte da Argentina, para fins medicinais, quando fresca, para chá e chimarrão, quando seca. Actualmente o chá mate está penetrando nos mercados mundiais como sucedâneo do chá preto e do café.

Outra bebida muito popular no Brasil — o guaraná (*Paullinia cupana*) — era pouco difundida na América pré-colombiana. Até o século XIX, os Mawé, do rio Madeira, tinham praticamente o monopólio dessa sapindácea. É um estimulante notável com 4 a 6 por cento de cafeína. O plantio do guaraná está difundido hoje no Brasil e partes da África e o seu consumo aumenta a cada dia.

Nos últimos anos, a atenção dos botânicos tem sido atraída para plantas qualificadas como *alucinógenas*, cultivadas ou coletadas por tribos da Amazônia. Uma das mais conhecidas é a coca ou ipadu (*Erythroxylon coca*), de uso ritual pelos índios. O processamento da planta não chega até o seu uso como tóxico, ou seja, a cocaína. O «civilizado» é que é responsável pelo deslocamento na finalidade de consumo — tanto da coca quanto do tabaco — de ritual e medicinal a hedonístico.

O potencial de plantas medicinais indígenas é quase ignorado pela cultura ocidental. Entretanto é com remédios caseiros, extraídos da rica flora medicinal nativa, que as populações rurais encontram alívio para inúmeros males.

Vejam os poucos exemplos de plantas medicinais americanas incorporadas à medicina ocidental.

1. Ipecacuanha (*Cephaelis ipecacunha*)

Originária do Brasil, é usada pelos índios contra diarréias sanguinolentas e infecções gastrointestinais. Dela se extrai o cloridrato de emetina, um alcaloide localizado nas raízes da planta. Emprega-se atualmente no tratamento da desinteria amebiana, como expectorante e às vezes como laxativo.

2. Copaíba (diversas espécies do género *Copaifera*).

Para curar feridas e outras enfermidades. No século XVIII generalizou-se

seu emprego contra afecções das vias urinárias.

3. Quinina (do gênero *Chinchona*). Até 1930 era o único antimalárico disponível. Até hoje novos derivados (por exemplo: cloroquina) estão sendo introduzidos na terapêutica dessa doença.

4. Coca (*Erythrosylum coca*). Usada como estimulante, permitiu, através do isolamento da cocaína, o desenvolvimento de anestésicos locais.

5. Curare (*Chondodendron tomentosum* e *Strychnos toxifera*). Usada como veneno de flechas (mata por paralisia), dos seus componentes vegetais extrai-se a d-Tubocurarina usada como coadjuvante na cirurgia, principalmente do músculo cardíaco, no tratamento da paralisia espasmódica, do mal de San Vito e da doença de Parkinson.

6. Raiz de purga ou jalapa (*Ipomoea purga*). Ipífita nativa do México e da América Central, é apreciada por sua capacidade de purgativa provocada por uma resina presente em suas raízes.

7. Peyote (*Lophophora williamsii*). Cacto mexicano alucinógeno, de importância médica e cultural contém um alcaloide a mescalina, substância utilizada em tratamentos psiquiátricos.

Dentre as fibras têxteis, cabe citar:

1. Algodão (*Gossypium spp.*). Os indígenas americanos cultivavam principalmente três espécies — *G. barbadense*, *G. peruvianum* e *G. hirsutum* — antes da chegada de Colombo. Sua coloração e brilho recomenda-os como os melhores do mundo. O chamado algodão egípcio, cultivado no vale do Nilo, é de origem centroamericana, derivado das duas primeiras espécies acima citadas.

2. Caroá (*Neoglaziovia varietata*). Espécie de bromélia cultivada e utilizada pelos índios para fazer fio e tecido.

3. Agave (*Agave spp.*). Destaca-se entre as fibras duras originárias do México.

4. Piaçaba (*Leopoldina piassaba*). Suas fibras são empregadas para múltiplos fins, dentre os quais, como matéria prima para vassouras, exportada em larga escala.

Além dessas, contam-se, ainda, as fibras têxteis extraídas de folhas de palmeiras dos gêneros *Mauritia* e *Astrocaryum*. Dentre as plantas tintórias cabe citar o anil (*Indigofera suffruticosa*), hoje cultivado na Índia e nas Filipinas, o pau-Brasil (*Caesalpinia spp.*), que foi o principal produto de exploração colonial no primeiro século, o urucu (*Bixa orellana*), amplamente usado em cosmético, coloração de comidas e proteção contra a exposição solar.

A este inventário, que não pretende ser exaustivo nem completo, haveria de agregar, plantas oleaginosas, odorantes, cosméticas, ornamentais, inseticidas, fungicidas e herbicidas de contenção de encostas, tóxicas, despoluidoras de águas, polidoras, taninos, lubrificantes, fertilizantes, para a produção de papel,

para amarrilhos e envoltórios, plásticos, para a produção de celuloide, materiais isolantes, gomas e látex, e ainda, as madeiras utilizadas para a confecção de móveis, casas, embarcações, e implementos, bem como as energéticas, para a produção de carvão, lenha e petróleo.

O saber botânico do ameríndio só vem sendo objecto de estudo pela ciência ocidental quando a maior parte das tribos foi exterminada ou deculturada e grande parte do seu ambiente natural degradado e poluído. Começa-se a reconhecer, talvez tarde demais, que o conhecimento indígena oferece modelos alternativos de desenvolvimento ecologicamente válidos e socialmente responsáveis para os atuais impasses de ocupação devastadora de imensas regiões, principalmente da Amazônia.

Novembro de 1990.

LEITURAS RECOMENDADAS

- BECKERMAN, Stephen. (s/d), Swidden in Amazônia and the Amazon Rim. In: B.L. Turner II & Stephen B. Brush (eds.), *Comparative farming systems*, N. York, The Guilford press, p. 55_94.
- MARTINEZ, Miguel Angel. (1990), *Contribuciones latinoamericanas al mundo*. La utilización de las plantas en diversas sociedades, México, Biblioteca Iberoamericana, 129 p.
- RIBEIRO, Darcy (Ed.); Ribeiro, Berta G. (Coord). (1986), *Etnobiologia*, Vol. 1 da *Suma Etnológica Brasileira*, Petrópolis, VOZES/FINEP, 300 P.
- RIBEIRO, Berta G. (1987), *O índio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Unibrade/UNESCO. 186 p.

EXPLORANDO POVOS PRIMITIVOS E CIVILIZAÇÕES EXTINTAS: ELEMENTOS SOBRE UMA EXPERIÊNCIA MUSEOLÓGICA

por

Jorge F. Branco,¹
Manuela Cantinho,²
Carlos Ladeira,³
Fernando Santos⁴

I. INTRODUÇÃO

Uma das principais características dos museus etnográficos consiste na acumulação ao longo de decénios de conjuntos de artefactos, de proveniência diversa, e sobre os quais a documentação existente em arquivo é lacunar desde o início, se encontra dispersa ou se define pela ausência.

A situação prevalente em Portugal não constitui excepção. Embora o volume de informação e o número das colecções possa ser considerado baixo, se comparado com os efectivos reunidos em outros países, só um levantamento exaustivo acompanhado do incremento do estudo sistemático das peças isoladas referenciadas e dos acervos faculta um quadro útil à pesquisa no domínio da museografia etnológica.

Com a abertura ao público do Museu de Etnologia,⁵ foram montadas algumas exposições, cuja essência consistiu em apresentar sectores seleccionados

¹ ISCTE e Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), Lisboa.

² IICT, Lisboa.

³ Museu Nacional de Etnologia, Lisboa.

⁴ IICT, Lisboa.

⁵ Na fase de desenvolvimento do projecto e da montagem da exposição a que se refere este artigo, o Museu de Etnologia constituía uma unidade de investigação dependente do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). Mais tarde o enquadramento institucional viria a ser alterado (Decreto-Lei 248/89 de 8 de Agosto, DR nº 181, 1ª série), criando-se o Museu Nacional de Etnologia.

do seu espólio, sendo a diversidade geográfica talvez o principal critério seguido.

No intuito de alterar esta perspectiva centrada nas mostras de artefactos não-europeus, e para que as exposições passassem igualmente a reflectir um prolongamento de projectos de investigação programados em torno dos acervos disponíveis, ou de temáticas definidas, tentou-se modificar alguns pressupostos. Este artigo pretende abordar algumas questões em torno dessa experiência⁶.

A colecção da Melanésia da Universidade do Porto reunia à partida as condições adequadas. De dimensão reduzida (aproximadamente uma centena de objectos), sugerindo homogeneidade em relação ao período provável de integração na instituição a que pertence, e remetendo para uma área geográfica muito pouco representada nos museus etnográficos portugueses. Nestes predominam as colecções recolhidas nas ex-colónias africanas. Em último lugar, a abordagem deste acervo dos Mares do Sul criava uma modalidade de cooperação entre instituições, em moldes mutuamente vantajosos.

A. OBJECTIVOS DA EXPOSIÇÃO

1. GERAIS

Dar seguimento ao enunciado anterior, apresentado pela primeira vez ao público um acervo etnográfico oriundo do Pacífico Ocidental, para assim despertar interesse por uma área geográfica pouco conhecida. A divulgação de um património inédito constituiria um objectivo de carácter global, encarado como resultante duma articulação entre planos de investigação científica e o desenvolvimento de acções de divulgação cultural.

2. INSTITUCIONAIS

Alargar e aprofundar a sistematização do conhecimento em torno do mundo tropical, introduzindo na discussão elementos específicos de uma grande região insular; deste modo, contribuir para o alargamento e diversificação do quadro de comparação. Finalmente, o estímulo à reflexão orientada para aspectos menos debatidos na comunidade científica nacional.

⁶Trata-se da exposição «Artefactos Melanésios: reflexões pós-modernistas», que esteve patente ao público de Março a Dezembro de 1989.

3. CIENTÍFICOS

No plano científico considerou-se pertinente equacionar uma temática de conteúdo múltiplo. Ao desenvolver uma pesquisa no domínio da museografia etnológica, pretendeu-se não só produzir um trabalho concreto neste âmbito (documentação, comparação e estudo duma colecção etnográfica), como ainda estruturar uma acção de acordo com preceitos metodológicos definidos. Partindo da sistematização comparada dos artefactos, importava verificar quais as relações existentes entre o discurso científico elaborado, o contexto de recolha e o papel social da produção de teoria.

Resumindo, ao visitante deveria ser proporcionada uma oportunidade de percorrer um trajecto encenado, onde o exótico pelo espaço e o desconhecido pelo tempo, se conjugariam, suscitando interrogações válidas no presente.

II. CONCEPÇÃO DA EXPOSIÇÃO

O quadro conceptual da exposição resultou do projecto de investigação (IICT 1989: 538, 1990: 540). Dele derivaram a proposta de leitura dos artefactos e o itinerário. O título definitivo adoptado «Artefactos melanésios: reflexões pós-modernistas» manifesta a principal intenção subjacente à pesquisa desencadeada em torno da colecção etnográfica. O propósito de encenação expositiva esteve presente desde o início. Ele reflecte-se na opção de apresentação e interpretação.

A. PLANEAMENTO

Da discussão dos resultados do projecto, surgiu a ideia de explorar os elementos constituintes do espaço interno dum navio, como elemento aglutinador da linguagem expositiva; ao mesmo tempo, trata-se de um traço caracterizador do espírito da época a que se reporta a colecção. Pretendeu-se confrontar o visitante com alguns contrastes da viragem do século. A do recolha património de povos testemunhando a Idade da Pedra implicava o recurso às mais recentes conquistas da modernidade. Paquetes a vapor atravessavam o Pacífico tentando minar de civilização ocidental os pequenos pontos, que lhe serviam de escala nas rotas transoceânicas. O tratamento do espaço expositivo é uma alusão ao interior dum navio. O sector documental reconstitui o convés, pelo qual o visitante entra para bordo; à sua direita encontra a informação sobre a viagem imaginária

que se propõe realizar (cf. 0.1. a 0.6.), à esquerda, uma sucessão de painéis separados por frestas, podem invocar uma visão para um litoral ou uma margem de rio. Este acesso a um horizonte insinuado deixa entrever, no nível mais baixo da restante área da sala, uma panorâmica sobre a disposição da quase totalidade dos artefactos. O lado esquerdo do corredor inicial sugere o casco do navio; uma fotografia (40 x 50) posta em cada um dos painéis referidos, mostra a diversidade dos tipos humanos na Melanésia, patenteada nos belos atlas etnográficos, organizados como álbuns fotográficos, publicados na época (Neuhauss 1911, etc.). A iluminação produz uma clarabóia envolvendo individualmente cada ampliação.

De facto, nos diários, relatórios e apontamentos, os exploradores queixavam-se da indiscreta e constante observação a que os nativos os submetiam, furtando-lhes os escassos momentos de intimidade a bordo. Vinham nas suas canoas, encostavam aos navios e penduravam-se para ver atentamente o que se desenrolava no interior.

O percurso pelos objectos mantém esta tónica. Os cantos da sala foram arredondados, recordando a chapa dos barcos, os pilares transformaram-se nas colunas que sustentam os decks e ocultam os respiradores, a parede em L, levantada para manter em segredo o tempo do itinerário (crânio sobremodelado), destinam-se a acentuar a ambientação pretendida.

Para reforçar a dramatização, escolheu-se uma banda sonora montada na base de trechos extraídos de «Obscured by Clouds», dos Pink Floyd, conjugados com extractos musicais gravados na Melanésia⁷.

1. ITINERÁRIO

Dada a importância concedida ao contexto de recolha e à originalidade da formação da colecção, o seu historial foi inserido como início do itinerário, internamente designado como sector documental. Nesta área, e por meio de textos, mapas e fotografias da época, o visitante deveria ser introduzido nos problemas, com que se haviam debatido os etnólogos, na viragem do século, e os investigadores envolvidos no projecto.

⁷O trabalho da montagem musical esteve a cargo de José Pedro Caiado.

a) Secção O. O: Documental

Painel de texto:

0.1. Gentes da Idade da Pedra.

A Melanésia é formada pela ilha da Nova Guiné — a segunda maior do mundo, com cerca de 800 mil quilómetros quadrados — e pelos grupos insulares conhecidos como arquipélago de Bismark, ilhas de Salomão, Vanuatu e Nova Caledónia.

As relações que se iam estabelecendo entre Europeus e os diversos povos melanésios e papuas foram importantes para o desenvolvimento do discurso etnográfico e o seu aprofundamento através da ênfase em temáticas novas. À organização das sucessivas missões científicas presidia a consciência de que um mundo recém-descoberto se iria rapidamente perder.

Foram consideradas prioritárias as recolhas de cultura material, dadas as transformações desencadeadas pela presença ocidental: conversão ao cristianismo, introdução de objectos de metal, alteração das relações políticas intertribais.

Legendas das fotografias:

— Cerimónia realizada na ilha da Nova Bretanha. Início da presença alemã na Melanésia (1884-1914).

— Navio adquirido em 1884 por O. Finsch na Austrália e que serviria para a Alemanha apoderar-se de territórios na Melanésia.

Um mapa de 1864 representando as áreas conhecidas da ilha da Nova Guiné. O espaço inexplorado viria a ser colónia alemã.

Painel de texto:

0.2. A ocupação europeia.

Ao longo do século XIX, potências, tais como a Holanda, a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha, foram repartindo entre si a Melanésia. Os objectos patentes nesta exposição são oriundos do território então ocupado por este último país (1884-1914).

Posteriormente a região esteve sob tutela australiana, para ser integrada, em 1975, no novo Estado independente da Papuásia-Nova Guiné (PNG).

Embora o contacto das populações locais, especialmente as insulares, com os Europeus, date de épocas anteriores, extensas zonas no interior permaneceriam desconhecidas e inexploradas. Os primeiros representantes do mundo dos brancos a fixarem-se como residentes são missionários e alguns comerciantes que, esporadicamente, vinham trocar mercadorias e angariar mão-de-obra para as grandes companhias concessionárias.

Legendas das fotografias:

— A presença permanente de missões religiosas data de finais do século XIX. Missionários católicos rivalizavam com os protestantes na conquista das populações da Nova Guiné. A sua influência superava a das autoridades coloniais.

Painel de texto:*0.3. Comparar áreas culturais.*

Das várias expedições com objectivos marcadamente etnológicos levadas a cabo pelos alemães através do território onde exerciam soberania, destaca-se a Hamburgische Suedsee-Expedition, realizada em 1908-10. A sua finalidade consistia em fazer um levantamento global da cultura melanésia, comparando-a à da Micronésia. Este enunciado reflectia a preocupação de, através de materiais antropológicos e etnológicos, reconstituir o passado dos povos iletrados.

Foi um arrojado empreendimento científico organizado pelo Museu Etnológico de Hamburgo, tendo sido postos à disposição dos cientistas os mais avançados meios de apoio existentes na época.

Trechos dos filmes então rodados podem ser vistos nesta exposição.

Legendas das fotografias:

— Richard Neuhauss percorreu a Nova Guiné alemã reunindo materiais para o Museu de Berlim (1909). Na foto a sua pequena expedição no rio Markham.

— Os membros da Deutsche Marine Expedition (D.M.E), uma missão dedicada ao estudo etnológico da ilha da Nova Irlanda (1909).

— O navio hidrográfico da Armada alemã 'Planet' foi a base de apoio para os trabalhos da D.M.E.

Painel de texto:*0.4. A surpresa dum terra incógnita*

O rio Sepik constitui a via de penetração no interior da Nova Guiné, a partir da costa norte.

Tem cerca de 1200 quilómetros de extensão e é navegável num terço do seu curso.

A principal tarefa da Sepik-Expedition — efectuada em 1912-13 e promovida pelo Museu de Etnologia de Berlim — foi o reconhecimento geográfico da vasta bacia hidrográfica, a fim de permitir o levantamento antropológico e etnológico das populações, temidas por serem caçadores de cabeças, canibais, mas também grandes artistas. Para muitas das tribos, os cientistas eram os primeiros brancos que se lhes deparavam.

Os resultados alcançados foram um êxito. As colecções etnográficas reunidas revelavam à comunidade científica uma das áreas dos Mares do Sul inesperadamente mais interessantes, e por isso, estimulante para a pesquisa posterior.

Uma série de peças apresentadas nesta exposição formam parte do espólio recolhido por esta expedição.

Legendas das fotografias:

— A Expedição ao Sepik: A. Roesicke tirando fotografias em Wogumasch, alto Sepik.

— Os exploradores da Expedição ao Sepik: de pé, à esquerda, A. Roesicke e, à direita, R. Thurnwald, os dois etnólogos desta missão.

— Uma missão procedeu ao levantamento da fronteira germano-holandesa percorrendo parcialmente o rio Sepik. Recolheram-se elementos de interesse etnográfico, como esta habitação construída sobre uma árvore.

Painel de texto:

0.5. A troca generalizada

1885-1913:

Recolhidos na Melanésia os artefactos que integram a colecção e remetidos gradualmente para o Museu de Etnologia de Berlim.

1914:

Início da Primeira Guerra Mundial.

23/02/1916:

Portugal procede ao apresamento dos navios mercantes alemães refugiados em portos portugueses. O vapor «Cheruskia», surto no Tejo, transporta os resultados de importantes escavações arqueológicas feitas no Iraque por especialistas de Berlim. A carga retida é depositada na alfândega de Lisboa.

09/03/1916:

A Alemanha declara o estado de guerra a Portugal.

24/05/1916:

Através do embaixador espanhol em Lisboa, o governo alemão propõe às autoridades portuguesas suportar os encargos de conservação da colecção arqueológica apreendida.

15/09/1916:

O embaixador britânico em Lisboa comunica ao governo português o interesse da Grã-Bretanha nas antiguidades assírias.

1918:

Fim da Primeira Guerra Mundial.

08/06/1922:

O ministro da Instrução ordena o envio da colecção para a Universidade do Porto, visto nenhum dos museus de Lisboa dispor de capacidade para a albergar.

02/08/1926:

Após autorização do governo português, o vapor alemão «Weser» carrega no porto do Douro a totalidade da colecção assíria, com destino a Berlim via Hamburgo.

Janeiro de 1927:

Os Museus de Berlim remetem à Universidade do Porto compensação variada, que inclui a presente colecção etnográfica da Melanésia, composta de peças repetidas.

Legendas das fotografias:

— A Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, nos anos 30.

— A colecção etnográfica exposta vinha integrada na remessa anunciada neste telegrama oficial.

— O edifício do Museu de Etnologia de Berlim, em 1926.

— Lista das peças repetidas da colecção da Melanésia seleccionadas em Berlim, a fim de serem enviadas para Portugal.

Painel de texto:

0.6. Objectivos da Exposição

O conjunto etnográfico exposto pode ser visto como um caso paradigmático numa perspectiva de análise etnográfica, histórica e institucional. Estas componentes, extraídas dos artefactos, permitiram reencená-los no presente, recuperando-lhes o passado e incutindo-lhes uma nova mensagem. Eis as tarefas que nos propusemos concretizar com a apresentação desta colecção da Melanésia.

Para realçar o espírito da época que representam — finais do século passado até às vésperas da Primeira Guerra Mundial — as peças foram contextualizadas com material fotográfico e espólio

documental originais, de forma a reinseri-las no quadro em que foi feita a sua recolha no Pacífico ocidental.

É um convite para um itinerário quase perdido, porque distanciado pelo tempo volvido, e misterioso pelas facetas inesperadas que deixa entreabertas.

Fotografia: Cerimónia nocturna na Nova Bretanha (ampliação de grande dimensão)

Objectos: 1

Máscara: 1

(84.01.052) [1]⁸

Fotografia: Grupo de Papuas (ampliação de grande dimensão)

Comentário: A configuração do espaço não suportava a peça inicialmente prevista (1), tornando necessária a substituição por uma fotografia ocupando toda a parede. Ela serviria para reforçar o ambiente de presença humana neste sector documental, obrigando o visitante a seguir o percurso estabelecido. A diferença de nível da sala (pequena escada) foi aproveitada para separar os artefactos das pistas por eles deixadas nos arquivos.

b) Secção 1.0.: Masculino, Feminino e Ornamento.

Fotografia: Homem com barrete de guerreiro (ampliação de grande dimensão)

Comentário: Esta ampliação tinha uma função complementar à anterior. Enquanto o itinerário até este ponto consistia em percorrer o corredor construído a partir da entrada na exposição, o acesso visual aos artefactos passava a obedecer a um percurso orientado no sentido dos ponteiros do relógio.

Painel de texto:

Os objectos de adorno ou de uso pessoal desta secção provêm, fundamentalmente, do nordeste da Nova Guiné, incluindo o rio Sepik; um ou dois deles são oriundos das ilhas. Na altura em que esta colecção foi reunida — antes da introdução, por parte dos missionários, de indumentária de estilo europeu —, pouco vestuário era usado. Não obstante, prestava-se bastante atenção ao adorno e à decoração do corpo, como parte da identidade pessoal. A cabeça constituída um importante

⁸ () nº de inventário, [] nº para legendagem na exposição.

espaço de decoração, podendo também implicar e prestígio. Os tubos trançados eram um tipo de adorno adoptado durante a fase final da iniciação, e usavam-nos os homens adultos na área do estuário do Sepik. O barrete de guerreiro proveniente da Península de Huon podia também registar feitos de que se orgulhasse quem o ostentasse.

Nalgumas partes da Nova Guiné, os homens consideravam poluentes as mulheres e a respectiva indumentária, temendo perder a força, se tivessem contacto com as secreções femininas e, em particular, com o sangue menstrual. Este fenómeno está ligado ao poder reprodutivo das mulheres que os homens não conseguem emular, a não ser através da aquisição do poder ritual. As ansiedades em torno da poluição feminina não são ubíquas nem são, quando ocorrem, uniformes.

A iniciação masculina tenta contrabalançar o poder das mulheres subtraindo os rapazes à companhia das mães, purificando-os assim dos efeitos dos contractos tidos com as mulheres desde o nascimento, e assegurando um crescimento saudável. Os homens podiam ainda tentar enganar, impressionar ou amedrontar as mulheres em graus variáveis, dependendo do realce dado à solidariedade masculina ou às diferenças de estatuto inter-masculino. Pressupõe-se que a superioridade masculina reside numa capacidade de assumir identidades sobrenaturais e subjugar os poderes sobrenaturais, corporizados nas máscaras, indumentária, imagem e outros atavios cerimoniais.

Objectos: 35

Adornos peitorais: 2

(84.01.008) [20]

(84.01.069) [24]

Almofarizes: 1

(84.01.045) [34]

Aventais: 2

(84.01.044) [28]

(84.04.002) [29a]

Barretes: 1

(84.01.021) [13]

Braçadeiras: 4

(84.01.007) [21]

(84.01.010) [22]

(84.01.036) [23]

(84.03.007) [25]

Cabaças para cal: 3

(84.01.039) [14]

(84.02.005) [15]

(84.01.064) [16]

Capas de chuva: 1

(84.01.062) [35]

Chocalhos de dança: 1

(84.01.008) [19]

Colares: 1

(84.04.005) [17]

Coroas: 1

(84.04.006) [18]

Fitas frontais: 3
 (84.01.009) [10]
 (84.01.070) [11]
 (84.01.074) [12]

Pentes: 5
 (84.01.014) [2]
 (84.01.015) [3]
 (84.02.006) [4]
 (84.02.008) [5]
 (84.05.001) [6]

Sacos de rede: 14
 (84.01.003) [30]
 (84.01.049) [31]
 (84.01.063) [32]
 (84.01.065) [33]

Saiotes: 3
 (84.01.043) [26]
 (84.01.066) [27]
 (84.04.001) [29]

Toucados: 1
 (84.01.026) [9]

Tubos trançados: 2
 (84.01.025) [7]
 (84.01.075) [8]

c) Secção 2.0.: Espaços cerimoniais e de habitação.

Painel de texto:

Os exploradores alemães ficavam estupefactos com as grandes casas cerimoniais, maravilhosamente decoradas, com que depararam ao longo do rio Sepik. Eram, pelos vistos, apenas utilizadas por homens.

Casas de assembleia existiam zonas da Melanésia e, ainda que não fossem tão esplendorosas como as do Sepik, representavam uma esfera masculina, distinta do respectivo contexto doméstico e dos afazeres das mulheres. Por vezes os homens e os rapazes mais velhos dormiam e comiam em conjunto nestes espaços, num permanente estado de alerta contra qualquer ataque. No entanto, a preocupação com os efeitos adversos de um contacto demasiado frequente com as mulheres também fazia parte do quadro ideológico de referência nesta prática. Em certas áreas, como na Baía do Astrolábio, construía-se casas de culto no bosque, diferentes das dos homens.

A iniciação masculina constituía uma das actividades mais importantes ligadas à casa cerimonial. Pinturas sobre entrecasca, semelhantes às aqui expostas, serviam em alguns casos para decorar as construções cerimoniais do Sepik. Efectuavam-se intervenções sobre o corpo, e os noviços eram iniciados nos mistérios dos instrumentos musicais secretos.

As acções violentas, espectaculares e empolgantes, associadas a algumas das casas cerimoniais — por exemplo, entre os Iatmul — contrastam com a vida doméstica das de habitação, e com a autoridade que as mulheres tendiam a exercer neste espaço. Encontram-se expostos vários objectos decorados destinados ao uso doméstico: apoios de nuca e utensílios culinários; loiça, recipientes de madeira e de noz de coco escavada; cestos e ganchos.

Fotografia: Casa cerimonial do Sepik (ampliação de grande dimensão)

Objectos: 41

Apoios de nuca: 7 (84-01-035) (39) (84-01-019) (40) (84-01-024) (41) (84-01-012) (42) (84-01-013) (43) (84-01-011) (44) (84-05-003) (45)	Armadilha para tubarões: 1 (84.03.001) [67,68]
Bastões de dança: 1 (84.01.032) [71]	Cestos: 3 (84.02.001) [52] (84.02.009) [53] (84.05.002) [54]
Concha de sagueiro: 1 (84.01.018) [57]	Espadas marinheiro: 1 (84.04.013) [70]
Espátulas: 1 (84.01.072) [56]	Ganchos: 2 (84.01.017) [58] (84.01.060) [59]
Implementos (machados): 4 (84.01.055) [60] (84.04.004) [61] (84.04.003) [62] (84.02.002) [63]	Livika: 1 (84.03.003) [72]
Nozes de coco: 3 (84.01.040) [49] (84.01.041) [50] (84.04.007) [51]	Ornamentos de canoa: 2 (84.02.003) [65] (84.02.007) [66]
Pinturas sobre sagueiro: 2 (84.01.050) [36] (84.01.051) [37]	Postes sepultura: 1 (84.02.011) [38]

Recipientes diversos: 3	Remos: 1
(84.01.001) [46]	(84.02.004) [64]
(84.01.002) [47]	
(84.01.033) [48]	
Tambores: 4	Tigelas: 1
(84.03.002) [73]	(84.01.073) [69]
(84.01.059) [74]	
(84.01.058) [75]	
(84.01.061) [76]	
Triturador de vegetais: 1	Vertedouros: 1
(84.01.020) [55]	(84.01.027) [63a]

d) Secção 3.0.: Máscaras e Imagens.

Painel de texto:

Os Melanésios utilizavam as máscaras e as imagens para diversos fins. Podem servir para amedrontar ou intimidar os noviços e as mulheres ou para incutir substância aos espíritos normalmente invisíveis, permitindo que os seres humanos se socorram do poder sobrenatural com que transformam as relações sociais humanas. Fora do contexto de representação para que tinham sido feitas, muitas máscaras perdiam o poder e, logo, a significação.

O mesmo princípio se aplica a muitas das imagens produzidas para momentos determinados da vida dos Melanésios. As esculturas malanggan esculpiam-se segundo modelos que «pertenciam» a grupos e indivíduos da Nova Irlanda setentrional. Quando os ciclos de troca, realizados durante os actos de celebração dos defuntos, atingem o auge, são relevadas e depois postas de parte.

Fotografia: Máscara colectiva do Sepik (ampliação de grande dimensão)

Objectos: 17

Imagens: 11	Máscaras: 6
(84.01.031) [82]	(84.01.052) [1]
(84.01.056) [83]	(84.01.046) [77]
(84.07.003) [84]	(84.01.042) [78]
(84.01.053) [85]	(84.01.047) [79]
(84.01.022) [86]	(84.01.048) [80]

(84.01.023) [87]	(84.01.004) [81]
(84.04.011) [88]	
(84.02.010) [89]	
(84.03.004) [90]	
(84.03.005) [91]	
(84.03.008) [92]	

e) Secção 4.0.: Apetrechos de guerra.

Painel de Texto:

Uma parte considerável dos artefactos criados pelos Melanésios e diligentemente recolhidos pelos alemães e por outros europeus na viragem do século, está ligada à actividade bélica.

Matar constituía parte crucial do processo de se tornar homem: era base do orgulho e fonte de poder. A pacificação e a interdição da caça às cabeças, imposta pelas autoridades australianas, desestabilizaram o equilíbrio de forças entre grupos locais, além de ter posto em causa uma premissa fundamental do «ethos» masculino. Entre os apetrechos de guerra expostos encontram-se armas defensivas — um grande número de escudos — e ofensivas.

No rio Sepik, não eram só as cabeças dos inimigos que eram remodeladas e decoradas deste modo, mas também as dos falecidos.

O crânio remodelado representa um dos espólios de guerra.

Talvez a destilação do poder inimigo e ancestral para os vivos não esteja mais assumidamente exemplificada do que na troca que faziam destas cabeças por artigos trazidos pelos grupos visitantes compostos por cientistas e comerciantes alemães.⁹

Fotografia: Manejo do propulsor de dardos (ampliação de grande dimensão)

Objectos: 17

Clavas: 3	Couraças: 1
(84.03.006) [103]	(84.01.054) [94]
(84.04.008) [104]	
(84.04.010) [105]	

⁹ Os painéis de texto 1.0 a 4.0 são da autoria de M. Bouquet, traduzidos por J.M. Carvalho.

Crânios sobremodelados: 1	Escudos: 8
(84.01.071) [109]	(84.01.067) [93]
	(84.01.029) [95]
	(84.01.016) [96]
	(84.01.030) [97]
	(84.01.028) [98]
	(84.01.057) [99]
	(84.04.012) [100]
	(84.01.038) [108]
Propulsores de dardos: 2	Punhais: 2
(84.01.034) [106]	(84.01.006) [101]
(84.01.068) [107]	(84.01.037) [102]

Comentário: A distribuição das peças ao longo do itinerário implica níveis de densidade muito variáveis. Enquanto os artefactos reunidos nas secções 1.0., 2.0. e particularmente os da 3.0., dada a suas dimensões reduzidas, permitem concentrações elevadas, a secção 4.0. obriga a uma diluição pelo espaço expositivo disponível. A divisão entre cada secção de objectos foi feita através dum painel de texto e de uma fotografia.

III. ASPECTOS ORNAMENTAIS

A listagem das despesas, discriminadas em termos de percentagem do total dispendido com a concepção e realização da exposição, proporciona elementos analíticos essenciais no planeamento e na gestão da actividade museológica:

Catálogo ¹⁰	69,2 %
Guia	1,9 %
Cartaz	4,2 %
Deslocações	3,0 %
Carpintaria	2,3 %
Ampliações	8,3 %
Diversos	6,2 %

¹⁰ A tiragem do catálogo e do guia de 2000 exemplares cada, a do cartaz de 300.

Traduções	1,9 %
Acrílicos	3,0 %
TOTAL	100,0 %

Comentário: Esta estrutura de custos traduz a orgânica do funcionamento da instituição. Na medida em que não são devidos honorários aos autores dos textos do catálogo, visto se tratar de resultados de investigação, de existir um fotógrafo e designer do museu, ficam suprimidos encargos consideráveis. Por outro lado, a colaboração pontual desenvolvida com a instituição proprietária da colecção, permitiu realizar a exposição sem despesas de transporte, pois a contrapartida foi o restauro das peças, realizado no Museu de Etnologia. Estamos perante um tipo de investimento em património difícil de calcular, em termos de orçamentação duma exposição. Regra geral, figura no domínio da conservação do espólio.

Pode-se assim concluir que a qualificação do pessoal técnico existente no museu e a sua longa experiência anterior, permitiram a realização duma acção de divulgação cultural de complexidade considerável, nomeadamente no que respeita o seu entrosamento com os resultados obtidos pela equipa de investigadores. A realização programada da exposição daí decorrente, incidindo sobre uma área pouco divulgada junto do público interessado em museus etnográficos, além de tratar dum acervo inédito, reduziu para verbas pouco significativas as despesas necessárias. O peso orçamental do catálogo, do guia e do cartaz revelam um contexto específico numa instituição museológica, em que pequenos projectos podem atingir alta eficácia, desde que esteja disponível uma infra-estrutura técnica aceitável. Estes factores podem então conjugar-se, permitindo que grupos de trabalho produzam resultados programáveis e susceptíveis de inserção num contexto de produção científica.

IV. ANTROPOLOGIA E O PÚBLICO

A relação entre o museu etnográfico e o público desempenha um papel essencial na legitimação da instituição em questão, independentemente do seu enquadramento ou articulação orgânica nas esferas da Ciência e/ou da Cultura.

Neste ponto reúnem-se alguns materiais que possam servir para uma avaliação da eficácia do discurso museológico elaborado e da linguagem expositiva produzida.

Três níveis serão focados.

Em primeiro lugar o papel do catálogo (Bouquet [org.] 1988). Trata-se de uma publicação que a maioria do público não adquire, escapando-lhe a infor-

mação sistematizada e pormenorizada, assim como os resultados circunstanciados da investigação. O seu manuseamento durante a visita à exposição é sempre pouco cómodo.

Daí a necessidade de criar um instrumento informativo alternativo, num formato de bolso, apropriado para grande circulação, dentro e fora do museu. O guia elaborado contém os elementos do catálogo descritivo, permitindo uma melhor identificação das peças observadas durante a visita à exposição; por outro lado, havia que criar um estímulo ao visitante para conservá-lo, uma vez saído do museu. Reproduções de alguns dos artefactos (imagem [87] e crocodilo [82], do rio Ramu e do Sepik respectivamente), podem auxiliar a memorização da ida à exposição. A fim de proporcionar um enredo e um sentido de leitura global do conjunto etnográfico exposto, procurou-se sintetizar os passos empreendidos durante a pesquisa para a identificação dos objectos. Pretendeu-se deste modo motivar o visitante, fazendo-o participar passivamente num processo investigativo de sabor policial.

Historial da Colecção¹¹.

Constituindo património da Universidade do Porto desde há várias décadas, a colecção etnográfica da Melanésia, agora apresentada pela primeira vez ao público, só em fase recente foi submetida a estudo.

No começo da investigação existiam unicamente alguns dados incertos, quando muito susceptíveis de serem encarados como meras hipóteses sobre a sua origem e a sua chegada a Portugal. Um inventário com duas cotas para cada peça, a respectiva designação e procedência geográfica eram os elementos escritos disponíveis. Aos objectos estavam apenas etiquetas.

Confrontando estes suportes de informação, foi possível verificar alguns artefactos a existência de uma segunda etiqueta, preenchida a lápis, quase apagada pelo tempo transcorrido. Decifradas a custo, obteve-se um conjunto de indicações redigidas em alemão, que se reportavam a expedições, a localizações geográficas ou simplesmente a números. A primeira conclusão tirada foi a de relacionar a colecção com a Alemanha, sendo legítimo supor que tivesse entrado em Portugal durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Contudo, buscas sistemáticas nos arquivos com espólio desta época revelar-se-iam inconclusivas.

Restava, como única via, indagar os misteriosos artefactos. Era necessário reunir o maior número possível de dados sobre pesquisas etnográficas empreendidas por cientistas alemães durante o período da presença colonial da Alemanha na Melanésia (1884-1914).

A análise dos relatórios publicados em forma de livro ou em artigos de revistas foi fundamental para estudar os resultados obtidos por onze missões científicas. O retorno à literatura antropológica do passado permitiu identificar quase duas dezenas de peças como resultantes das recolhas efectuadas pelos membros das referidas expedições. Podia-se agora não só aplicar o selo «made in Germany» aos enigmáticos artefactos, como também enquadrá-los na época e nas respectivas condições de recolha. O passo seguinte deveria, por conseguinte, consistir em tentar averiguar a forma de encaminhamento da colecção para Portugal, excluídas já anteriormente as circunstâncias ligadas à Primeira Guerra Mundial.

O facto acima mencionado de a cada peça terem sido dadas duas cotas não deixava de parecer estranho, embora a informação escrita proveniente da Universidade do Porto as atribuísse

¹¹ Texto de J.F. Branco.

à trajectória dos objectos dentro desta instituição: primeiramente integrados na antiga Faculdade de Letras, mas em 1940 confiados ao Instituto de Antropologia. Enquanto uma havia adoptado um sistema de numeração composto por algarismos romanos e árabes, o segundo recorreu a um critério decimal. No entanto, a aridez aparente dos números deixava escapar pistas, transparecendo a pouco e pouco uma lógica.

O Instituto de Antropologia elaborara séries distinguindo as grandes regiões da Melanésia: Nova Guiné continental e insular, Ilhas de Salomão, Nova Irlanda, Nova Bretanha, Ilhas do Almirantado. Qual seria então o método subjacente à inventariação feita na antiga Faculdade de Letras do Porto?

A listagem destas últimas cotas pela sua ordem crescente, o confronto com as etiquetas alemãs ainda apenas e a análise da sucessão cronológica das expedições, transformam num diálogo com os artefactos melanésios o que até aí não passava de um teimoso monólogo. O inventário havia sido adoptado de outra instituição, forçosamente de um museu alemão, onde em algum momento tinham dado entrada.

Atendendo à cronologia das missões científicas, tornou-se plausível fazer incidir as suspeitas sobre o Museu de Etnologia de Berlim, visto ele figurar como patrocinador de quase todas as campanhas ligadas a recolhas etnográficas. O estudo dos catálogos descritivos editados por este organismo não só veio confirmar esta suposição, na medida em que o sistema de inventariação era o mesmo, como permitiu encaixar as cotas da Faculdade de Letras nas séries do importante espólio da Melanésia nele existente. A leitura de um artigo publicado em 1911 na revista do museu, o «Baessler-Archiv», dissiparia definitivamente quaisquer outras dúvidas. Uma das peças apresentadas e discutidas — a máscara yimar — é a que integra a colecção do Porto, conforme se pode confirmar através da cota. Este artefacto transformou-se na mascote do presente projecto de pesquisa etnomuseológica e da própria exposição, daí merecer figurar na capa do catálogo e no cartaz.

O diálogo encetado com as peças etnográficas retirou-as de um sono e do etorpeciamento. Faltava reencontrar o passaporte que as acompanhara na viagem de Berlim a Portugal, e restituir-lhes o bilhete de identidade legitimador do seu aporuguesamento na Universidade do Porto.

Se na fase preliminar da pesquisa se havia transitado dos arquivos para os artefactos, impunha-se neste momento inverter o percurso. A documentação encontrada é inequívoca. A colecção melanésia chegou em Janeiro de 1927 ao Porto, fazendo parte de uma remessa de peças repetidas existentes nos diversos departamentos dos Museus de Berlim. Em Julho do ano anterior, o Governo Português havia autorizado o repartimento para a capital alemã de uma grande colecção arqueológica de assíria de excepcional importância científica — o resultado de dez anos de escavações na Mesopotâmia — e que, quando da entrada de Portugal na Guerra (1916), se encontrava a bordo de um vapor apresado no porto de Lisboa. Os artefactos melanésios constituem uma pequena parcela dos termos acordados para a troca.

A repercussão nos meios de comunicação social verificou-se tanto na imprensa escrita diária¹², na de periodicidade semanal¹³, na mensal¹⁴, como na televisão¹⁵.

No âmbito científico, o catálogo foi alvo de recensões críticas em revistas da especialidade (Peltier 1989, Kahn 1990).

Sobre as visitas guiadas efectuadas não se encontra ainda tratada a informação compilada.

¹² Em 1989: O Século (19/5), Correio da Manhã (25/4), A Capital (29/3), O Diário (27/3).

¹³ Em 1989: O Independente (31/3), Expresso (29/4); em 1990: Sábado (27/1).

¹⁴ Em 1989: Mulher Moderna, nº 8, Homem Magazine, nº 2, Colóquio/Artes, nº 81.

¹⁵ RTP, programa matinal de 13/06/89, cerca de 9' dedicados.

Em conclusão, pode-se afirmar que a imprensa escrita reagiu pela projecção que tem a instituição, onde se realizou a exposição. Os jornais diários focaram sobretudo a trama histórica da colecção, enquanto os semanários preferiram as apreciações críticas mais alongadas, detendo-se pormenorizadamente na discussão dos resultados finais deste projecto de museologia etnográfica.

V. BIBLIOGRAFIA

- BOUQUET, Mary: (1990) «On Labelling: Ethics and Aesthetics*» *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 30, 1-4:31-43
- BOUQUET, Mary [org.] (1988) *Artefactos Melanésios: reflexões pós-modernistas, Melanesian Artefacts: postmodernist reflections*. Lisboa: IICT Museu de Etnologia.
- BOUQUET, Mary & Jorge F. Branco (1988) «Artefactos Melanésios: reflexões pós-modernistas» in: Bouquet [org.] 1988: 21-145.
- CANTINHO, Manuela (1990) *Museus e Informática*, Lisboa: IICT.
- IICT (1989) *Anuário de Actividades do Instituto de Investigação Científica Tropical 1988*, Lisboa: IICT.
- IICT (1990) *Anuário de Actividades do Instituto de Investigação Científica Tropical 1989*, Lisboa: IICT.
- KAHN, Miriam (1990) «Recensão...» *Man*, 25,2: 357-358.
- KLEIN, Larry (1986) *Exhibits: Planning and Design*, Nova Iorque: Madison Square Press.
- NEUHAUSS, Richard (1911) *Deutsch Neu-Guinea*, Berlim: Reimer
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1971) *Apontamentos sobre Museologia*, *Museus Etnológicos*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar (= *Estudos de Antropologia Cultural*, 7).
- PELTIER, Philippe (1989) «La Mélanésie redécouverte» *Gradhiva*, nº 7: 97-100.
- POEHLMANN, Wolfer (1990) *Ausstellungen von A bis Z. Gestaltung, Technik, Organisation*. Berlim: Gebr. Mann Verlag (= *Berliner Schriften zur Museumskunde*, 5).
- RIVIÈRE, Georges-Henri (1989) *Cours de Muséologie*, Paris: Dunod.

* «On Labelling: The Ethics and Aesthetics of Amnesia».

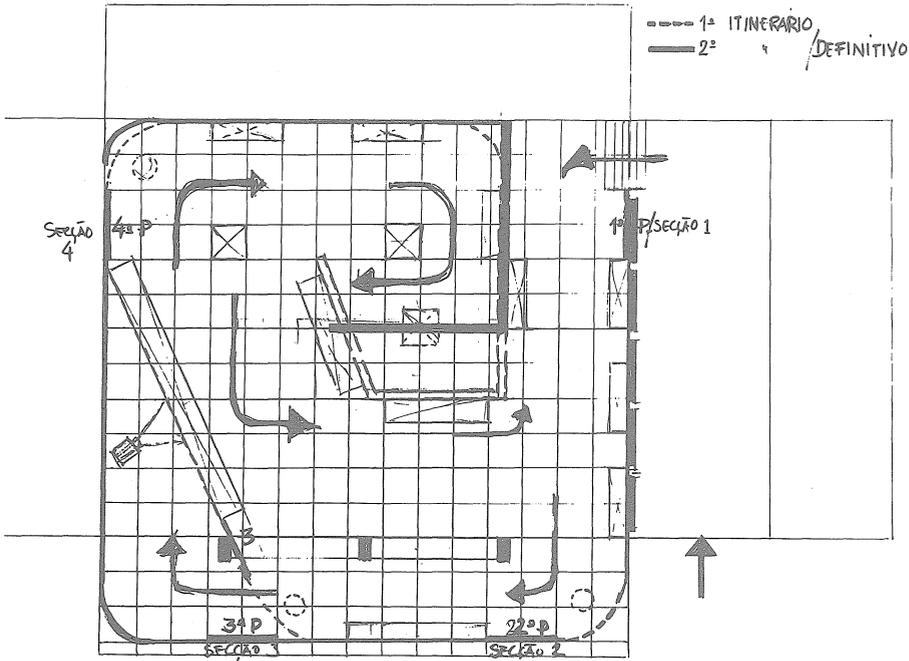


Fig. 1 — Projectos de itinerários.

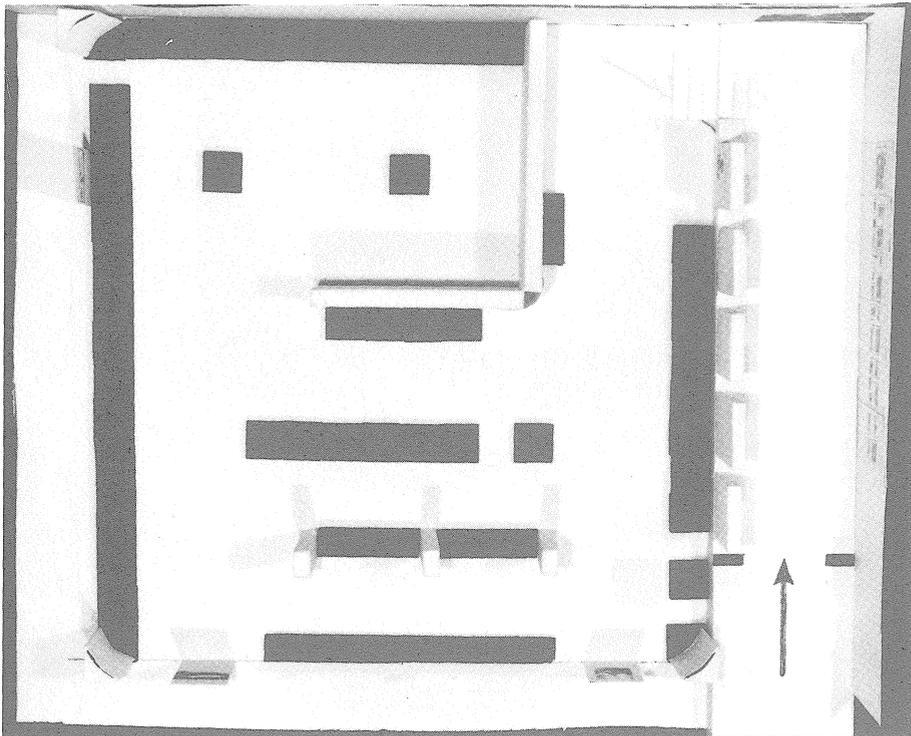


Fig. 2 — Maquete-planta: vista de cima.

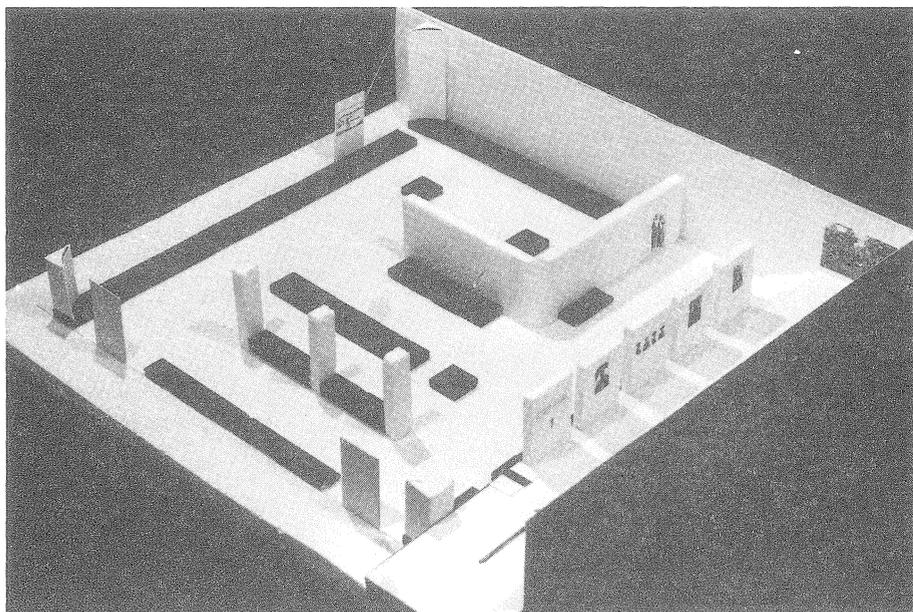


Fig. 1 — Maquete: visão superior do lado da Secção 2.0. (entrada).

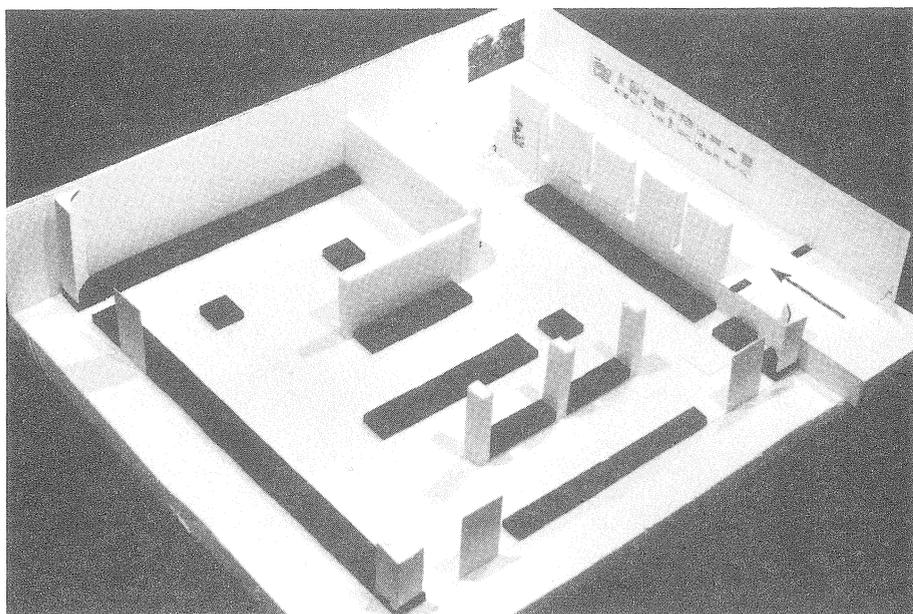


Fig. 2 — Maquete: visão superior do lado da Secção 3.0.

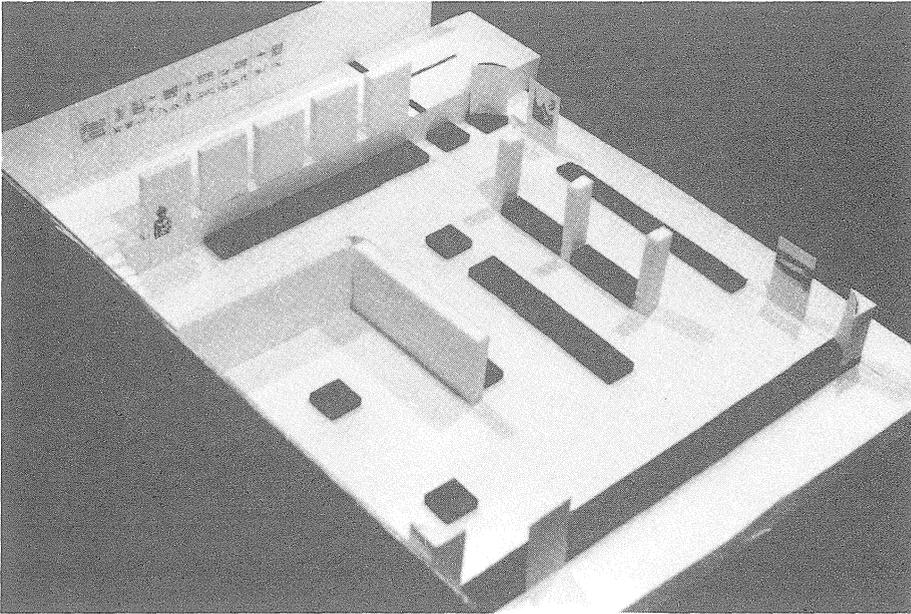


Fig. 1 — Maquete: visão superior do lado da Secção 4.0.



Fig. 2 — Entrada da exposição: à direita Sector documental, à esquerda painéis com fotografias de levantamentos antropométricos, realçadas por iluminação circular, aludindo às vigias de bordo.



Fig. 1 — Exposição: acesso e aspecto parcial da Secção 1.0.

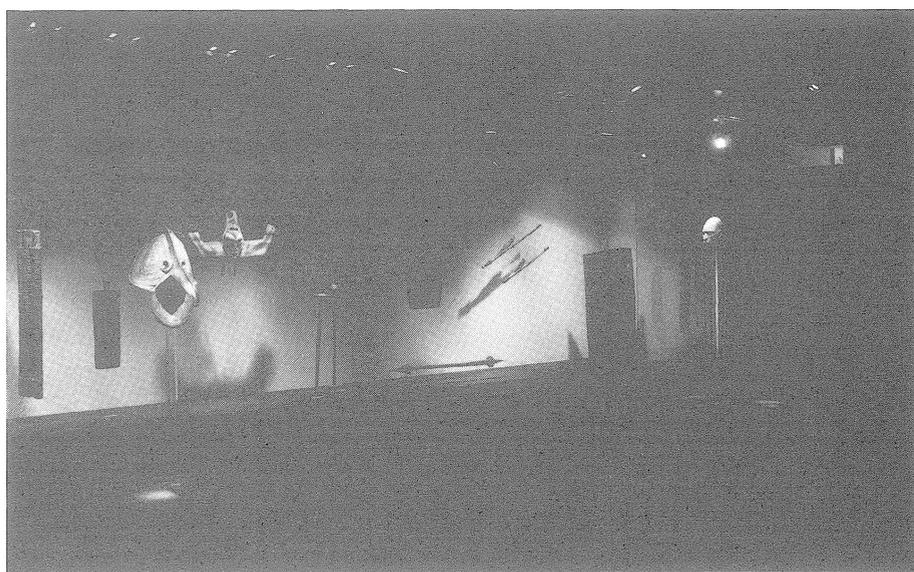


Fig. 2 — Exposição: aspecto parcial da Secção 4.0.

DOIS TEMPOS, DOIS OLHARES. ACERCA DE ALGUNS JUGOS DO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

por

Olinda Sardinha *

RESUMO

Como seria próprio da época, a análise que Leite de Vasconcelos, fundador do Museu Nacional de Arqueologia, faria dos jugos ora apresentados incidiria essencialmente sobre a sua decoração e respectivo simbolismo — cruz, signo saimão e coração.

Entretanto, a equipa de Jorge Dias vem a introduzir novos centros de interesse no estudo etnográfico, preferencialmente dirigido para a sua componente material e respectiva integração sócio-económica. É o caso da obra sobre «Sistemas de atrelagem dos bois em Portugal», de que Ernesto Veiga de Oliveira é co-autor.

No presente texto seguem-se ambas as metodologias, aplicadas a um conjunto de sete exemplares. Dos chamados «jugos de tábuas», caracterizados pela sua riqueza decorativa, elemento que acentua as diferenças morfológicas existentes regionalmente, incluem-se dois exemplares da variante minhota e quatro da variante maiata. Dos «jugos de trave», divulga-se um exemplar, cuja origem se discute.

SUMMARY

As was appropriate for the time, the founder of the Museu Nacional de Arqueologia, José Leite de Vasconcelos, focused his studies of the yokes in terms of decoration and symbolism: cross, Salomon's seal and heart.

In the 50 th's, a new perspective was utilized by the group of Jorge Dias. Their study of portuguese ethnography was centered on the analysis of social aspects and material culture. As concerns yokes, the main publication, done by Ernesto Veiga de Oliveira and others, «Sistemas de atrelagem dos bois em Portugal», focused on the decorative aspects and regional morphological differentiation.

We have followed both orientations in the description of the present group of seven yokes: four of them belonging to the «variante da Maia»; two, to the «variante do Minho», all of them «board yokes»; and the last one, eventually, to the «wooden beam yoke» category.

* Técnica Superior. Museu Nacional de Arqueologia, Praça do Império, 1400 Lisboa.

INTRODUÇÃO

Num tempo em que as populações rurais utilizavam nos seus trabalhos agrícolas um equipamento condizente com a sua maneira de viver e em equilíbrio com a Mãe Natureza, a investigação etnográfica visava sobretudo o estudo das tradições, usanças, superstições e costumes. Assim era ainda nos finais do séc. XIX, quando a José Leite de Vasconcelos coube a tarefa de trilhar o terreno anteriormente lavrado por toda uma elite de estudiosos, etnógrafos, filólogos ou linguístas, como Francisco Adolfo Coelho, Joaquim Teófilo Braga, Zófimo Consiglieri Pedroso ou António A. Rocha Peixoto¹, que muito contribuíram para o estudo do Povo Português.

Mais próximo de nós, num tempo em que o avanço da tecnologia começou a subalternizar, sacrificar e até extinguir muitas das circunstâncias do viver rural, quando era evidente uma certa quebra na investigação etnográfica portuguesa, o «Centro de Estudos de Etnologia Peninsular», sob a orientação de Jorge Dias, lança o seu programa de levantamento «etnográfico e etno-sociológico»² de todo o País. «Era preciso ver e assistir o mais que se pudesse, registar tudo em todos os domínios, como máximo rigor e sem perder um só dia» — afirmava Ernesto Veiga de Oliveira a propósito da actividade então necessária, da qual deveria resultar a organização e elaboração de ficheiros temáticos, completados por uma preciosa documentação de apoio: fotografias, desenhos, diapositivos, gravações e filmagens. A chamada cultura material e as maneiras de viver tradicionais das nossas gentes do campo e do mar, mais do que as suas origens linguísticas ou a sua vida espiritual, tornava-se um centro de interesse privilegiado.

No entanto e curiosamente existe muito em comum no percurso destes dois grandes vultos, de ambas as épocas. Para além de terem cursado o liceu na cidade do Porto e as suas primeiras publicações se referirem a aspectos da cultura espiritual, de que é exemplo o estudo do «Entrudo», exerceram durante pouco tempo as profissões decorrentes dos respectivos cursos universitários. E finalmente, qualquer dos dois deu origem a um museu: Leite de Vasconcelos, ao Museu Etnográfico Português, hoje designado po Museu Nacional de Arqueologia do Doutor Leite de Vasconcelos (MNA); Veiga de Oliveira, ao

¹ Entre todos, cumpre talvez salientar António Rocha Peixoto, por ter sido quem pela primeira vez tratou de forma aprofundada os temas relativos ao estudo da cultura material.

² OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1968) — *Vinte anos de investigação etnológica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa. Pág. 12.

«Museu de Etnologia do Ultramar³, hoje chamado Museu Nacional de Etnologia.

Criado por Decreto de 1893, o «Museu Etnográfico Português» (designado por «Museu Etnológico Português», desde 1987) propunha-se apresentar a público tudo o que de «tradicional e característico»⁴ definisse o Povo português, de acordo com o espírito positivista da época. À Etnologia, eram assim atribuídas as grandes sínteses sobre as origens evolução e razão de ser do Povo Português, baseadas nos sucessivos domínios analíticos que a Etnogenia, a História e Glotologia, a Etnografia, o Folclore e a Ergologia constituíam.

A colecção etnográfica portuguesa, reunida por Leite de Vasconcelos em secção própria, apresentava documentos e objectos relativos a uma grande diversidade de assuntos, que vão desde a alimentação, a casa e os transportes, até às «circunstâncias do viver do indivíduo» e à religião. O núcleo de transportes incluía um modelo de madeira de carro de bois, gravuras e desenhos, estribos e alguns jugos.

Os sete jugos ou cangas que ora apresentamos fazem parte de um total de onze actualmente existentes no MNA, dos quais ao tempo de Leite de Vasconcelos se encontravam oito em exposição: «oito exemplares autênticos de jugos de bois do Baixo Minho artisticamente ornamentados»⁵. Desconhecemos as suas datas de aquisição e proveniências, embora os oito a que em 1915 Leite de Vasconcelos se refere devessem obviamente ter sido adquiridos anteriormente. Não sabendo com rigor quais os que tiveram expostos, optámos agora por seleccionar aqueles de que não existem quaisquer referências extensivas na bibliografia⁶. Entre eles, aliás, existe um (o último a ser referido) que sabemos ter pertencido à colecção arqueológica e etnográfica de Vergílio Correia, oferecida em 1952 a este Museu.

³ Em 1965, o Decreto que cria o «Museu de Etnologia do Ultramar» salienta o papel importante da investigação, assim como a função primordial da recolha de objectos e o papel educativo do Museu. Três aspectos fundamentais para uma instituição que se propunha representar o Homem como ser cultural em toda a sua universalidade.

⁴ VASCONCELOS, J. Leite de (1915) — *História do Museu Etnológico Português*, Imprensa Nacional, Lisboa. Pág. 201.

⁵ VASCONCELOS, J. Leite de (1915) — *História do Museu Etnológico Português*, Imprensa Nacional, Lisboa. Pág. 219.

⁶ De dois dos jugos em questão foi anteriormente feita uma referência sumária por Eugeniusz Frankowski, na revista «Terra Portuguesa», ano 1, n.º 2, 1916, pp. 41-42.

2. O «OLHAR» DE LEITE DE VASCONCELOS

Na sua primeira abordagem à temática dos jugos, Leite de Vasconcelos começa por referir a origem remota da agricultura e da domesticação no território português, dando delas exemplo através de tradições, ditados, romances e lendas, e levanta algumas questões relacionadas com os motivos decorativos dos jugos e cangas⁷. Questões a que regressa em 1923, quando associa as temáticas decorativas deste tipo de objectos com os cangalhos ou «bow-saddles» escandinavos, que aqui teriam chegado através dos vikings e cuja influência teria sido especialmente sentida na costa do Norte e Centro de Portugal⁸.

O tema dos jugos e cangas só volta e ser referido na bibliografia leiteana quando em 1975 é publicado o volume VI da sua monumental obra «Etnografia Portuguesa», dedicado à conclusão da «vida material do adulto»⁹. No capítulo aí dedicado a transportes terrestres, o mestre compila e refere algumas designações locais relativas a jugos e cangas, e respectivos aprestos, especificando-as por áreas regionais. Exceptua-se, no entanto, o jogo de *molhelhas* que mantém sempre esta designação, por apresentar umas almofadas de couro (forradas de lã ou palha) que assentam directamente no cachaço dos bois.

Verifica-se assim que a base da abordagem de Leite de Vasconcelos é constituída pela divisão elementar entre jugos e cangas. Os primeiros seriam de forma trapezoidal, bordo superior curvo ou formando um ângulo e rebordos laterais ondulados. As segundas, seriam mais baixas, com uma elevação central de forma igualmente trapezoidal. Neste sentido, todos os exemplares ora descritos se incluem na primeira categoria: para além da sua forma geral, apresentam «cabelos» no bordo superior e canzís (os exemplares das Ests. I - 1, I - 2, I - 3, II - 1, III - 2, II - 3, III - 1), e «arcos» (exemplares da Est. III - 2 e IV - 1). O exemplar da Est. IV - 2, adiante descrito e objecto de tratamento separado em todo o presente texto, pode incluir-se na chamada variedade de *molhelhas*.

Todavia, o aspecto que mais atenção lhe merece é o dos motivos decorativos, com ênfase especial nos que apresentassem carácter vincadamente simbólico. Nesta perspectiva, em todos os exemplares ora publicados figura na face anterior o motivo da cruz, que, juntamente com o signo-saimão, integraria os chamados «símbolos vivos», em virtude de lhes serem dados pelos agricultores significados mágico-religiosos particulares: a cruz serve para «arrenegar

⁷ VASCONCELOS, J. Leite de (1881) — *Estudo Ethnographico — A proposito da ornamentação dos jugos e cangas dos bois nas provincias portuguezas do Douro e Minho*, Empresa do Jornal d'Agricultura-Editora, Porto.

⁸ VASCONCELOS, J. Leite de (1923) — «Varios tipos de jugos e cangas de bois», *Boletim de Etnografia*, nº 2, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 57-60.

⁹ VASCONCELOS, J. Leite de; GUBERREIRO, M. Viegas e outros (org.) (1975) — *Etnografia Portuguesa*, vol. VI, Imprensa Nacional, Lisboa.

o diabo ou as feiticeiras»¹⁰ ou para que «qualquer coisa má empecem os bois»¹¹; o signo-saimão serviria para os mesmos efeitos, porventura mais acentuados, sendo «um dos maiores talismans do nosso povo»¹², protector de coisas ruins, tais como o quebranto, o «mau olhado», o bruxedo, etc. Dos nossos exemplares, todos (com excepção da Est. IV - 2) têm cruz e os jugos das Ests. I - 1, I - 2/3, II - 3 / III - 1 e IV - 2 têm o sino-saimão, sob a forma de pentalfa. A ocorrência deste símbolo levaria certamente Leite de Vasconcelos a referir-se — lhes como provenientes do Norte e Sul do Douro, apreciação que no caso dos jugos das Ests. I - 1, I - 2/3 e II - 3 / III - 1 poderia ser mais exacta, apontando o Minho e «Beira Ocidental» (Feira, Oliveira de Azeméis) porque aí «o sino-saimão aparece entre ornatos graciosos e curiosos»¹³.

Outro motivo do maior interesse para Leite de Vasconcelos seria o do coração, «símbolo extinto» por actualmente já não possuir qualquer significado mítico e por «ter perdido a ideia de amuleto e ser usado como ornato, principalmente na arte popular»¹⁴. Trata-se de um símbolo de remota antiguidade, patente nos exemplares das Ests. I - 2/3, II - 1/2 e II - 3/III - 1. Para além dele, e com significado idêntico, deve registar-se a flor de seis pétalas (sexifólia) contida no exemplar da Est. I - 2/3, assim como os motivos espiralados dos exemplares das Ests. II - 1/2 e II - 3 / III - 1.

Finalmente, os círculos e semi-círculos visíveis nos exemplares das Ests. I - 2/3 e II - 3 / III - 1, seriam considerados «ornatos propriamente ditos» por terem uma função meramente decorativa.

Em separado deveria ser observado o exemplar da Est. IV - 2, conforme indicámos anteriormente. Trata-se de um objecto a incluir na categoria de *molhelhas*, embora as não apresente. Por esta razão, aliás, ele poderia ser atribuído à região da Guarda ou de Fornos de Algodres, onde ambas as variedades foram observadas por Leite de Vasconcelos.

2. O «OLHAR» DE VEIGA DE OLIVEIRA

A característica que porventura melhor individualiza a abordagem de Ernesto Veiga de Oliveira sobre os jugos ou cangas é o seu carácter sistemático, de natureza tipológica, assim como a importância dada à sua integração sócio-económica — o que é patente tanto na sua principal obra «Sistemas de

¹⁰ *Op. cit.* (v. nota 8), pág. 674.

¹¹ *Op. cit.* (v. nota 6), pág. 41.

¹² *Idem, ibidem.*

¹³ VASCONCELOS, J. Leite de (1918) — «*Signum salomonis*, «O Arqueólogo Português», vol. XXIII, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 203-316. Pág. 239.

¹⁴ VASCONCELOS, J. Leite de; GUERREIRO, M. Viegas e outros (org.) (1985) — *Etnografia Portuguesa*, vol. IX, Imprensa Nacional, Lisboa, p. 214.

atrelagem dos bois em Portugal»¹⁵, como nos diversos catálogos e pequenos textos que também dedicou ao assunto¹⁶.

Assim, depois de mencionar as duas diferentes maneiras de atrelagem dos bois em Portugal (cornal e jugular) e de se referir com detalhe aos aprestos dos jugos ou cangas, Veiga de Oliveira divide-os, de acordo com a sua morfologia, em dois tipos principais: «de trave: que constituem o caso geral» e «de tábua: que ocorrem apenas no NW do país»¹⁷. De acordo com esta classificação, os nossos exemplares da Est. I - 1 a IV - 1 pertencem ao tipo dos jugos de tábua. O da Est. IV - 2, inclui-se na categoria de jugos de trave.

Entre os jugos de tábua que ora apresentamos, os exemplares das Ests. I - 1 a II - 3 / III - 1 seriam, por sua vez, integrados nas variantes de Vila da Feira e da Maia, uma vez que apresentam uma forma trapezoidal, bordo inferior linear, bordo superior ligeiramente curvo e «encabelado com tufos de crinas»¹⁸ pretas e rebordos laterais recortados e ondulados. Possuem, além disso, *canzís*, havendo no nosso caso dois de cada lado. De salientar a ocorrência de pintura no jugo das Ests. II - 3 / III - 1, que por isso constitui uma notável exceção relativamente à classificação em referência.

No plano decorativo, estas variantes apresentam um conjunto de características comuns, tais como: a presença do motivo central, do motivo da *grade de janelas* e de elementos decorativos semicirculares entre as furas das *piças*. E ainda a ocorrência de motivos simples (entre os quais o *signum salomonis*) na face posterior (Ests. II - 2 e III - 1). No entanto, possuem também algumas diferenças de concepção e de exposição dos elementos ornamentais, que justificam e sua inclusão em qualquer das duas variantes. No caso ora vertente, todos os exemplares pertencem a uma mesma variante, a da Maia, pelos seguintes atributos:

a) os motivos centrais, como a cruz (exemplar das Ests. I - 1 e V), cruz despontando de dois corações (exemplar das Ests. I - 2/3 e VI) e cruces floridas (jugos das Ests. II - 1/2 e II - 3 / III - 1), estão enquadrados numa área que, no bordo inferior, é circunscrita pela linha do *rasto*, lateralmente, pelas furas do *tamoeiro* e na parte superior, pela altura máxima destas furas;

¹⁵ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim (1973) — *Sistema de atrelagem dos bois em Portugal*, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa.

¹⁶ a) OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim (1969) — «Attelage des boeufs au Portugal», *Bulletin d'Ethnographie Tchechoslovaque*, vol. III-IV, Brno, pp. 55-76.

b) OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1969) — «A exposição de alfaia agrícola portuguesa do Museu de Etnologia do Ultramar», *Revista de Etnologia*, nº 26, Junto Distrital do Porto, Porto. Pág. 14.

c) *Idem*, (1985) — *Os jugos portugueses — a canga vareiras*, Comissão Municipal do Turismo de Ovar, Ovar.

¹⁷ *Op. cit.* (v. nota 15-b). Pág. 14.

¹⁸ *Op. cit.* (v. nota 14), pág. 22.

b) o motivo da *grade* é formado por uma sequência de círculos (Ests. I - 2 a III - 1) e losângulos (Est. I - 1) abertos, encadeados e sobrepostos; mais abaixo, e seguindo a mesma disposição horizontal, uma curta sequência de semi-círculos vazados (Ests. II - 3 / III - 1) ou meio vazados (Ests. II - 1/2), ou então motivos goivados (Ests. I - 1 e I - 2/3);

c) a apresentação e disposição dos motivos das cercaduras laterais manifesta uma liberdade considerável, decorrente da circunstância de se estar perante um espaço mais amplo, sem conteúdo funcional específico e onde, por isso, o jogador pode dar mostras de sua criatividade e imaginação. Na colecção que temos por objecto, este último aspecto manifesta-se pela beleza e singularidade de certas composições, tais como a cruz florida (jugos das Ests. II - 1/2 e II - 3 / III - 1; v. ainda Est. VII) ou não (exemplar das Ests. I - 2/3 e VIII), despontando de dois corações, neste caso associada ela própria a uma flor (jugo da Ests. I - 2/3);

d) a componente geométrica e a simetria presentes no exemplar da Est. I - 1 (*signum salomonis*, motivos de conchas), assim como o motivo central (a cruz) (Est. V) e os losângulos vazados, denotam uma elaboração singela, típica deste tipo de jugos;

e) as aplicações em metal amarelo, constituídas por pequenas rosetas distribuídas simetricamente na face posterior, e completadas pela pintura a castanho-ocre, conforme se regista no exemplar das Ests. II - 3 / III - 1, constituem, enfim, uma particularidade muito marcada da variante maiata.

Os nossos exemplares das Ests. III - 2 e IV - 1 deveriam ser incluídos na variante do Minho, por serem jugos de tábua mais altos que os anteriores, apresentarem forma trapezoidal mais fechada, de lado superior quebrado a meio, não serem *encabelados*, terem bordos laterais ligeiramente côncavos e bordo inferior circular nas *golas* e recto somente no segmento central e nunca possuírem *canzís*, mas sim *arcos*, exteriores.

No plano decorativo, este tipo de jugos possui alguns vazados de carácter funcional (de que são exemplo sucessivamente as furas do *tamoieiro*, localizadas junto aos motivos centrais, das *voltas*, das *pliaças* e das *ensogaduras*). São também caracterizáveis pelas suas diferenças de dimensões, estilos e decoração, às quais se deve atribuir um significado regional. É o caso dos nossos dois exemplares, que por estas razões, por não possuírem a *grade* de cima e por apresentarem uma decoração mais rudimentar devem ser oriundos de Barcelos. De notar a existência num deles de apenas uma cruz e de duas cruzes sobrepostas no outro, característica que também é comum nos jugos deste tipo.

Finalmente, o exemplar da Est. IV - 2 é, como dissemos, o único do tipo *de trave* (comumente designados por *cangas*) e mais especificamente do sub-tipo «*de molhelhas, sem canzís e com pliaças*»¹⁹, característico do Nordeste português,

¹⁹ *Op. cit.* (v. nota 14). Pág.39.

apresentando ainda alguns recortes de carácter funcional no bordo superior. Pelas suas dimensões, designadamente a relação comprimento/largura, pode ter origem ao sul do Douro. A particularidade de não possuir *molhelhas* e de se desconhecer o seu local de aquisição obriga a colocar as duas seguintes hipóteses: ter sido adquirido sem as *molhelhas* «que são consideravelmente mais caras do que uma simples canga»²⁰, ou de se tratar de um jugo da zona Norte do concelho de Trancoso, Pinhel, Almeida, região que confina com a área do jugo de trave simples, com *canzis*, ou ainda, adicionalmente, revelar uma «simples fase no processo geral de abandono dos jugos de *molhelhas* e a sua substituição pelos de trave simples»²¹. Como decoração apresenta dois *signum salomonis*, cuja elaboração rudimentar é característica neste tipo de jugos.

3. EPÍLOGO

A obra destes dois grandes mestres da Etnologia portuguesa reflectem, antes do mais, as épocas em que viveram, dando origem a duas diferentes formas de «olhar» o Homem Português.

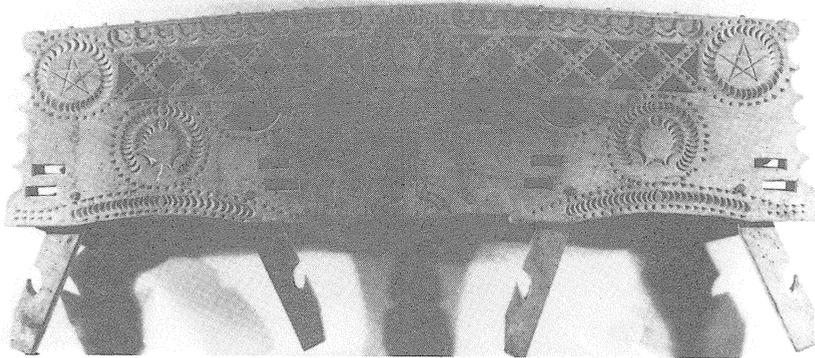
José Leite de Vasconcelos mostrou-se especialmente sensível aos aspectos relacionados com a sabedoria e o imaginário populares, no fundo o Folclore tal como era entendido na altura, reunindo num só objectivo o contributo das mais diversas disciplinas etnográficas, históricas e linguísticas. Compreende-se, pois, que neste domínio particular ele tenha dado especial ênfase a todos os aspectos relacionados com as possíveis origens remotas (tanto no sentido temporal, que faz recuar até ao Neolítico; como no sentido espacial, em que estabelece associações com a Europa nórdica) dos motivos apresentados pelos jugos ou cangas, assim como o seu simbolismo.

Ernesto Veiga de Oliveira, participante e porventura o maior obreiro de toda uma Escola que renovou os estudos etnográficos em Portugal, desenvolveu um tipo de análise de grande rigor metodológico, dando-lhe os devidos e necessários enquadramentos tecnológicos, económicos e sociológicos. Daí a notável pormenorização na descrição e classificação tipológica destes objectos, sem esquecer o artesanato que os produziu e os circuitos comerciais que lhe estão associados. Afinal, na análise de Ernesto Veiga de Oliveira os jugos ou cangas mais não são do que um pretexto para o melhor conhecimento de comunidades rurais, postas no seu lugar e tempo próprios.

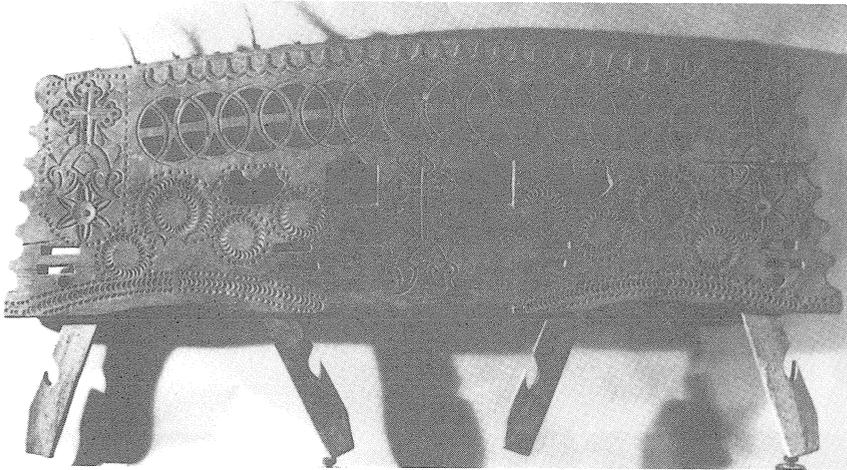
Em ambos, o mesmo amor pelo estudo da cultura tradicional portuguesa, no qual a erudição e o rigor metodológico se juntam, sem esquecer o tom poético e nostálgico com que as actividades do campo e o próprio país, «de terra em terra», se abre aos olhos do leitor.

²⁰ IDEM, *ibidem*, pág. 55.

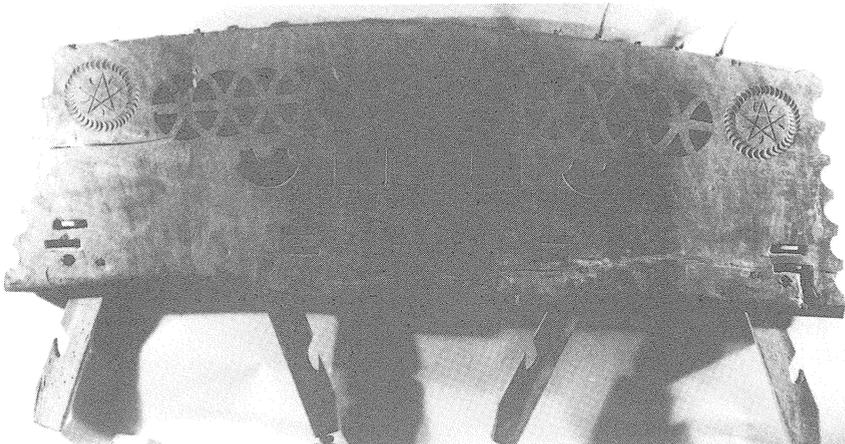
²¹ IDEM, *ibidem*, pág. 55.



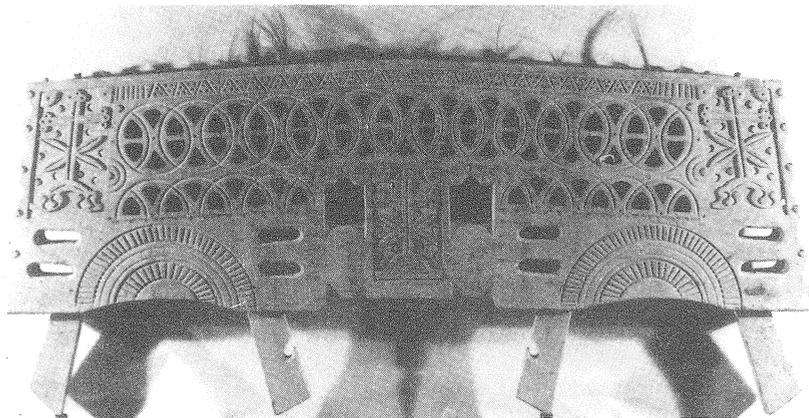
1 — Jugo da variante da Maia (face anterior). 1, 11 x 0,30m. MNA/Etno. 5075.



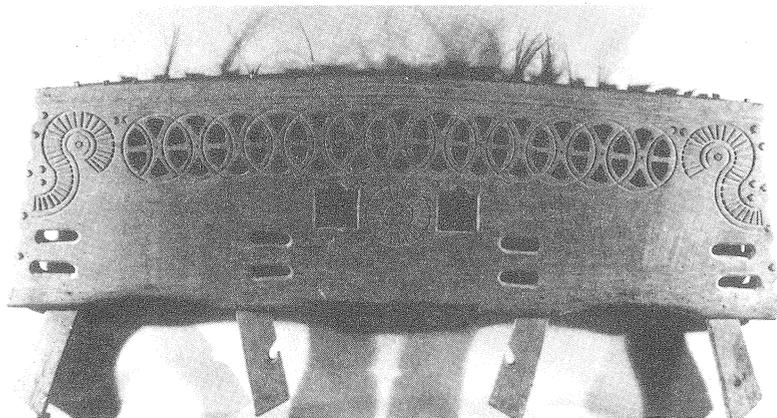
2 — Jugo da variante da Maia. 1,05 x 0,37m. MN/Etno. 5073. Face anterior.



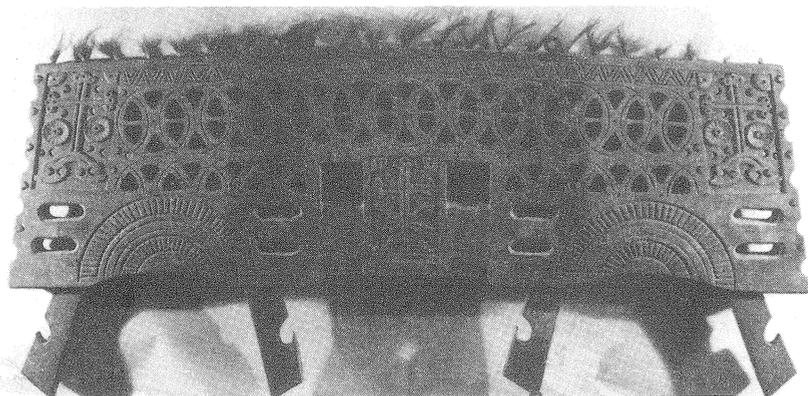
3 — Idem. Face posterior.



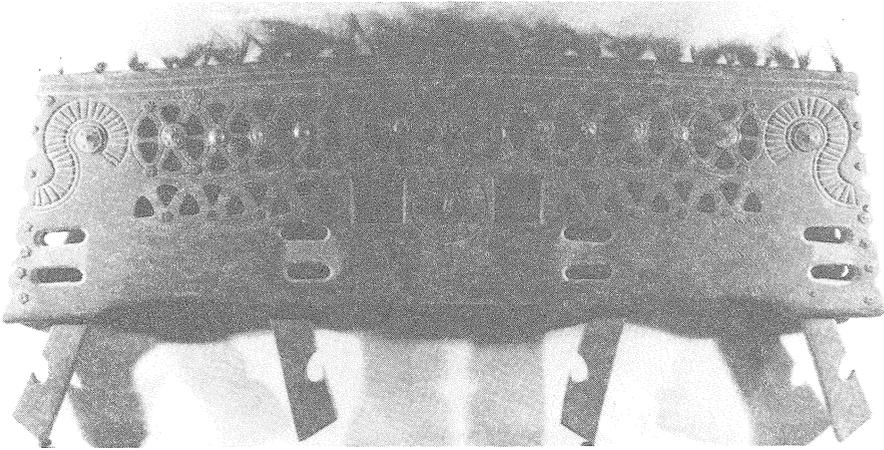
1 — Jugo da variante da Maia. 1,20 x 0,36m. MNA/Etno. 5079. Face anterior.



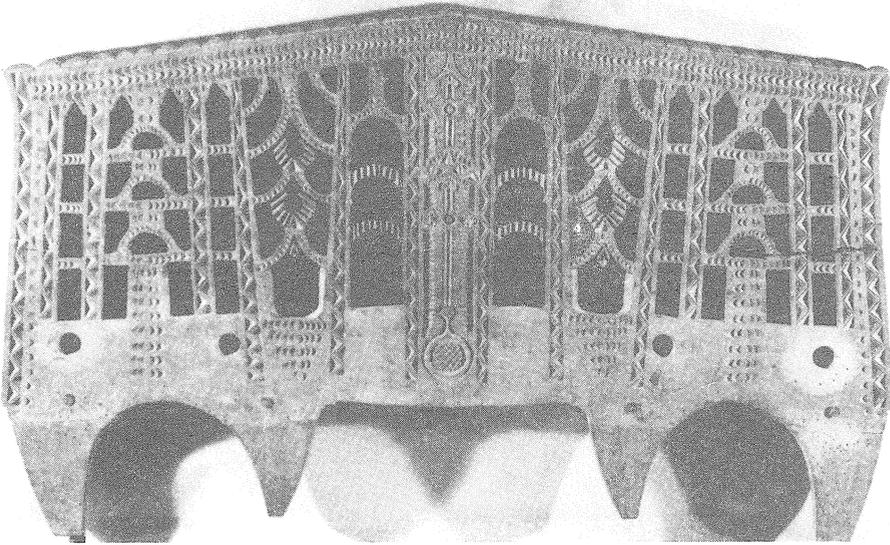
2 — Idem. Face posterior.



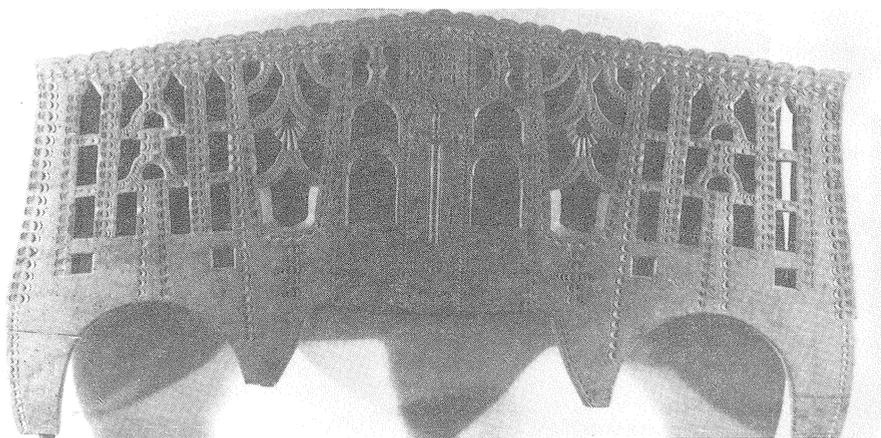
3 — Jugo da variante da Maia. 1,20 x 0,34m. MNA/Etno. 5077. Face anterior.



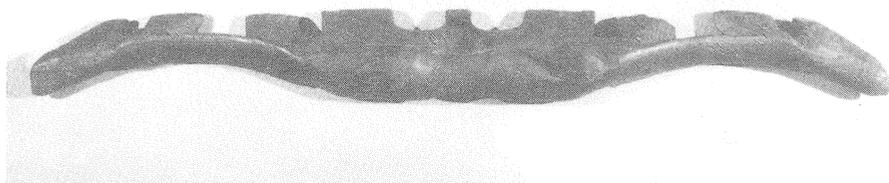
1 — Jugo da Est. II — 3, face posterior.



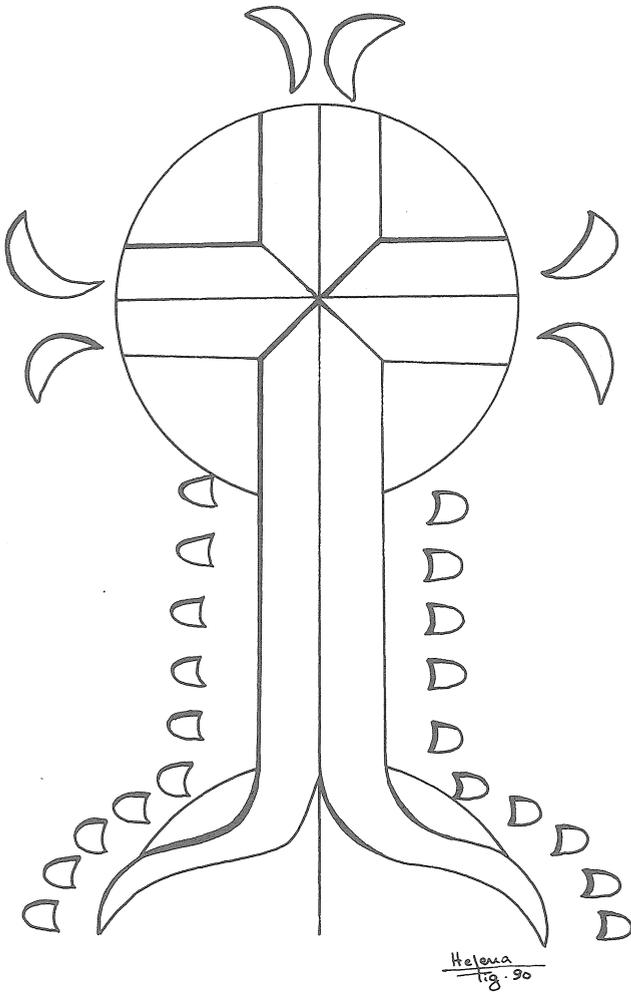
2 — Jugo da variante do Minho (face anterior). 1,80 x 0,48m. MNA/Etno. 5078.



1 — Jugo da variante do Minho (face anterior). 1,06 x 0,40m. MNA/Etno. 5074.

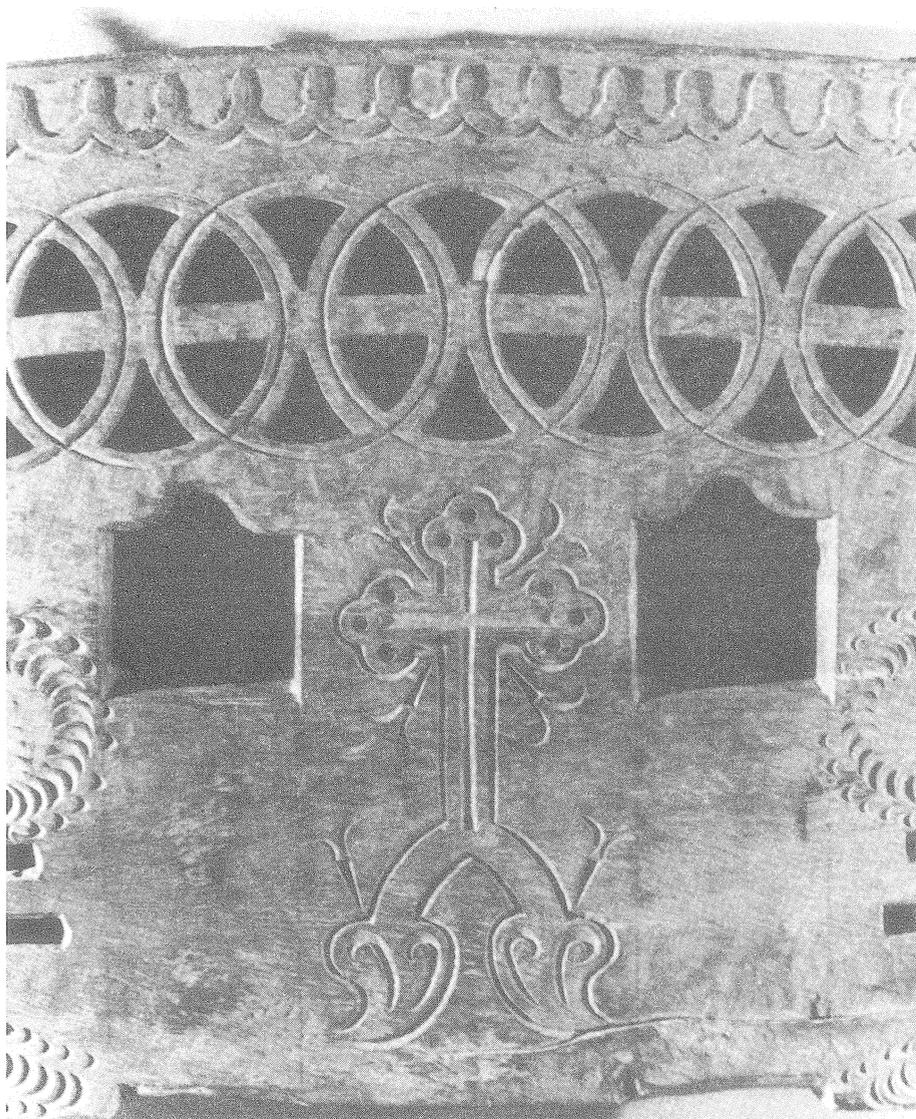


2 — Jugo de trave. 1,18 x 0,13m. MNA/Etno. 5712.

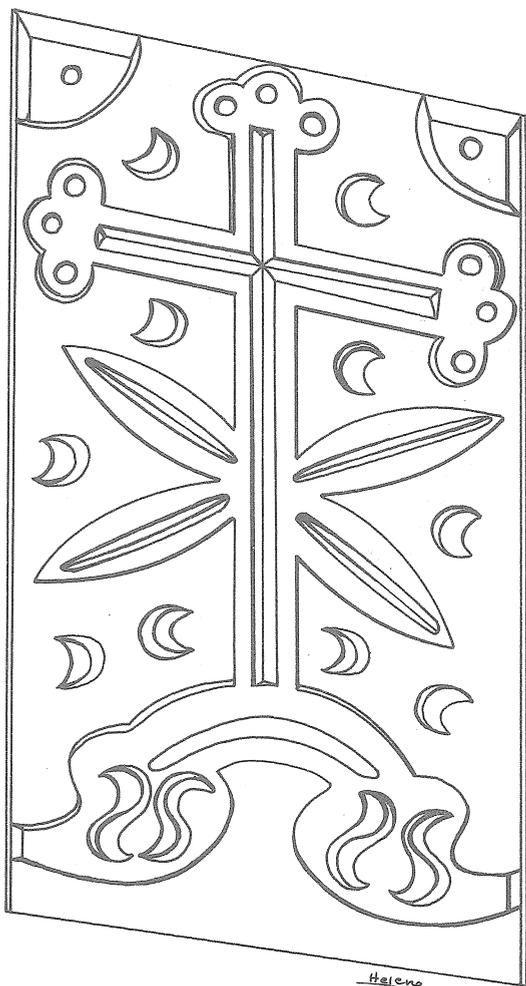


Cruz (jugo da Est. I - 1, face anterior, motivo central).

Est. VI



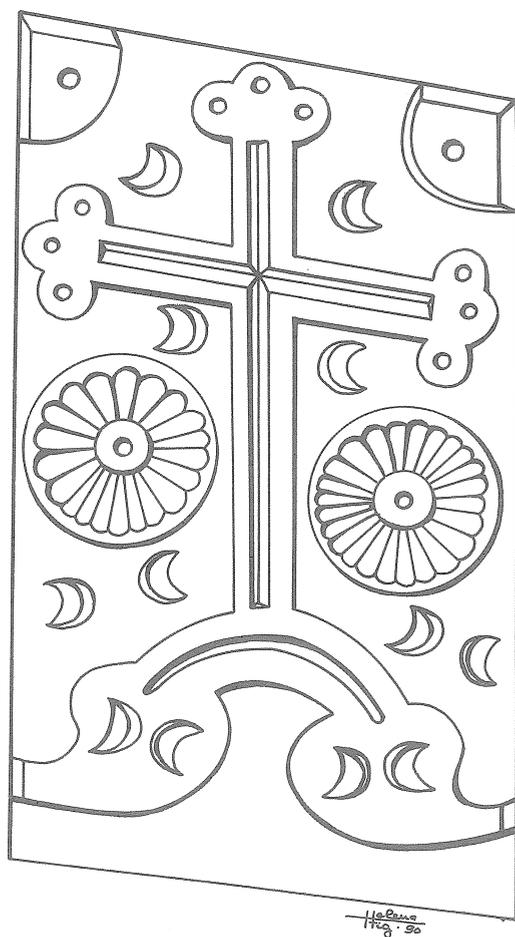
Cruz despontando de dois corações (jugo da Est. I - 2, face anterior, motivo central).



Helena
Fig. 90



Cruz florida (jugo da Est. II - 1 e 2, face anterior, cercadura lateral).



Cruz enquadrada por motivos florais (jugo da Est. II - 3/III - 1, face anterior, cercadura lateral).

A MAMOA 2 DE CHÃ DE CARVALHAL (Serra da Aboboreira, Baião)

por

Domingos J. da Cruz *

1. INTRODUÇÃO

Durante os trabalhos de prospecção desenvolvidos, em 1982, na área mais ocidental da Serra da Aboboreira¹, concomitantemente com a escavação do monumento designado Mamoa 1 de *Chã de Carvalho*², foi identificado nas proximidades deste último um pequeno montículo, aparentemente com carácter artificial, mostrando na sua área central uma depressão, ampla mas não muito profunda; não eram observáveis, por outro lado, quaisquer outros vestígios à superfície que permitissem a identificação mais precisa da sua natureza.

Em 1986, no contexto das escavações arqueológicas realizadas na Mamoa de *Monte Maninho*³ — que se localiza a SO, a cerca de 450 metros — fez-se nesta indelével elevação uma pequena sondagem. A decapagem superficial revelou, desde logo, uma estrutura de pedras, bem conservada na sua periferia, impondo-se por isso o alargamento da área de escavação, com vista ao seu conhecimento global. São os resultados dessa intervenção que agora se publicam⁴.

* Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

¹ Estes trabalhos foram subsidiados pelo Instituto Português do Património Cultural e incidiram sobretudo nas freguesias de Tabuado, Soalhães, Várzea da Ovelha e Gove. Agradecemos a colaboração de Ester Miranda de Varzim, Eduardo Beirão Reis e Orlando de Sousa que, conosco, percorreram vastas superfícies desta parte de Serra. Rel. inédito.

² A Mamoa 1 de *Chã de Carvalho*, bem como os monumentos que adiante se referem — Mamoa da *Lavra* e Mamoa de *Chã de Loureiro* —, foram estudados pelo autor, em 1986 e 1987. Rel. inéditos.

³ Cfr. CRUZ, D. J., *Escavação da Mamoa de «Monte Maninho» (Serra da Aboboreira-Baião)*, «Trab. Antrop. Etnol.», 27 (1-4), Porto, 1987, pp. 65-84, IV est.

⁴ Nos trabalhos de escavação agradece-se, muito particularmente, a colaboração de Augusto Lemos. Os desenhos, em gabinete, foram finalizados por J. Alfredo Lopes Barbosa.

2. LOCALIZAÇÃO

O monumento situa-se na área SO da Serra da Aboboreira, nas proximidades do *Outeiro de Espinho*, distando do marco geodésico *Salgueiro* (653,05 m), que lhe fica a norte, cerca de 120 metros (Est. I).

Este sector da Serra da Aboboreira corresponde a uma superfície de aplanção, muito erosionada, desenvolvendo-se, segundo a direcção NE-SO, com poucos acidentes topográficos. Os monumentos de *Chã de Carvalhal* implantam-se na encosta do *Out^o de Espinho* virada ao vale do rio Ovil; de fraco declive (<10%), esta superfície é atravessada pelo caminho carreteiro que liga as povoações da Lavra e Mesquinhata.

É à margem desta via, no seu lado sul — e próximo da confluência do caminho que, partindo para NO, conduz a Soalhães — que surge a Mamoa 2 de *Chã de Carvalhal*, distando cerca de 50 metros da mamoa 1, que se situa a ONO.

Administrativamente pertence ao distrito do Porto, concelho de Baião, freguesia de Grilo, e tem as seguintes coordenadas geográficas (seg. a «Carta Militar de Portugal», na escala de 1/25.000, fl. 125-Baião, 1984):

Latitude — 41° 08' 54" Norte

Longitude — 01° 03' 00" Este de Lisboa

Altitude — 635.90 metros.

O monumento integra-se no conjunto megalítico da Serra da Aboboreira⁵, constituindo com a mamoa 1, pela sua proximidade, o «núcleo» de *Chã de Carvalhal* (Est. I); outros vestígios arqueológicos pré-históricos, nomeadamente megalíticos, se conhecem nesta área terminal da Serra, destacando-se a já referida Mamoa de *Monte Maninho* e, nas proximidades da povoação da Lavra, no «tapado» do Pugido, a Mamoa da *Lavra*; neste contexto será, ainda, de referir a Mamoa de *Chã de Loureiro* — monumento de grandes dimensões, construído sobre uma pequena elevação natural, impondo-se, isolada, na paisagem — e o povoado pré-histórico da Lavra⁶ (Est. II).

⁵ Cfr. CRUZ, D.J., *Contribuição para o levantamento cartográfico do conjunto megalítico da Serra da Aboboreira (concelhos de Amarante e Baião)*, in «Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», I, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1980, pp. 23-40, III est., 1 mapa desd.

⁶ Cfr. SANCHES, M. J., *O povoado da Lavra (Marco de Canaveses)*, «Arqueologia», 17, Porto, 1988, pp. 125-134.

3. RESULTADOS DA ESCAVAÇÃO

A fase inicial dos trabalhos consistiu na limpeza superficial, com o corte da vegetação rasteira que cobria o monumento, e implantação dos pontos definidores da quadriculagem de uma vala de sondagem, orientada segundo o Norte magnético, com 2 metros de largura e 12 metros de comprimento.

A decapagem inicial revelou a existência, a pouca profundidade, de uma estrutura de pedras no quadrado E3 (Est. VI-2).

A detecção de evidentes vestígios arqueológicos obrigou ao alargamento da área a intervencionar, consubstanciada num rectângulo de 10x12 metros, subdividido em unidades de 2 metros de lado, e o levantamento topográfico da área de escavação e envolvente (Est. III), com a sua integração nos trabalhos topográficos mais amplos, envolvendo os monumentos 1 de *Chã de Carvalhal* e de *Monte Maninho*.

A escavação em superfície pôs a descoberto uma estrutura de pedras, de planta circular, medindo 7 metros de diâmetro, perifericamente bem conservada (Est. IV); dispondo-se no terreno em plano ligeiramente inclinado, no sentido N-S, elevava-se cerca de 50 cm, correspondendo às curvas de nível de 635.40 e 535.90 metros; na parte central do monumento, ao invés, observava-se uma ampla clareira, depressionada; a sua escavação revelou profundos remeximentos — terra solta misturada com pequenas pedras —, não tendo sido detectado qualquer elemento pétreo de tipo megalítico (Est. IV).

A vala de sondagem A3-A7 foi escavada até ao nível da base; no quadrado D3 desenvolvia-se uma depressão, escavada na alterite granítica, de contorno sub-rectangular, cujo eixo maior se orientava segundo a direcção NO-SE, medindo aproximadamente 1,60 m de comprimento e 0,80 m de largura. Nos quadrados C3 e B3 assinalaram-se várias linhas de factura do granito, segundo a direcção SO-NE.

A estratigrafia fornecida por esta vala de sondagem é precária, face às dimensões reduzidas do monumento e aos revolvimentos que terá sofrido; apenas no quadrado E3, sob a estrutura pétreo de revestimento (nível 2), foi possível definir uma camada de terras mais compactas, castanho-acinzentadas (nível 3), que corresponderão às terras originais do *tumulus*, como, aliás, a disposição das lajes do revestimento superficial permite concluir (Est. V).

A escavação forneceu, nas terras superficiais, alguns fragmentos cerâmicos, pertencentes, muito provavelmente, a dois recipientes, com as seguintes características:

- 4 fragmentos (D2), não decorados, de pasta compacta, com desengor durante constituído por grãos de quartzo e fragmentos de feldspato, de

calibre médio (0,5 mm) e pequenas partículas de mica; superfícies alisadas, castanho-claras; fracturas acinzentadas; esp. máx. de 6 mm; — 7 fragmentos (D2), não decorados, com as mesmas características técnicas; as superfícies, rugosas, apresentavam cor desigual: castanho-clara, na exterior, e castanho-escura, na interior; fracturas de cor negra; esp. máx. de 9 mm.

Nos quadrados A2 e A4 foram ainda recolhidos 25 fragmentos de um vaso feito à roda, de pasta muito friável, arenosa, com as superfícies e núcleo central de cor acinzentada, de cariz medieval, similares a outros provenientes de zonas remexidas dos monumentos de *Monte Maninho* e 1 de *Chã de Carvalhal*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências detectadas não permitem interpretações muito amplas. Interesse, no entanto, registar, no contexto das investigações que têm sido feitas na Serra da Aboboreira, nomeadamente no seu conjunto megalítico, a existência deste pequeno monumento, situado na periferia de um outro, mais monumental.

Trata-se de um *tumulus*, não sabemos se ortostático, mas construído segundo a tradição megalítica. De facto, além do revestimento superficial de pedras — bem conservado no seu limite exterior —, que poderia estender-se pela sua área central, assinala-se também a construção prévia de uma mamoa em terra, pouco elevada.

Não é possível definir se esta mamoa envolveria uma câmara funerária, de tipo dolménico ou cistóide, mas a ausência dos elementos pétreos que a poderiam ter constituído não autoriza a conclusão simplista por outro tipo de sepultura.

A coexistência de sepulcos de dimensões e diferentes tipos não é, também, completamente inédita. No próprio conjunto da Serra da Aboboreira podem-se colher exemplos significativos, nomeadamente no núcleo de *Outeiro de Gregos*⁷, sendo de destacar as semelhanças, em alguns aspectos, entre o monumento em estudo e as mamoas 4 de *Outeiro de Gregos*⁸ e 2 de *Outeiro de Ante*⁹ — também *tumuli* de pequenas dimensões e muito baixos, dolménicos — e as diferenças,

⁷ Cfr. JORGE, V. O., *Importância do núcleo megalítico de Outeiro de Gregos, Serra da Aboboreira, Baião*, «Arqueologia», 3, Porto, 1981, pp. 29-35.

⁸ Cfr. CRUZ, D. J. e SANCHES, M. J., *Escavação da Mamoa 4 de Outeiro de Gregos — Serra da Aboboreira — Baião*, «Arqueologia», 11, Porto, 1985, pp. 26-39.

⁹ Cfr. GONÇALVES, A.H.B., *Escavação da Mamoa nº 2 de Outeiro de Ante — Serra da Aboboreira — Baião*, «Arqueologia», 9, Porto, 1984, pp. 22-44.

relativamente às estruturas de tipo «cairn»¹⁰.

Tal situação também se assinala em outras regiões, nomeadamente na Beira Alta. É o caso da *Antela do Repilau* (Couto de Cima, Viseu)¹¹, que se situa, em posição topográfica distinta, nas imediações do dólmen localmente conhecido por *Lapa do Repilau*, da *Cista dos Juncais* — aparentemente sem *tumulus* —, na periferia da *Orca dos Juncais* (Queiriga, V.N. de Paiva)¹², e da *Cista de Fonte da Malga* (Côta, Viseu), próxima de uma mamoa dolménica e integrando um conjunto de *tumuli* de volumetria diferenciada¹³.

Na análise desta problemática são de considerar duas situações distintas.

Alguns destes pequenos monumentos — implantados na proximidade de outros, mais monumentais — poderão ser cronologicamente próximos, acentuando-se, neste caso, as similitudes construtivas — como parece ser o caso da Mamoa 2 de *Chã de Carvalhal* — assumindo o espaço sepulcral o verdadeiro significado de necrópole, no sentido de uma utilização consecutiva.

Outros, mais tardios — cistas dos *Juncais*, *Fonte da Malga*, etc. —, inserir-se-ão no contexto da recuperação de antigos espaços funerários, diferenciando-se dos monumentos que lhe são próximos, quer tipologicamente, como no próprio ritual, correspondendo a sociedades culturalmente distintas.

No caso em apreço parece que a Mamoa 2 de *Chã de Carvalhal* se inserirá, pelas características construtivas que evidencia, no conjunto de monumentos mais comuns da Serra da Aboboreira — estrutura megalítica com mamoa e cobertura pétrea superficial —, não sendo de formular a hipótese de um grande distanciamento cronológico relativamente ao monumento que lhe é mais próximo, a Mamoa 1 de *Chã de Carvalhal*, datável dos inícios do 2º milénio a.C.

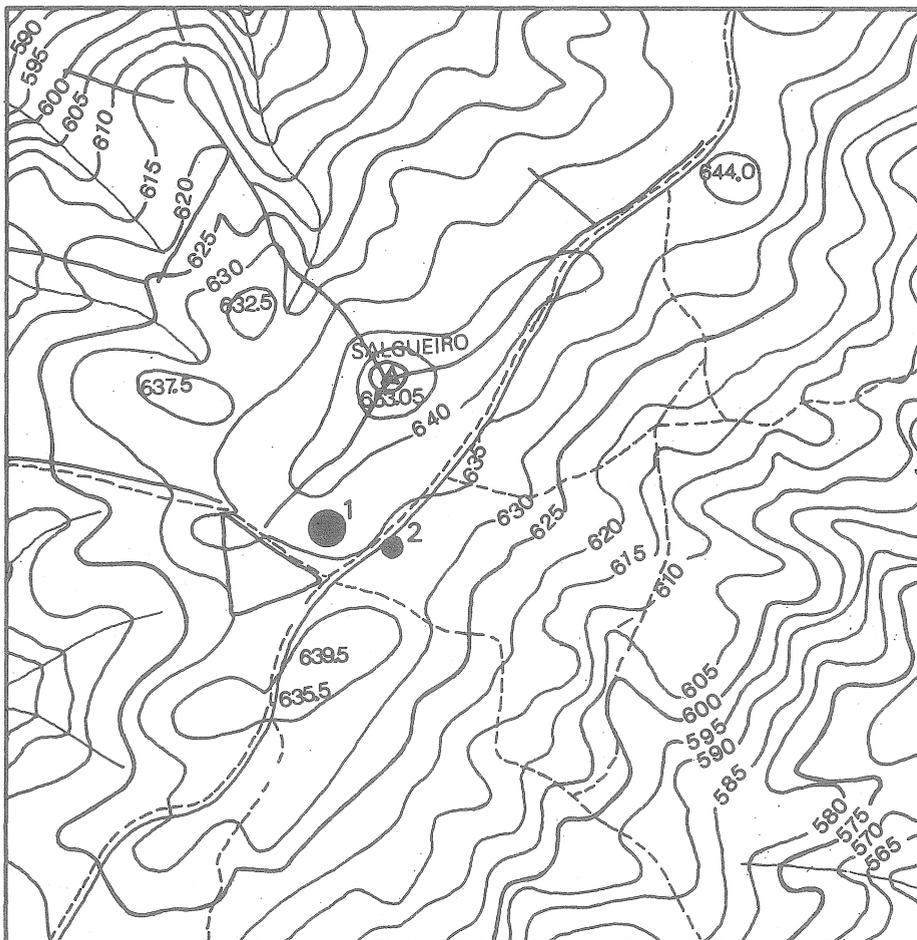
Coimbra, Agosto de 1990

¹⁰ Referimos, a título de exemplo, a Mamoa 5 de *Outeiro de Gregos*. Cfr. JORGE, V.O., *A Mamoa 5 de Outeiro de Gregos, um «tumulus» não megalítico da Serra da Aboboreira*, «Arqueologia», 6, Porto, 1982, pp. 32-39.

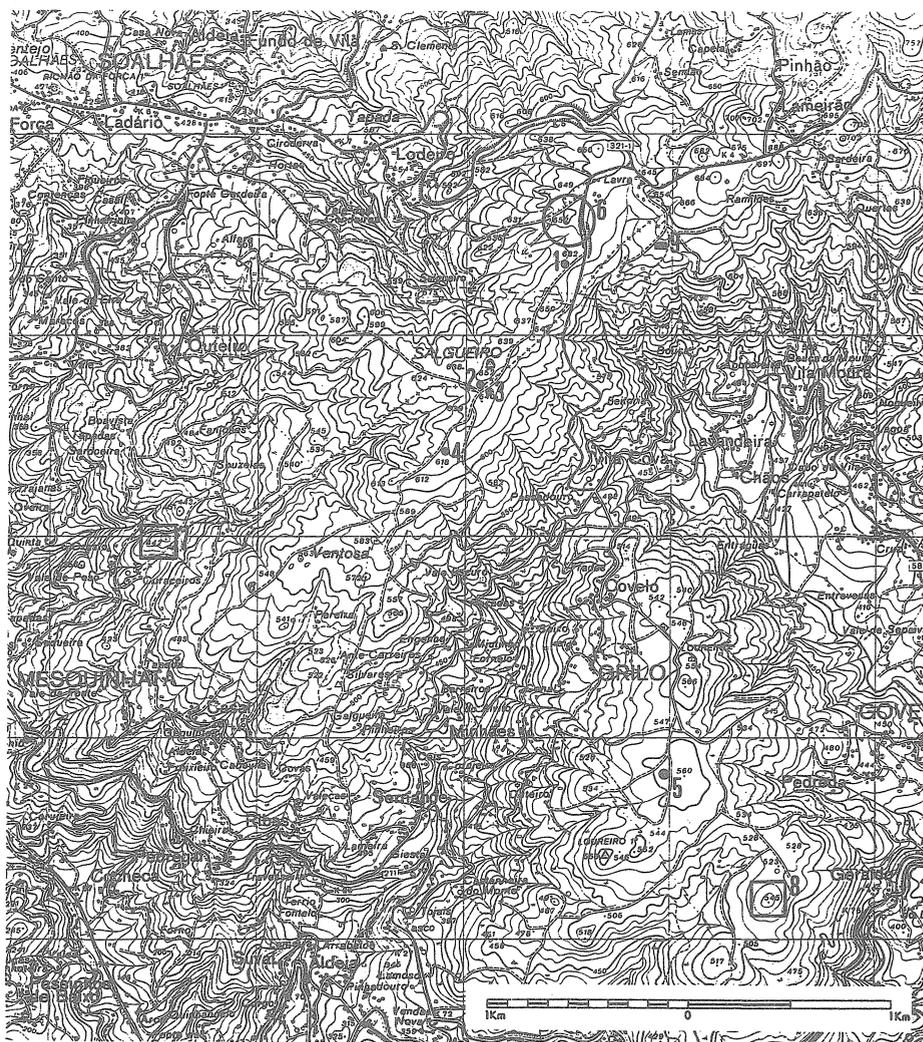
¹¹ CRUZ, D. J., CUNHA, A.M.C.L., GOMES, L.F.C., CARVALHO, P.M.S., *Escavação da Antela do Repilau (Couto de Cima, Viseu)*, «Beira Alta», 48 (3-4), Viseu, 1989, pp. 387-400.

¹² Os dólmenes do *Repilau* e dos *Juncais*, ambos de corredor desenvolvido e câmara poligonal, foram recentemente intervencionados, no âmbito de um projecto de estudo e valorização de monumentos megalíticos, desenvolvido pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro. Os resultados desses trabalhos encontram-se em preparação para publicação.

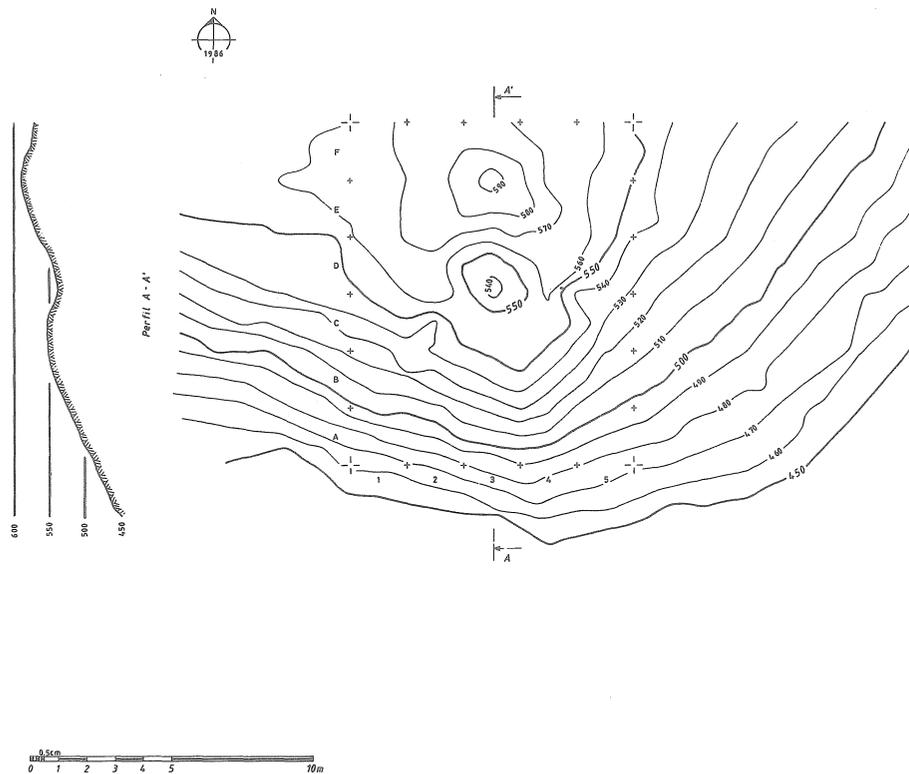
¹³ Cfr. KALB, P., HÖCK, M., *Ausgrabungen in der grabhugelnekropole Fonte da Malga (Viseu, Portugal)*, «Madrider Mitteilungen», 20, Berlim, 1979, pp. 43-55, 2.ª ed., IV est.; vd. versão em português: «Beira Alta», 38, Viseu, 1979, pp. 593-604.



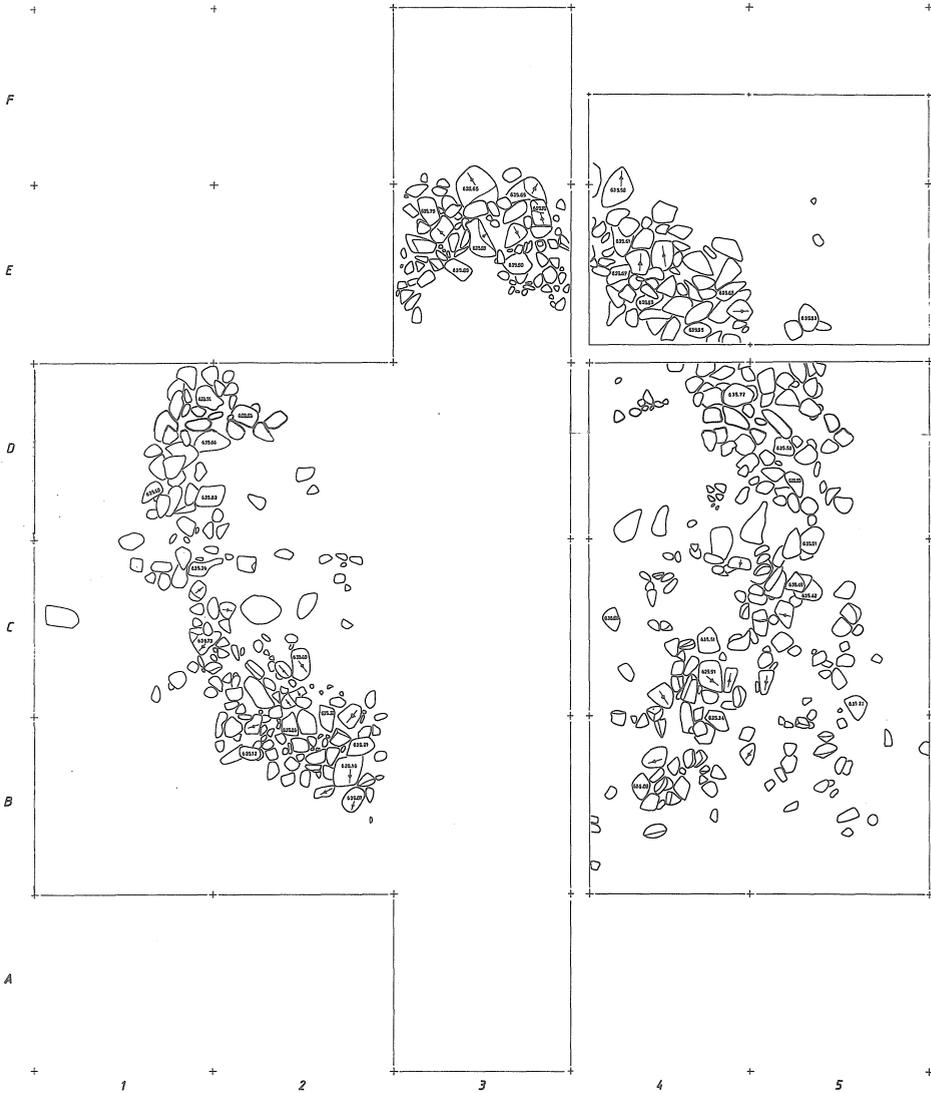
Localização das mamoads 1 e 2 de *Chã de Carvalho*. «Levantamento Aerofotogramétrico do Concelho de Baião», na escala de 1/5.000, fl. 125.3.2, 1984.



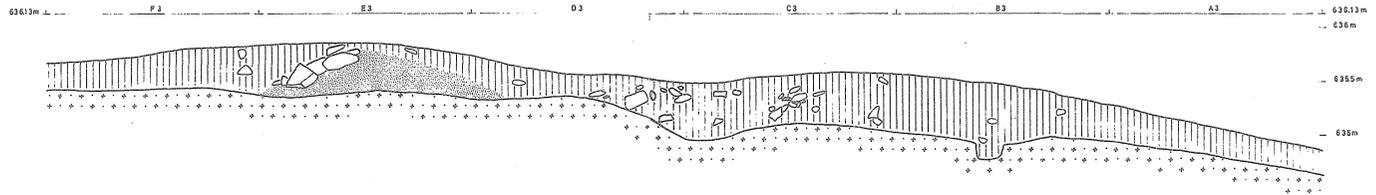
Estações e vestígios arqueológicos da área SO da Serra da Aboboreira. «Carta Militar de Portugal», na escala de 1/25.000, fl. 125 — Baião, 1984. 1 — Mamoa da *Lavra* (Soalhães, Marco de Canaveses); 2 e 3 — Mamoas 1 e 2 de *Chã de Carvalho* (Grilo, Baião); 4 — Mamoa de *Monte Maninho* (Grilo, Baião); 5 — Mamoa de *Chã de Loureiro* (Grilo, Baião); 6 — Povoado pré-histórico da *Lavra* (Soalhães, Marco de Canaveses); 7 — Povoado fortificado *Castro* (Soalhães, Marco de Canaveses); 8 — *Alto da Quinta do Geraldo* (Gove, Baião), vestígios de período não determinado; 9 — Sepultura antromórfica *Pia dos Mouros* ou *Caixão de S. Francisco* (Grilo, Baião).



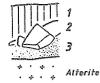
Levantamento e perfil topográfico da área quadriculada e envolvente,
na escala de 1/100.



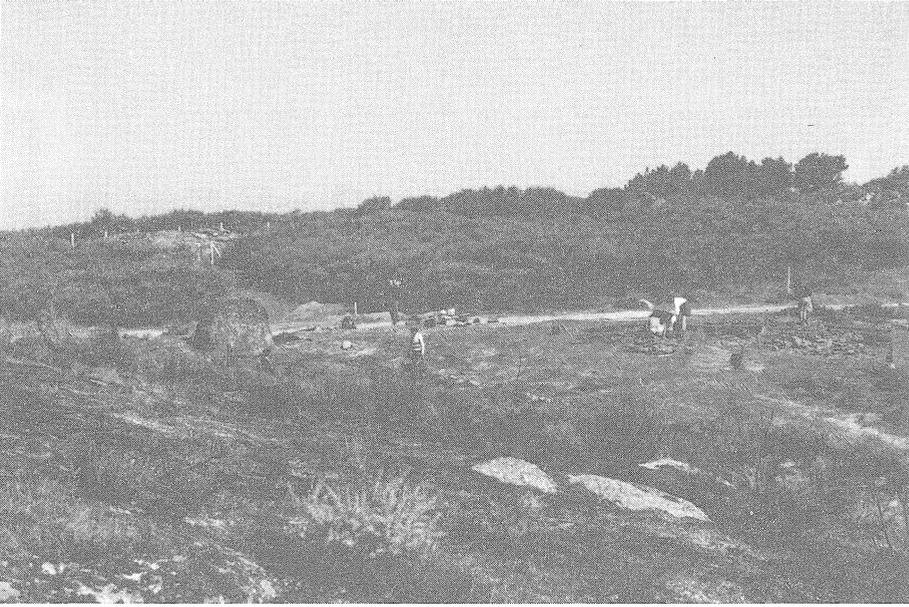
Planta do monumento.



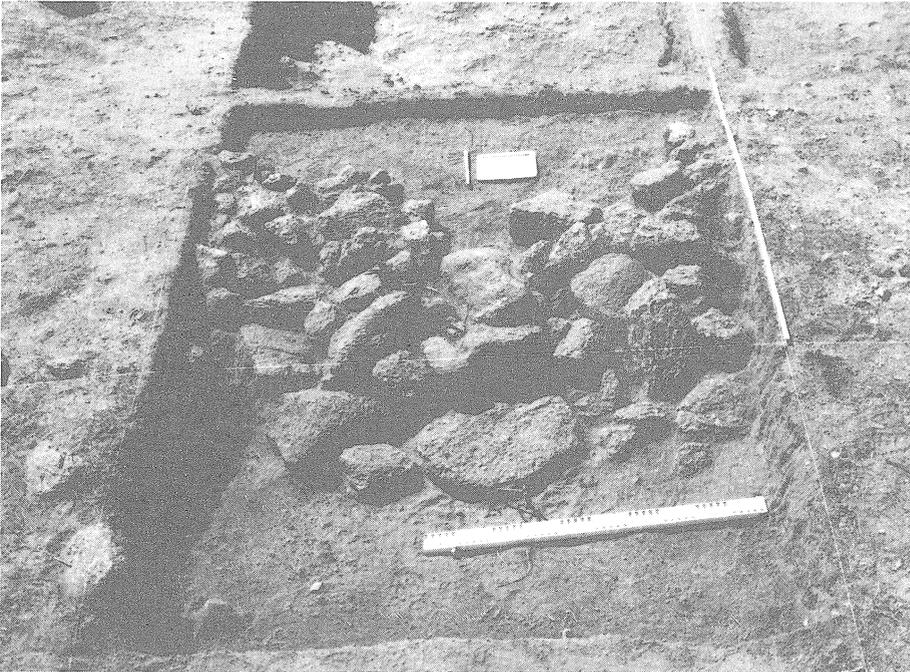
CORTE ESTRATIGRÁFICO



Corte estratigráfico N-S. 1— terras superficiais, humosas, com muitas raízes; 2 — estrutura pétreia de revestimento; 3 — terras do *tumulus*, *in situ*, compactas, de cor castanho-acinzentada.



1 — Perspectiva dos monumentos 1 e 2 de *Chã de Carvalhal*, obs. aprox. de sul.



2 — Pormenor da estrutura pétrea. Quadrado E3. Vista de norte.



Aspecto do sector Este, obs. de norte.

ESCAVAÇÃO DA MAMOA 3 DA ABOGALHEIRA (SERRA DA ABOBOREIRA — AMARANTE)

Por

Vítor Oliveira Jorge*
Eduardo Jorge Lopes da Silva**

1. INTRODUÇÃO

A escavação deste pequeno monumento megalítico foi levada a cabo, sob a orientação dos signatários, de 30 de Julho a 3 de Agosto de 1990, durante a 13ª campanha do projecto do «Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira». A conclusão da pesquisa em tão curto espaço de tempo útil — apenas cinco dias — só foi possível graças à excelente qualidade da equipa que se conseguiu ali reunir¹ e, necessariamente, às reduzidas dimensões e simplicidade estrutural da mamoa estudada.

A razão de ser deste trabalho é óbvia, se nos lembrarmos dos princípios que norteiam aquele projecto: análise exaustiva da necrópole da Aboboreira, por forma a determinar-lhe os limites cronológicos e a variedade tipológica, e, ao mesmo tempo, as relações, de toda a espécie, dos monumentos entre si e com o espaço envolvente. Constituir, enfim, um «banco de dados», tanto quanto possível

* Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Porto.

** Instituto de Arqueologia, Universidade Portucalense, Porto.

¹Composta pelo Dr. António da Silva Pereira, do G.E.A.P., cujo dedicado e precioso auxílio é justo destacar, pelos Drs. Carla Stockler Nunes e José Manuel Varela, da direcção do mesmo Grupo, pelo Dr. Alexandre Lourenço Correia, por estudantes universitários portugueses e espanhóis, e por um trabalhador manual, numa média de c. de 12 pessoas por dia. De entre os estudantes, queremos realçar a excelente colaboração, entre outros, dos seguintes alunos da Universidade Portucalense: Conceição Matias, Filomena Rocha, Nuno Soares, Nuno Olaió e Paulo Lisboa. Finalmente desejamos agradecer a participação da Dr.ª Margarida Moreira, do G.E.A.P., no trabalho preliminar de levantamento da planta do sítio. Financeiramente, os trabalhos foram viabilizados pela Câmara Municipal de Baião e pelo Instituto da Juventude. Devidamente aprovados pelo I.P.P.C. (por ofício de 4.7.90), não beneficiaram de qualquer subsídio desse Instituto.

completo, para um conjunto tumular pré-histórico situado num ambiente homogéneo, e susceptível, assim, não só de permitir a formulação de modelos de interpretação sociológica do mesmo², como também de fornecer parâmetros de referência para outras necrópoles, ou *tumuli* isolados, do Norte de Portugal³.

Sabendo-se que o núcleo megalítico da Abogalheira, ou do Lameiro do Espinheiro, é constituído por três monumentos⁴, e tendo os dois restantes sido já escavados anteriormente (respectivamente em 1979/80 — Mamoa 1 — e em 1981/82 — Mamoa 2⁵), impunha-se agora o estudo do terceiro e último, que nem por ser praticamente imperceptível no terreno e, portanto, à partida, pouco prometer em termos de revelação de estruturas e de espólios conservados, deixou de merecer a nossa atenção, adentro da linha de exaustividade acima enunciada. Sem dúvida, só com a sua análise se pôde concluir as observações já feitas neste núcleo, e, bem assim, perspectivar melhor tal núcleo no contexto de todo o conjunto tumular aboboraico.

2. METODOLOGIA

A limpeza sumária do terreno (coberto apenas por vegetação rasteira), a sua quadriculagem e registo de cotas para levantamento da planta do sítio, foram as tarefas prioritárias. Esse trabalho incidiu sobre uma área quadrada, com 12 m. de lado. As cotas foram obtidas a partir de um nível 0 convencional correspondente ao topo de um dos pilares de cimento⁶ existentes na proximidade da mamoa.

Dadas as pequenas dimensões do monumento, optou-se por iniciar os trabalhos num sector rectangular, orientado no sentido Oeste-Este, com 12 x 2 m., passando pelos vestígios da câmara. A decapagem desse sector, ao revelar mais restos da mesma câmara, e também de revestimento do *tumulus*, impôs a abertura de dois novos sectores rectangulares, um a sul, com 6 x 4 m., e outro a norte, com 4,60 x 2 m. Uma «banqueta» com 40 cm de lado ficou assim situada entre os quadrados A1 e A2, permitindo a leitura de um corte transversal do *tumulus* no sentido W — E até ao fim dos trabalhos. Dada a simplicidade da estratigrafia encontrada, julgou-se inútil o registo em desenho

² Como primeira tentativa nesse sentido, v. V.O. Jorge, *Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais*, *Revista da Faculdade de Letras — Série de História*, vol. VI, Porto, 1989, pp. 365-443.

³ O segundo signatário (E.J.L.S.) prepara uma dissertação de doutoramento sobre aspectos do megalitismo no litoral minhoto e na área da prov. do Douro Litoral imediatamente a sul do mesmo rio (Cinfães, Castelo de Paiva), na qual se equacionarão questões e novos dados que permitem alargar, numa visão ampla, problemáticas inicialmente suscitadas pela experiência, de algum modo pioneira, da Serra da Aboboreira.

⁴ V.E.J. Lopes da Silva e A.L. da Cunha, *O núcleo megalítico da Abogalheira*, *Arqueologia*, Vol. 17, Junho de 1988, pp. 40-44.

⁵ V.A.L. da Cunha e E.J. Lopes da Silva, *Escavação da Mamoa 1 da Abogalheira (Serra da Aboboreira — Concelho de Amarante)*, Porto, G.I.A.N., 1982; E.J. Lopes da Silva, *O núcleo megalítico da Abogalheira (Serra da Aboboreira — Amarante) e uma datação pelo C14*, *Revista de História*, Porto, Univ. Livre, vol. I, 1984, pp. 11-50.

⁶ Altura deste pilar acima do solo: 93 cm.

de outros cortes, cuja informação era redundante em relação ao mencionado.

No fim da escavação os restos de câmara foram cuidadosamente escorados com pedras e todas as áreas abertas foram cobertas com pedras e terra.

3. A MAMOA

A mamoa 3 da Abogalheira localiza-se no sítio do Lameiro do Espinheiro, pertencente à Serra da Aboboreira, distrito do Porto, concelho de Amarante e freguesia de S. Simão (Gouveia). Trata-se de uma chã à altitude média de 940 m., que se estende para oeste de Outeiro de Ante, elevação em torno da qual se dispõem outras superfícies aplanadas — que designámos Outeiro de Ante e Outeiro de Gregos⁷ — correspondentes, no seu conjunto, à maior concentração de túmulos pré-históricos da Serra, uma vez que totalizam um mínimo de 11. Para sul do núcleo de mamoas aqui considerado situa-se o limite dos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses. O nome de Abogalheira advém-lhe da designação do marco geodésico existente na área. Quanto a «Lameiro do Espinheiro» é um microtopónimo de fácil explicação, uma vez que na zona existem diversos lameiros, ou áreas alagadiças e de bom pasto para o gado (uma delas situa-se imediatamente para norte da mamoa 3), sendo o espinheiro um arbusto relativamente frequente na Aboboreira.

A mamoa em estudo (cota: c. 941 m.) encontra-se a c. de 45 m. para W da mamoa 2 (c. 944 m.); o monumento nº 1 (c. de 946 m.), o maior dos três, acha-se mais afastado, a c. de 120 m. para NW da mamoa 3. É significativo que seja o *tumulus* mais pequeno aquele que se apresenta num ponto mais baixo e marginal da chã, praticamente encostado a uma linha de água. É óbvio que a monumentalidade não foi aqui procurada, já pelas dimensões, já pela implantação, variáveis que em regra se correlacionam mutuamente, na Aboboreira e noutros pontos do Norte do país.

As coordenadas geodésicas do local, de acordo com a «Carta Militar de Portugal», na esc. de 1: 25000, folha 113 — Amarante, são as seguintes:

41° 11' 22" Lat. N.
1° 5' 30" Long. E. Lx.

A mamoa possui uns 9,5 a 10 m. de diâmetro, sendo aproximadamente circular. A altura do montículo conservado não excede, em geral, os 50 cm. Se atendermos à altura actual do esteio 1 (c. de 1 m.), de um outro possível esteio encontrado

⁷Gregos é, com certeza, uma corruptela de Gredos, que deveria ter sido a designação popular correcta do sítio, como refere o Eng^o Augusto de Miranda Pinho (v.o seu folheto, *Normas Práticas de Prospecção Arqueológica*, Amarante, ed. autor, 1989, p. 20).

tombado na área da câmara (c. de 1,40 m), e, ainda, às dimensões de blocos ou lajes exumados, e que tudo indica serem fragmentos de ortostatos, não é muito provável que a mamoa ultrapassasse, originalmente, c. de 1,5 m. de altura, na sua área central. Poderia até ser mais pequena, se a laje de maior tamanho, aparentemente um pouco dissonante das demais (e que não parece, pela sua forma, poder interpretar-se como um fragmento da tampa), fosse um esteio que estivesse mais enterrado, ou mais inclinado, do que os outros. De notar, aliás, que os dois restos de ortostatos conservados assentam directamente em terras da c. 2 e não no saibro do substrato (a base do esteio 1, por ex., dista c. de 18 cm. do topo do *bed-rock*). Evidentemente que o que hoje encontramos não passa de um despojo, desfeito pelos saqueadores e pela erosão. Basta reparar, através da planta e corte que apresentamos, que o sítio é quase plano, mal se adivinhando a existência de qualquer volume tumular; de facto, a oscilação de cotas na mamoa, antes dos trabalhos, não ultrapassava os 50 cm.

A mamoa encontra-se revestida por uma couraça pétreia, em granito (que é também a matéria-prima dos esteios), em geral dando a impressão de ser quase horizontal, irregularmente conservada, e sobretudo muito danificada em torno da câmara. Recorre com alguma frequência a lajes de porte médio, «fechando», na periferia, através de alguns desses elementos dispostos obliquamente (como se pode observar no desenho do corte W-E). Esse «fecho» é em regra duplo, isto é, para além do perímetro das lajes oblíquas mais interiores da periferia, existem, externamente, algumas outras pedras para reforço das primeiras.

A estratigrafia registada no *tumulus* é muito elementar:

c. 1a (esp.: 15-30 cm.) — Terras castanhas escuras, com muitas raízes, intensamente húmidas, pouco compactas.

c. 1b (esp.: 20-30 cm.) — Terras castanhas escuras, mais compactas do que as de 1, com muitos grânulos de quartzo.

A couraça pétreia encontra-se entre a camada 1a e a 1b, ou já nesta segunda. Pensamos que ambas, no seu conjunto, correspondem aos restos do montículo artificial, que se sobrepôs a um nível de terra existente no local (nível esse que, entretanto, sofreu uma natural evolução pedológica). De facto, nem na sua periferia a mamoa assenta sobre a alterite granítica, como frequentemente acontece.

c. 2 (esp.: 30-40 cm.) — Terras castanhas mais claras do que as de 1, compactas.

c. 3 — Granito alterado da base (saibro).

Antes da escavação apenas se via nitidamente, aflorando do terreno, o esteio nº 1 (cota do topo: 66 cm.), com uma altura acima do solo de c. de 40 cm., e parte da laje tombada a que já fizemos referência, e que reproduzimos na Est.

VII (com o nº 7). Estes restos da câmara eram, até, o mais sólido indício de que nos encontrávamos perante um pequeno megálito funerário. Infelizmente, os trabalhos não foram muito elucidativos quanto à forma da primitiva câmara, de que apenas se conservam dois restos de esteios aproximadamente *in situ*, os n.ºs 1 e 2. Do primeiro, apesar de estilhaçado na extremidade distal, admitimos que a maior parte tenha chegado até nós; do segundo apenas existe a parte inferior. As suas dimensões máximas conservadas são:

- est. nº 1: alt. — 1,04 m; larg. — 0,72 m.; esp. — 0,12 m. (topo) e 0,04 m. (base);
- est. nº 2: alt. — 0,74 m; larg. — 0,80 m.; esp. — 0,08 m. (topo) e 0,12 m. (base).

De notar que o esteio 1 se encontra ligeiramente inclinado para W, e, o que resta do esteio 2, inclinado para sul, neste caso cedendo ao peso exercido pela mamoa e contraforte da câmara após a violação desta última. A parte conservada daquele contraforte acha-se situada na zona imediatamente a NW dos dois ortostatos mencionados, a cotas que oscilam entre 30 e 60 cm. de profundidade em relação ao topo do esteio 1. Tratar-se-ia de um pequeno contraforte, circunscrito à periferia da câmara, com uma largura de c. de 70 cm. Na planta 2 assinalámo-lo com um ponteadado, com que também se encontram preenchidas duas pequenas pedras (marcadas com ??) localizadas, respectivamente, para SW e SE da câmara; suspeitamos que possam ter pertencido à mesma estrutura, embora o carácter muito danificado desta não no-lo permita afirmar com certeza. Se de facto as pudéssemos identificar como elementos do contraforte, então estaríamos perante uma pequena câmara com uma largura (ou diagonal) de c. de 1 m. Mas tal não passa de uma hipótese inconfirmável, apenas nos sendo lícito afirmar que a câmara, dolménica ou cistóide, seria de reduzidas dimensões. O seu enchimento, composto de terras húmusas, aliás alvo de peneiração na íntegra, revelou-se completamente revolvido.

4. RECOLHAS EFECTUADAS

O artefacto mais significativo que esta mamoa revelou foi um fragmento de elemento fixo (dormente) de moinho manual, em granito de grão médio, achado entre as pedras da couraça de revestimento, na extremidade sul do quadrado N7 (entre este e o N8), à cota de 1,10 m., assinalado na planta 2. Tem a face superior com um formato sub-elíptico; está aplanada pelo uso, sendo ligeiramente côncava (eixo maior: 24 cm.; eixo menor: 16 cm.). Secção plano-convexa, sub-rectangular (12 cm. de espessura máx.).

Como é sabido, o achado destes elementos de moinho, tanto fixos como móveis, é frequente, quer nas couraças quer nos contrafortes das mamoas da Aboboreira. Interpretamo-lo habitualmente como o reaproveitamento, a título de material de construção, de artefactos fora de uso, sugerindo que terão provindo de contextos domésticos próximos dos túmulos. Todavia, a hipótese desta prática

ter sido devida a outra ordem de intenções não é de descartar.

No enchimento da câmara (quadros N1/A1) detectaram-se alguns fragmentos cerâmicos de pequenas dimensões e aspecto heterogéneo, testemunhando o revolvimento desses sedimentos. Dois deles, minúsculos, são provavelmente pré-históricos; um, muito corroído, seria decorado com caneluras ou sulcos horizontais na face externa, paralelos ao bordo (alt. máx. – 1,6 cm; larg. máx. – 1,8 cm; esp. máx. – 0,7 cm). Os restantes quatro são feitos com roda, de cor cinzenta escura, e aspecto «medieval». Destes, dois são provavelmente fragmentos de uma mesma asa, apesar do maior (comp. – 3,6 cm.; esp. máx. – 1,2 cm.) ter uma secção sub-rectangular de cantos arredondados, e o menor (comp. – 2,5 cm; esp. máx. – 1,1 cm), sub-elíptica.

Quanto a carvões, a única amostra, à partida, interessante para datação, proveniente do N1 (cota – 1,60 m. – camada 2), foi declarada insuficiente pelo laboratório do CSIC (Madrid), pelo que se goraram as nossas perspectivas de poder datar este monumento. Com a finalidade de serem analisados antracologicamente, recolhemos ainda carvões, em pequenas quantidades, nos quadrados N1 (c.2), B1 (c.2) e A7 (c. 1b e c.2).

5. PALAVRAS FINAIS

O núcleo megalítico da Abogalheira era, com probabilidade, composto por três câmaras poligonais simples, insertas em *tumuli* de terra e revestimento de couraça pétrea, de dimensões médias a pequenas. Situado nas proximidades dos núcleos de Outeiro de Gregos e de Outeiro de Ante, difere assim consideravelmente destes, que são mais diversificados internamente, tanto em termos tipológicos como, eventualmente, cronológicos. Em Outeiro de Gregos temos cinco monumentos, sendo notório o contraste, por ex, entre a mamoa 2, com um dólmen simples, neolítico, de porte médio, e a mamoa 1, um *cairn* do Bronze Antigo, com cista poligonal. Apesar de apenas separadas por algumas dezenas de metros, estas mamoas estão apartadas por mais de mil anos na data da sua construção. Se pensarmos agora em Outeiro de Ante, e apenas tomando em linha de conta os três monumentos que chegaram até nós e foram escavados (é possível que tivesse existido pelo menos mais um), é profundo o contraste das dimensões, por ex., entre a mamoa 1 e a mamoa 2, apesar de ambas terem uma câmara relativamente grande, aberta a nascente. E os materiais campaniformes encontrados no segundo monumento — apontando pelo menos para uma reutilização tardia — contrastam vivamente com o espólio mais antigo ou «arcaizante» das mamoas 1 ou 3.

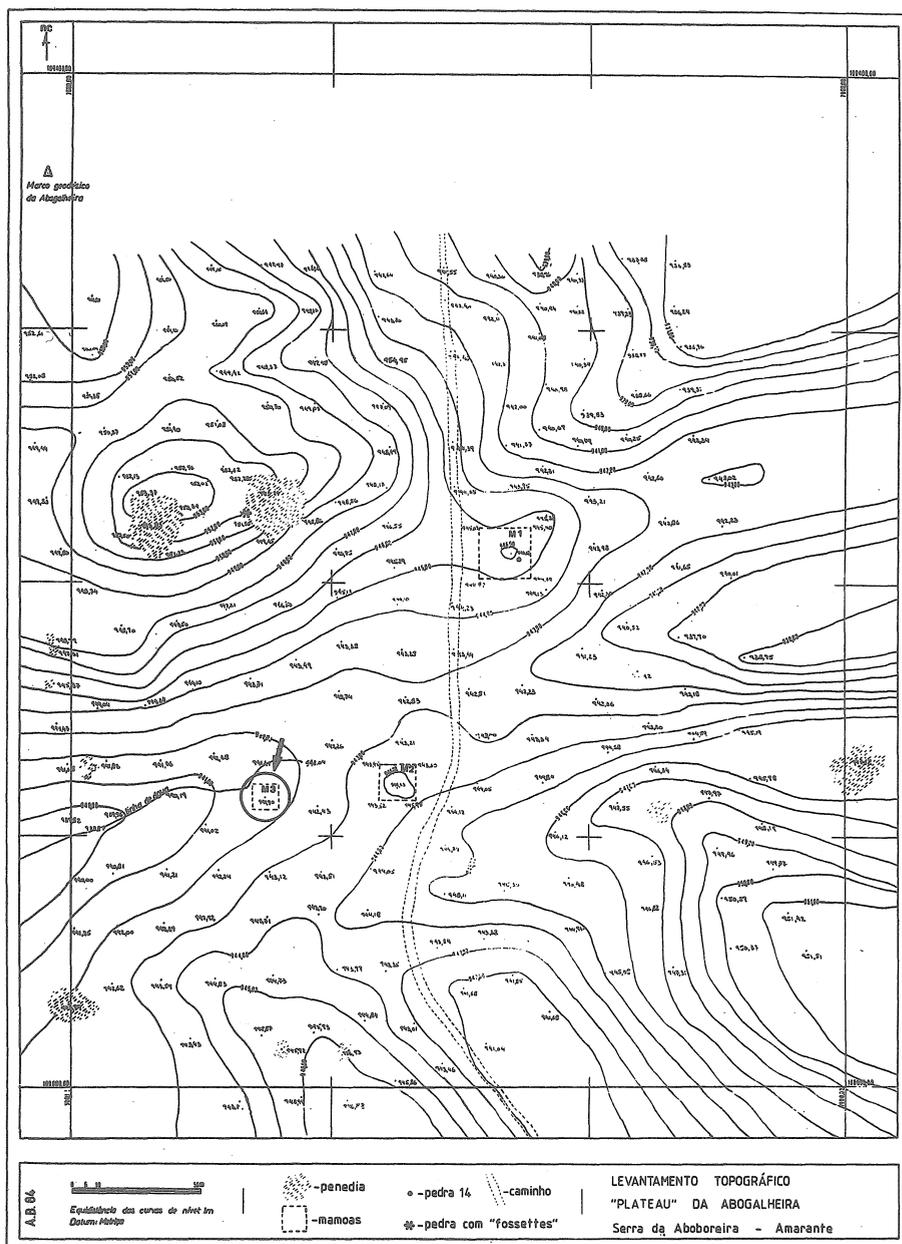
Na Abogalheira destaca-se das demais, sem dúvida, a mamoa 1, não tanto pelas dimensões do *tumulus*, que até não estão muito longe das das outras duas, como pela sua posição sobranceira na chã, e sobretudo pelo anel de blocos de granito que rodeia a área central e que, independentemente de poder ter outros sentidos, circunscreve a zona, sagrada por excelência, da câmara. Contemporânea da primeira construção ou aposição posterior (é impossível sabê-lo), essa característica até agora única na Aboboreira (na modalidade peculiar que aqui assume)

representa como que uma «sobrecarga simbólica», quiçá a sublinhar a importância da pessoa ou pessoas inumadas naquele túmulo, e consequentemente do grupo social a ele ligado.

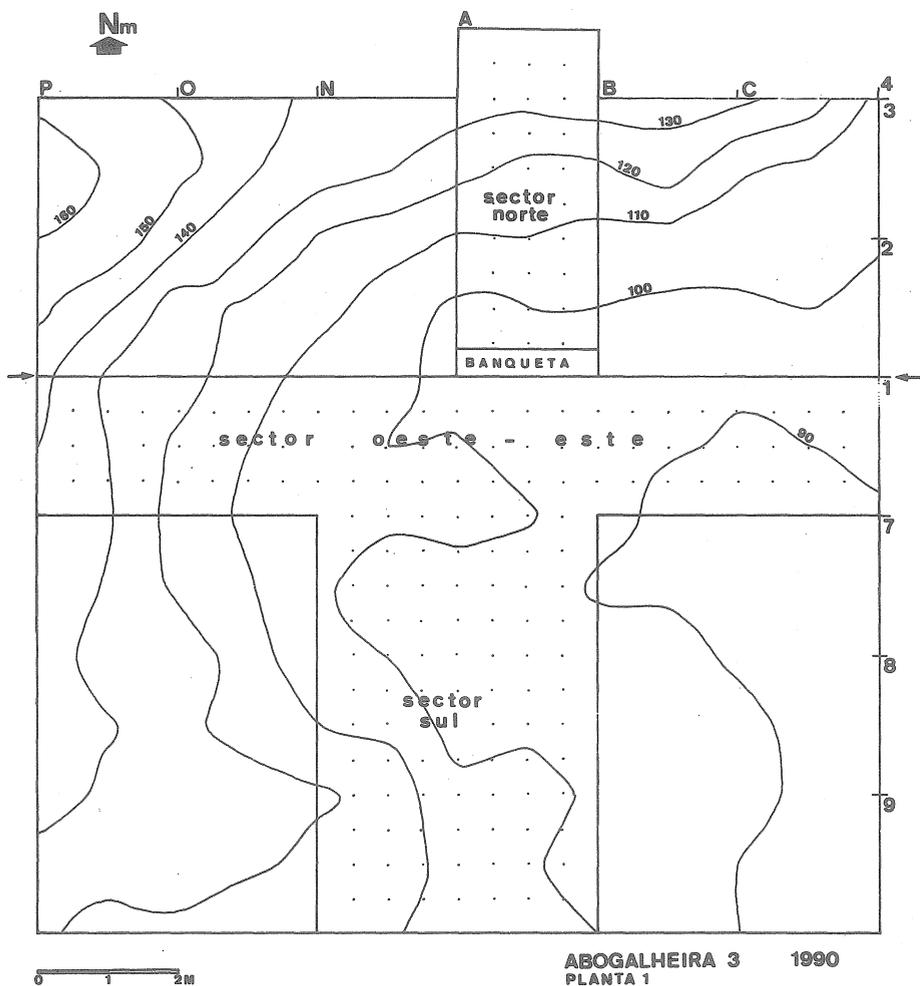
A escavação da mamoa 3, no verão de 1990, não nos veio, é certo, trazer grandes surpresas ou dados muito enriquecedores. Mas, pelo que nos confirmou sobre a tipologia do *tumulus* e da câmara, e que já suspeitávamos, permitirá agora afirmações mais seguras sobre o conjunto deste núcleo e sobre o seu significado no contexto aboboraico, e o levantamento de uma gama mais rica de hipóteses.

Na Aboboreira, como em tantos outros lados do Noroeste português, as chãs, ou pequenos planaltos rodeados de afloramentos graníticos, serviram com frequência de «quadro cénico» aos núcleos de mamoadas. Ao escolherem-nas, as comunidades pré-históricas podiam, adentro da grande unidade das necrópoles ou conjuntos, delimitar sub-conjuntos, constituídos por um só ou por vários monumentos, construídos numa fracção de tempo mais ou menos longa. Evidentemente que a realidade que conhecemos terá resultado, em certos casos, de adições feitas no decorrer dos séculos ou dos milénios, e não podemos garantir que as intenções subjacentes e até as comunidades responsáveis por cada núcleo ou conjunto tenham sido sempre as mesmas. Mas o simples facto de podermos «ler» a paisagem megalítica como um conjunto de aposições culturais feitas num meio-ambiente naturalmente compartimentado (e portanto, por esse mesmo acto de escolha, culturalmente «marcado» no seu conjunto) é já uma perspectiva extremamente enriquecedora, do nosso ponto de vista. Para tentarmos interpretar esses sinais e suas múltiplas relações, é fundamental um estudo sistemático de núcleos, conjunto a conjunto, insertos no respectivo meio físico. Temos de saber o máximo sobre cada um destes elementos, para tentarmos decifrar essa «mensagem» que sabemos conterem, e que nos escapa.

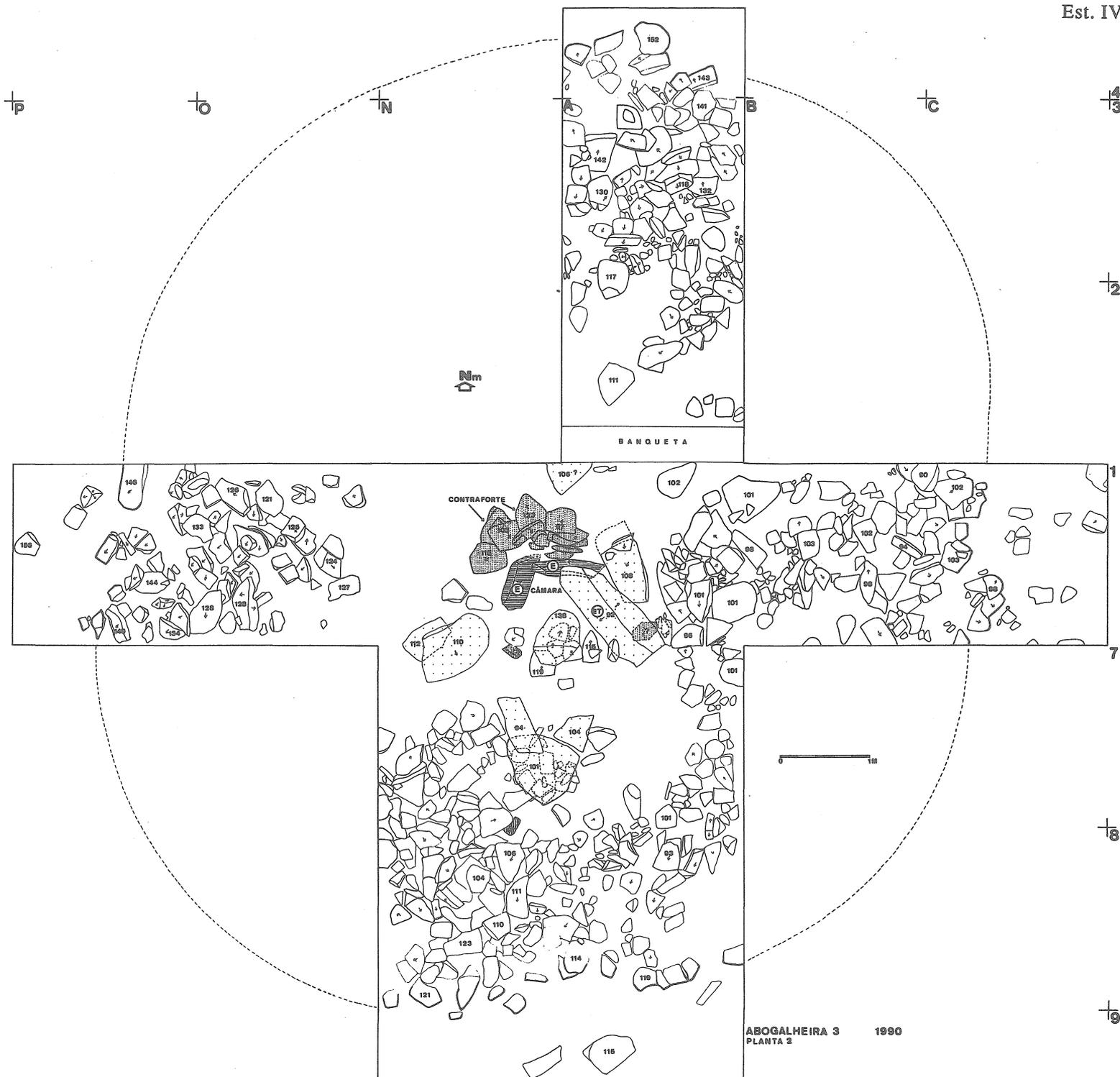
A intuição de que estamos no caminho certo não nos faz esquecer as múltiplas falhas de informação de que sofreremos. Mas as dificuldades a contornar, as incertezas e os erros a ultrapassar, ou, por outras palavras, a imensa distância entre o que gostaríamos de saber e os dados adquiridos, é o dia-a-dia da ciência. Temos a obrigação de definir com lucidez a melhor estratégia e de a prosseguir sem desfalecimento, sem pressa de resposta. Em qualquer laboratório de investigação é a rotina quotidiana, dirigida no sentido correcto, que levará um dia ao momento da descoberta realmente importante. A escavação da mamoa 3 da Abogalheira foi realizada num espírito de «rotina», no sentido apontado; foi mais um passo no processo de conhecimento desta necrópole pré-histórica. Um passo que só adquire o seu sentido se o observamos integrado na trajectória do estudo iniciado em 1978, ali bem perto, na mamoa 3 de Outeiro de Ante.



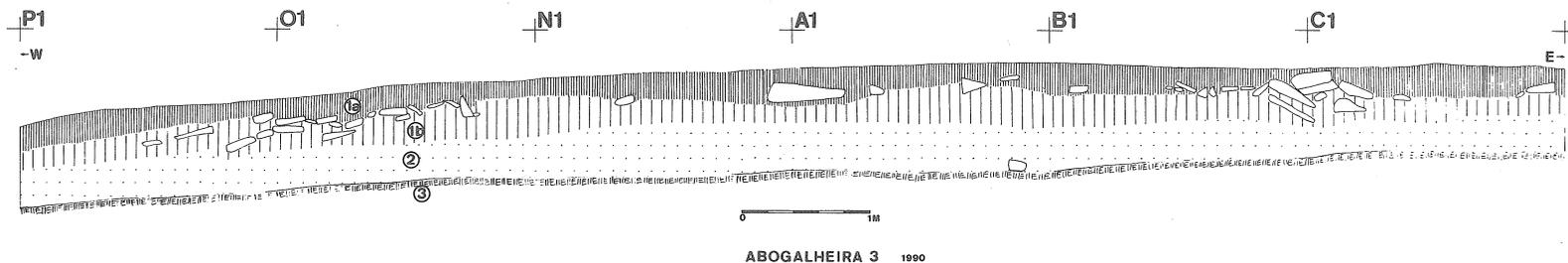
Localização das três mamooas da Abogalheira na respectiva chã. A mamooa 3 está assinalada com um círculo e uma seta. Levantamento de A. Bessa (1984).



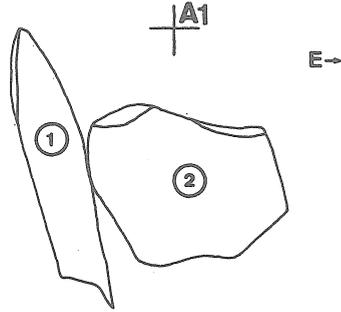
Áreas escavadas (a ponteados) na Mamoa 3 da Abogalheira. Equidistância das curvas de nível: 10 cm.



Planta da mamoa 3 da Abogalheira após a decapagem superficial. O hipotético contorno do *tumulus* está marcado por uma linha a tracejado. A ponteados: esteio e possíveis fragmentos de esteios (e da tampa?) tombados; ponteados densos: restos do contraforte da câmara. Tracejado: esteios.



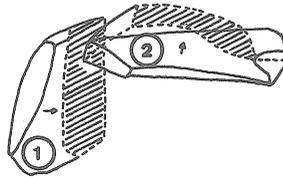
Corte W – E da Mamoa 3 da Abogalheira. V. descrição de camadas no texto.



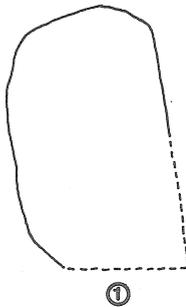
ALÇADO



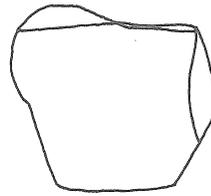
PLANTA



ESTEIOS



①

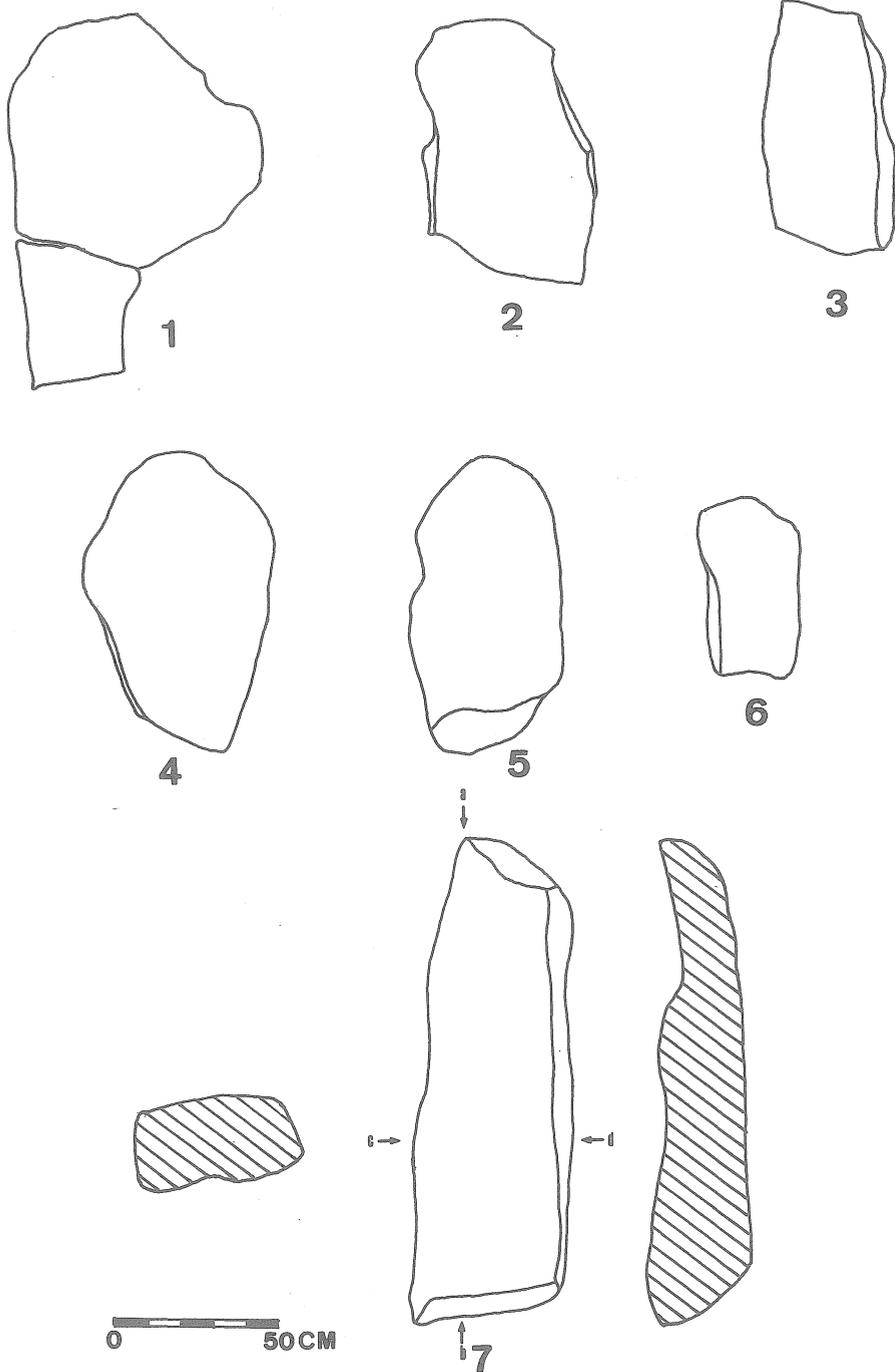


②



Em cima: planta e alçado dos restos da câmara.

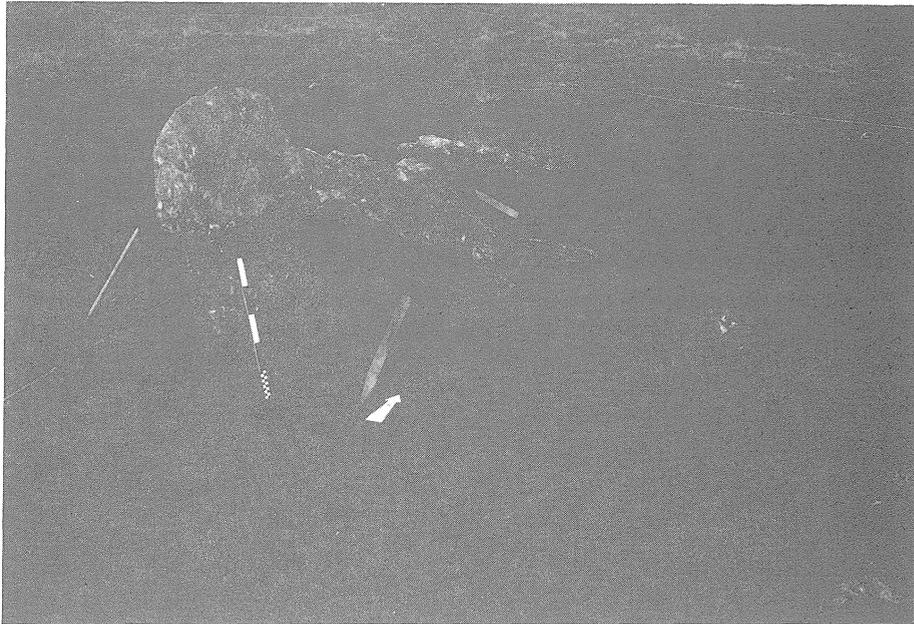
Em baixo: desenho planimétrico dos dois esteios melhor conservados da câmara.



Grandes lajes tombadas na área da câmara, devendo corresponder a um esteio (7), fragmentos de outros (2 a 6) e, eventualmente, da tampa (1?).



1 — A mamoa antes dos trabalhos, estando marcado com uma seta o topo do esteio visível *in situ*, e com um asterisco o pilar de cimento cujo topo serviu para marcar o nível 0 convencional. Mamoas 1 e 2 em segundo plano e, no horizonte, a Serra do Marão.



2 — Os restos de câmara encontrados, no fim dos trabalhos.



Aspecto da couraça da mamoá no sector Sul, vendo-se os restos de câmara e o corte W – E desenhado, ao fundo.

VÁRIA

NOVOS DADOS SOBRE A FRAGA D'AIA (PAREDES DA BEIRA — S. JOÃO DA PESQUEIRA)

A Fraga d'Aia, abrigo pré-histórico com pinturas, foi apresentada ao meio arqueológico através de dois artigos, um deles publicado nesta revista¹. Entretanto, uma nótula sobre as análises antracológicas de amostras de carvão recolhidas foi elaborada pela doutora Isabel Figueiral².

O presente texto visa dar a conhecer um conjunto de datas de C14 recebidas em 1989 e 1990, e bem assim os resultados de uma breve acção de limpeza efectuada na area contígua à lareira 2, em Julho de 1990.

1. DATAS DE RADIOCARBONO

Foram obtidas nos laboratórios do LNETI, Sacavém (sigla ICEN) e de Gif sur Yvette, França (sigla GIF)³. Os resultados são os seguintes:

Nº de ordem	Proveniência	Resultados		Observações
		B.P.	a.C./d.C.	
ICEN - 402	D3. Cam. 3. Prof. - c. 30 cm.	8600 ± 80	6650 ± 80 a.C.	δ 13 C (%) - 23,58
ICEN - 404	D2. Cam. 3. Lareira 1.	5050 ± 140	3100 ± 140 a.C.	δ 13 C (%) - 24,48 *

¹ Vítor Oliveira Jorge *et alii*, O abrigo com pinturas rupestres da Fraga d'Aia (Paredes da Beira — S. João da Pesqueira) — Notícia preliminar, *Arqueologia*, vol. 18, Dezembro 1988, pp. 109-130. Vítor Oliveira Jorge *et alii*, A Fraga d'Aia (Paredes da Beira — S. João da Pesqueira) — arte rupestre e ocupação pré-histórica, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXVIII, fasc. 1-2, 1988, pp. 201-233.

² Isabel Figueiral, Fraga d'Aia (S. João da Pesqueira). Primeiros resultados antracológicos, *Portugalia*, nova série, vols. IX-X, 1988/89, Vária (no prelo).

³ Agradecemos aos responsáveis destes laboratórios a sua preciosa colaboração.

ICEN - 405	B2. Lareira 2.	6490 ± 60	4540 ± 60 a.C.	δ 13 C (%) - 23,24 **
ICEN - 406	D2. Cam. 3. Sob as pedras da lareira 1.	8600 ± 60	6650 ± 60 a.C.	δ 13 C (%) - 23,65
GIF - 8079	B2. Lareira 2.	5690 ± 70	3740 ± 70 a.C.	δ 13 C (%) - 26,91 Calib.: -4387,-4723 ***
GIF - 8086	D2. Cam. 2a (?)	8190 ± 90	6240 ± 90 a.C.	δ 13 C (%) - 26,35
GIF - 8087	B2. Cam. 2a.	1500 ± 50	450 ± 50 d.C.	δ 13 C (%) - 27, 23 Calib.: AD 637, 440
GIF - 8088	B3. Cam. 2b.	350 ± 50	1600 ± 50 d.C.	δ 13 C (%) - 24,91 Calib.: AD 1641, 1452
GIF - 8089	D2. Cam. 3. Sob grande penedo.	4710 ± 80	2760 ± 80 a.C.	δ 13 C(%) - 24,88 Calib.: -3214,-3664
GIF - 8090	B2. Cam. 3.	5190 ± 60	3240 ± 60 a.C.	δ 13 C(%) - 24,13 Calib.: -3826,-4213

Observações dos laboratórios:

* «Ao calibrar a data utilizando a curva de Pearson *et al.* (*Radiocarbon*, 28 (2B), 1986, pp. 911-934), obtêm-se intercepções em 3933, 3874 e 3816 cal A.C. e os seguintes intervalos: para 1 sigma: 4000 - 3700 cal A.C.; para 2 sigma: 4228-4193 cal A.C.; 4160-3620 cal A.C. e 3576-3530 cal A.C.»

** «Ao calibrar a data obtida utilizando as curvas de Linick *et al.* (*Radiocarbon*, 28 (2B), 1986, pp. 943-953), Kromer *et al.* (*Radiocarbon*, 28 (2B), 1986, pp. 954-960) e Stuiver *et al.* (*Radiocarbon*, 28 (2B), 1986, pp. 969-979) obtêm-se intercepções em 5472, 5440 e 5423 cal A.C. e os seguintes intervalos: para 1 sigma: 5482-5353 cal A.C.; para 2 sigma: 5500-5320 cal A.C.; 5252-5249 cal A.C.»

*** «Intervalo de confiança: 95% (2 sigmas). Calibração seg. Pazdur e Michczynska, *Radiocarbon*, 1989». (Observação idêntica para GIF-8087, GIF-8088, GIF-8089 e GIF-8090).

Que comentário se pode fazer a estas datas?

Em primeiro lugar, façamos a sua revisão crítica:

ICEN - 402 — Em face de datas como ICEN-406, esta parece aplicar-se bem à base da cam. 3, embora os carvões tenham sido recolhidos mais próximo do respectivo topo; tal facto pode dever-se à circunstância deste quadrado estar profundamente afectado por raízes de um pinheiro: o revolvimento de camadas poderia ter trazido para mais perto da superfície carvões relativamente antigos.

ICEN - 404 — 3100 ± 140 a.C. parece uma data credível para a lareira 1 (topo da cam. 3).

ICEN - 405 — 4540 ± 60 a.C. afigura-se demasiado antiga, se comparada com as duas de 3800 ± 70 a.C. (GIF - 7891 — já anteriormente publicada) e 3740 ± 70 a.C. (GIF - 8079) para a mesma lareira 2. Seríamos tentados a valorizar estas últimas, até novos testes que eventualmente verificassem se as diferenças das datas se não deverão ao facto de terem sido produzidas em laboratórios distintos.

ICEN - 406 — Tudo indica tratar-se de carvões da base da cam. 3 (aqui muito pouco espessa), e como tal bastante anteriores, mais uma vez, à ocupação do abrigo.

GIF - 8079 — V. o que se escreveu acima.

GIF - 8086 — Sobrepondo-se a cam. 2a, consoante as zonas deste quadrado, ora à cam. 3, ora à cam. 4, e sendo por vezes muito difícil separá-las dada a sua pequena espessura e pouca compactidade, admitimos, todavia, que estes carvões provenham, de facto, de um momento antigo de deposição da cam. 3.

GIF - 8087 / GIF - 8088 — estas datas são evidentemente referentes a carvões recentes, o que não é de admirar dado provirem de camadas sub-superficiais e de se tratar de uma área profundamente revolvida por raízes. Acrescente-se que a delimitação exacta de camadas, e consequentemente de carvões propícios para datações fiáveis, se tornou, em certos pontos do abrigo, tarefa muito árdua; decidiu-se porém assumir o risco de enviar certas amostras para datações como um teste às restantes observações feitas.

GIF - 8089 — Parece-nos uma data credível para carvões que provêm do topo da camada 3.

GIF - 8090 — Também nos parece uma data verosímil para a fase de ocupação humana da camada 3.

Em função do exposto, é a seguinte a imagem da diacronia do abrigo que, a título de hipótese, podemos esboçar:

— a camara 4 da base, estéril, ter-se-á deposto em época(s) indeterminada(s);

— a partir do VII^o milénio a.C. parece ter começado a depositar-se a camada 3, cuja base era também estéril;

— provavelmente nos inícios do IV^o milénio a.C. — ao nível da cam. 3 e cortando portanto a cam. 4 subjacente — foi aberta a lareira em fossa nº 2, a qual, por ausência de dados ao nosso dispor, não podemos relacionar com qualquer momento cultural preciso. É-nos lícito, porém, dizer que os seus utentes conheciam a cerâmica, tendo utilizado o pinheiro bravo como combustível, e, com toda a probabilidade, pinhas para iniciar a combustão (V. Figueiral, *op. cit.*). Estes elementos vêm também mais uma vez mostrar a grande antiguidade do pinheiro bravo nestes territórios (contemporâneo de um Neolítico Antigo da cronologia geral), ao contrário do que é hábito pensar-se;

— a ocupação principal do abrigo parece ter-se dado durante os finais do IV^o, inícios do III^o milénio a.C., altura em que se terá depositado o topo da camada 3 (e, eventualmente, a base da cam. 2), e se utilizou a lareira 1. Possivelmente nesta época realizou-se o «painel de caça» ao vídeo, que seria talvez genericamente contemporâneo da arte dos dólmen pintados do Noroeste ibérico;

— em momento pré ou proto-histórico ulterior, muito difícil de definir por ausência de materiais associáveis ou de paralelos conhecidos, ter-se-iam pintado as figuras da «fase B», de entre as quais se destaca um friso que é um dos mais notáveis exemplos da arte rupestre ibérica pós-glaciar.

2. DESLOCAÇÃO AO LOCAL

Na companhia de Susana Oliveira Jorge (F.L.U.P.) e de José Manuel Varela (G.E.A.P.), cuja colaboração agradecemos, revisitámos o abrigo em 21 de Julho de 1990, com três objectivos: observar a

vedação metálica protectora, já montada no sítio (Est. I, fig. 1); visionar as pinturas em condições de luz diferentes (em tempo de verão, e com uma exposição solar resultante dos incêndios recentes de pinhais circundantes da estação, os quais, anteriormente, lhe davam um certo carácter sombrio) e analisar com mais cuidado o contexto estratigráfico da fossa-lareira do B2, detectada e escavada no fim do último dia de trabalho em 1988. Foi assim limpa a área dos quadrados B1 e A2, e respectivos cortes estratigráficos; de facto, ligeiros remeximentos do solo provocados pela montagem da vedação e a própria acumulação natural de sedimentos e folhas de árvore nessa área periférica da estação a tal obrigaram, em ordem a uma mais clara compreensão da sequência estratigráfica.

Esta corresponde genericamente, de facto, à observada em 1988, com a diferença de que a camada 1 é bastante espessa nesta zona, e de que a camada 3 se «aproxima» mais da parede do abrigo. Durante o trabalho foram encontrados alguns objectos, que a seguir se discriminam, de acordo com as respectivas camadas; mas é óbvio que estamos numa zona periférica e onde o espólio arqueológico é já relativamente escasso. Temos, assim, os seguintes níveis (Est. I, fig.2):

c. 1 — terras húmidas superficiais, arenosas, pouco compactas, com muitas raízes e pedras;

c. 2 — terras amarelas ou castanho-amareladas, claras. Revelaram (c. 2 b) três fragmentos cerâmicos, lisos, de cor beije nas superfícies e nas fracturas, e pasta de textura compacta (A2), e uma lâmina de sílex, de secção trapezoidal (base) e triangular (extrem. distal), sem retoques (dim. max. — comp. 4,5 cm; larg. 1,5 cm. na extrem distal e 0,7 cm na base; esp. 0,4cm.) (A2);

c. 3 — terras alaranjadas ou acastanhadas, que revelaram um elemento móvel de moinho manual, em granito, de forma genericamente quadrangular de cantos arredondados (provável aproveitamento de seixo rolado), com as seguintes dimensões máximas: comp. 11,5 cm.; larg. 10,5 cm.; esp. 4,5 cm. (B1), e um fragmento cerâmico liso, de cor alaranjada na superfície externa e beije na superfície interna e nas fracturas; pasta de textura compacta (A2).

Novamente, como se vê, foi nas camadas 2 (base) e 3 (topo) que ocorreram materiais arqueológicos.

C. 4 — areão saibroso, amarelo;

C. 5 — granito alterado do substrato.

Foram recolhidos carvões (2 amostras) na camada 3. Solicitámos ao CSIC uma análise do C14 de uma dessas amostras.

Com a publicação desta nótula, e a futura divulgação da data que venha a ser obtida, damos por concluído o nosso estudo deste abrigo.

Faltará proceder à respectiva classificação (pensamos que merece ser considerado monumento nacional), a uma análise mais exaustiva das pinturas (incluindo a determinação das matérias utilizadas) e, mesmo, a um levantamento topográfico profissional. Por nós, cremos ter feito, em trabalho de equipa, o esforço possível para estudar, proteger e dar a conhecer uma das mais importantes estações de arte rupestre portuguesa.

Vítor Oliveira Jorge



Fig. 1 — Aspecto da vedação do abrigo (Julho 1990).

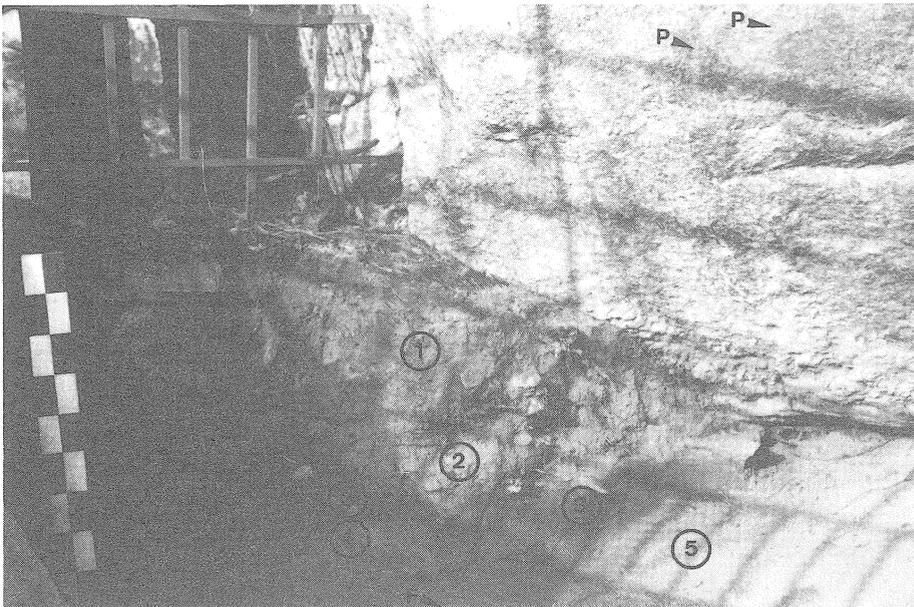


Fig. 2 — Camadas estratigráficas da área observada em Julho de 1990 (V. texto) (foto obtida aproximadamente de W.). P — pinturas; F — fossa-lareira do B2.

TIPOLOGIA E ANÁLISE METALOGRÁFICA DE UM MACHADO DO BRONZE ATLÂNTICO, PROVENIENTE DA CAPINHA, FUNDÃO, CASTELO BRANCO

O machado de talão que nos ocupa parece ter sido achado por um mineiro, entre 1939 e 1944, na Tapada das Argolas, local de interesse arqueológico que fica próxima da Capinha cuja riqueza arqueológica é, há muito, conhecida¹; foi oferecido ao médico, e amador da arqueologia local, Dr. Manuel Salvado, já falecido, pelo próprio mineiro; não foi dada, então, qualquer notícia do seu achado e, em 1976, foi recuperado de extravio quase certo por seu genro (R.P.), também médico na Capinha, que o veio a localizar numa quinta, situada a cerca de um quilómetro aldeia, onde era utilizado como instrumento de trabalho, e que providenciou junto do Prof. J. Caria Mendes, Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, para que fosse feito o seu estudo e análise.

Este machado de talão do Bronze Final achado na Tapada das Argolas, freguesia da Capinha, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco (fig. 1), apresenta as seguintes medidas genéricas: comprimento máximo — 25,6 cm; largura máxima — 6,3 cm; espessura máxima — 4,2 cm; largura no gume da lâmina — 4,5 cm; o seu peso é, aproximadamente, de $\pm 1\ 173$ gr. (R.P.).

Trata-se de um machado de bronze, de talão e duas aselhas, pertencente ao Bronze Final Atlântico que caberá, numa classificação clássica, nos tipos 35 A de L. Monteagudo² e Bronze Final II de A. Coffyn³. Tipologicamente podemos admitir que esta peça apresenta-se como um «compromisso» entre uma conjugação dos tipos 35 A (*Beiras*) e 35 B (*Fundão*) com uma inegável influência, nas proporções, do tipo 35 C (*Melgaço*) que foi o que maioritariamente se difundiu sobretudo na Extremadura espanhola, províncias de Cáceres e Badajoz, na classificação de L. Monteagudo; cronologicamente, segundo este autor, situar-se-ia a sua «produção» por volta de 1000 a.C., ou, um pouco posteriormente; na classificação de A. Coffyn, a cronologia proposta situa-se entre 1050 e 900 a.C. Como se vê os dois autores não apresentam sensíveis divergências quanto à datação, de base tipológica, para a «produção» deste tipo de machados. A questão da cronologia da difusão dos artefactos metálicos do Bronze Final Atlântico, na Galiza e no norte e centro de Portugal até à linha do Tejo, parece, no entanto, ter de subordinar-se à «compressão», digamos, que as, poucas é certo, datações de C 14, já obtidas para os assentamentos civilizacionais deste período, apresentam. A. Coffyn, quando escreve «il est possible de faire débiter le Bronze

¹ Cf., p.e., J. Monteiro, *Pequena história de um Museu: Fundo e catálogo. Carta arqueológica do concelho do Fundão*, Lisboa, 1978, p. 3-4, 17-19, 28 e 32-33.

² L. Monteagudo, *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*, München, 1977, p. 201 -202 e Taf. 89.

³ A Coffyn, *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris, 1985, p. 199-205.

atlantique vers 900 av. J.C.»⁴, propõe-nos, indirectamente, um estreitamento temporal que, aliás, o Bronze Final do Sudoeste peninsular (onde, por vezes apenas hipoteticamente, se identificaram influências, ou convergências vindas do centro de Portugal e da Extremadura espanhola, num comportamento de sincretismo cultural a que este A., *Le Bronze...*, p. 47 e ss. —, chamou «les solidarités méditerranéennes», sublinhadas pelo depósito da Ria de Huelva e pelo espólio da necrópole da Atalaia, Ourique) parece acentuar, tanto mais que é hoje reconhecível ter-se ter-se genericamente reduzido a amplitude cronocivilizacional do Bronze Final peninsular. A fácies atlântica atlântica do Bronze Final II, teria, assim, uma espessura de duração temporal de cerca de cem anos ou, mesmo, um pouco menos.

Neste machado, o comprimento da lâmina excede o do talão apenas em 2,8 cm; a nervura central da lâmina não termina em botão como se pode observar em muitos outros machados de tipo 35 A, e 35 B de L. Monteagudo⁵ ou, ainda no exemplar do Paúl, publicado por A. Coffyn⁶; as aselhas situam-se da zona mediana da peça, entre o talão e a lâmina; o bloco do talão, que se encontra muito bem conservado, quando observado lateralmente, apresenta a forma de um triângulo isósceles e pronunciadas curvaturas, em côncavo, no perfil do ponto de arranque da lâmina; em ambos os lados observam-se ainda as barbelas de fundição com vestígios nítidos de terem sido «limadas».

Para este machado o paralelo formal mais próximo parece encontrar-se no machado de Lajeosa da Raia⁷, se bem que, exceptuando o botão terminal na nervura da lâmina e o recorte da secção mediana, seja o exemplar do Paúl, atrás referido, o que, quer pela vista frontal, quer pelas dimensões, maior parentesco morfológico parece apresentar. (L.C. & J.L.G.)

Realizou-se o estudo analítico da composição do machado a partir do espectro de raios X emitido(s) pelos elementos que constituem a liga utilizada para a fabricação da peça; os raios X foram produzidos a partir da excitação daqueles elementos, provocada por um feixe de radiação gama, proveniente de uma fonte anelar de amerício — 241, segundo um método já descrito⁸.

Foi adaptada uma estratégia de análise destinada a investigar as possíveis não-homogeneidades da liga de fundição. De facto, no trabalho corrente de arqueometria realizado no Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa⁹, têm-se observado, sistematicamente, não-homogeneidades nas ligas metálicas usadas pela metalurgia primitiva. Este machado, que, efectivamente, se encontra em excelente estado de conservação, denuncia, à simples observação visual, zonas de diferente coloração, que se podem atribuir a variações conspícuas do teor de estanho. Por outro lado, tendo as barbelas de fundição sido afeiçoadas a escopro, são igualmente notórias — através do exame das marcas deixadas por este instrumento — variações acentuadas da dureza da liga, igualmente atribuíveis às já referidas fortes variações de composição.

⁴ Id. *La fin de l'Age du Bronze dans le centre-Portugal*, «O Arqueólogo Português», IV sér., I, Lisboa, 1983, p. 189; quanto às datações disponíveis cf., p. e., Ph. Kalb, *Uma data C 14 para o Bronze Atlântico*, «O Arqueólogo Português», III sér., VII-IX, Lisboa, 1974-1977, p. 141-144 e A. M. Soares & J.M.P. Cabral, *Datas convencionais de rádio-carbono para estações arqueológicas portuguesas, e a sua calibração: revisão crítica*, «O Arqueólogo Português» IV sér., II, Lisboa, 1984, p. 194.

⁵ L. Monteagudo, *Die Beile...*, p. 208-210 e Taf. 94-95.

⁶ Cf. A. Coffyn, *L'Age du Bronze au Musée de F. Tavares Proença Júnior*, Castelo Branco, 1976, p. 7; Id., *Le Bronze...*, p. 313 e pl. XLII, com uma gralha tipográfica na legenda.

⁷ L. Monteagudo, *Die Beile* p. 208-209, nº 1328 e Taf. 94.

⁸ F.B. Gil & G.P. Ferreira, *A fluorescência de raios X e o método PIXE, como técnicas analíticas não destrutivas em Arqueologia*, «Arqueologia» 4, Porto, 1981, p. 12-27.

⁹ Centro de Física Nuclear (INIC), Av. Prof. Gama Pinto, 2, 1699 LISBOA CODEX.

Com o fim de verificar e medir a variação da liga realizaram-se dois grupos de análises: o primeiro, corresponde ao varrimento sistemático das zonas das barbelas (feito em ambos os lados da peça) e cujos resultados se apresentam no Quadro 1.

*Quadro 1
(Percentagem de estanho da liga metálica nas regiões das barbelas de fundição)*

Zonas (cf. fig. 1)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	12	13	14	15	16	17
Distância ao gume	23,5	22	20,5	18,5	9,5	8	6,5	4,5	3	4,5	6	7,5	9	10,5	12,5
% Sn	31,9	28,1	24,1	22,3	34,7	35,4	34,0	32,2	23,6	21,7	23,0	25,0	22,7	22,3	23,6

O segundo grupo corresponde à análise da liga em três zonas distintas do corpo do machado, e apresenta-se no Quadro 2.

*Quadro 2
(Percentagem de estanho da liga metálica no corpo do machado)*

Zonas (cf. fig. 1)	10	11A	11B	18
Distâncias ao gume (cm)	0,5	2,5	2,5	23,5
% Sn	12,2	17,7	16,4	20,7

As zonas analisadas encontram-se marcadas na fig. 2 e, com os resultados dos Quadros 1 e 2, elaboraram-se os gráficos da fig.3.

Da análise dos resultados, pode concluir-se que o teor de estanho na zona das barbelas é sistematicamente superior ao teor de estanho no corpo do machado. Este efeito pode explicar-se pela maior fluidez do estanho líquido, em relação ao cobre, escapando-se, assim, mais facilmente na junta de ligação das valvas do molde. Igualmente se verifica que a variação do teor de estanho, na zona das barbelas de fundição é de grande amplitude (máximo de 35,4% e mínimo de 21,7%) o que é aparentemente aleatório. Entretanto, devemos referi-la, essa variação é muito desigual nos dois lados da peça, como imediatamente se verifica pelos gráficos da fig. 3.

Pelo grupo de análises realizadas no corpo de machado verifica-se igualmente uma variação do teor de estanho, mas, neste caso com um carácter regular, cf. fig. 3. Por exemplo as análises 11A e 11B foram feitas em pontos homólogos de ambas as faces da peça, apresentando valores vizinhos para o teor de estanho (16,4% e 16,7%). Vemos, por outro lado, que o sentido da variação do teor de estanho, no corpo do machado, é crescente do gume para a zona de encabamento, devendo salientar-se que a composição no gume se situa no ponto óptimo de dureza de liga cobre-estanho. A existência de «gradientes» de composições decrescentes no sentido do gume em instrumentos da

Idade do Bronze, e a aproximação das composições naquela região do gume das peças, ao ponto da maior dureza das ligas cobre-estanho, tem sido frequentemente verificada no trabalho do Centro, e é presentemente objecto da nossa particular atenção.

Um dos espectros que corresponde ao gume da peça, foi tratado de modo a obter-se a composição quantitativa dos elementos minoritários presentes na liga, e provenientes de impurezas existentes nos metais usados, fig. 4, de que se fez uma ampliação de escala, fig. 5, de modo a salientar as riscas correnpondentes a esses elementos minoritários: ouro, arsénio, chumbo, prata e antimónio, cujas percentagens, em relação à liga, se encontram no Quadro 3.

Quadro 3
(Análise da liga metálica na região junto ao gume do machado)

Elementos	Cobre	Arsénio	Prata	Estanho	Antimónio	Ouro	Chumbo
%	86,1	0,7	0,1	12,2	0,1	0,3	0,5

Estes elementos minoritários são, como se sabe, impurezas vulgares e têm a sua origem nos minérios de onde se obtiveram os metais.

Esta nossa análise páleo-metalúrgica por métodos não-destrutivos (ainda que só de superfície) vem, mais uma vez mostrar claramente a não homogeneidade que as ligas metálicas primitivas patenteiam, e também que, a análise destrutiva, por recolha de amostra, extraída de um só ponto de uma peça, não pode ser considerada como representante da composição metálica global, comprometendo irremediavelmente, quaisquer conclusões de carácter arqueológico que eventualmente se pretendam tirar desse tipo de análise¹⁰. (F.B.G. & G.P.B.)

Na Capinha sabe-se que foram encontrados quatro machados, «dos quais dois perdidos»¹¹; os outros dois podem pertencer aos fundos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco, onde efectivamente existem onze peças de bronze¹² sem indicação de origem, das quais cinco são machados de talão de duas aselhas, quatro deles descritos por A. Coffyn¹³, sendo um deles hipoteticamente do esconderijo do Paúl¹⁴; dos quatro restantes, dois seriam da Capinha, e os outros dois do Casal da Serra e de Escalos de Baixo, já que pela referência aos sete machados de formato diferente do achado do Paúl podíamos atribuir às peças «sans origine», as nº 8, 10, 12 e 13, do trabalho de A. Coffyn sobre estes materiais do Museu. Contudo, como se vê, não é possível, dedutivamente, identificar com rigor, quais, das quatro peças sem indicação de origem existentes no Museu, são os dois machados da Capinha.

Na fig. 6, compara-se este machado da Capinha com os machados da colecção do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco.

Nota-se que a margem direita da zona média do curso do Tejo, em Portugal, e o distrito de Castelo Branco evidenciam uma concentração significativa de achados, de machados de talão e

¹⁰ Cf., p.e., S. Junghans, E. Sangmeister & M. Schröder, *Metallanalysen Kupferzeitlicher und frühbronzezeitlicher Bodenfunde aus Europa*, I, Berlin, 1960, e S. Junghans, E. Sangmeister & M. Schröder, *Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas*, II, Berlin, 1968 e III, Berlin, 1974, respectivamente.

¹¹ Cf. A. Coffyn, *L'Age...*, p. 5-6.

¹² Mais correctamente treze, segundo contagem.

¹³ Cf. A. Coffyn, *L'Age...*, p. 7, nº 1; p. 8-9, nº 5; p.9, nº 6; e p. 10, nº 9.

¹⁴ Id., *ibid.*, p. 24: «Entre Ourondo et Paúl: un dépôt de sept haches de formes différentes...».

duas aselhas, que são associáveis a povoados¹⁵, habitualmente designados de castros, que comportam outros vestígios culturais, cerâmicos sobretudo, que tipologicamente, e por tradicional arrumação cronológica, cabem neste período cronológico da proto-história da zona central do território português¹⁶.

A. Coffyn procurou caracterizar o Bronze Final III, como um período cultural, continuado no mesmo espaço e nos mesmos centros populacionais, que, cronologicamente, se estenderá até 700 a.C., e que civilizacionalmente, apresenta, sobretudo uma maior variedade de artefactos metálicos¹⁷, alguns deles aliás, já de grande qualidade tecnológica de produção, como, por exemplo, os «broches à rôtir» da Serra de Alvaiázere, Leiria¹⁸. Quanto aos machados de talão e duas aselhas sabemos que, neste período, eles são constituídos por uma liga metálica com uma muito grande percentagem de chumbo¹⁹.

Este machado da Capinha, agora estudado, é essencialmente, mais um documento da difusão dos utensílios (possivelmente em esconderijo, se aceitarmos como sintomático dessa circunstância o topónimo do local onde foi achado) do Bronze Final Atlântico II, no distrito de Castelo Branco. (L.C. & J.L.G.)

Os autores agradecem ao Prof. Dr. J. Caria Mendes, da Faculdade de Medicina de Lisboa, todo o seu empenho e a pesagem do machado, e à Dra. Clara Vaz Pinto, do Museu Francisco Tavares de Proença Júnior, de Castelo Branco, todas as diligências que efectuou nas colecções do museu e que serviram ao presente artigo.

*Luís Coelho, João Ludgero Gonçalves,
F. Bragança Gil, Gaspar P. Barreira
e Rogério Palmeiro*

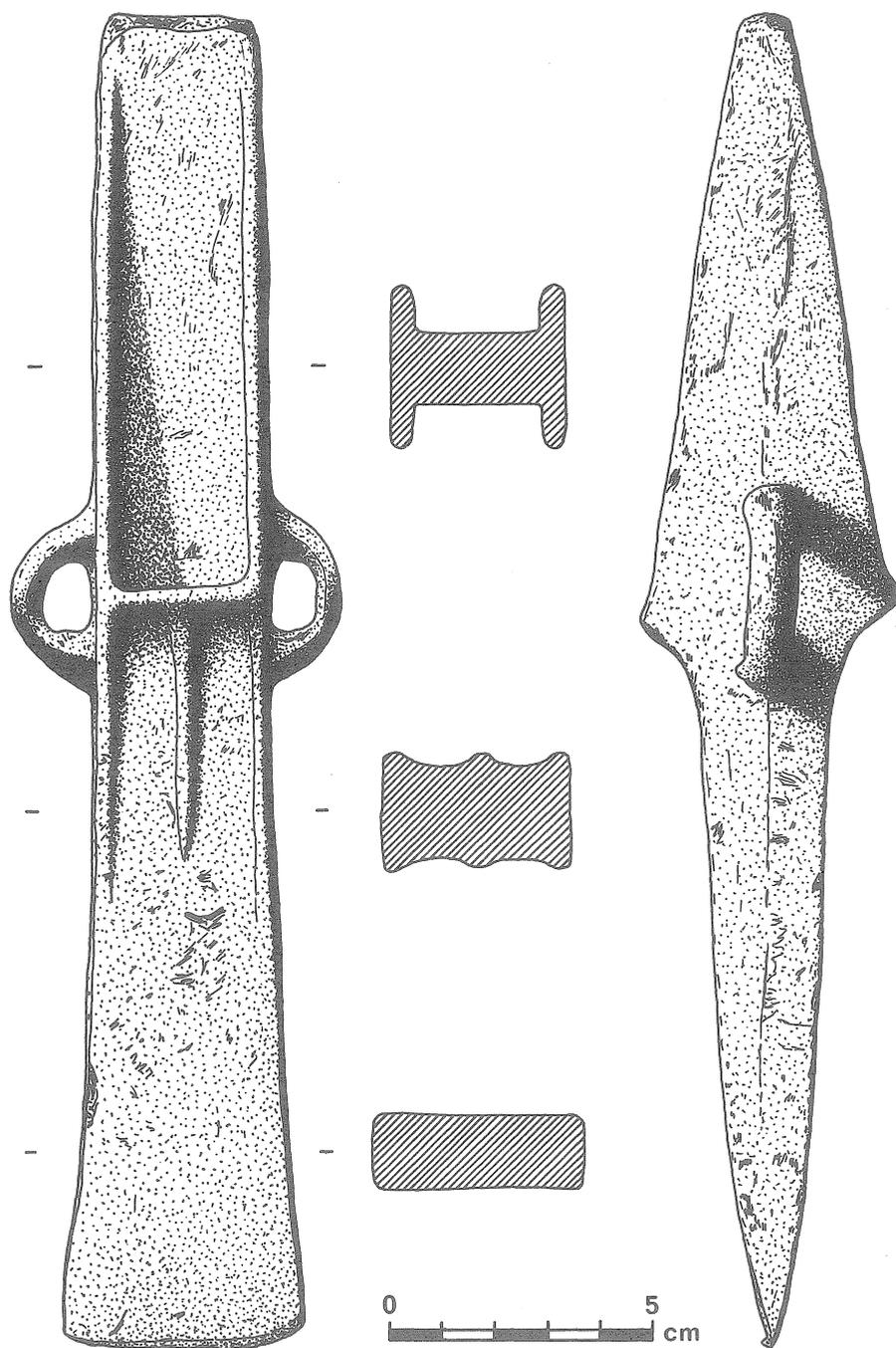
¹⁵ Escavações de, entre outros, Maria Amélia Horta Periera, Th. Bubner, J.C. Senna-Martinez e Raquel Vilaça.

¹⁶ A caracterização ceramológica é, habitualmente, feita a partir de critérios (de paralelismo, associação e quantificação do método de análise comparatista empírico, próprio da actual metodologia do estudo da Pré-História e da Proto-História) aplicados aos achados da Penha, Guimarães (Braga), Vila Cova de Perrinho, Vale de Cambra (Aveiro) e Senhora da Guia, Baiões, São Pedro do Sul e Santa Luzia (Viseu); sobre estas estações cf., genericamente, Ph. Kalb, *Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal*, «Germania», 58, Mainz, 1980, p. 25-59.

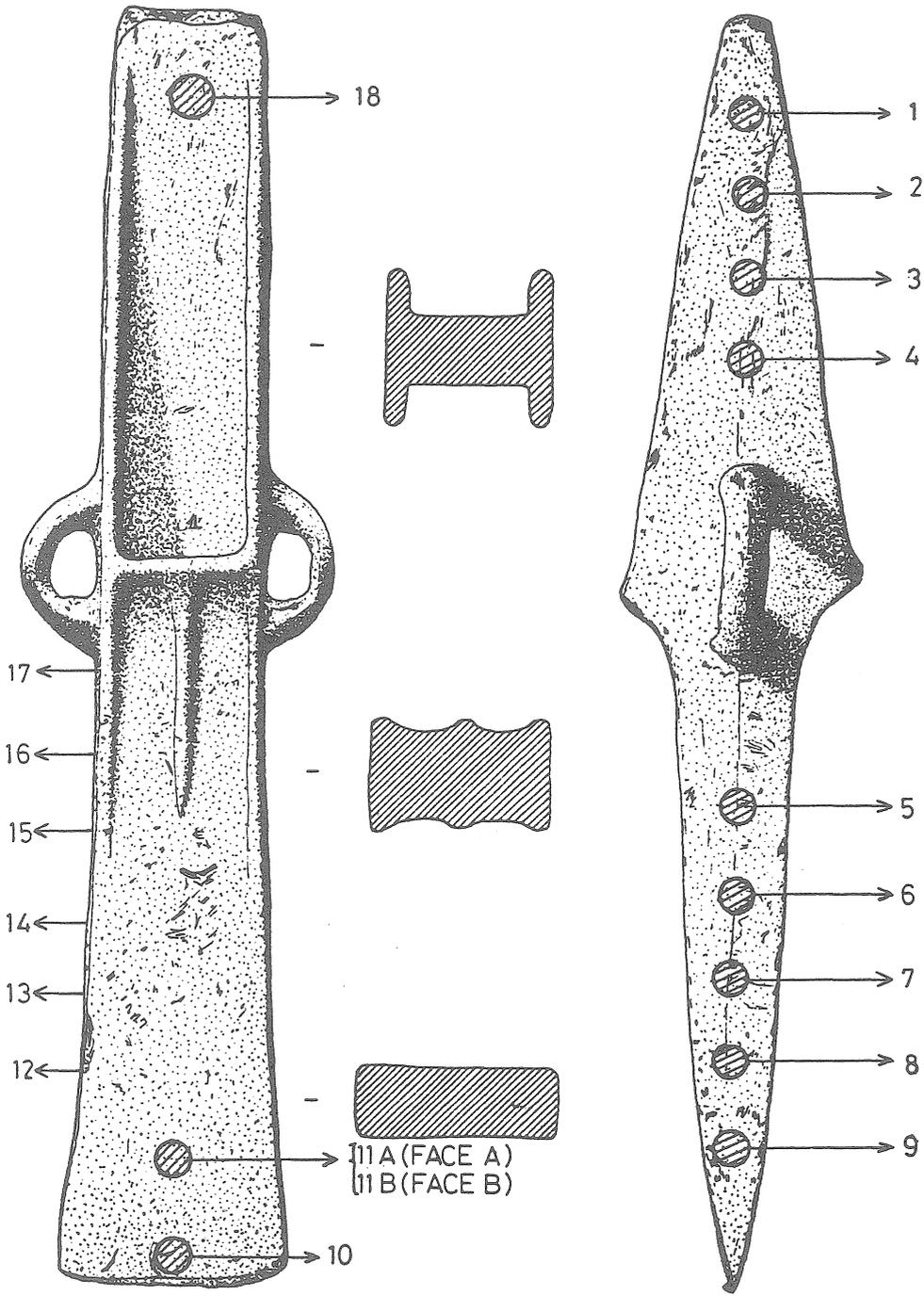
¹⁷ A. Coffyn *Le Bronze...*, p. 213. Sobre a continuidade destes dois períodos atlânticos do Bronze Final, cf., p. e., G. Delibes de Castro & J. Fernández Manzano, *Calcolítico y Bronce en tierras de León*, «Lancia», 1, León, 1983, p. 50-52.

¹⁸ Para a questão da confluência (cultura atlântica/culturas mediterrânicas) e cronologia destas peças cf., também, T. J. Gamito, *Os espetos de bronze do Sudoeste peninsular — sua interpretação socio-ideológica*, «Conimbriga», XXV, Coimbra, 1986, p. 23-39.

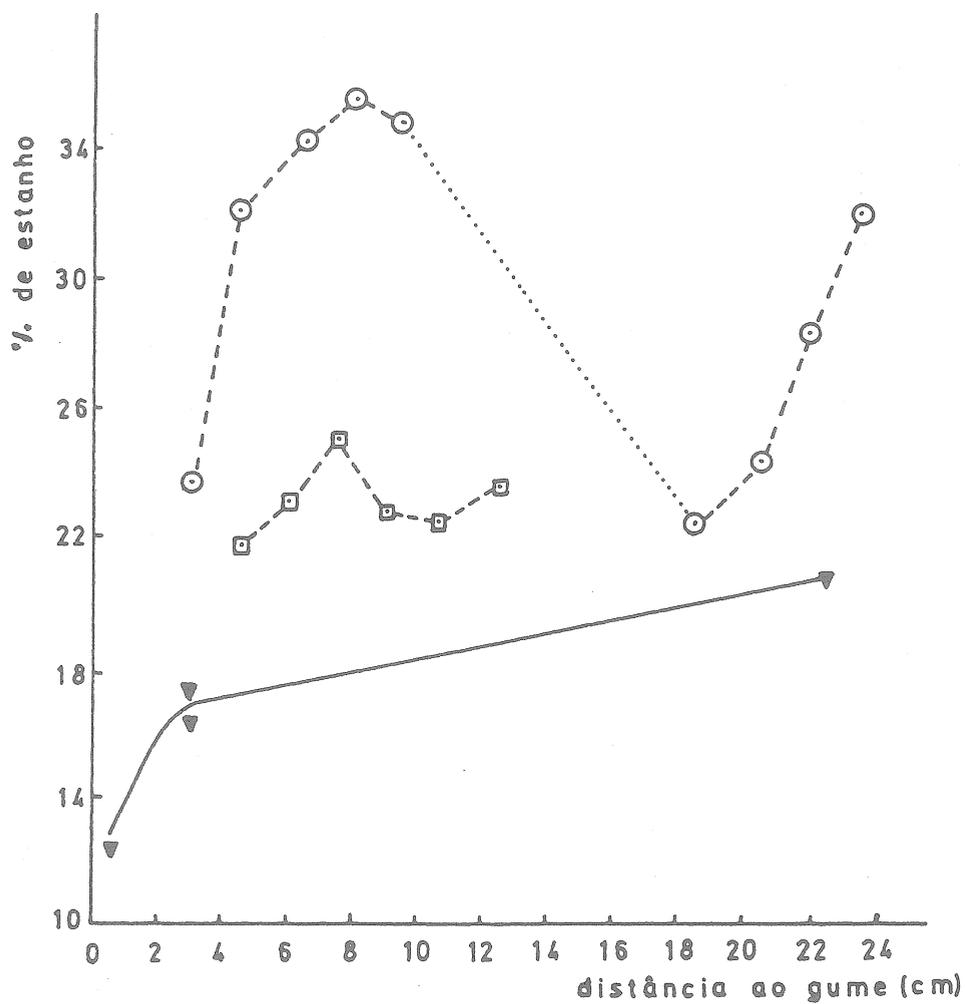
¹⁹ Cf., p. e., J. C. Sierra Rodríguez, A.J. Vázquez Vaamonde, L. de Luís & S. Ferreira, *El Depósito del Bronce Final de Samieira: Investigación arqueológica y experimental*, Ourense, 1984.



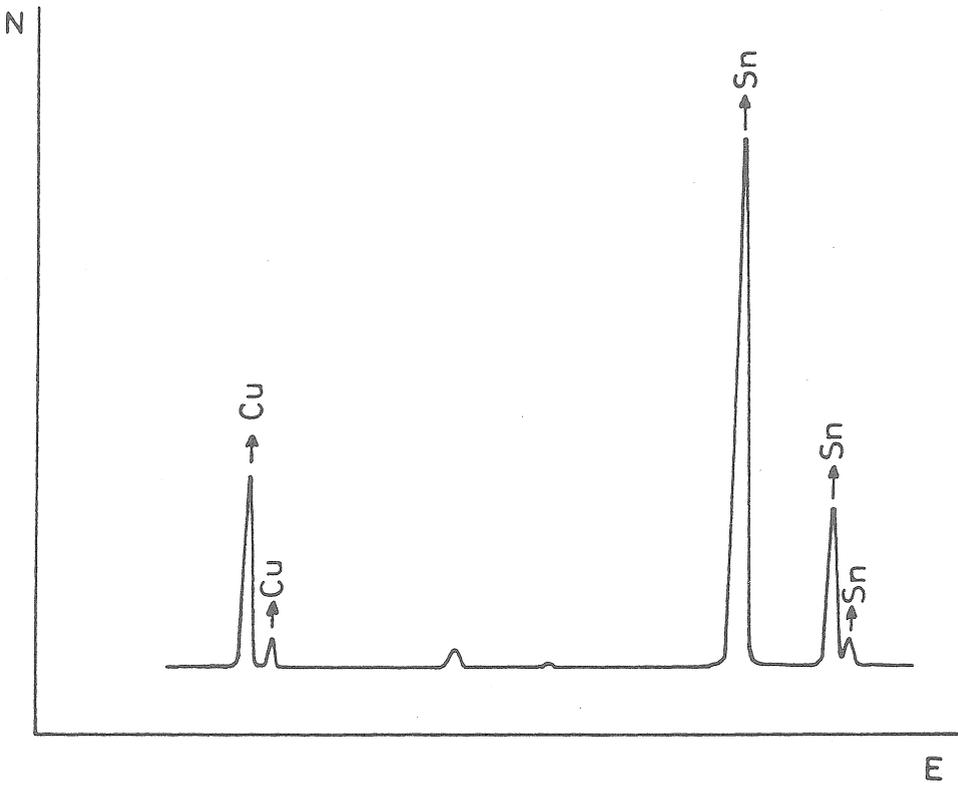
Machado de talão da Capinha.



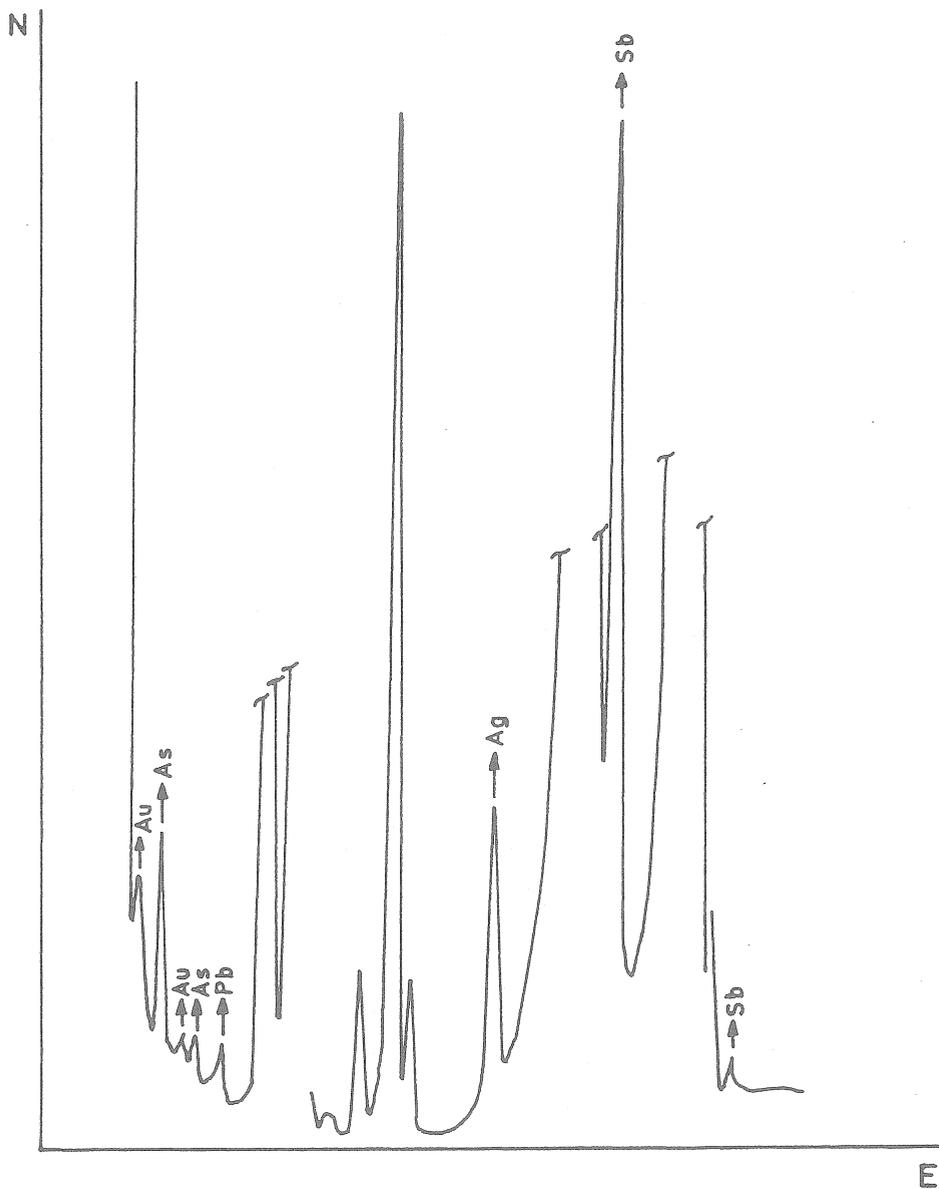
O machado com a indicação das zonas analisadas.



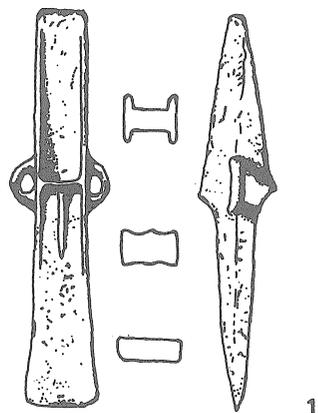
Varição das percentagens de estanho. Os círculos e os quadrados referem-se à região das barbelas de fundição; os triângulos referem-se a zonas do corpo do machado.



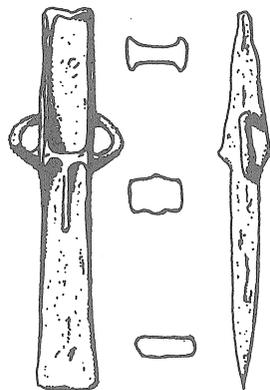
Um dos espectros de raios X obtidos (região do gume do machado).



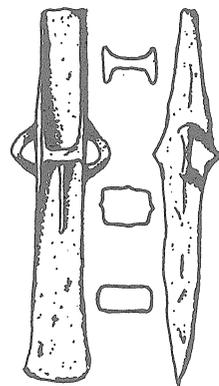
Ampliação da escala vertical do espectro da Est. III, de modo a salientar as impurezas presentes na liga metálica.



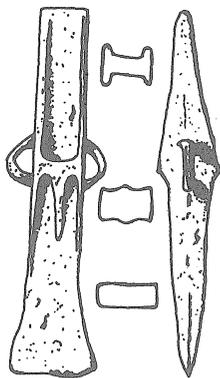
1



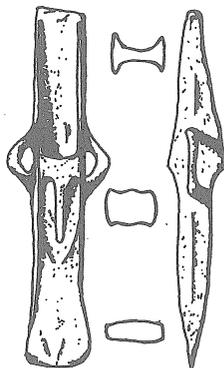
2



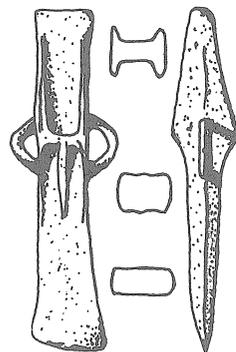
3



4



5



6

O machado da Capinha e os machados do Museu Francisco Tavares de Proença Júnior, de Castelo Branco: 1. Capinha, col. Dr. R. Palmeiro; 2. prov. desc., col. Mus. F.T.P.J.; 3. Paúl, col. Mus. F.T.P.J.; 4. prov. desc., col. Mus. F.T.P.J.; 5. prov. desc., col. Mus. F.T.P.J.; 6. Monforte da Beira, col. Mus. F.T.P.J.

INTERVENÇÃO DE EMERGÊNCIA EFECTUADA NO LUGAR DE FONTELA DE FIGUEIRIDO, SARDOURA, CASTELO DE PAIVA (RELATÓRIO DE 1988/89)

0. INTRODUÇÃO

Foi recebido, no Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, com data de 23-02-88, um officio enviado pelo Presidente da Associação de Estudo e Defesa do Património de Castelo de Paiva, o qual alerta para o aparecimento de fragmentos cerâmicos, aquando dos trabalhos de terraplanagem efectuados no sopé da encosta de um monte, em Fontela de Figueirido. Estes trabalhos destinavam-se à preparação do terreno, com vista à construção de uma moradia.

Os fragmentos cerâmicos recuperados durante a terraplanagem, como aparentavam pertencer a um só vaso, foram enviados para o Museu Monográfico de Conimbriga, para que se procedesse ao seu restauro.

Face a esta situação foi decidido proceder-se a uma intervenção de emergência, a qual contou com apoio da Câmara Municipal de Castelo de Paiva.

A escavação efectuou-se em dois períodos, tendo o primeiro decorrido de 19 a 22 de Dezembro de 1988, e o segundo de 5 a 9 de Fevereiro de 1989.

Na primeira campanha colaboram os alunos finalistas do Curso de História da Universidade Portucalense, Manuel Saleiro Barros e Alexandre Correia; e na segunda os licenciados em História e professores do Ensino Secundário, Pedro Sobral de Carvalho e Luís Filipe Gomes.

1. LOCALIZAÇÃO

1.1. Administrativa

Freguesia — Sardoura; Concelho — Castelo de Paiva; Distrito — Aveiro; Lugar — Fontela de Figueirido; Microtopónimo — Fontela.

1.2 Coordenadas Geográficas

Latitude — 41° 03' 34" N; Longitude 08° 18' 25" W G. Altitude média — 100 metros.

1.3 Cartografia

Carta Militar de Portugal, 1/25 000, fl. nº 135 (Castelo de Paiva), Ed. 2 — S.C.E., 1979.
Carta Geológica de Portugal — Serviço Geológicos, 1/50 000, fl. 13 — B (Castelo de Paiva) de 1963.

1.4. Propriedade

Privada. O terreno pertence ao Sr. José Pinto, morador em Fontela.

2. GEOMORFOLOGIA

O local da intervenção, onde se implanta a casa, situa-se no sopé da encosta de um monte que tem, em posição fronteira, um castro (Monte Crasto). Há espólio recolhido nesse castro que se encontra depositado na Quinta do Pedregal. Entre as várias peças é de referir a existência de uma «pedra formosa».

Os terrenos em redor da estação desenvolvem – se por Monte Paúl, que fica marginal ao rio Douro, e por Monte Paúl, que fica marginal ao rio Douro, e por Monte de S. Gens, que fica situado no lado oposto.

As elevações do Alto de S. Paúl e Alto de S. Gens (com 328 m de altitude no v.g. do mesmo nome) na margem esquerda do Douro, são constituídas por rochas quartzíticas, continuação das cristas do ramo oriental, que aí são interrompidas pelo granito porfiróide de Castelo de Paiva. Tanto a zona de Fontela como a de Monte Castro inserem-se já na faixa granítica, que aqui não é porfiróide.

3. ESCAVAÇÃO

3.1. Limpeza

A área a ser intervencionada encontrava – se coberta de mato e de grandes pedregulhos. Os trabalhadores cedidos pela C.M. de Castelo de Paiva, não só limparam a zona circundante da casa (sectores A e B), mas também os taludes dos dois caminhos que lhe ficam acima. A densidade da vegetação não permitia visualizar se existiam aí mais fossas. Após a limpeza, verificou-se que não, assim como numa faixa de terreno de 2,5 m de largura, sobre o talude acima do caminho que sobre para o monte.

Antes da limpeza parecia existirem mais fossas nas paredes dos taludes dos dois caminhos. Após a mesma, verificou-se as manchas aí existentes eram resultantes dos negativos de raízes de árvores que tinham sido arrancadas, possivelmente há já muito tempo.

O topógrafo da Câmara fez o levantamento da área e a implantação de dois eixos ortogonais, N/S e E/W (centrados no sector A) para orientação dos trabalhos. No entanto, para fazer a quadrícula do desenho optou-se pela orientação dos muros da casa, visto ser mais racional.

Após a limpeza dos sectores A e B verificou-se que havia espaço entre as paredes da casa (cuja altura era ligeiramente superior à das plataformas) e os cortes no saibro do talude, para permitir fazer o desenho dos perfis das fossas cortadas pela terraplanagem, havendo uma em cada sector.

3.2. As fossas

Após o nivelamento possível do terreno nos sectores A e B, retirou-se a camada vegetal até ao saibro. Esta camada era completamente estéril. Não continha qualquer material arqueológico. No sector A começou a ser visível o contorno da parte superior do que restava da fossa 1. Só na 2ª fase se alargou escavação até à fossa 6, detectada por um tufo de vegetação.

No sector B, bastante mais desnivelado que o A, havia um grande número de blocos de granito que acompanhavam a descida do terreno o que, na 1ª fase de escavação, só permitiu a

abertura de uma faixa de 1,28 m de largura. Aí, além do contorno da abertura da fossa 2 (já desenhada, em perfil, no corte), começaram a ser visíveis mais três fossas, sendo uma delas (fossa 4) aproximadamente circular e as outras duas (fossas 3 e 5) de formas irregulares, principalmente a fossa 3. Só na 2ª fase de escavação foi possível completar os contornos destas duas fossas, com o alargamento da faixa de escavação em mais 1,60 m depois da remoção dos blocos de granito.

Terminada a limpeza até ao saibro dos sectores A e B e após os desenhos em planta, deu-se início a escavação das fossas.

3.2.1. Fossa 1

Escavou-se metade do que restava da fossa 1 para se obter uma estratigrafia do enchimento, perpendicular ao corte.

A primeira camada, com uma espessura de cerca de 35 cm, no centro, era constituída por terra vegetal com muitas raízes. Tinha, no entanto, mais ou menos a 20 cm da superfície uma «lingueta» de saibro que formava uma espécie de «prateleira» (isto foi confirmado quando, após o desenho da estratigrafia, se procedeu à escavação completa do que restava da fossa).

A segunda camada, com cerca de 20 cm de espessura, no centro, tinha também bastantes raízes, mas já era mais compacta que a anterior.

A terceira e última camada era constituída por uma terra castanho – amarelada, muito compacta. Tinha, perto do fundo, um conjunto de 5 pedras de pequeno tamanho (cerca de 10-12 cm), junto da parede N/NW.

O espólio exumado nesta fossa resumiu-se a alguns fragmentos cerâmicos grosseiros e sem decoração, excepto um deles que tinha um mamilo alongado.

Retiraram-se, ainda, alguns carvões, que pensamos não serem suficientes para se fazer uma análise de C14.

Como se encontravam bastantes espalhados, fez-se a primeira recolha entre os 20 e os 55 cm de profundidade, abrangendo as camadas 1 e 2.

Fez-se outra recolha proveniente só da última camada.

Na primeira fase de escavação, esta foi a única fossa a ser escavada integralmente.

É de referir que os fragmentos cerâmicos que se encontravam em Conimbriga, para restauro, eram provenientes da parte destruída desta fossa.

Estes permitiram a reconstituição de um vaso de fundo plano, de forma aproximadamente troncocónica até cerca de 10 cm do bordo, altura em que começa a inflectir, formando um colo ligeiramente estrangulado e terminando num bordo alongado exteriormente.

A zona em que o vaso começa a inflectir é decorada por um conjunto de 6 mamilos, distribuídos regularmente à sua volta.

As suas medidas (aproximadas) são as seguintes:

Diâmetro de bordo — 25 cm; diâmetro de colo — 23,4 cm; diâmetro máximo do vaso — 27 cm; diâmetro de fundo — 23 cm; altura máxima — 41,6 cm.

É de feitura manual e a sua pasta é pouco depurada e apresenta um desengordurante grosseiro, constituído essencialmente por grãos de quartzo e palhetas de mica. É, no entanto, bastante resistente e pouco friável.

A sua superfície está bastante degradada devido à acidez do terreno. A sua cor exterior é alaranjada, sendo o interior bege, até perto do fundo, onde se torna preta, devido a vestígios de fogo. As cores das fracturas também variam, não só devido ao tipo de cozedura, mas também, possivelmente, devido à utilização que lhe foi dada.

É de assinalar a semelhança entre este vaso e outro aparecido durante as escavações efectuadas no povoado do Monte Calvo, Serra da Aboboreira, pelo Dr. Huet Bacelar Gonçalves. Trata-se de um povoado com fossas abertas no saibro, de que já foi publicada uma notícia preliminar (GONÇALVES 1981: 77). Espera-se para breve a publicação definitiva dos resultados.

3.2.2. Fossa 2

Para esta fossa utilizou-se a mesma metodologia de escavação da fossa 1.

O seu enchimento compreendia quatro camadas.

A primeira era constituída por terra escura e fofa. Da sua superfície foram retirados dois pequenos fragmentos de bordo, sendo um deles decorado com duas caneluras horizontais; o outro apresentava um arranque de asa a cerca de 1 cm do bordo.

A segunda camada era constituída por terra compacta castanha amarela, a terceira por terra compacta com grãos de quartzo e a quarta por terra semelhante à camada 2, mas mais compacta e mais escura.

Nesta primeira fase de escavação foram recolhidos diversos fragmentos cerâmicos, grosseiros e sem decoração.

Entre os vários fragmentos cerâmicos recolhidos, dois deles, um bordo e um fundo que, em princípio, não teriam relação um com o outro, após termos visto o vaso restaurado em Conimbriga, proveniente da fossa 1, somos levados a pensar que os mesmos pertenceriam a um vaso semelhante a esse, quer nas dimensões, quer na forma.

Não se recolheram carvões, pois os fragmentos eram muito pequenos e esparsos.

3.2.3. Fossa 4

Esta fossa revelou-se estéril. Com um diâmetro de cerca de 70 cm e uma profundidade de cerca de 26 cm, o seu enchimento era constituído por uma só camada de terra castanha amarelada compacta. Da sua superfície foi recolhido um fragmento de asa, que nos parece ser de época tardia, devido à textura da sua pasta.

3.2.4. Fossa 5

A configuração desta fossa assemelhava-se a um «canal» com as extremidades arredondadas, cujo eixo media cerca de 1,60 m. Tal como as outras fossas, com excepção da 1, só na segunda fase de escavação é que foi totalmente escavada e desenhada em planta e corte. Tinha pouca profundidade, cerca de 20 cm, e o seu enchimento era constituído por duas camadas: uma de terra vegetal e a inferior de terra castanha amarelada compacta.

Foram exumados poucos fragmentos cerâmicos, grosseiros e sem decoração.

3.2.5. Fossa 3

Esta estrutura aberta no saibro, a que demos a designação de fossa 3, é extremamente irregular e só com o alargamento da escavação foi possível determinar a sua forma. Foi também a que se revelou mais interessante relativamente ao enchimento. Junto da zona mais larga, que se estende para cima, durante a limpeza da camada vegetal e já em cima do saibro, encontrou-se um fragmento de um objecto em pedra polida e um fragmento de lâmina, em quartzo, com retoques.

Nessa zona da fossa, sob a camada vegetal, existia uma pequena estrutura, em pedra miúda e que, devido à chuva abundante, não pode ser desenhada. Quando foi possível retomar os trabalhos, já estava destruída.

Sob esta estrutura havia uma camada de areão grosso com vestígios de fogo e pequeninas pedras redondas provenientes da disjunção esferoidal do granito¹. Foi possível recolher carvões,

¹ Informação prestada pelo Dr. Fernando Real, a quem agradecemos.

julgamos que em quantidade suficiente para permitir uma análise de C14.

Em toda a extensão da fossa foram recolhidos alguns fragmento cerâmicos grosseiros, dos quais só dois tinham decoração, de feitura manual, tal como a maioria dos que foram recolhidos nas outras fossas.

Um dos fragmentos decorados é muito pequeno. Tem cerca de 2,3 cm tanto de comprimento como de largura máximos. Tem decoração espatulada, muito ténue. O outro, com dimensões de 5 x 3,5 cm, é quase todo ocupado por um mamilo alongado, semelhante a outro recolhido na fossa 1.

A camada inferior do enchimento era constituída por terra compacta castanha amarelada.

3.2.6. Fossa 6

Esta fossa, situada no sector A, foi como já dissemos, detectada pela existência de um tufo de vegetação no terreno. Encontrava-se a cerca de 4 m para W/NW da fossa 1, e a 14 cm do corte do talude.

Foi integralmente escavada e revelou-se completamente estéril, visto não conter qualquer espólio. O seu enchimento era homogéneo, constituído por um só estrato de terra castanha acinzentada, bastante compacta e dura parecendo argamassa, o que dificulta a escavação. Tinha cerca de 1 m de diâmetro de 50 cm de profundidade.

3.3. Espólio

Fossa 1 — total de fragmentos cerâmicos: 25

	Sup.	C1	C2	C3	Total
Bordos	2				2
Fundos	1				1
Fragmentos decorados		1			1
Fragmentos lisos	9	10		2	21
Total	12	11		2	25

Fossa 2 — total de fragmentos cerâmicos: 11

	C1	C2	C3	C4	Total
Bordos	3				3
Fundos	1				1
Fragmentos lisos	4		3		7
Total	8		3		11

Fossa 3— total de fragmentos cerâmicos: 20

	Sup.	C1	C2	Total
Bordos	2			2
Fundos				
Fragmentos decorados			2	2
Fragmentos lisos	5	3	8	16
Total	7	3	10	20

Um dos fragmentos de bordo dá a forma inteira de um pequeno vaso.

Nesta fossa, além dos fragmentos cerâmicos, apareceram, também, à superfície, junto da parte mais larga, um fragmento de um objecto em pedra polida e um fragmento de uma lâmina em sílex.

Fossa 4

Aqui recolheu-se, apenas, um fragmento de asa, que pela sua textura, não parece ser pré-histórico.

Fossa 5 — total de fragmentos cerâmicos: 12

	Sup.	C1	Total
Bordos		2	2
Fundos		2	2
Fragmentos lisos	8	8	8
Total		12	12

Fossa 6

Esta fossa revelou-se completamente estéril.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sítios arqueológicos de fossas abertas no saibro são conhecidas na Península Ibérica há muito tempo, nomeadamente no Norte de Portugal e Galiza e também na Meseta Oriental, Navarra e País Basco.

Já Martins Sarmento, em 1891, se referia a «poços funerários redondos», descobertos no

Monte de S. Paio de Vizela, Guimarães (SARMENTO, 1901: 9). Era, no entanto, escassa a informação disponível sobre este tipo de estação, visto não existirem estudos sistemáticos e comparativos. Inclusivamente, era, e ainda continua a ser problemática a caracterização de certas destas estruturas, uma vez que, em alguns casos, não há consenso quanto à sua finalidade. Enquanto para algumas não há dúvidas quanto à sua utilização como fossas e sepulturas de incineração ou inumação (DELIBES, 1978: 225-274 e JORGE *et alii*, 1980), para outros sítios é difícil reconhecer quando se trata de «silos» ou «lixadeiras» associadas a povoados (PALOL, 1963: 135-150). Em muitos casos, como no exemplar povoado da Bouçada Frade (Baião) não parece haver dúvida de que seriam silos (JORGE, 1988).

Nas últimas décadas têm-se estudado diversas estações deste tipo. Estudo comparativo dos espólios e análises de radiocarbono têm permitido integrá-las cronologicamente entre o Calcolítico e a Idade do Ferro.

Relativamente a Fontela, é difícil caracterizar o tipo de estação face à reduzida dimensão da área escavada e à pequena quantidade de espólio exumado. É possível que se trate de um povoado, cuja zona principal de ocupação tenha sido destruída durante os trabalhos de terraplanagem, no princípio dos anos sessenta, para a construção de uma casa e abertura dos respectivos acessos, ou que, eventualmente, ainda se encontre preservada na encosta do monte que se situa a W/SW da casa em construção. É de referir que a limpeza da camada vegetal aí efectuada, numa faixa de 2,5 m, não revelou qualquer espólio ou contorno superior de qualquer estrutura aberta no saibro.

Cronologicamente, julgo que podemos situar as fossas abertas no saibro de Fontela, na Idade do Bronze (provavelmente Bronze Final), dado o tipo de cerâmica exumada, com paralelos na Serra da Aboboreira.

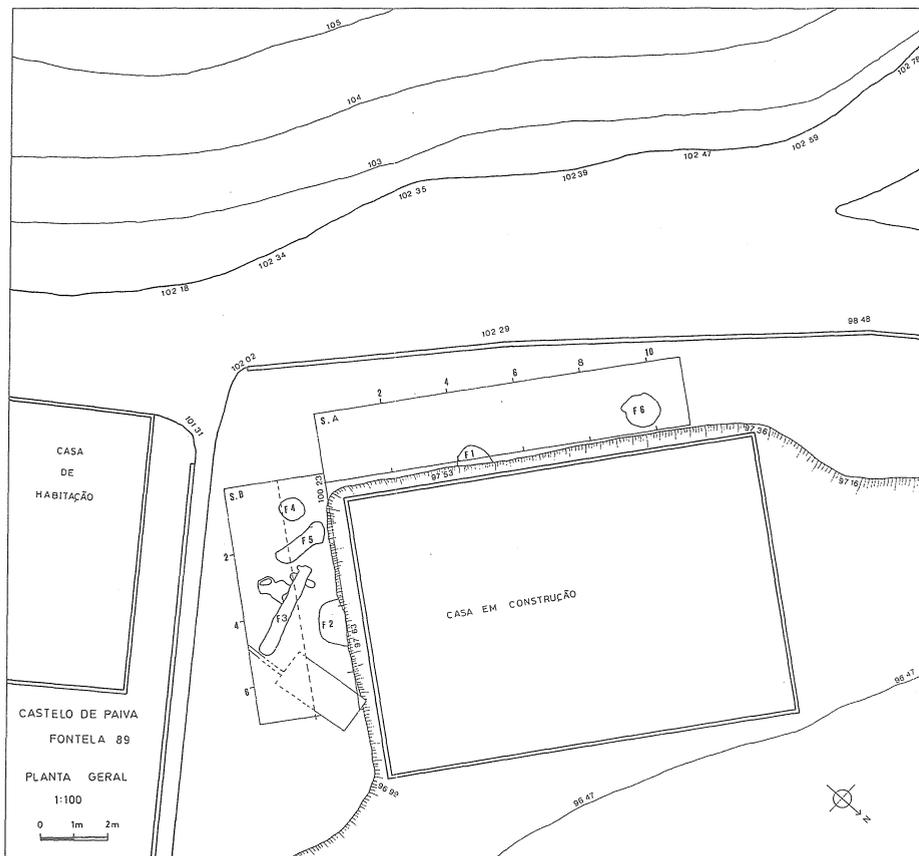
Agradeço à Câmara Municipal de Castelo de Paiva todo o apoio prestado durante as escavações, nomeadamente a cedência do seu topógrafo, que executou o levantamento topográfico do sítio. Agradeço, ainda, aos desenhadores do S.R.A.Z.C., Sr José Augusto Dias e Dr. José Luís Madeira os desenhos do espólio e de campo.

Ana Leite da Cunha

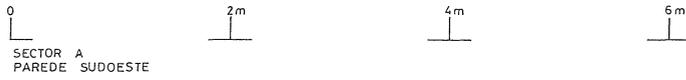
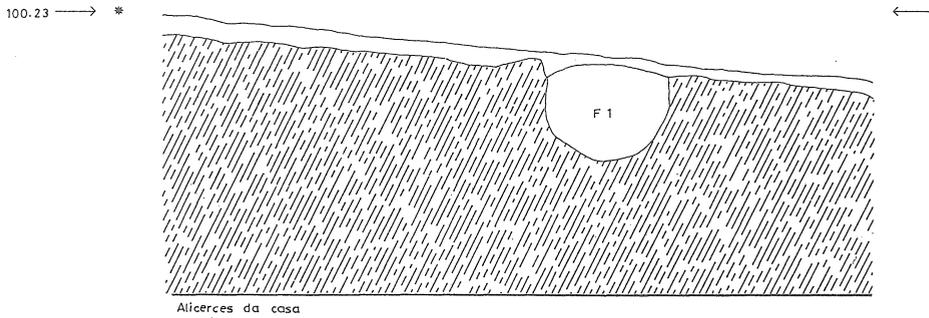
BIBLIOGRAFIA

- DELIBES DE CASTRO, G., «Una inhumación triple de facies Cogotas I en San Román de la Hornija (Valladolid)», *Trabajos de Prehistoria*, 35, Madrid, 1978, pp. 225-250.
- GONÇALVES, A. A. H. B., «A estação pré-histórica de Monte Calvo — Baião — Notícia premilinar», *Arqueologia*, 3, Porto, 1981, pp. 77-87.
- GONÇALVES, A. A. H. B.; JORGE, S. E JORGE, V., «Fossas abertas no saibro, do concelho do Baião, I — Bouça do Frade e Tapado da Caldeira», *Trabalhos do Instituto de Antropologia*, 34, Porto, 1978.
- JORGE, S. O., «A necrópole de Tapado da Cadeira — Baião», *Arqueologia*, 2, Porto, 1980, pp. 36-44.
- JORGE, S. O., «Duas datas de C14 para a sepultura I da estação do Tapado da Cadeira (Baião)», *Arqueologia*, 8, Porto, 1983, pp. 55-56.
- JORGE, S. O., «O povoado da Bouça do Frade (Baião) — breve apontamento», *Arqueologia*, 17, Porto, 1988, pp. 134-137.
- JORGE, S. O., «O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal», M.A. 2, GEAP, Porto, 1988.

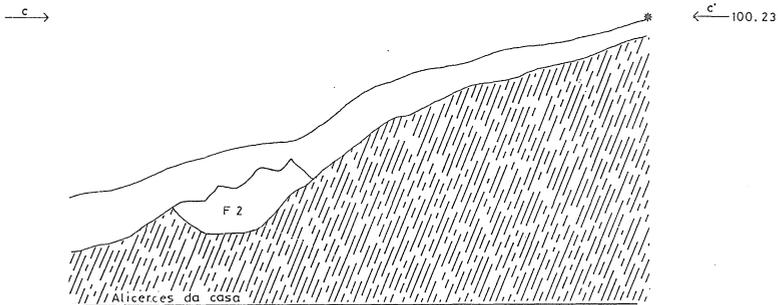
- JORGE, Susana O., «A sepultura II do Tapado da Caldeira (Concelho de Baião)», *Trabalhos do Instituto de Antropologia*, 41, Porto, 1980.
- JORGE, V. O. e MADEIRA, V., «Nótula sobre a fossa aberta no saibro de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira)», *Arqueologia*, 1, Porto, 1980, pp. 19-24.
- JORGE, V. O.; GONÇALVES, A. A. HUET B e JORGE, Susana O., «As fossas ovóides abertas no saibro do concelho de Baião (distrito do Porto), e o seu significado no contexto da Arqueologia do Norte da Península Ibérica», *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, I, Revista de Guimarães, 1980, pp. 133-144, 1 mapa.
- LHANOS, A. e AGORRETA, J.A., «Nuevas sepulturas de hoyos de incineración en Alava». *Estudios de Arqueologia Alavesa*, 5, Vitoria, 1972, pp. 99-112.
- LHANOS, A. e MEDRANO, D. F., «Necrópolis de hoyos de incineración en Alava». *Estudios de Arqueologia Alavesa*, 3, Vitoria, 1968, pp. 45-72, 2 estas.
- MARTIN BENITO, J. I. e JIMENEZ GONZÁLEZ, M. C., «Excavaciones arqueológicas en «El Teso del Cuerno» (Forfoleda, Salamanca, España) — (II)», *Arqueologia*, 20, Porto, 1989, pp. 76-89.
- MARTIN BENITO, J. I., «Excavaciones arqueológicas en «El Teso del Cuerno» (Forfoleda, Salamanca, España) — (Campaña Enero — Febrero de 1988)», *Arqueologia*, 18, Porto, 1988, pp. 131-156.
- SANCHES, M. J., «O povoado da Lavra (Marco de Canavezes)», *Arqueologia*, 17, Porto, 1988, pp. 125-133.
- SARMENTO, F. M., «Materiais para a Arqueologia do concelho de Guimarães», *Revista de Guimarães*, 18 (1-2), 1901, pp. 9.



Planta geral da estação.



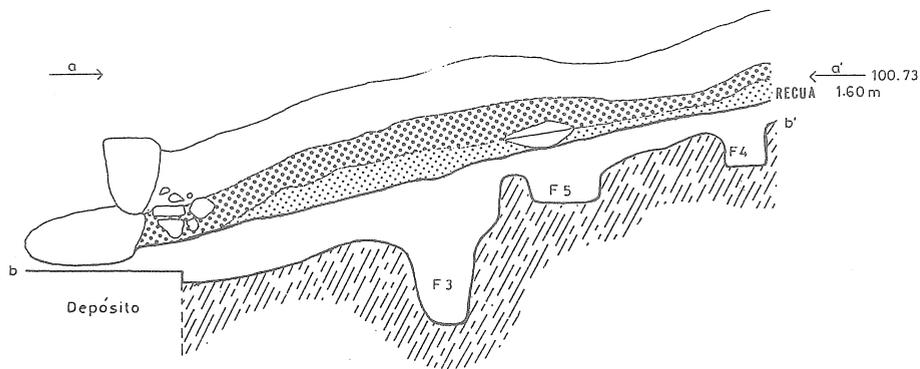
SECTOR A
PAREDE SUDOESTE



SECTOR B
PAREDE SUDESTE



Perfis de fossas cortadas pela terraplanagem, nos sectores A e B.

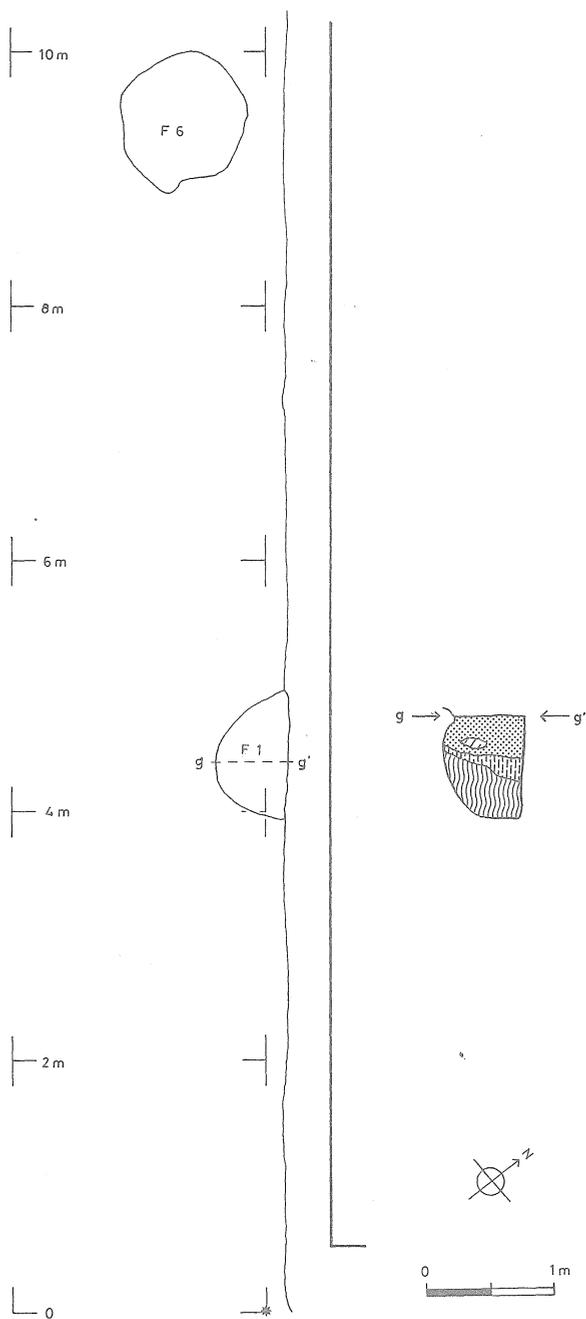


SECTOR B
 PAREDE SUDESTE
 CORTE E PERFIL SUDESTE



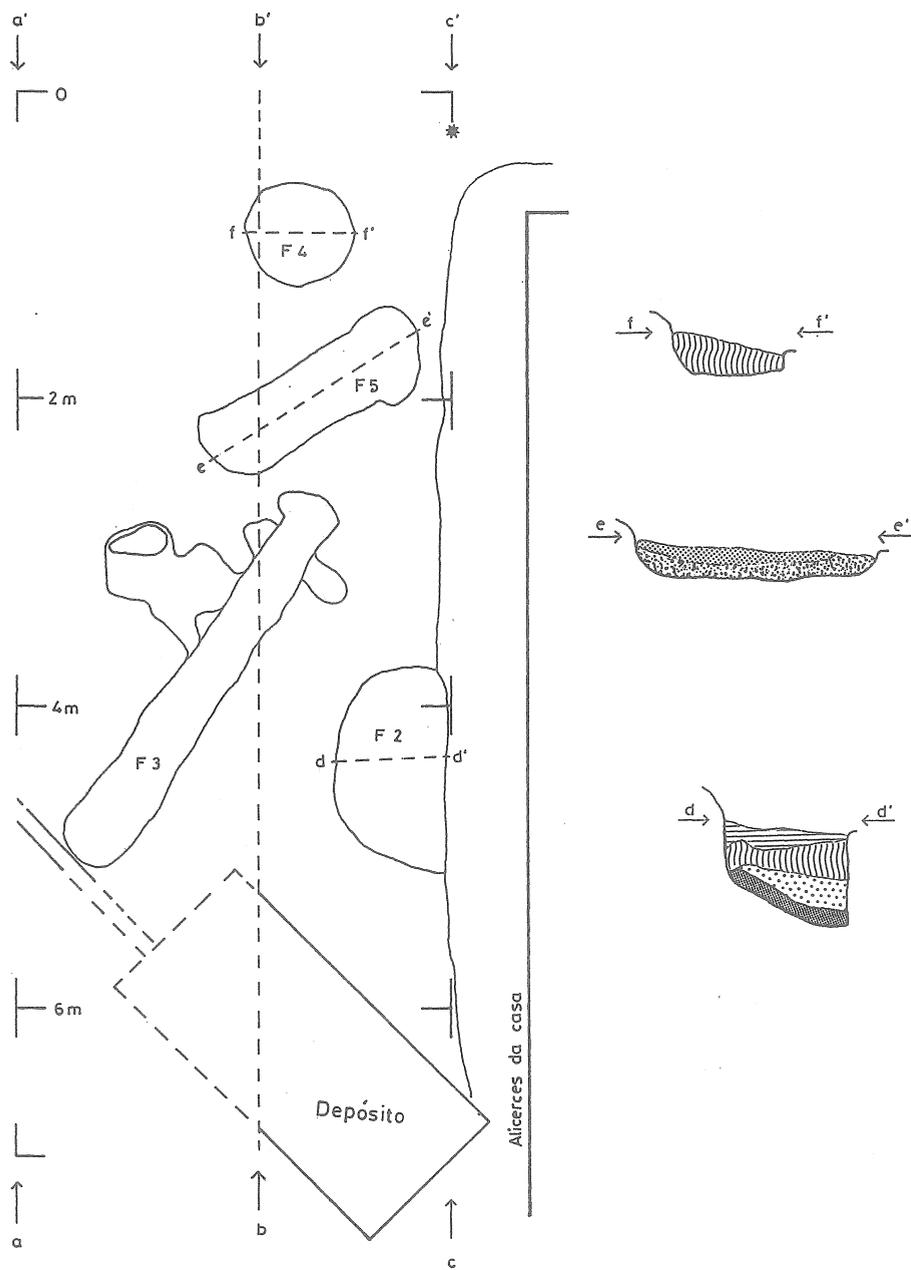
-  Terra Vegetal
-  Terra castanha escura com frag. de cerâmica actual
-  Terra amarela acastanhada saibrosa
-  Saibro

Sector B. Parede Sudeste. Corte e perfil sudeste.



SECTOR A

Planta do sector A e corte da Fossa 1 (ver legenda na Est. VII).



SECTOR B

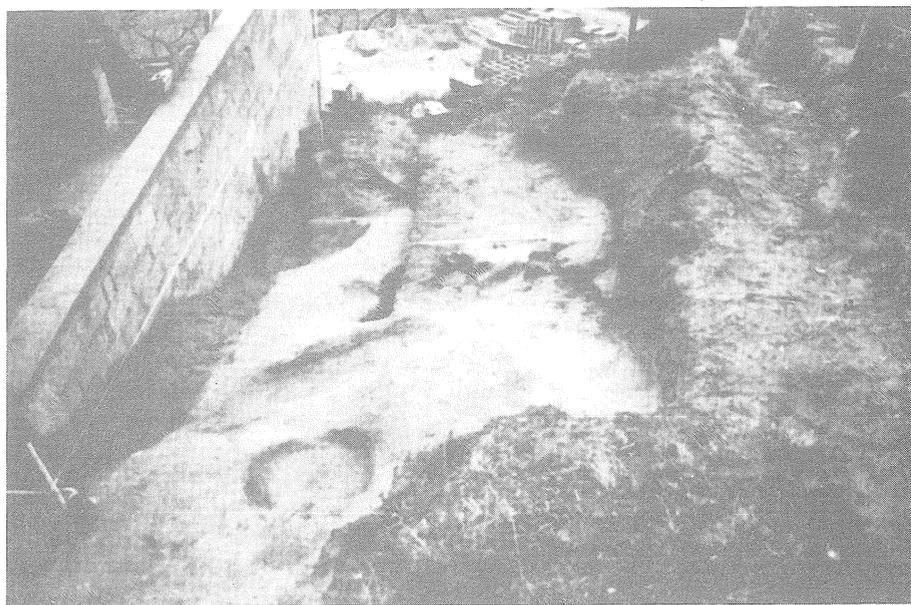
Planta do sector B e cortes das suas fossas (ver legenda na Est. VII).

-  Terra vegetal
-  Terra não muito compacta com algumas raízes
-  Terra compacta castanha amarela
-  Terra escura e fofa
-  Terra compacta c/ grãos de quartzo
-  Terra compacta
-  Terra castanha muito compacta

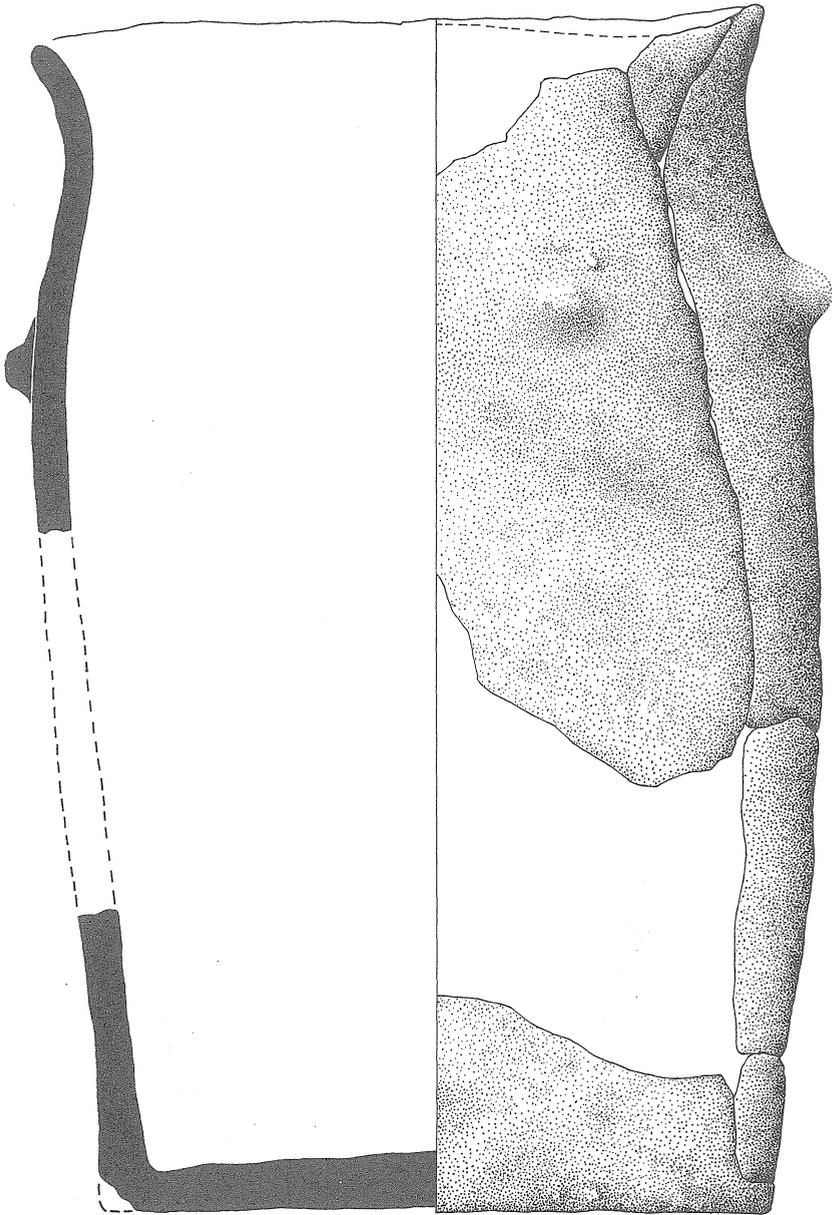
Legenda referente às Ests. V e VI.



1 — Sector B, após a primeira fase de escavação.



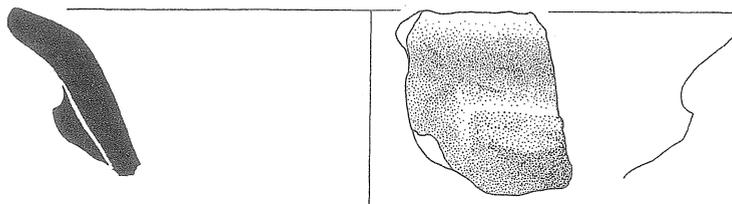
2 — Sector B na segunda fase de escavação.



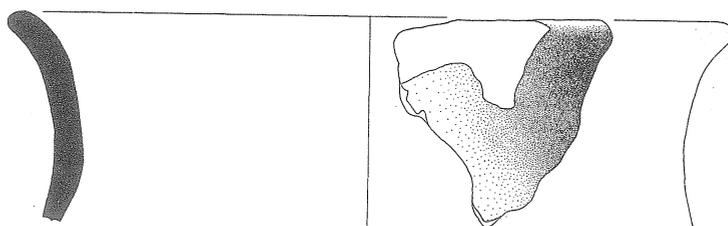
0 5 cm

A horizontal scale bar with a vertical line at the 0 mark and a vertical line at the 5 cm mark. The bar is divided into five equal segments.

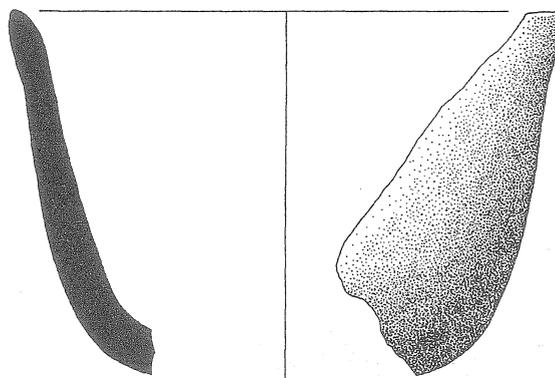
Vaso exumado na fossa 1 durante os trabalhos de terraplanagem.



FONT FEV / 89
F2 - SUP.



FONT. FEV / 89
F2 - SUP.



FONT FEV / 89
SF 3

Vasos exumados: na fossa 2 (1 e 2) e sobre a fossa 3 (3)
(reduzidos a 2/3 do original).

ADENDA AO VOL. XXX

Por lapso, de que pedimos desculpa ao autor e aos nossos leitores, não foi inserida no vol. anterior dos «T.A.E.» a bibliografia do artigo de Virgílio Hipólito Correia «A expansão orientalizante na fachada atlântica peninsular. Dados conhecidos e perspectivas ». É a seguinte:

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Adília Moutinho & PONTE, Salette da Trouvailles Diverses in *Fouilles de Conimbriga VII*, Paris, 1979.
- ALARCÃO, Jorge de & ETIENNE, Robert, Conclusions Générales in *Fouilles de Conimbriga VII*, Paris, 1979.
- ALMAGRO GORBEA, Martín, *El Bronce Final y el periodo orientalizante en Extremadura*, Madrid, 1977.
- ARRUDA, Ana, Alcáçova de Santarém. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 1984, in *Clio-arqueologia*, 1, Lisboa, INIC, 1984; 217-223.
- Idem, Escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim. Relatório dos trabalhos de 1983, *Clio-arqueologia*, 1, Lisboa, INIC, 1984; 245-248.
- Idem, Escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim. Relatório dos trabalhos de 1984, in *Clio-arqueologia*, 1, Lisboa, INIC, 1984; 249-254.
- ARRUDA, Ana & CATARINO, Helena, Cerâmicas da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém in *Clio*, 4, 1982, 35-40.
- AUBET, M^a Eugénia, *Tyro y las colonias fenicias de Occidente*, Barcelona, Bellaterra ed., 1987
- BARTOLONI, Piero, Ships and navigations in *The Phoenicians*, Milão, Bompiani ed., 1988; 72-77.
- BEIRÃO, Caetano de Mello, Cinco aspectos da Idade do Bronze e da sua transição para a Idade do Ferro no Sul do país, in *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, II, Lisboa, 1972; 193-221.
- BEIRÃO, Caetano de Mello, *Une civilization protohistorique du Sud du Portugal*, Paris, De Boccard ed., 1986.
- BEIRÃO, Caetano de Mello & GOMES, Mário Varela, A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Milfontes), in *Arqueólogo Português*, Série IV, 1, Lisboa, 1983; 207-266.
- BLAZQUEZ, José Maria, *Tartessos y los orígenes de la colonización fenicia en Occidente*,

- Madrid, 1975.
- BREA, L. Bernabó, *A Sicília*, Lisboa, 1972.
- COELHO-SOARES, Antónia, *Achados arqueológicos na vila de Odemira*, in *Trabalhos Arqueológicos do Sul*, 1, Évora, 1986.
- COSTA, José Miguel da, *O tesouro fenício ou cartaginês do Gaio (Sines)*, in *Ethnos*, 5, Lisboa, 1967.
- Idem*, o tesouro púnico-tartéssico do Gaio. Novos achados, in *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, II, Lisboa, 1972; 97 ss.
- DIAS, Maria Manuela Alves, BEIRÃO, Caetano de Mello & COELLO, Luís, Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo Alentejo, Ourique, in *O Arqueólogo Português*, Série III, 4, Lisboa, MNAE, 1970.
- DIAS, Maria Manuela Alves & COELHO, Luis, Objectos arqueológicos de um tumulo de incineração da necrópole proto-histórica da Herdade da Favela Nova (Ourique) in *O Arqueólogo Português*, Série IV, 1, Lisboa, MNAE, 1983; 197 ss.
- FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos, BROCHADO DE ALMEIDA, Carlos, SOEIRO, Teresa & BAPTISTA, António José, *Escavações Arqueológicas em Santo Estevão da Facha*, Ponte de Lima, 1981.
- GAMITO, Teresa Júdice, *Social Complexity in Southwestern Iberia*, Londres, «British Archaeological Reports — International Series», 1988.
- MAIA, Maria Garcia Pereira, Neves II e o «facies» cultural de Neves-Corvo in *Arquivo de Beja*, 3-IIS. , 1986, 23-42.
- MIRANDA. M., Cabezo de El Castillo o de San Pedro... Avance de su estudio in *Huelva — Prehistoria y Antigüedad*, Huelva, 1975.
- PARREIRA, Rui & VAZ PINTO Clara, Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a Norte do estuário do Tejo in *Actas das IIIª Jornadas Arqueológicas*, I, Lisboa, 1978, 145-163.
- PEREIRA, Maria Amélia Horta, Objectos egípcios do Porto do Sabugueiro (Muge) in *Conimbriga*, XIV, 1975, 173-176.
- PONTE, Salete da, Fíbulas do Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso (Nazaré) in *Conimbriga*, XXIII, 1984, 87-96.
- RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann & DAVEAU, Suzanne (act.), *Geografia de Portugal I*, Lisboa, Sá da Costa, 1987.
- Rufus Festus Avieno, Ora Maritima* (Todas as referências são feitas segundo a tradução portuguesa de FERREIRA, José Ribeiro, *Orla Marítima de Avieno*, Coimbra, INIC, 1985).
- ROCHA, António dos Santos, *Estações Pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira* (Reedição *Acta Universitatis Conimbrigensis*, Coimbra 1971)
- SCHUBART, Hermanfrid, Assentamentos Fenícios en la Costa Meridional de la Peninsula Ibérica, in *Huelva Arqueológica*, VI, Huelva, 1982; 71-100.
- SCHUBART, Hermanfrid & NIEMEYER, Hans Georg, *Trayamar*, Madrid, 1976.
- SHUBART, Hermanfrid, NIEMEYER, HANS GEORG & CATALAN, MANUEL PELLICER, *Toscanos*, Madrid, 1964.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da, *A Cultura castreja do Noroeste de Portugal*,

Porto, 1986.

SOARES, Joaquina e TAVARES DA SILVA, Carlos, Ocupação pré-romana de Setúbal in *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Lisboa, 1986; 87-102.

TAVARES DA SILVA, Carlos & SOARES, Joaquina, Uma jazida do Bronze Final na Cerradinha (Lagoa de Santo André, Santiago do Cacém), in *Setúbal Arqueológica*, 4, Setúbal, 1978, 71-116.

TAVARES DA SILVA, Carlos, SOARES, Joaquina & COELHO-SOARES, Antónia, Escavações arqueológicas na Ilha do Pessegueiro in *Clio*, 4, Lisboa, 1982; 165-172.

TAVARES DA SILVA, Carlos, SOARES, Joaquina, BEIRÃO, Caetano de Mello, FERRER DIAS, Luísa & COELHO-SOARES, Antónia, Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal, in *Setúbal Arqueológica*, 6-7, Setúbal, 1981; 149-218.

VEIGA, Sebastião Filipes Martins Estacio da, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, 4, Lisboa, 1904.

ERRATA DO VOL. XXX

Artigo de Mary Bouquet, "On labelling. The ethics and aesthetics of amnesia", pp.31-43

31/1	w <u>ould</u>	35/11	F <u>insch's</u>
/4	de <u>ceased</u>	/14	b <u>asketry</u>
/11	diff <u>erent</u>	/17	; <u>the</u> hair-basketed..
/13	ae <u>sthetic</u>	/23	me <u>asure</u>
32/2	in the	/n	1986:89-90)
/6	Labels	36/2	could
/6	Melanesian	/21	Melanesian
/18	found <u>ing</u>	37/27	sh <u>ift</u>
/20	1930 <u>s</u>	38/26	female <u>idol</u> in
/22	themselv <u>e</u> s	39/20	(<u>De</u> Mattos)
/n	ex <u>ample</u>	/21	O'Ne <u>ill</u>
33/7	bet <u>ter</u>	40/26	diff <u>erent</u>
/9	wee <u>k</u> s	/27	ex <u>hib</u> ition
/19	our <u>s</u>	/30	an <u>th</u> ropological
/23	an <u>th</u> ropology	41/10	bes <u>id</u> e
34/1	Wil <u>h</u> ems-	/11	lingu <u>is</u> tic
/15	Portugal	42/15	afterw <u>o</u> rd
35/10	sure <u>ly</u>	43/31	Neu <u>e</u>

Uma realização da SOCIEDADE PORTUGUESA DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Mesa-Redonda
sobre

EXISTE UMA CULTURA PORTUGUESA?

na delegação do Norte da Secretaria de Estado da Cultura
(novo auditório)

R. António Cardoso, 175 -4100 Porto

dia 27 de Abril de 1992, das 10 às 20 horas

Informações e inscrições: sede da S.P.A.E.
Fac. de Ciências- Praça Gomes Teixeira- 4000 Porto

«Trabalhos de Antropologia e Etnologia»

Preçário

Vol. XI (1-2), 1947	1.800\$00
Vol. XI (3-4), 1948	1.800\$00
Vol. XII (1-2), 1949	2.000\$00
Vol. XII (3-4), 1950	2.000\$00
Vol. XIII (1-2), 1951	1.800\$00
Vol. XIII (3-4), 1952	1.500\$00
Vol. XIV (1-4), 1953-54	1.800\$00
Vol. XV (1-2), 1955	1.500\$00
Vol. XV (3-4), 1955-57	2.000\$00
Vol. XVI (1-4), 1958	1.800\$00
Vol. XVII (1-4), 1959	2.500\$00
Vol. XVIII (1-2), 1960-61	600\$00
Vol. XVIII (3-4), 1961-62	600\$00
Vol. XIX (1), 1963	500\$00
Vol. XIX (2), 1963	500\$00
Vol. XIX (3-4), 1964	600\$00
Vol. XX (1-2), 1965-66	1.000\$00
Vol. XX (3-4), 1967-68	800\$00
Vol. XXI (1-4), 1969	1.500\$00
Vol. XXII (1), 1971	500\$00
Vol. XXII (2), 1973	Esgotado
Vol. XXII (3), 1973	»
Vol. XXII (4), 1975	1.200\$00
Vol. XXIII (1), 1977	800\$00
Vol. XXIII (2-3), 1978	600\$00
Vol. XXIII (4), 1980	1.200\$00
Vol. XXIV (1), 1981	600\$00
Vol. XXIV (2), 1982	600\$00
Vol. XXIV (3), 1983	600\$00
Vol. XXIV (4), 1984	500\$00
Vol. XXV (1), 1985	500\$00
Vol. XXV (2-4), 1985	600\$00
Vol. XXVI (1-4), 1986	1.200\$00
Vol. XXVII (1-4), 1987	1.600\$00
Vol. XXVIII (1-2), 1988	1.600\$00
Vol. XXVIII (3-4), 1988	2.000\$00
Vol. XXIX (1-4), 1989	2.000\$00
Vol. XXX (1-4), 1990	2.000\$00
Vol. XXXI (1-4), 1991	2.000\$00
Índice geral dos vols. I a X	300\$00



Preço: 2.000\$00